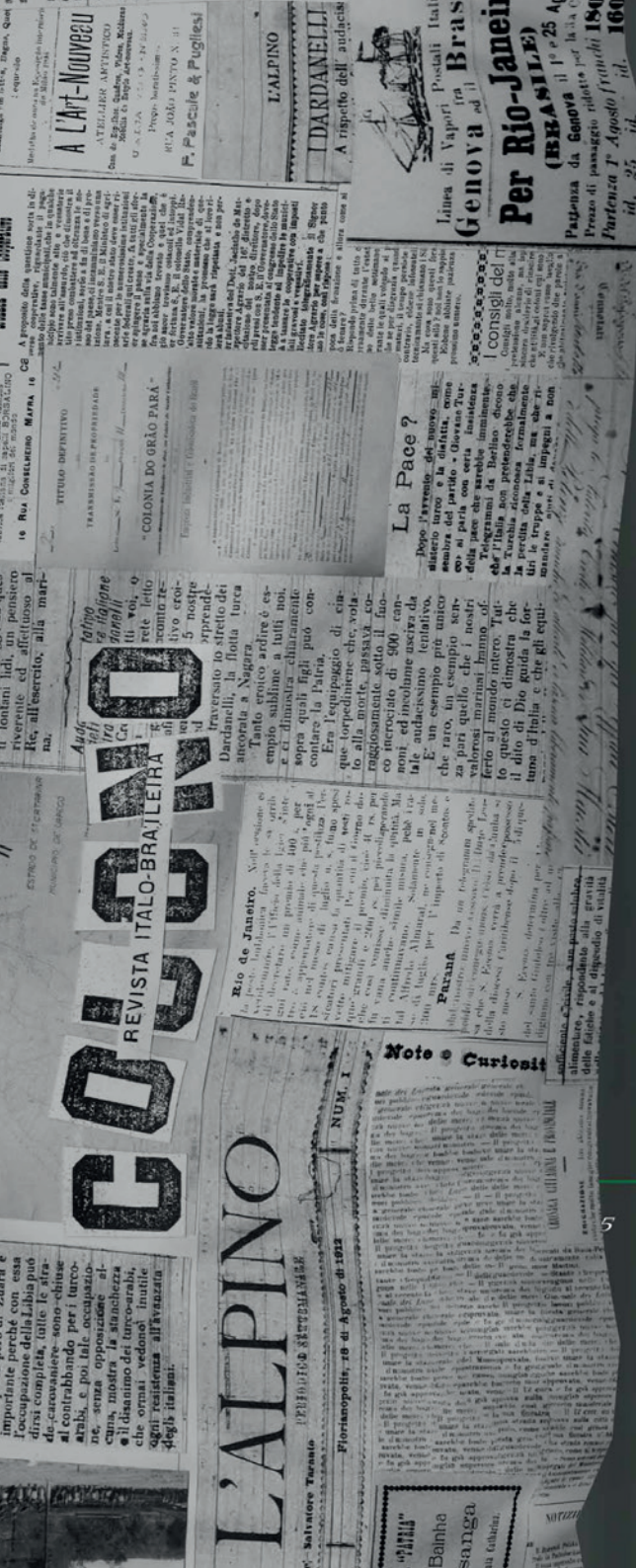




Organizador
Andrey José Taffner Fraga

150 anos da Grande Imigração Italiana em Santa Catarina

1895

1905

1910

1930

1950

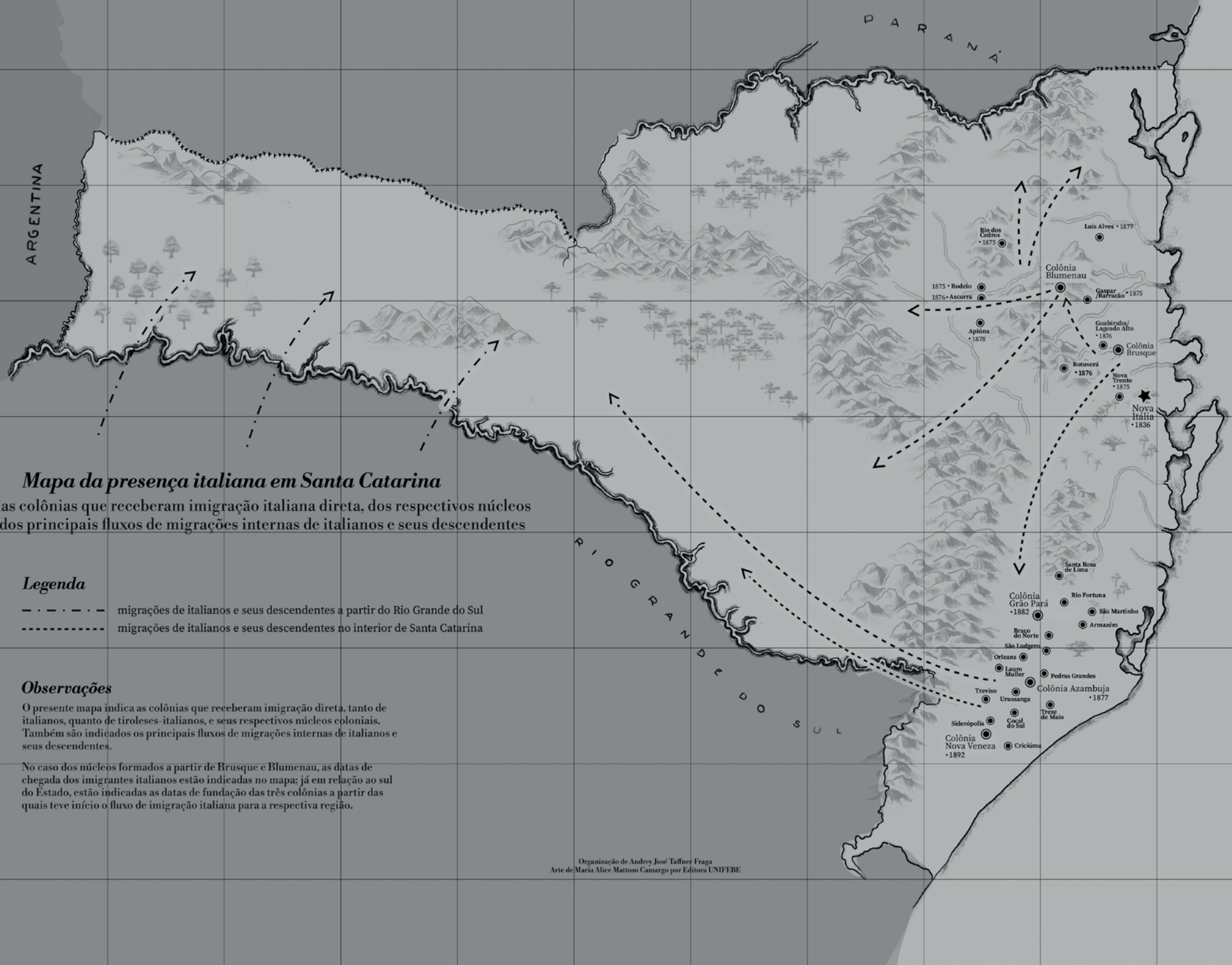
1970

1985

2000

2005

2015



Organizador
Andrey José Taffner Fraga

150 anos da
Grande Imigração
Italiana
em Santa Catarina



2025

Rosemari Glatz
Presidente da FEBE
Reitora da UNIFEDE

Sergio Rubens Fantini
Vice-Presidente da FEBE
Vice-Reitor e Pró-Reitor de
Administração da UNIFEDE

Produção Editorial

Equipe da Editora UNIFEDE
Arina Blum
João Guilherme Cabral Marchi
Maria Alice Mattoso Camargo
Peterson Paulo Vanzuita
Quédia Cabral Martins
Robson Souza dos Santos

Coordenação Editorial
Arina Blum
Rosemari Glatz

Supervisão de Design
Arina Blum

Projeto Gráfico
Arina Blum

Conselho Editorial

Titulares
Arina Blum
Edinéia Pereira da Silva
Carla Zenita do Nascimento
Angela Sikorski Santos
Sidnei Gripa
Rosana Paza
Wallace Nóbrega Lopo
Jeisa Benevenuti
Anna Lúcia Martins Mattoso
Eliane Kormann
Claudio Siegfried Schefer

Pró-Reitor de Graduação
Sidnei Gripa

**Pró-Reitora de
Pós-graduação, Pesquisa,
Extensão e Cultura**
Edinéia Pereira da Silva

Diagramação
João Guilherme Cabral Marchi
Peterson Paulo Vanzuita
Maria Alice Mattoso Camargo
Arina Blum

Capa e Ilustração
Maria Alice Mattoso Camargo

Revisão de Texto
Francisco Daniel Imhof
Rosana Paza

Conferência
Quédia Cabral Martins

Suplentes
Rosemari Glatz
Aline de Souza
Elisiane Mafezzoli
Luzia de Miranda Meurer
Fernando Luis Merizio
Rafaela B. Venturelli Knop
Rodrigo Blödorn
Julia Wakiuchi
Josely Cristiane Rosa
Joel Haroldo Baade
Jorge Paulo Krieger Filho

Comissão estadual organizadora

dos festejos dos 150 anos da grande imigração
italiana em Santa Catarina - 1875-2025

Coordenador

Deputado Dr. Vicente Caropreso
Coordenador da Frente Parlamentar Santa Catarina - Itália

Membros

Alessandra Carioni
Alexandro Veronesi Lourenço
Andrey José Taffner Fraga
Delcio Luiz Castagnaro Filho
Eduardo Cecinel Bonetti
Eliane Hüning Corona
Josimar Luiz Mattedi
Jucelino Marino Chini
Márcio Fumagalli
Marcos Antônio Moser
Norma Maria Da Rui
Patrick Zancanaro
Rosemari Glatz
Vanessa Lopes

Representantes do Governo do Estado de Santa Catarina

Gabriella Schmitt Mueller Galo
Gerente de Missões, Recepções e Eventos
da Secretaria Executiva de Articulação
Internacional e Projetos Estratégicos

Lélia Pereira da Silva Nunes
Diretora de Patrimônio Cultural da
Fundação Catarinense de Cultura

Convidada especial/ apoio institucional:

Eugenia Tiziana Berti
Cônsul-geral da Itália para os Estados
do Paraná e Santa Catarina

Secretária

Raphaela helena Milléo Dias

Editora UNIFEDE
Centro Universitário da Fundação Educacional de Brusque - UNIFEDE
Fundação Educacional de Brusque - FEDE

Rua Vendelino Mafezzoli, 333
Bairro Santa Terezinha
Brusque-SC, Brasil
CEP: 88352-360
Caixa Postal: 1501
Telefone: (47) 3211-7000
Site: www.unifebe.edu.br
E-mail: editora@unifebe.edu.br

150 anos da grande imigração italiana em Santa
Catarina / Andrey José Taffner Fraga (org.). –
Brusque: Ed. UNIFEDE, 2025.
216 p.: il. color.; 24 MB.

ISBN 978-65-83344-08-3

1. Santa Catarina - História. 2. Imigração italiana.
I. Fraga, Andrey José Taffner.

CDD 981.64

Ficha catalográfica elaborada por Bibliotecária - CRB 14/727

Copyright © 2025 Editora da UNIFEDE

Todos os direitos reservados. Qualquer parte desta publicação poderá
ser reproduzida, desde que citada a fonte. Os capítulos/livros são de
responsabilidades dos autores e não expressa, necessariamente, a
opinião do Conselho Editorial ou da Editora.





Sumário

- | | | | |
|----|--|-----|--|
| 06 | <i><u>Apresentação</u></i>
Andrey José Taffner Fraga | 107 | <i><u>Italianos e seus descendentes no norte e nordeste de Santa Catarina</u></i>
Silvia Regina Toassi Kita |
| 07 | <i><u>Prefácio / Prefazione</u></i>
Eugenia Tiziana Berti | 121 | <i><u>As migrações para o Alto Vale do Itajaí e a expansão dos italianos para o Planalto Serrano</u></i>
Fiorelo Zanella |
| 09 | <i><u>Os 150 anos da grande imigração italiana em Santa Catarina em perspectiva histórica</u></i>
Andrey José Taffner Fraga | 155 | <i><u>Oeste Catarinense: italianos eram os “nonnos”</u></i>
José Carlos Radin |
| 37 | <i><u>Colônia Itajahy- Príncipe Dom Pedro</u></i>
Rosemari Glatz | 179 | <i><u>Memórias da Colônia Nova Itália / SC</u></i>
<i>A origem da italianidade no Brasil</i>
Malcon Gustavo Tonini |
| 75 | <i><u>Trentinos e italianos na periferia da Colônia Blumenau</u></i>
Norberto Dallabrida | 203 | <i><u>A organização e a representação institucional da comunidade italiana contemporânea em Santa Catarina</u></i>
Eduardo Cechinel Bonetti |
| 93 | <i><u>Colônias de imigração italiana no sul catarinense</u></i>
Idemar Ghizzo | | |

Apresentação

Santa Catarina é um Estado multicultural, marcado pela presença de diversas etnias e caracterizado pela pluralidade de identidades. Dentro deste grande caleidoscópio cultural, a coletânea de estudos que o leitor tem em mãos propõe reflexões sobre a presença italiana no território catarinense, por ocasião do sesquicentenário da grande imigração.

A expressão “grande imigração”, que dá título ao livro, refere-se ao início da entrada em massa de imigrantes de língua italiana no Estado, que se observou a partir de 04 de junho de 1875, com a chegada da primeira leva no território da então Colônia Itajaí-Brusque. Anteriormente ao fenômeno da grande imigração, Santa Catarina já havia registrado a formação de um núcleo de colonização italiana, a Colônia Nova Itália, em 1836, composta por imigrantes oriundos da região da Ligúria, no território onde hoje se localiza o município de São João Batista.

O quadro da imigração é amplo, complexo, e deixou profundas marcas no Estado. Existem regiões catarinenses que observaram a formação de colônias originárias, ou seja, que receberam imigrantes diretamente da península itálica, e outras que foram ocupadas por migrações internas a partir das colônias originárias e de colônias de Estados limítrofes. Muitos dos imigrantes eram provenientes do então Reino da Itália (vênetos e lombardos, majoritariamente). Outros, porém, eram oriundos do Tirol italiano,

porção do antigo Império Austro-Húngaro, que seria anexado pela Itália com o término da Primeira Guerra Mundial, recebendo a denominação de Província de Trento.

Para contemplar a presença italiana em todo o Estado, esta obra divide-se em capítulos que tentam seguir os mesmos “capítulos” da colonização italiana em Santa Catarina. Após um primeiro texto sobre os 150 anos da grande imigração em perspectiva, os escritos seguintes dedicam-se à Colônia Itajaí-Brusque e à Colônia Blumenau, onde formaram-se núcleos italianos a partir de 1875. Na sequência, aborda-se a história das colônias italianas do sul do Estado, observadas a partir de 1877. Os capítulos seguintes tratam dos diversos fluxos de migração a partir das colônias originárias e de outros Estados responsáveis pela presença italiana no planalto, no norte/nordeste e no oeste catarinense. A Colônia Nova Itália e sua particular trajetória também é abordada em capítulo específico. O último capítulo discorre sobre a representação institucional italiana contemporânea.

Por ser uma obra ampla, que abarca todo o Estado, é natural que algumas particularidades e certas passagens não sejam contempladas. Priorizou-se a análise a partir dos fluxos de imigração e migração. A proposta, ao final, é fornecer ao leitor não somente um elenco de fatos históricos, mas uma reflexão sobre as marcas e consequências da presença italiana em Santa Catarina.

Andrey José Taffner Fraga
Organizador

Prefácio

O *incipit* é a chave de leitura de cada livro. Nesta obra, encontrei-o difuso na evolução dos capítulos escritos por diferentes autores e inseridos em um sistema de equilíbrios históricos, sociais e sentimentais tornados compreensíveis a qualquer leitor, apesar da complexidade dos temas abordados. Os autores superam as tensões de se determinarem pontos fixos e, em vez disso, descrevem a sucessão de datas com sabedoria, encerrando o esforço de teorizar a sequência cronológica para fechar os eventos dentro de limites seguros de pesquisas e documentos, no único verdadeiro ponto fixo que é a memória. Nas diferentes seções do livro, celebram não só a memória, mas também congelam a imagem de um movimento migratório que, como um filme sem fim, contém milhões de fotogramas que são produzidos continuamente hoje e para o futuro, testemunhando os acontecimentos humanos de famílias inteiras. Um fluxo interminável de histórias que é o início de uma proximidade emotiva e cultural, em continuidade com o passado, no qual o presente é o momento de ação para demandar o início de uma crença sincera para as novas gerações e dar-lhes a medida de uma nova identidade italiana. E aí vem o *incipit* que se encontra no livro, a chave de leitura que abre todas as portas aos jovens: a “cidadania cultural”.

Eugenia Tiziana Berti
Cônsul-Geral da Itália para os estados do Paraná e Santa Catarina

Prefazione

L'incipit è la chiave di lettura di ogni libro. In questa opera, l'ho trovato diffuso nel divenire dei capitoli scritti da autori diversi e inseriti in un sistema di equilibri storici, sociali ed emotivi resi comprensibili a qualunque lettore, nonostante la complessità degli argomenti trattati. Gli autori superano le tensioni del determinare punti fermi e descrivono, invece, il divenire delle date in maniera sapiente, risolvendo lo sforzo di teorizzare il divenire delle date per chiudere gli eventi in confini sicuri di ricerche e documenti, nell'unico vero punto fermo che è la memoria. Nelle differenti sezioni del libro, celebrano non solo la memoria ma fermano l'immagine di un movimento migratorio che come un film senza fine contiene milioni di fotogrammi che si producono ininterrottamente oggi e per il futuro a testimoniare le vicende umane di intere famiglie. Un flusso interminabile di storie che è l'inizio di una vicinanza emotiva e culturale in continuità con il passato dove il presente è il momento di azione per sollecitare l'inizio di un credo sincero per le nuove generazioni e per dar loro la misura di una nuova identità italiana. Ed ecco che arriva l'incipit trovato all'interno del libro, la chiave di lettura che apre tutte le porte ai giovani: “la cittadinanza culturale”.

Eugenia Tiziana Berti
Console Generale d'Italia per gli stati di Paraná e Santa Catarina

Os 150 anos da grande imigração italiana em Santa Catarina em perspectiva histórica

Andrey José Taffner Fraga ⁽¹⁾

A partir da década de 1870, milhões de pessoas deixaram a península itálica com destino, principalmente, ao continente americano e a outros países da Europa, naquela que foi a maior onda de emigração registrada na história. A Itália, desde então, possui uma verdadeira dimensão global, e a sua cultura se faz presente em todo o planeta⁽²⁾.

Em Santa Catarina, após a experiência da Colônia Nova Itália, fundada em 1836, a imigração em massa de italianos se observou a partir de 1875, devido ao contrato firmado entre o então governo imperial e Joaquim Caetano Pinto Júnior, conforme autorização do Decreto n.º 5.663/74, que visava introduzir cem mil imigrantes no Brasil no prazo de até dez anos. A partir de então, a história de Santa Catarina foi definitivamente transformada pela presença italiana.

Neste breve estudo, será percorrida a trajetória dessa presença em solo catarinense, perpassando os primórdios do Estado e os primeiros registros de imigrantes italianos, o início da grande imigração, a formação das colônias e as migrações internas, as primeiras gerações, as dificuldades e transformações decorrentes do período do Estado Novo e o surgimento da comunidade italiana contemporânea, com seu viés institucionalizado, principalmente após as experiências da década de 1970.

Pretende-se, com esse breve apanhado, apresentar uma panorâmica sobre a presença italiana no Estado, suas modificações ao longo dos anos e as influências que dela decorrem.

1836

1870 1875

1970



Fonte: Acervo do autor

Figura 1.1 - Monumento a Anita Garibaldi, no centro histórico de Laguna

Anos anteriores à grande imigração italiana

Em grande medida, a formação de Santa Catarina se confunde com a história da ocupação do continente americano pelos ibéricos e com as disputas que marcaram tal período. No ano de 1494, quando os reinos de Portugal e Espanha ainda disputavam as terras no novo continente⁽³⁾, firmou-se um acordo diplomático na cidade de Tordesilhas, no qual se estabeleceu quais partes do novo território seriam exploradas de cada um. Na linha imaginária que dividia o continente americano, um dos extremos passaria no local onde hoje está a cidade de Laguna, no sul de Santa Catarina. Os conflitos, porém, não cessaram. Havia divergência sobre o ponto de passagem da linha. O conflito arrefeceu com a união de ambos os reinos (União Ibérica) em 1580, apenas para ser retomada em 1640, com o término da União. Portugal, visando à defesa da extremidade sul das terras que estava conquistando, fundou vilas ao longo do território que hoje é o litoral catarinense: São Francisco do Sul (1658), Santo Antônio dos Anjos de Laguna (1676 – atualmente, Laguna) e Nossa Senhora do Desterro (1726 – atual Florianópolis, capital do Estado). Devido ao comércio de gado, cujo trajeto cortava o interior do território catarinense, foi fundada também a vila de Nossa Senhora dos Prazeres das Lajens (1766 – atual Lages). Por muitos anos, o “triângulo” formado entre Lages e as três cidades do litoral compuseram o incipiente território de Santa Catarina. Apenas em 1916, após o lamentável episódio da Guerra do Contestado⁽⁴⁾, o território de Santa Catarina seria definido com suas dimensões atuais, limitando-se com Paraná ao norte, Rio Grande do Sul ao sul, Oceano Atlântico ao leste e Argentina ao oeste.

Em 1738, criou-se a “Capitania de Santa Catarina”, dentro da organização administrativa que o Reino de Portugal pensou para o Brasil. A partir de 1748, o reino português passou a incentivar a imigração da população do Arquipélago dos Açores para Santa Catarina, para desenvolver a ocupação e a economia local. A triste página da escravidão de negros e de indígenas também teve suas linhas escritas em Santa Catarina. Antes da chegada dos portugueses, no litoral encontravam-se populações dos Carijós. No interior, Xokleng e Kaingang. Conforme anota Santos (2004, p. 54): “Quando ocorreram as primeiras tentativas de povoamento em Desterro, São Francisco e Laguna, os escravos índios e negros faziam parte do contingente populacional que participava da fundação das novas vilas”.

Em 1808, fuga das guerras e invasões napoleônicas, a família real de Portugal mudou-se para o Brasil, ocasião na qual esse território passou da condição de Colônia para o *status* de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. A família real retornaria para Portugal, porém,

1494

1658

1676

1726

1738

1748

1766

1808

o território brasileiro não permaneceria mais na condição de colônia. A independência seria formalmente proclamada em 1822, pelo futuro imperador Dom Pedro I (filho do rei de Portugal, João VI). Iniciava-se, assim, o período imperial brasileiro, sendo Santa Catarina uma província de seu território. Em 1823, aprovava-se resolução do Governo-Geral de 21 de novembro que permitia a colonização do território por estrangeiros (Boiteux, 1939, p. 24). Em 1828, chegava a primeira leva de imigrantes alemães em Santa Catarina, que formariam, em 1829, a colônia São Pedro de Alcântara, que tinha, dentre outros objetivos, o de criar um sólido núcleo colonial no caminho que ligava o litoral catarinense (e a capital) a Lages na região serrana (Jochem, 1997, p. 22).

Em 1835, o sul do Brasil seria sacudido pela Revolução Farroupilha, iniciada na província de Rio Grande do Sul por causa das taxações imperiais. Naquele momento, as histórias brasileira e italiana se entrelaçariam de modo bastante peculiar. Os revoltosos contrataram o auxílio do italiano Giuseppe Garibaldi para a tomada de Laguna, em Santa Catarina. Na ocasião, em Laguna, Garibaldi conheceu Ana de Jesus Ribeiro, que passou a acompanhá-lo. Ambos se casaram e regressaram juntos para a Itália. Anita Garibaldi, como passou a se chamar, lutou ao lado de Giuseppe nas guerras pela unificação da Itália. Ganhou a alcunha de “heroína dos dois mundos”. Faleceu na cidade de Ravenna, na Itália. Anos depois, foi sepultada no *Gianicolo*, considerada uma das colinas de Roma, com pompas de Estado. Laguna, sua cidade natal, e Ravenna, cidade de sua morte, celebraram um *gemellaggio* (acordo de colaboração) em 2008. A revolução Farroupilha se encerrou em 1840, com o governo imperial fazendo algumas concessões.

Naquele tempo, não se registrou propriamente um movimento de imigração italiana no território catarinense (ou mesmo no brasileiro). Conforme anota Angelo Trento (2022, p. 18-19), o que se observava naqueles anos em relação à imigração italiana era limitada a “personalidades de cultura, profissionais e aventureiros”. Também se registrou o envio de prisioneiros para o Brasil, em 1820 e 1837, por parte do Reino das Duas Sicílias e dos Estados Pontifícios. O objetivo era destinar tais apenados para o trabalho em atividades agrícolas, especialmente na Bahia. Muitos deles acabariam participando da Sabinada⁽⁵⁾ (Trento, 2022, p. 19). Outro fluxo imigratório observado naquele período é o de refugiados políticos envolvidos com o movimento pela unificação da Itália. Muitos chegariam a partir de 1836, especialmente aqueles envolvidos com o movimento de Giuseppe Mazzini (Trento, 2022, p. 19).

Santa Catarina, porém, registrou um fato até então inédito e pioneiro em todo o Brasil: a formação de uma colônia por imigrantes oriundos da península itálica. Conforme visto, a então província de Santa Catarina já observava a formação de colônias por alemães. Em 1835,

foi promulgada a Lei Provincial n.º 12, de 5 de maio, que também dispunha sobre o estabelecimento de colônias. Naquele mesmo ano, o suíço Henrique Ambauer Schutel com o genovês (inglês por nascimento) Carlo Demaria constituíram a “Demaria e Schutel Sociedade Particular de Colonização”, na cidade de Desterro (Boiteux, 1939, p. 26). Com as devidas autorizações, a sociedade fez vir da Europa uma leva de 186 imigrantes provenientes, majoritariamente, da região Ligúria⁽⁶⁾, que tem a cidade portuária de Gênova como capital, então pertencente ao Reino da Sardenha, que desembarcaram em Desterro em março de 1836 (Boiteux, 1939, p. 26). Naquele mesmo ano, aos 15 de junho, foi promulgada a lei provincial autorizando a constituição de colônias por empresas privadas. Devido à referida lei, a sociedade “Demaria e Schutel” conseguiu títulos provisórios de terras devolutas na localidade onde hoje se encontra o município de São João Batista para a implementação de uma colônia industrial, pastoril e agrícola, à qual deram o nome de “Nova Itália” (Boiteux, 1939, p. 32). Os imigrantes foram então direcionados para a referida colônia. Com o passar dos anos, uma série de dificuldades, inclusive relacionadas ao isolamento, falta de acesso a diversos bens, enchentes, fez com que a colônia experimentasse um crescimento modesto. Ela foi então incorporada à freguesia de São João Batista (atual município)⁽⁷⁾.

No âmbito nacional, o ano de 1840 representou a subida de Dom Pedro II ao trono, encerrando o chamado “período regencial”, e o término da já mencionada Guerra dos Farrapos. Os vínculos com a Itália seriam fortalecidos com o casamento do imperador Dom Pedro II com Teresa Cristina de Bourbon, irmã do rei das Duas Sicílias, em 1843. Isso, porém, não representou um aumento no fluxo de imigrantes italianos para o Brasil, que continuava, em grande medida, alicerçado na exploração do trabalho escravo (Trento, 2022, p. 20).

Naqueles anos, continuava-se a discutir sobre a suposta necessidade de se ocupar os chamados “vazios populacionais” do sul do país, de se fazer progredir a indústria e o comércio. Estavam em voga as teorias raciais, tidas como teorias científicas, que entendiam necessário o “branqueamento progressivo” da população brasileira (Radin, 2021, p. 19-20), por meio da gradual inserção de elementos europeus, especialmente aqueles oriundos de países industrializados.

O ano de 1850 significou, para Santa Catarina, o início da constituição de grandes colônias, inicialmente alemãs, com a fundação da Colônia Blumenau, seguida da Colônia Dona Francisca - Joinville, em 1851, e da Colônia Itajaí-Brusque, em 1860. Essas colônias deram início ao desenvolvimento industrial catarinense. Por volta de 1873/1874, o fluxo migratório alemão diminuiu consideravelmente em Santa Catarina, especialmente por causa de medidas tomadas pelo

governo alemão. É a partir de então que se observa, com mais intensidade, a chegada da etnia italiana que, até então, era esparsa. Em 1872, pouco antes do início da grande imigração italiana para o Brasil, seis mil italianos residiam no império brasileiro (Trento, 2022, p. 21).

A grande imigração italiana em Santa Catarina

Em meados de 1875, o Brasil vivia o segundo reinado, sob o comando de Dom Pedro II. Do outro lado do Atlântico, o processo de unificação da Itália como país havia se concluído em 1871. Não foi um processo simples e, de mais a mais, após a unificação restou aberta a questão de se construir uma identidade nacional para aquele povo que agora se encontrava sob o mesmo governo. Essa questão foi resumida por Massimo d’Azeglio na famosa frase “Nós fizemos a Itália, agora temos de fazer os italianos” (Hobsbawn; Ranger, 2021, p. 338). A unificação, ademais, não significou uma melhora de vida para os novos italianos. Aliás, era inegável que a emigração em massa que se observou após a criação do Estado italiano “diminuiu o brilho da unificação italiana” (Choate, 2023, p. 60). A partir de 1875, teve início o fenômeno da imigração em massa, inclusive para o continente americano. Os números impressionam: entre 1876 e 1975, mais de vinte e seis milhões de italianos encontravam-se expatriados, e destes, aproximadamente 1,5 milhões escolheu o Brasil como destino (Trento, 2022, p. 21).

As causas da grande imigração são muitas. As mais comumente citadas dão conta de que, de um lado, havia o Brasil buscando elemento europeu para criar colônias e para desenvolver um novo modelo econômico, em substituição àquele baseado na mão de obra escrava. De outro, a Itália, recém-unificada, não conseguiu conter a crise social que se aprofundava. A depressão agrícola da década de 1880, seguida da taxaço da farinha, por exemplo, criou condições para o empobrecimento rural em massa, inclusive com o confisco, por parte do Estado, de milhares de propriedades em relação às quais o imposto não havia sido quitado (Trento, 2022, p. 32-33). Soma-se a isso o fato de que, ao menos em seus momentos iniciais, a grande imigração foi vista com alívio pelas autoridades, quase como uma “válvula de escape” para a tensão social criada pela alta demografia e pelas condições precárias de vida. Angelo Trento (2022, p. 33-34) observa outro fenômeno interessante: as próprias famílias italianas passaram a, internamente, regular quais membros permaneceriam no solo natal, e quais iriam emigrar, tomando por base as informações que obtinham de parentes e conhecidos que já haviam emigrado.



Fonte: Arquivo Histórico Prof. José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Figura 1.2 - Ilustração representando o barracão de acolhida dos imigrantes, na Colônia Blumenau



Fonte: Acervo do autor

Figura 1.3 - Capela Santa Ágata, construída em 1881, patrimônio arquitetônico de Nova Trento

De outro lado, havia no então Império Austro-Húngaro uma grande população etnicamente italiana, parte dela concentrada na porção denominada “Tirol italiano”⁽⁸⁾. Aquele contingente populacional também aderiu à grande imigração italiana, e por motivos semelhantes: diversas epidemias dizimaram a indústria do bicho-da-seda (uma das principais indústrias da região); doenças e condições climáticas adversas destruíram as plantações, notadamente no Valle dell’Adige, de onde saíram os primeiros emigrantes; com a unificação italiana, os produtores do Tirol italiano perderam o livre comércio com as províncias italianas; além de os terrenos cultiváveis serem escassos, havia uma forte concentração de terra nas mãos de poucos proprietários. A situação se tornou tão crítica que a população começou a definhar: surgiram diversos casos de má nutrição e de doenças relacionadas, sendo a principal delas a pelagra (Fraga, 2020, p. 18). Assim como havia ocorrido na Itália, a cobrança de novos impostos também afetou pesadamente a região do Tirol. Os aparatos estatais cada vez mais sofisticados exigiam pesadas contribuições da população, o que resultava no empobrecimento geral e na perda de propriedade por muitos (Grosselli, 2009, p. 39).

Enfim, é vasta a literatura que trata das causas da grande imigração italiana. Destaca-se um último aspecto: o império brasileiro, por meio do Decreto 5.663, de 17 de junho de 1874, firmou contrato com Joaquim Caetano Pinto Junior, com o objetivo de trazer imigrantes europeus para o Brasil. O contrato era claro: eram desejados imigrantes de determinadas regiões da Europa. No que se refere à Itália, apenas imigrantes do norte. Quanto às características, que fossem saudáveis, “moralizados” e, em sua absoluta maioria (80% dos que entrassem), agricultores⁽⁹⁾. Esse contrato fez surgir uma rede de agenciadores que, por meio de panfletos, jornais e diversos outros meios, difundiram a ideia da imigração entre a população italiana, inclusive aquela do Tirol italiano (Santos, 1999, p. 147).

A partir de 1875, tem início a grande imigração italiana para Santa Catarina (ressalvada a Colônia Nova Itália, surgida anteriormente e dentro de outro contexto). Duas colônias, originalmente de base germânica, receberam essas levas de imigrantes por primeiro: Brusque e Blumenau. Os primeiros imigrantes dessa grande imigração chegaram ao porto de Itajaí em Santa Catarina, por volta de junho de 1875 (Grosselli, 1986, p. 336), sendo direcionados para a então “Colônia Itajaí-Brusque”, para os barracões provisórios de acolhimento. A data de chegada dos referidos imigrantes seria 4 de junho de 1875 (Glatz, 2018, p. 100). Em seguida, a primeira leva, composta por famílias da Valsugana (então Tirol italiano - Áustria) e de Monza (Lombardia - Itália) foram direcionadas para a localidade que na época ficou conhecida como “dezesseis” (demarcando a distância em quilômetros a partir da sede da colônia), e onde atualmente fica o

distrito de Claraíba, cidade de Nova Trento (Grosselli, 1986, p. 337). Com a chegada de outros imigrantes na localidade, em sua maioria, tirolezes italianos (trentinos), a comunidade cresceu. Surgiu o núcleo denominado Alferes que, posteriormente, recebeu a denominação de Nova Trento, composto pela junção de diversas linhas coloniais (Cadorin, 1992, p. 23-25).

Além de Nova Trento, a partir da Colônia Itajaí-Brusque surgiram ainda outras colônias italianas. Imigrantes que chegaram em 1875 foram destinados a lotes hoje localizados no município de Gaspar, inicialmente para a localidade de Barracão (nome faz referência ao barracão de recepção dos imigrantes) e, em seguida, para outras linhas (Baptista, 1998, p. 109-110). Outros foram destinados à linha denominada Lageado Alto, hoje integrada à cidade de Guabiruba. Os primeiros lotes foram distribuídos naquela localidade em 1876 (Celva, 2008, p. 24). Em 1876 também se distribuíram lotes na localidade de Porto Franco, atual Botuverá (Pavesi, 2018, p. 60-61). A imigração ali foi marcada pela presença de bergamascos e trentinos. Até hoje, Botuverá é marcada pela presença do dialeto bergamasco, bastante raro no contexto da imigração italiana no Brasil. Importante ainda registrar que, em 1877, um grupo de imigrantes italianos destinados a Santa Catarina repartiu-se, e 79 optaram pela colônia Luiz Alves (atual cidade) e outros optaram pela Colônia Itajaí-Brusque (Bohn, 2010, p. 7). Essa primeira leva de imigrantes para Luiz Alves era composta por mantuanos e bergamascos. Nos meses seguintes, outras levas de imigrantes se dirigiram para a referida colônia (Oliveira, 1997, p. 68).

De outro norte, na então Colônia Blumenau, os primeiros italianos, todos do Tirol italiano, chegaram entre agosto e setembro de 1875 (Grosselli, 1986, p. 346), pelo porto de Itajaí. Esses imigrantes foram encaminhados para a Estrada dos Pomeranos, criando comunidades que, futuramente, formariam a cidade de Rio dos Cedros. O primeiro grupo de imigrantes era originário da localidade de Mattarello, que fica situada no Valle dell'Adige (no então Tirol italiano). Os colonizadores seguiram pela mencionada Estrada dos Pomeranos até chegarem ao ponto demarcado para eles: o território que atualmente compreende a localidade de Santo Antônio, em Rio dos Cedros. Posteriormente, outras levas de imigrantes chegaram: diversos originários de Centa, Albiano, Segonzano e Valda (Val di Cembra) criaram a comunidade das Dores (Dolorata), também chamada de Crosera (encruzilhada). Outro grupo, quase todo originário de Samone (Valsugana), criou a comunidade de Pomeranos Médio – Caravaggio (antigamente denominada Samon). Um quarto grupo, quase todo originário de Cavedine, formou a comunidade da Busa, também denominada Glória. O quinto grupo formou-se por imigrantes oriundos, em sua maioria, da Valsugana, na região do atual centro de Rio dos Cedros, e o sexto grupo, também quase totalmente da Valsugana,



Fonte: Acervo do autor

Figura 1.4 - Capela Nossa Senhora das Dores (Dolorata), de 1916, em Rio dos Cedros



Fonte: Acervo do autor

Figura 1.5 - Construção tradicional da família Fronza, datada de 1903, na cidade de Rodeio

formou a linha Tirolezes, hoje dividida entre Rio dos Cedros e Timbó. Ainda se registrou a formação de uma colônia vêneta na linha São Bernardo, também em Rio dos Cedros (Vicenzi, 1975).

Ainda em 1875, registra-se a formação de Rodeio, originalmente denominada Picada de Rodeio, nome derivado do giro que os desbravadores deram no morro existente no local onde surgiu a localidade. Em sua maioria, eram imigrantes originários da Valsugana e de outras regiões do atual Trentino (Cani, 2011, p. 56). Ademais, registrou-se também a chegada de imigrantes vênets na colônia. No ano seguinte, 1876, fundaram-se as colônias Ribeirão São Paulo e Guaricanas, que formariam o atual município de Ascurra (Finardi, 1976, p. 23-24). Mais à frente, por volta de 1878, formou-se o núcleo Aquibadan, atual Apiúna, com imigrantes predominantemente vênets e lombardos (Deretti, p. 1970, p. 14-15).

Como se verifica, dentre as colônias italianas formadas no interior das grandes colônias Itajaí-Brusque e Blumenau estão as pioneiras da grande imigração italiana no Estado, e algumas formadas poucos anos depois. Na região sul de Santa Catarina, a colonização italiana se iniciou em 28 de abril de 1877, quando um grupo de 291 imigrantes da Lombardia chegou ao território da Colônia Azambuja, atualmente na cidade de Pedras Grandes (Toneto; Ghizzo; Pirola, 2015, p. 69-70). A partir dessa colônia pioneira, formaram-se outros núcleos: Urussanga, Criciúma, Accioly di Vasconcellos (atualmente Cocal do Sul) e Treze de Maio (Toneto; Ghizzo; Pirola, 2015, p. 71). Outra colônia importante para a história da imigração italiana, ainda que não tenha sido exclusivamente italiana, surgiu em 1882, com a colônia privada Grão-Pará. Anos depois, decidiu-se pela transferência da sede de tal colônia para próximo do Rio Tubarão e criação de uma cidade, com o nome de Orleans do Sul. Com a evolução administrativa da localidade, surgiram também outras cidades com parte de seu território dentro da Colônia Grão-Pará, como: Lauro Müller, São Ludgero, Orleans, Braço do Norte, Armazém, Rio Fortuna, São Martinho, Pedras Grandes, Santa Rosa de Lima e Grão-Pará, todas com relevante presença de imigração italiana (Lottin, 2002).

Até então, todas as colônias italianas haviam surgido no período imperial. Aos 15 de novembro de 1889, com a Proclamação de República, tem início um novo momento na ocupação do território brasileiro, inclusive com consequências para os imigrantes que aqui estavam, alcançados pela chamada “grande naturalização”⁽¹⁰⁾. Depois da Proclamação da República, criou-se outra colônia italiana no sul de Santa Catarina. Com as demarcações realizadas pela companhia colonizadora Metropolitana, nasceu em 1891 a colônia Nova Veneza, a partir da qual nasceriam ainda outros municípios nos arredores, como Nova Treviso (atual Treviso) e Nova Belluno (atual Siderópolis) (Piazza, 1994, p. 242-243).

1875 1876 1877 1878

1882

1889 1891

A partir de então, a presença italiana em Santa Catarina ganhou um aspecto diferente. Diversas ondas de migração interna começaram a ocorrer, com imigrantes, filhos e netos de imigrantes buscando outras terras no Estado para se estabelecerem. Foi assim que se observou, por exemplo, a grande migração de italianos e tirolezes italianos das colônias de Rodeio e Rio dos Cedros para o denominado Alto Vale do Itajaí, Planalto Serrano e para as regiões do norte do Estado. Tal migração também se observou das localidades italianas da colônia Itajaí-Brusque para diversas cidades do litoral e para diversas outras regiões do Estado. A região oeste de Santa Catarina, da margem direita do Rio do Peixe até a divisa com a Argentina, fez parte do chamado Contestado (Radin, 2003, p. 28), sendo definido como território catarinense apenas na década de 1920 (como visto acima). Na referida região, observou-se, já nas primeiras décadas do século XX, uma forte migração de italianos e seus descendentes, oriundos de regiões que haviam recebido os fluxos migratórios de 1875 em diante. Do Rio Grande do Sul viriam diversas famílias de origem italiana para o Oeste (Radin, 2003, p. 44), marcando definitivamente aquela região, como se observa até os dias de hoje.

A acomodação ao território, o desenvolvimento, os conflitos

Uma experiência comum pode ser observada nas colônias italianas de norte a sul do Estado no final do século XIX: um primeiro momento de grandes dificuldades, no qual os imigrantes tiveram que se estabelecer em meio a um território para eles estranho, em meio a densa floresta, um tanto quanto desiludidos com aquilo que encontraram. De outro lado, a ajuda do governo e as terras a baixo custo possibilitaram a esses imigrantes um progresso socioeconômico que, na Europa, dificilmente lhes teria sido possível naqueles anos⁽¹¹⁾. Nas áreas onde se observou imigração tiroleza-italiana (trentina) em conjunto com a imigração italiana, algumas rixas ocorreram nos primeiros tempos, eis que os tirolezes estavam sob a coroa austríaca dos Habsbourg (católica), e os italianos, sob a coroa italiana dos Savoia (que havia confiscado as terras dos Estados Pontifícios na unificação italiana). De todo modo, em pouco tempo, por falarem a mesma língua, tanto os tirolezes quanto os italianos eram tidos como de uma única nacionalidade, conforme registrou Frei Lucínio Korte em documento datado de 1901 (Korte, 1977, p. 47).

A organização das comunidades ocorria quase que invariavelmente em torno das capelas e igrejas católicas. A moral e os preceitos católicos forjavam a conduta de praticamente todos na comunidade e a capela tornava-se o centro das relações e da socialização⁽¹²⁾. O poder religioso nessas



Fonte: Acervo do autor

Figura 1.6 - Construção tradicional da família Rinco, em meio aos parreirais, na cidade de Ascurra. Concluída por volta de 1886.



Fonte: Acervo do autor

Figura 1.7 - Centro histórico da localidade de Azambuja (cidade de Pedras Grandes), primeira colônia italiana do sul de Santa Catarina (1877)



Fonte: Acervo do autor

Figura 1.8 - “La Pietà”, no interior da Igreja Matriz de Urussanga. Réplica doada pelo Papa Paulo VI por ocasião do centenário da cidade, em 1978.

comunidades era grande e, por vezes, se confrontava com o poder temporal ou laico. Deve-se registrar que, poucos anos depois da chegada das primeiras levas de imigrantes, o Brasil passou por uma significativa mudança política: em 1889 o regime monárquico foi derrubado por um levante militar, sendo formalmente proclamada a república em 15 de novembro de 1889. Nessa nova situação, houve mudanças administrativas importantes, como a implementação de um sistema federalista no âmbito nacional, o que fez com que as províncias se tornassem “Estados”, ocasião na qual surgiu o Estado de Santa Catarina. No âmbito local, isso significou também a ascensão de novas categorias políticas e novas formas de organização, não poucas vezes hostis às classes políticas anteriores.

Nos primeiros tempos, os imigrantes precisaram se concentrar em atividades como a abertura de clareiras para as suas colônias, a construção de moradias e a plantação de itens básicos para a alimentação. Muitos também passaram a trabalhar na abertura de estradas e outros serviços públicos para quitar o valor de aquisição dos lotes de terra com o governo⁽¹³⁾. Algumas famílias trouxeram a cultura do bicho da seda, bastante comum na sua região de origem. Nas colônias brasileiras, porém, essa atividade não vingou perfeitamente (em que pese muitas famílias a terem desenvolvido ao menos até a terceira geração).

Nas colônias localizadas no Vale do Itajaí, desenvolveu-se com bastante força a cultura do arroz e do tabaco nos primeiros anos. Em 1900, Giovanni Rossi⁽¹⁴⁾, então residente na Colônia Blumenau, registrou (Rossi, 1900, p. 28) que a plantação mais comum era a de cana-de-açúcar, seguida do milho que era a base alimentar, seja para os alemães que faziam o pão, seja para os italianos que faziam a polenta. Após o milho, o aipim, a mandioca, as batatas e o cará também eram largamente plantados para consumo das famílias. O arroz era plantado “a seco”, por causa da grande quantidade de chuva no verão, e o tabaco vinha sendo cada vez mais plantado, devido ao rendimento que fornecia às famílias. Por fim, a plantação de banana também era um destaque já naquela época. Outros cultivos eram de menor escala. Quanto à pecuária, gado leiteiro e suínos eram os destaques. A plantação de arroz e de banana cresceu consideravelmente em todas as colônias italianas do Vale do Itajaí e arredores. O tabaco, porém, manteve-se até a década de 1980, quando entrou em decadência, sendo substituído pela indústria como fonte de renda (Berri, 1993, p. 175). Atualmente, a indústria e o comércio representam as maiores fontes de renda dessas localidades.

Nas colônias do sul do Estado, em um primeiro momento, a agricultura foi também a atividade mais importante, com plantações de arroz, feijão e milho (Tonetto; Ghizzo; Pirola, 2015, p. 118-119). A produção agrícola permanece ali bastante diversificada, com destaque para o tabaco,

milho, feijão, arroz, mandioca, uva, pêssegos e hortaliças. No ano de 1881, na Colônia Azambuja, já havia famílias produzindo vinho. A proximidade com a BR-101 possibilita o comércio com diversas regiões do país (Tonetto; Ghizzo; Pirola, 2015, p. 124). Com o passar dos anos, também a indústria e o comércio se tornaram as principais fontes de renda para a região. Uma história bastante interessante em relação às colônias italianas do sul de Santa Catarina diz respeito à produção da uva Goethe⁽¹⁵⁾. Trazida para Urussanga pelo agente consular Caruso MacDonald, a variedade da uva foi utilizada para a produção de vinho, que passou a ser vendido e exportado, resultando no título de “capital catarinense do bom vinho” para Urussanga.

Um fator interessante, observado nos primeiros tempos das colônias italianas, foi a criação de cooperativas e associações, com a finalidade de mútua ajuda. Observou-se isso com bastante intensidade nas colônias do Vale do Itajaí, com a formação de sociedades cooperativas em Rio dos Cedros⁽¹⁶⁾, Rodeio e Ascurra (Berri, 1993). No sul de Santa Catarina, com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento econômico, e por se sentirem abandonados pelo governo, as colônias italianas de Urussanga, Nova Veneza, Azambuja, Nova Belluno, Cocal, Criciúma, Nova Orleans, Nova Treviso e Armazém fundaram, em 1891, a Federação de Cooperativas das Colônias Italianas do Sul do Estado de Santa Catarina e a *Società di Mutuo Soccorso Fratellanza Italiana* (Baldin, 1999, p. 113).

A educação e os estudos, nos primeiros anos, eram realizados por pessoas mais instruídas das comunidades, com o auxílio das famílias para manutenção da escola. Nas localidades italianas da antiga Colônia Blumenau, citam-se os nomes Giuseppe Marzini, Giuseppe Zanluca, Virgilio Campestrini e Giovanni Trentini (Vicenzi, 1975, p. 60). As escolas, inicialmente, eram erigidas e mantidas pelo clero (escolas paroquiais). Nas colônias do sul foi também a Igreja quem primeiro se ocupou da educação. Na então colônia Urussanga, o padre Luigi Marzano fez vir da Itália, em 1903, freiras da Congregação das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus, cuja casa construída serviu de escola para a comunidade (Baldin, 1999, p. 104-105).

Foi na área da educação que se refletiu o litígio entre o clero e o governo laico, observado na Itália a partir da unificação em 1861 e a tomada de Roma em 1870, com os bens da Igreja sendo confiscados e a decretação do fim dos Estados Pontifícios. O reino italiano que se formou estava separado da Igreja e buscava instituir o ensino laico. O mesmo ocorria no Brasil republicano. Nas colônias italianas e tirolezas de Blumenau, a chegada das escolas laicas italianas esteve ligada ao imigrante Ermembergio Pellizzetti, originário de Mantova. Após circular pelas colônias italianas e interessar-se pela situação da escolaridade, recebeu do régio cônsul italiano



Fonte: Acervo do autor

Figura 1.9 - Reprodução da antiga estação de trem na cidade de Criciúma

1881

1891

1903



Fonte: Acervo do autor

Figura 1.10 - Casa de Pedra da Família Bratti, construída em 1891, em Nova Veneza. Tombada pelo Patrimônio Histórico Nacional e Patrimônio Arquitetônico do Estado de Santa Catarina.

em Florianópolis a incumbência de distribuir material e erguer escolas, onde fosse ensinado inclusive a “estima pela pátria de seus pais, a Itália” (Berri, 1988, p. 131). Em 1908, Pellizzetti, com o apoio do consulado italiano, lançou a pedra fundamental da escola Dante Alighieri em Ascurra que, na época, era parte de Blumenau (Berri, 1988, p. 137). Em 1910, no Caminho dos Tiroleses, em Rio dos Cedros, alguns colonos descontentes com a escola paroquial edificaram, sem autorização da administração de Blumenau, uma escola laica a ser subsidiada pela Dante Alighieri. O avanço dessas escolas alarmou muito os frades franciscanos⁽¹⁷⁾ que atendiam à região, justamente por serem escolas laicas sem o ensino da religião. Tendo em vista o apoio que o consulado italiano fornecia às escolas laicas da Dante Alighieri, os frades de Rodeio procuraram, ainda em 1910, o consulado do império austro-húngaro da região. Com efeito, em 1899, o senhor Leopold Franz Hoeschl, imigrante oriundo de Bielsko-Biala do Império Austro-Húngaro (atualmente território polonês), recebeu o cargo de cônsul do império para Blumenau (Ornella, s/d, p. 36-37). A sede do consulado era na própria residência e sede comercial do Sr. Hoeschl, na localidade do Warnow (atualmente no município de Indaial). Era próxima das linhas coloniais tirolesas da região de Blumenau. Os frades esperavam que o consulado austríaco pudesse auxiliar na contenção das escolas laicas italianas sobre as colônias dos tiroleses italianos, até porque o Império Austro-Húngaro era o último grande império de confissão católica na Europa. Todavia, o sr. Hoeschl, para desagrado dos frades, não se ocupou da questão escolar (Berri, 1988, p. 142-143).

Nas colônias do sul do Estado, as disputas entre o poder laico e os religiosos também se intensificavam na referida época. Também ali os religiosos contestavam o avanço do ensino laico, ao passo que autoridades, inclusive agentes consulares, promoviam escolas desvinculadas das paróquias, nas quais, inclusive, buscava-se reforçar o sentimento de italianidade e de pertença ao Reino da Itália⁽¹⁸⁾. A partir de 1917, foi determinado que as escolas em território nacional deveriam dar a instrução em idioma português. Registra-se que as intervenções italianas no Brasil (clero, educação) também decorriam de uma mudança de percepção do Governo italiano, que passou a enxergar esses imigrantes não apenas como “exilados” ou “expatriados”, mas efetivamente como “italianos no exterior”, ou seja, como uma categoria que compunha, ainda que em outras terras, o conceito de Estado-Nação. A Itália tornava-se pioneira na criação da ideia de uma “cidadania cultural”⁽¹⁹⁾ (Choate, 2023, p. 27-28).

As regiões do Estado cuja presença italiana se deu indiretamente (filhos e netos de imigrantes que migraram internamente, conforme abordado acima) também observaram grandes modificações socioeconômicas e culturais a partir de tal presença. No norte e nordeste catarinense,

1908

1910

1917

a presença italiana fez-se sentir nos mais variados segmentos das atividades comercial e industrial, com destaque, apenas a título de exemplo, da grande produção de arroz na localidade de Vila Nova, em Joinville. Por sua vez, o território oeste de Santa Catarina observava, principalmente a partir das décadas de 1910 e 1920, a presença cada vez mais evidente da etnia italiana. Em municípios do Vale do Rio do Peixe, observou-se uma forte migração de italianos e filhos de imigrantes italianos a partir de colônias do sul de Santa Catarina e a partir de migração oriunda do Rio Grande do Sul. Foi assim que surgiram cidades como Videira, Tangará e Pinheiro Preto, marcadas pela produção de uvas e vinhos, Arroio Trinta, que ganhou o título de “capital catarinense da cultura italiana”, e diversas outras, também em direção ao oeste, que inclusive passaram a integrar um roteiro turístico, para potencializar o turismo de base cultural italiana⁽²⁰⁾. O oeste propriamente, e mesmo o extremo oeste, também observam a presença italiana, em grande medida oriunda de imigração indireta, com profundas marcas culturais⁽²¹⁾.

O final da década de 1930 e a primeira metade da década de 1940 foram particularmente complicados para as comunidades de descendentes de europeus no Brasil, inclusive para os moradores das colônias italianas, que haviam se desenvolvido em ambiente de relativo isolamento, preservando, por exemplo, o dialeto como língua materna. Afinal, o então mandatário, Getúlio Vargas, havia iniciado, ainda em 1938, a Campanha de Nacionalização, que visava minar a utilização de idiomas estrangeiros no Brasil. Essa campanha ganhou novo impulso em 1939, quando o exército passou a fiscalizar as colônias estrangeiras no Brasil, para coibir outros idiomas. A partir de 1942, com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial contra o Eixo (que incluía Itália e Alemanha), a utilização de idiomas como o alemão e o italiano passou a ser considerada crime passível de punição. Campos de concentração foram criados em cidades como Florianópolis e Joinville para receberem os “infratores”. O medo rondava todas as casas, pois sempre poderia haver um delator por perto, esperando a oportunidade de denunciar um falante de idioma estrangeiro⁽²²⁾. De outro norte, muitos foram os descendentes italianos que deram contribuição de sangue para o fim da Segunda Guerra Mundial, ao partirem para os campos de batalha com o exército brasileiro. Praticamente todas as cidades nas antigas colônias ostentam monumentos em homenagem aos pracinhas.

Esses tempos de perseguição trouxeram consequências também no aspecto cultural. A língua dialetal italiana falada nas colônias passou a ser menosprezada, ao passo que o uso correto do português passou a ser valorizado. Ao mesmo tempo que essas mudanças se observavam, também chegava a industrialização para as colônias, rompendo, aos poucos, o tecido social formado

1910

1920

1938

1940

1942

pela sociedade camponesa. Eram transformações significativas, e poderiam ter representado o fim dos elementos culturais italianos no Estado, não fossem alguns acontecimentos observados a partir da década de 1970.

O centenário da imigração e a institucionalização da cultura

Nos núcleos coloniais italianos, como ocorria nos demais, não existia o costume de se realizar eventos para enaltecer a etnia ou os traços culturais dos colonizadores. Os festejos realizados nos tempos mais antigos eram, basicamente, as festas de devoção religiosa católica (festas dos santos padroeiros de cada comunidade e as festas mais importantes do calendário católico), algumas festividades sazonais que acompanhavam o ciclo agrícola (muitas cidades celebravam a “Sagra” em agradecimento pelas colheitas, como em Rodeio), festas particulares (como os casamentos e alguns encontros denominados “filò”, nos quais as famílias se reuniam depois do trabalho, para conversar, cantar, realizar alguns trabalhos em conjunto), alguns poucos bailes (quase sempre condenados pelo clero).

Apenas em tempos mais recentes é que surgiram as festividades com o específico objetivo de enaltecer a própria etnia. Essa nova modalidade de evento, ao contrário dos anteriores, não surgiu de forma espontânea, mas devido à vontade e intervenção direta dos poderes constituídos. Foi nesse contexto que, em 1975, organizaram-se as celebrações do centenário da imigração italiana. Em Santa Catarina, as comemorações partiram das cidades de origem trentina: Nova Trento, Rodeio e Rio dos Cedros. A organização partiu das próprias cidades, e serviram de ocasião para que autoridades italianas, da Província de Trento, se fizessem presentes nas localidades brasileiras (Pisoni, 2007, p. 90), iniciando a construção de um relacionamento que cresceria ao longo dos anos.

As celebrações do centenário em Santa Catarina se iniciaram em Nova Trento, no mês de julho de 1975. Em detalhado relatório publicado na imprensa italiana (*Dalle celebrazioni [...]*, 1975, p. 1-2), verifica-se que uma comitiva formada por autoridades de Província de Trento, da Associação *Trentini nel Mondo* e da Cúria de Trento, partiu para o Brasil no referido mês de julho de 1975, dirigindo-se para a cidade de Nova Trento onde, em conjunto com autoridades municipais, estaduais (inclusive o então governador Antônio Carlos Konder Reis), militares, eclesiais e representação consular, deram início aos festejos do centenário aos 20 de julho. Os festejos consistiram em um misto de eventos cívicos, com inauguração de monumento, missas,



Figura 1.11 - Cartaz do centenário da imigração italiana nas cidades de Nova Trento, Rodeio e Rio dos Cedros. 1975.

festivas, desfiles, bailes e muitos encontros. Transparece, em cada linha da narrativa, a surpresa de cada lado com o encontro e, para o caso específico de Nova Trento, a importância da história de Amabile Visintainer (canonizada em 2022 como Santa Paulina) e da Congregação por ela fundada⁽²³⁾, bastante envolvida na programação daquele centenário.

Após os festejos em Nova Trento, as cidades de Rodeio e Rio dos Cedros se preparavam para organizar as comemorações em novembro e dezembro de 1975, e ambas as municipalidades reforçaram os convites para que a delegação de autoridades italianas também se fizesse presente na ocasião⁽²⁴⁾. Em Rio dos Cedros, a organização das festividades foi coordenada pelo então pároco, Pe. Victor Vicenzi. As comemorações, para os padrões da cidade, foram grandiosas e deixaram marcas profundas. Pela primeira vez, Rio dos Cedros recebia a visita de autoridades da Província de Trento, tanto políticas quanto religiosas, além da presença do próprio governador do Estado e de outras autoridades diplomáticas italianas no Brasil. Durante dias no mês de dezembro de 1975, verificou-se na cidade uma sequência de programas que incluíam missas solenes, desfiles (nas comunidades e no centro), exposições, lançamento de livros sobre história e cultura trentina, teatros (Lorenzi [...], 1975, p. 1-2).

Dentre as mudanças trazidas pela celebração do centenário, talvez a principal tenha sido a concepção de um novo tipo de festividade, desenvolvida não de modo orgânico pelas comunidades, mas por meio de uma organização específica com a finalidade de pôr em evidência os traços culturais étnicos de determinada população. Era o início da institucionalização da cultura, momento a partir do qual elementos culturais orgânicos (o dialeto, a culinária familiar dentre tantos outros) passariam a conviver com a cultura institucionalizada (trajes típicos, festas italianas etc.). Algumas ressalvas são necessárias: a introdução de elementos culturais até então ausentes nas respectivas comunidades por vezes pode “criar” um passado idealizado e uma identidade propositalmente construída. Nos festejos do centenário, por exemplo, apresentaram-se trajes típicos supostamente relacionados à cultura dos antepassados imigrantes, que, todavia, não eram reconhecidos por nenhuma das pessoas idosas que testemunharam os festejos⁽²⁵⁾. Mesmo a fama de “alegre” imputada aos descendentes era questionada, eis que não condizia com as memórias familiares de grande parte desses descendentes⁽²⁶⁾. Eric Hobsbawm cunhou a expressão “invenção das tradições” para se referir a certos protocolos desenvolvidos que, supostamente, fariam uma ponte com o passado⁽²⁷⁾.

De todo modo, o movimento criado a partir das celebrações do centenário impulsionaram a formação de associações, corais, grupos culturais, enfim, diversas instituições voltadas a criar intercâmbio com a Itália e desenvolver, no Brasil, expressões culturais que fizessem referência



Fonte: Acervo do autor

Figura 1.12 - Portal turístico da cidade de Arroyo Trinta, inspirado na Ponte Rialto, de Veneza

à etnia italiana (muitas dessas expressões eram, como visto, releituras realizadas pelos descendentes). Em 1975, ano do centenário, fundaram-se em Santa Catarina, os três primeiros círculos trentinos, em Nova Trento, Rodeio e Rio dos Cedros. Essas instituições, após um primeiro momento de inatividade, formaram novas diretorias na década de 1980 e passaram a ser importantes atores culturais em suas localidades. Atualmente, há 27 círculos trentinos no Estado.

Destaca-se, ainda em relação ao centenário, que localidades pioneiras do sul do Estado celebraram os respectivos centenários, como é o caso da localidade Azambuja (Pedras Grandes), em 1977, e Urussanga, em 1978, dentre outras. Em tais casos, o que se celebrou não foi propriamente o centenário da imigração italiana, mas o centenário das próprias cidades e localidades. De todo modo, as festividades tiveram forte temática italiana e serviram também como precursoras de outras festas de caráter étnico que seriam criadas.

Esses acontecimentos representaram um passo definitivo em direção à institucionalização da cultura que, na prática, fez com que dois modos diferentes de vivência cultural existissem: de um lado, mantinha-se (e, em grande medida, ainda se mantém) no âmbito familiar e comunitário os elementos culturais desenvolvidos naturalmente, como o dialeto (com as várias modificações sofridas ao longo dos anos), a culinária, hábitos de organização e estilo de vida. De outro, surgiram as festividades típicas, os grupos de dança e coral, e diversas outras iniciativas que visavam enaltecer a italianidade, com os mais diversos interesses, inclusive turísticos. Ao passo que a cultura desenvolvida organicamente no âmbito familiar diminuiu com o passar do tempo, aquela institucional cresceu bastante, tomando uma dimensão relevante nos mais diversos meios.

A comunidade italiana contemporânea

Como visto, movimentos importantes ocorridos no Brasil foram decisivos para o surgimento da comunidade italiana nos moldes como ela se manifesta atualmente. Também na Itália observaram-se movimentos importantes em relação ao tema da emigração: o contato entre Itália e seus emigrantes e descendentes passou para as Regiões, e praticamente cada uma dessas regiões criou associações “... nel mondo”⁽²⁸⁾, que recebiam dinheiro público e se reportavam com associações localizadas nos países que receberam imigrantes italianos, criando, assim, as condições para políticas transnacionais (Tintori, 2011, p. 174). Anos depois, em 1985, criaram-se também os COMITES – *Comitato degli Italiani all Estero*, vinculados a uma respectiva circunscrição

consular e formado por representantes eleitos pelos cidadãos italianos residentes naquela circunscrição, com função de aconselhar as autoridades consulares nos assuntos de interesse da respectiva comunidade italiana e representar os interesses da referida comunidade. Em 1989, criou-se o CGIE – *Comitato Generale degli Italiani All'Estero*, formado por representantes eleitos pelos conselheiros dos COMITES e por determinadas associações italianas no exterior, com a finalidade de aconselhar o parlamento e o governo italianos em relação a questões envolvendo a comunidade de italianos no exterior (Tintori, 2011, p. 175).

Na década de 1990, a questão dos italianos prosseguia em debate na Itália, na ocasião, atraindo interesse tanto da direita quanto da esquerda política⁽²⁹⁾. Foi também no início da década de 1990 que se promulgou a nova lei de cidadania na Itália, Lei 91/1992, mantendo a transmissão *jure sanguinis* aos descendentes nascidos no exterior⁽³⁰⁾. Já no princípio da década 2000, duas leis constitucionais alteraram a Constituição italiana, nos artigos 48 e 56, criando a “circunscrição eleitoral do exterior”, momento a partir do qual os cidadãos italianos residentes no exterior passaram a ter direito a voto nas eleições para o parlamento italiano e nos referendos nacionais, por meio de correspondência.

No que diz respeito à representação consular, a instalação da primeira Agência Consular italiana em Santa Catarina data de 1871, e, a partir de 1894, o Estado passou a ser sede consular, desmembrando-se da circunscrição de Porto Alegre. Isso durou até 1926, quando Santa Catarina passou a integrar a circunscrição consular sediada em Curitiba (Otto, 2006, p. 96-97). Atualmente, o Consulado Geral da Itália em Curitiba, que atende os Estados de Santa Catarina e Paraná, possui uma rede consular no Estado com agências honorárias em Florianópolis, Criciúma, Joinville e Blumenau, e com correspondentes consulares em Concórdia, Jaraguá do Sul, Lages, Nova Veneza, Videira, Arroio Trinta e Chapecó (dados de abril de 2025).

Em termos associativos, verifica-se em Santa Catarina uma capilar presença de associações e círculos italianos, que se estendem por todo o território. Apenas a título de exemplo (pois seria impossível nomear todas as associações e representações observadas no Estado), verifica-se a presença mais evidente de determinados segmentos, como é o caso dos descendentes de vênets no sul do Estado, organizados em torno do COMVESC – *Comitato Veneto de Santa Catarina*, e dos trentinos no Vale do Itajaí e Vale do Itajaí-Mirim, organizados em círculos trentinos, tendo como referência a Associação *Trentini nel Mondo* (com sede em Trento, Itália), e em associações Famílias Trentinas, tendo como referência a *Unione delle Famiglie Trentine all'Estero* (igualmente com sede em Trento). Ainda na região do Vale do Itajaí denota-se a presença da Lega Lombarda,



Fonte: Acervo do autor

Figura 1.13 - Réplica da primeira Igreja Matriz da cidade de São Miguel do Oeste, realizada pelo grupo CECONDI



Fonte: Acervo do autor

Figura 1.14 - Museu do Vinho Mário Pellegrin, na cidade de Videira

representando esse importante segmento na colonização italiana em Santa Catarina. Associações de “Famílias Belunesas”, ligadas à Associação *Bellunesi nel Mondo* também se fazem presente em cidades de todas as regiões do Estado. Algumas ligações específicas chamam a atenção, como é o caso do Círculo Bergamasco, em Botuverá, e a recente ligação entre a ADANPIB, grupo que reúne os descendentes e amigos da Colônia Nova Itália, e a *Associazione Liguri nel Mondo*, com sede em Gênova. Diversas outras associações culturais italianas encontram-se presentes em todas as regiões do Estado.

Em outros segmentos, observa-se um número crescente de parcerias entre universidades situadas em solo catarinense e universidades italianas⁽³¹⁾. No âmbito político, a Assembleia Legislativa possui uma Frente Parlamentar dedicada a integrar Santa Catarina e Itália. No âmbito municipal, diversas prefeituras assinaram acordos de cooperação com municípios italianos (acordos denominados *gemellaggio*). Ainda no âmbito municipal, diversas escolas mantêm o ensino da língua italiana em suas grades curriculares⁽³²⁾. Do ponto de vista comercial, está ativa a “Câmara Italiana de Comércio e Indústria de Santa Catarina – CCIESC”, que visa dinamizar o comércio entre Santa Catarina e Itália.

Atualmente, aproximadamente 75 mil catarinenses possuem a cidadania italiana, enquanto outros milhares aguardam a tramitação do referido pedido no Consulado. Em termos gerais, estima-se que 70% da população catarinense teria algum ascendente italiano na família (Igor, 2024). Esses números impressionantes ressaltam a importância do legado italiano no Estado, e a potencialidade dele para as relações futuras.

Considerações Finais

A presença italiana em Santa Catarina manifestou-se de modos diversos ao longo dos anos. Após um primeiro momento de imigração direta e formação de colônias, o Estado viu a etnia italiana difundir-se por todo o seu território por meio das muitas ondas migratórias internas. Atualmente, não há região catarinense sem a presença marcante da cultura italiana.

Observou-se, ao longo dos anos, uma gradual mudança no modo dessa cultura se manifestar. De algo tipicamente familiar e comunitário, após o período de repressão vivenciado durante o Estado Novo, a italianidade ressurgiu em formato institucionalizado, por meio de associações e grupos folclóricos diversos. Em tempos mais recentes, essa institucionalização repercutiu também em parcerias acadêmicas e comerciais.

A legislação catarinense também reflete essa presença étnica, com o dialeto “*Talian*” e a música “*Mérica Mérica*” obtendo o reconhecimento de patrimônio cultural imaterial estadual⁽³³⁾. No âmbito municipal, algumas cidades adotaram o dialeto como língua cooficial⁽³⁴⁾, reforçando a importância desse legado cultural.

Tendo-se passado aproximadamente seis gerações desde o início da grande imigração italiana em Santa Catarina, é possível observar que cada uma dessas gerações vivenciou tempos bastante diferentes e modos de expressar a italianidade também muito diferentes. Pode-se verificar que o modo contemporâneo é aquele em que ainda convivem fragmentos da cultura tradicional, desenvolvida organicamente no seio das famílias, e a cultura institucionalizada, com crescimento significativo nos últimos anos e espalhada nos mais diversos setores sociais. Em todas essas vertentes, a presença italiana oferece oportunidades para o Estado, para o desenvolvimento social, cultural e econômico.

Notas

(1) Doutorando e mestre em Teoria e História do Direito na Universidade Federal de Santa Catarina. Especialista (pós-graduado) em Direito Público Constitucional e Administrativo, pela UNIVALI, e em Direito Empresarial e Tributário, pelo INPG. Professor universitário, advogado, pesquisador e escritor. Participa ativamente da comunidade italiana e trentina no exterior, exercendo, atualmente, a função de Coordenador dos Círculos Trentinos de Santa Catarina e Paraná. Membro da Comissão Estadual para os 150 anos da grande imigração italiana em Santa Catarina. Exerceu o cargo de diretor cultural da União Brasileira dos Escritores seccional Santa Catarina e participou da diretoria de diversas associações italianas, como o *Lira Circolo Italiano di Blumenau* e o *Circolo Trentino di Rio dos Cedros*. Diretor do documentário “*El parlar dela zent del Cedro*”, premiado na Itália e exibido em outros países. Autor do livro “Rio dos Cedros, o coração trentino do Brasil” (bilíngue), coautor dos livros “*Rio dos Cedros nella nostra mente*”, com Renzo Grosselli, e “*Família Tafner*”, com Antonietta Tafner e Olivio Tafner, e autor de diversos capítulos e artigos, publicados no Brasil e no exterior. É detentor de alguns prêmios e reconhecimentos, dentre eles, duas moções de aplausos da Câmara de Vereadores de Rio dos Cedros e o prêmio *Forever Trentini*, da Associação *Trentini nel Mondo*. E-mail: andreytaffner@gmail.com.

(2) “Entre 1878 e 1881, a emigração anual da Itália para as Américas dobrou, de 20 para 40 mil pessoas; ela dobrou de novo em 1886, superando a continental, então dobrou de novo em 1891 e, novamente, em 1904, com mais de meio milhão de italianos emigrando através do Atlântico em 1906 e 1913. Entre 1905 e 1907, 1 em cada 50 italianos emigrava a cada ano; em 1913, 2,4% da população residente na Itália emigrou para o exterior. O censo nacional de 1911 revelou que os expatriados italianos totalizavam mais de um sexto da população da Itália” (Choate, 2023, p. 25).

(3) “Do século XVI ao XX, o *direito das gentes* europeu considerou as nações cristãs europeias como criadoras e portadoras de uma ordem que valia para toda a Terra. Na época, ‘europeu’ designava o status normal que reivindicava fornecer a norma para a parte não europeia da Terra. O termo civilização equiparava-se à civilização europeia. Nesse sentido, a Europa ainda era o centro da Terra” (Schmitt, 2014, p. 87).

(4) No início do século XX, Santa Catarina e Paraná disputavam territórios ao oeste; os moradores de tal região eram, em sua grande maioria, posseiros sem título de propriedade; concomitantemente, em 1906 teve início a construção da ferrovia que atravessaria o oeste, sendo a construção confiada à empresa estadunidense “*Brazil Highway Company*”, que deteve o direito de exploração das terras situadas a quinze quilômetros de cada margem da ferrovia; essa empresa fundou uma segunda, denominada “*Southern Brazil Lumber and Colonization Company*”, com o intuito de explorar madeira; para desenvolver essas atividades, ambas as empresas estadunidenses passaram a expulsar os posseiros das terras que ocupavam; promoveram uma colossal destruição da flora e fauna local, além de inviabilizar as pequenas atividades dos moradores; ao término do empreendimento, os trabalhadores que haviam migrado para atuar na ferrovia ficaram desamparados, somando-se ao contingente de posseiros expulsos das terras e pessoas que ficaram sem meios de subsistência; neste território desprovido de qualquer assistência mínima (estava em litígio entre dois Estados, sendo que nenhum se responsabilizava pela população) cresceu o fanatismo religioso incentivado por autodenominados “monges”, que inflavam o misticismo através de visões e milagres; um desses “monges” denominado José Maria faleceu em 1906 dizendo que ressuscitaria; em 1912, um outro autodenominado monge surgiu e foi tido como José Maria ressuscitado; ele guiou as pessoas daquela região para a criação de uma comunidade fechada, de viés monárquico religioso-messiânico; em 1912, após tentativas de remoção do grupo e dispersão, o governo federal deslocou tropas para abatê-lo ou dispersá-lo definitivamente; tinha início a guerra que ficaria conhecida como Guerra do Contestado, que perdurou até 1915, resultando em milhares de mortes e no genocídio de uma comunidade que, a bem da verdade, encontrava-se abandonada, longe de qualquer jurisdição governamental, tentando sobreviver; a Guerra do Contestado permanece como uma das mais sombrias manchas na história catarinense; com o término da guerra, encerrou-se também a questão dos limites entre os Estados do Paraná e Santa Catarina; com o território definido, novas cidades foram fundadas, e a região passou a ser ocupada por migrações internas de Santa Catarina e por levas de migrantes oriundos do Rio Grande do Sul.

(5) Revolta popular ocorrida na Bahia entre 1837 e 1838, que se opunha ao governo do chamado “período regencial”, que durou de 1831 a 1840, no intervalo entre a abdicação de Dom Pedro I e a subida ao trono de Dom Pedro II.

(6) De cidades como Sassello, Savona, Urbe, dentre outras.

(7) Aos 11 de janeiro de 2018, foi promulgada a Lei n.º 13.617, reconhecendo o município de Santa Teresa (ES) como o “pioneiro da imigração italiana no Brasil”. Santa Catarina reagiu e, no âmbito estadual, promulgou a Lei n.º 17.536/2018, reconhecendo a Colônia Nova Itália como a pioneira. Ademais, no âmbito federal, foi apresentado o PL 9811/2018, que visa, dentre outras medidas, revogar a mencionada Lei n.º 13.617/2018. Outras ações são empreendidas pelo município de São João Batista em conjunto com a ADANPIB – Associação dos Descendentes e Amigos do Núcleo Pioneiro da Imigração Italiana no Brasil.

(8) Referida região seria incorporada pela Itália somente aos 10 de outubro de 1920, data em que entrou em vigor o Tratado de Saint Germain-en-Laye, assinado pela Áustria e pelas potências aliadas que, juntamente com o Tratado de Versalhes, colocou fim à Primeira Guerra Mundial, dividindo territórios do então já dissolvido Império Austro-Húngaro. O antigo Tirol italiano passaria a se denominar Província de Trento, dentro da região do Trentino – Alto Adige.

- (9) Decreto n.º 5.663, de 17/06/1874, “I - Joaquim Caetano Pinto Junior obriga-se, por si ou por meio de uma companhia ou sociedade que poderá organizar, a introduzir no Brasil (excepto na Província do Rio Grande do Sul) dentro do prazo de 10 annos 100.000 immigrants Allemães, Austriacos, Suissos, Italianos do norte, Bascos, Belgas, Suecos, Dinamarquezes e Francezes, agricultores, sadios, laboriosos e moralisados, nunca menores de dous annos, nem maiores de 45, salvo se forem chefes de familia. Desses immigrants 20 por cento poderão pertencer a outras profissões”.
- (10) Com a chamada “grande naturalização”, promovida pelo Decreto 58-A/1889 (e confirmada pelo art. 69 da Constituição de 1891), o Estado brasileiro pretendeu estender a cidadania brasileira a todos os estrangeiros residentes no Brasil na data da Proclamação da República. Tal determinação surtiu efeito apenas internamente, não sendo reconhecida por outros países, inclusive pela Itália. Sobre o assunto: DAL RI JR., Arno; FRAGA, Andrey José Taffner. The 2022 decision of the italian corte di cassazione on the brazilian “great naturalization” and the condition of italian citizens resident in Brazil in the late 19th century. *Italian Yearbook of International Law IYIL*, v. 32, p. 297-314, 2022.
- (11) Para um elenco de imigrantes italianos com o respectivo auxílio recebido: BERRI, Aléssio. *Pioneiros italianos no Médio Vale do Itajaí*. Jaraguá do Sul, 2003.
- (12) Sobre o assunto: DALLABRIDA, Norberto. *A sombra do campanário: o catolicismo romanizado na área de colonização italiana do Médio Vale do Itajaí Açu (1892-1918)*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1993 e DALMOLIN, Gabriel. *A sociedade da capela: trabalho, fé e educação no povoado de Rodeio (1883-1904)*. Blumenau: Edfurb, 2020.
- (13) Nas colônias do Vale do Itajaí, era comum o termo “gli aizemponeri”, palavra derivada do termo alemão “eisenbahner”, para se referir àqueles que trabalham na construção de estradas de ferro para o governo.
- (14) Natural da Itália, Giovanni Rossi foi engenheiro agrônomo, filósofo e escritor. Envolveu-se na criação de uma comunidade experimental de cunho anarquista no Brasil. Depois do seu insucesso, passou por algumas colônias italianas, inclusive Rio dos Cedros, tendo trabalhado pelo desenvolvimento da agricultura.
- (15) “A uva Goethe, também chamada Rogers I, é um híbrido de variedades europeias e americanas com alta resistência fitossanitária. Foi desenvolvida nos EUA por Robert Staniford Rogers no século XIX e em 1862 já aparecia em catálogos de plantas” (Rebollar *et al*, 2007, p. 25).
- (16) Ainda no final do século XIX, em Rio dos Cedros, tal qual ocorrera no Tirol italiano, começaram os primeiros movimentos para implantação do sistema cooperativista. As duas primeiras tentativas de se criar uma cooperativa não obtiveram êxito (“Società del Tabaco”, em 1893, e “Società di Mutuo Socorso”, em 1897). Finalmente, em 1899, na terceira tentativa (que envolveu inclusive a viagem de um dos cooperados – Andrea Largura – à Alemanha para negociar preços diretamente com os compradores), conseguiu-se desenvolver um sistema cooperativo eficiente, englobando várias das famílias rio-cedrenses. Era a Sociedade Cooperativa de Rio dos Cedros (Società Cooperativa di Rio Cedros). Essa cooperativa funcionou até 1950, quando as atividades foram definitivamente encerradas (Fraga, 2020, p. 39-40).
- (17) Sobre o assunto, vide: OTTO, Clarícia. *Catolicidades e italianidades: tramas e poder em Santa Catarina (1875-1930)*. Florianópolis: Insular, 2006.
- (18) Ao visitar uma escola de Urussanga na primeira década do século XX, o cônsul italiano Adelchi Gazzurelli perguntou aos alunos se eles eram brasileiros ou italianos, e protestou veementemente ao escutar como resposta que eram brasileiros. “Vocês são italianos, mesmo que nascidos no Brasil” (Otto, 2006, p. 212).

(19) “Os sucessos italianos ao conectar, por métodos não violentos, as suas comunidades no exterior nos permitem ter uma nova perspectiva a respeito das rápidas mudanças no mundo transatlântico, nos sistemas coloniais europeus e no processo de formação de uma comunidade global antes da Primeira Guerra Mundial, assim como das rápidas mudanças que estavam a ocorrer” (Choate, 2023, p. 39).

(20) Lacerdópolis, Ouro, Capinzal, Piratuba, Itá, Tangará, Pinheiro Preto, Videira, Arroio Trinta, Salto Veloso, Caçador, Água Doce, Treze Tílias (Linha Pinhal), Luzerna, Joaçaba.

(21) Diversos grupos folclóricos e associações culturais fazem prova disto, mencionando-se, a título de exemplo, a Federazione Folk La Serenissima, com sede na cidade de Pinhalzinho, que detém reconhecimento internacional e reúne grupos de vários Estados brasileiros. A presença do “talian”, o dialeto italiano resultante da fusão de diversas variantes com o próprio português, é amplamente registrada nas cidades, em programas de rádio. Neste sentido, a cidade de Nova Erechim é tida como a capital catarinense do “talian”.

(22) Sobre o assunto, vide: FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra Mundial em Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC; Itajaí: Editora da Univali, 2005.

(23) Amabile Visintainer nasceu em Vigolo Vattaro aos 16/12/1865, no então Tirol italiano no Império Austro-Húngaro (atualmente, Trentino, no norte da Itália). Emigrou para a localidade hoje denominada Vigolo, em Nova Trento, em 1875, junto de sua família. Trabalhou como camponesa. Em companhia da amiga Virginia Nicolodi, iniciou trabalhos junto à Igreja em Nova Trento. Após um sonho com a Virgem Maria, iniciou sua obra. Juntamente com a amiga Virgínia, passou a cuidar dos doentes em um casebre doado, que recebeu o nome de “Hospitalzinho São Vigilio”. Ali, Amabile e Virginia trabalharam como “enfermeiras” de 1890 a 1894, tendo recebido uma terceira ajudante: Teresa Maule. Em 1895, as três passaram a exercer um apostolado, recebendo, aos 25/08/1895, a aprovação episcopal para a nova comunidade que começavam a constituir. Aos 07/12/1895, as três proferiram os votos, nomearam a nova congregação como “Filhas da Imaculada Conceição”, e abandonaram seus nomes seculares para passarem se chamar Irmã Paulina do Coração Agonizante de Jesus (Amabile Visintainer), Irmã Matilde da Imaculada Conceição e Irmã Inês de São José. A partir dali a obra se expandiu e se aperfeiçoou. Madre Paulina foi eleita superiora geral em 1903 e, no mesmo ano, por intermédio do Padre Luigi Rossi, chegaria a São Paulo, juntamente com outras irmãs, para expandir o apostolado também naquele Estado. Vítima de intrigas, perdeu o cargo de superiora geral em 1909, vivendo os próximos trinta e três anos de vida no anonimato, realizando os trabalhos mais humildes na congregação que havia fundado. Faleceu em 1942, já com fama de santidade. Foi proclamada santa pelo Papa João Paulo II aos 19/05/2002 (Cadorin, 2002). Santa Paulina, além do legado religioso, também realiza uma ponte entre os descendentes de imigrantes e a terra de origem dos antepassados.

(24) “*Perdura vasta e profonda in Trentino come in Brasile, l’eco delle celebrazioni che hanno visto, a Nova Trento, una delegazione della Provincia autonoma e della <Trentini nel Mondo> partecipare, insieme alle massime autorità dello stato brasiliano, alle celebrazioni del centenario della emigrazione trentina in Brasile. (...) Aperte a Nova Trento, tali celebrazioni si concluderanno ufficialmente a Rio dos Cedros, nelle giornate dal 30 novembre all’8 dicembre prossimi; la Provincia autonoma e la <Trentini nel Mondo> sono già state ufficialmente invitate a presenziarvi, così come avvenne per la apertura a Nova Trento*” (A RIO [...], 1975, p. 1).

(25) Sobre o assunto: DOLZAN, Janiane Cinara. A (re)invenção da italianidade em Rodeio - SC. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 129. 2003; e GIOVANELLA NETO, Luiz. O centenário da imigração italiana em Rio dos Cedros (1975): imprensa e cultura na construção de projeto identitário. Monografia (Especialização em História e Acervos) - Centro de Ciências Humanas e da Comunicação, Universidade Regional de Blumenau. Blumenau, p. 97. 2003.

(26) Ibidem.

(27) “Por ‘tradição inventada’ entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. (...) O passado histórico no qual a nova tradição é inserida não precisa ser remoto, perdido nas brumas do tempo. (...) Contudo, na medida em que há referência a um passado histórico, as tradições ‘inventadas’ caracterizam-se por estabelecer com ele uma continuidade bastante artificial. Em poucas palavras, elas são reações a situações novas que ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase que obrigatória” (Hobsbawm, 2021, p. 8). “Inventar tradições significa criar rituais e regras que busquem traçar uma continuidade com o passado, criando uma memória que funciona como um estoque de lembranças. Nem tudo que a ‘tradição inventada’ abarca é realmente passado; várias de suas manifestações são recentes, mas surgem para as pessoas como algo há muito existente” (Flores, 1997, p. 35).

(28) *Trentini nel Mondo, Veneti nel Mondo, Lombardi nel Mondo* etc. Nas várias regiões italianas foram surgindo associações com esse nome e com a finalidade de se reportar com as comunidades de imigrantes ou descendentes de imigrantes residentes no exterior.

(29) “*Since the 1990s, the public discourse over ‘Italians abroad’ has been imbued with both the nationalistic patriotism of right-wing movements and the internationalism/ecumenism of left-wing and catholic movements and unions*” (Tintori, 2011, p. 175).

(30) Os descendentes de imigrantes do Tirol italiano (hoje Trentino) não são beneficiados pela referida lei, eis que seus antepassados emigraram na condição de austríacos. Para esses descendentes, uma lei especial *ad hoc*, Lei 379/2000 permitiu a opção pela cidadania italiana, por um prazo de cinco anos (prorrogado por mais cinco na ocasião). Desde 2010, não há mais lei vigente permitindo aos descendentes de trentinos a opção pela cidadania italiana. Sobre o assunto: DAL RI JR., Arno; FRAGA, Andrey José Taffner. O Tratado de Saint-Germain-en-Laye e os efeitos do instituto da “opção” sobre a condição jurídica dos descendentes de cidadãos austríacos trentino-tirolêses. *Revista de Direito Internacional (Brazilian Journal of International Law)*. vol. 18, n. 1, 2021.

(31) Apenas a título de exemplo, a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) possui acordos de cooperação com as universidades italianas de Bolzano, Milano, delle Marche, Ferrara, Firenze, Bologna, Veneza, Cagliari e Cassino (<https://www.udesc.br/intercambio/universidadesconveniadas>).

(32) No ano de 2024, os municípios de Treviso, Urussanga, Siderópolis, Nova Veneza, Arroio Trinta, Laurentino, Rodeio, Morro Grande, Lacerdópolis e Massaranduba.

(33) Vide Lei n.º 17.565, de 6 de agosto de 2018.

(34) Os municípios de Nova Erechim e de Ipumirim, através das Leis Municipais n.º 1.783/2015 e 1.868/2020, respectivamente, adotaram o “talian” como língua cooficial; o município de Capinzal, através da Lei Municipal n.º 3.496/2023, reconheceu o “talian” como patrimônio histórico imaterial; os municípios de Rodeio e Laurentino, através das Leis Municipais n.º 2.156/2020 e 1.447/2021, respectivamente, adotaram o dialeto trentino como língua cooficial.

Referências

- A RIO dos Cedros in dicembre si concludono le celebrazioni brasiliane del centenario. Trentini nel Mondo: mensile per gli emigranti a cura dell'associazione Trentini nel Mondo, Trento, ano 18, n. 10, p. 1-2, out. 1975.
- ARNS, Alice Bertoli. Crônica à margem da história de Rio do Oeste. Curitiba: Linarth, 1987.
- BALDIN, Nelma. Tão fortes quanto a vontade: história da imigração italiana no Brasil: os vênetsos em Santa Catarina. Florianópolis: Insular, Ed. da UFSC, 1999.
- BAPTISTA, Leda Maria. Simplesmente Gaspar. Blumenau: Nova Letra, 1998.
- BERRI, Aléssio. A igreja na colonização italiana no Médio Vale do Itajaí. Blumenau: Casa Dr. Blumenau, 1988.
- BERRI, Aléssio. Imigrantes Italianos, Criadores de Riquezas. Blumenau: Fundação “Casa Dr. Blumenau”, 1993.
- BERRI, Aléssio. Pioneiros italianos no Médio Vale do Itajaí. Jaraguá do Sul, 2003.
- BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. A Colônia Alemã de Blumenau: na Província de Santa Catarina no Sul do Brasil. Edição Bilingue. Blumenau: Ed. Cultura em Movimento, 2002.
- BOITEUX, Lucas Alexandre. Primeira página da colonização italiana em Santa Catarina. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1939.
- BOHN, Antônio Francisco. Memórias luisalvenses: lembranças de um passado. Blumenau: 3 de maio, 2020.
- BORTOLOTTTO, Zulmar H. História de Nova Veneza. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2012.
- CANI, Iracema Maria Moser. História e memórias de Rodeio. Indaial: Ed Uniasselvi, 2011.
- CADORIN, Célia B. Ser para os outros: perfil biográfico de Madre Paulina do Coração Agonizante de Jesus (Amabile Visintainer): 1865-1942. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2022.
- CADORIN, Jonas. Nova Trento outra vez... Nova Trento: Prefeitura de Nova Trento, 1992.
- CELVA, Eder Claudio. Imigração italiana em Guabiruba (Lageado Alto). Blumenau: Odorizzi, 2008.
- CHOATE, Mark I. Italianos no mundo: uma nação imigrante. Tradução de João Fábio Bertonha. São Paulo: Contexto, 2023.
- CURL, José. A Influência do “Talian” na Fala Catarinense. Revista Blumenau em Cadernos, Blumenau, tomo XLVI, n.º 5/6, mai/jun, 2005.
- CURL, José. A Influência do “Talian” na Fala Catarinense (final). Revista Blumenau em Cadernos, Blumenau, tomo XLVI, n.º 7/8, jul/ago, 2005.
- CURL, José. Os Italianos na Ilha de Santa Catarina. Revista Blumenau em Cadernos. Blumenau, tomo XLIV, n.º 1/2, jan/fev, 2003.
- DALLABRIDA, Norberto. A sombra do campanário: o catolicismo romanizado na área de colonização italiana do Médio Vale do Itajaí Açu (1892-1918). 1993. 230 p. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1993.
- DALLABRIDA, Norberto. O mestre-escola: retalhos da vida de Giovanni Trentini em Rio dos Cedros. Florianópolis: Dois por quatro, 2021.
- DALL’ALBA, João Leonir. Imigração italiana em Santa Catarina. Caxias do Sul: EDUCS, Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, Florianópolis: Ed. Lunardelli, 1983.
- DALLE CELEBRAZIONI brasiliane alle visite in Cile – Argentina – Uruguay. Trentini nel Mondo: mensile per gli emigranti a cura dell'associazione Trentini nel Mondo, Trento, ano 18, n. 9, p. 1-2, set. 1975.
- DALMOLIN, Gabriel. A sociedade da capela: trabalho, fé e educação no povoado de Rodeio (1883-1904). Blumenau: Edfurb, 2020.
- DAL RI JR., Arno; FRAGA, Andrey José Taffner. O Tratado de Saint-Germain-en-Laye e os efeitos do instituto da “opção” sobre a condição jurídica dos descendentes de cidadãos austríacos trentino-tirolêses. Revista de Direito Internacional (Brazilian Journal of International Law). vol. 18, n. 1, 2021.
- DAL RI JR., Arno; FRAGA, Andrey José Taffner. The 2022 decision of the italian Corte di Cassazione on the brazilian “great naturalization” and the condition of italian citizens resident in Brazil in the late 19th century. Italian Yearbook of International Law IYIL, v. 32, p. 297-314, 2022.
- DERETTI, Miguel. Apiúna nos meus apontamentos. Porto Alegre, 1970.
- DOLZAN, Janiane Cinara. A (re)invenção da italianidade em Rodeio - SC. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 129. 2003.
- FÁVERI, Marlene de. Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra Mundial em Santa Catarina. Florianópolis: Editora da UFSC; Itajaí: Editora da Univali, 2005.
- FINARDI, José E. Colonização italiana de Ascurra: 1876-1976. Blumenau: Gráfica 43 S/A, 1976.

- FINARDI, José E. Os primeiros moradores de Rio dos Cedros. Revista Blumenau em Cadernos, Blumenau, tomo XVIII, n°s 11/12, nov/dez, 1977, p. 358-364.
- FINARDI, José E. Os primeiros moradores de Rio dos Cedros. Revista Blumenau em Cadernos, Blumenau, tomo XIX, n° 1, Jan., 1978, p. 12-22.
- FINARDI, José E. Religiosidade dos imigrantes italianos. Revista Blumenau em Cadernos, Blumenau, tomo XIX, nos 11/12, nov/dez, 1978.
- FLORES, Maria Bernardete Ramos. Oktoberfest: turismo, festa e cultura na estação do chopp. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997.
- FRAGA, Andrey José Taffner; TAFNER, Maria Antonietta Bellato; TAFFNER, Olivio. Família Tafner: história e trajetória, na Europa e no Brasil. Blumenau: Ed. 3 de Maio, 2017.
- FRAGA, Andrey José Taffner. Rio dos Cedros: o coração trentino di Brasil / il cuore trentino del Brasile. Rio dos Cedros: Editora do Autor, 2020.
- GIOVANELLA NETO, Luiz. O centenário da imigração italiana em Rio dos Cedros (1975): imprensa e cultura na construção de projeto identitário. 2003. 97 p. Monografia (Especialização em História e Acervos) - Centro de Ciências Humanas e da Comunicação, Universidade Regional de Blumenau. Blumenau, 2003.
- GLATZ, Rosemari. Brusque – os 60 e o 160: elementos da nossa história. Brusque: Ed. UNIFEFE, 2018.
- GROSSELLI, Renzo Maria. Noi tirolese, sudditi felici di Dom Pedro II. Porto Alegre: EST Edições, 2008.
- GROSSELLI, Renzo Maria; FRAGA, Andrey José Taffner. Rio dos Cedros nella nostra mente: una comunità trentino-tirolese del Brasile tra storia, identità e mito. San Michele All'Adige: Museo etnografico trentino San Michele, 2022.
- GROSSELLI, Renzo Maria (org.). Trentamila tirolese in Brasile: storia, cultura, cooperazione allo sviluppo. Trento: Regione Trentino-Alto Adige, 2005.
- GROSSELLI, Renzo Maria. Vincere o morire: contadini trentini (veneti e lombardi) nelle foreste brasiliane. Trento: Provincia Autonoma di Trento, 1986.
- HOBSBAWM, Eric J.; RANGER, Terence. A invenção das tradições. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. 14ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2021.
- IGOR, Renato. Onde será o escritório consular em SC que facilita cidadania italiana. NSC Total. Florianópolis, 16 fev. 2024. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/colonistas/renato-igor/onde-sera-o-escritorio-consular-em-sc-que-facilita-cidadania-italiana>. Acesso em: 09 abr. 2024.
- JOCHEM, Toni Vidal. A epopeia de uma imigração. Águas Mornas: Ed. do Autor, 1997.
- KLUG, João; DIRKSEN, Valberto. Rio do Sul: uma história. Fundação Cultural de Rio do Sul: Rio do Sul, 2000.
- KORTE, Lucínio. Documento histórico. Tradução de Victor Vicenzi. Revista Blumenau em Cadernos, t. 18, n. 2, fev./1977, p. 46-50.
- LORENZI e Konda Reis concludono il centenario a Rio dos Cedros. Trentini nel Mondo: mensile per gli emigranti a cura dell'associazione Trentini nel Mondo, Trento, ano 18, n. 12, p. 1-2, dez. 1975.
- LOTTIN, Jucely. Colônia imperial Grão-Pará: 120 anos. São José: Elbert Indústria Gráfica, 2002.
- MARZANO, Luigi. Colonos e missionários italianos nas florestas do Brasil. Tradução e organização de Karla Ribeiro. Urussanga: Mundo Neolatino Editora, 2021.
- MENGARDA, Altino José. Eles não serão esquecidos. Indaial: Ed. Asselvi, 2008.
- OLIVEIRA, Didyma Lazzaris de. Por um pedaço de terra. Luís Alves: sua colonização a partir de 1877. Itajaí: Editora da Univali, 1997.
- ORNELLAS, Lieselotte Hoeschl. Meu caleidoscópio: a história de Leopoldo Francisco Hoeschl e seus descendentes. Monografia disponível no Arquivo Histórico de Blumenau.
- OTTO, Clarícia. Catolicidades e italianidades: tramas e poder em Santa Catarina. Florianópolis: Insular, 2006.
- PAVESI, Izabella. O desbravador: a trajetória heroica de Giuseppe Caresia, imigrante trentino-italiano. Maringá: A. R. Publisher, 2018.
- PIAZZA, Walter Fernando. A Colonização de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. Lunardelli, 1994.
- PIAZZA, Walter Fernando. A colonização italiana em Santa Catarina. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 1976.
- PIAZZA, Walter Fernando (org.). Italianos em Santa Catarina. Vol. 1. Florianópolis: Lunardelli, 2001.
- PIAZZA, Walter Fernando (org.). Italianos em Santa Catarina. Vol. 2. Florianópolis: Lunardelli, 2001.
- PIAZZA, Walter Fernando; HÜBENER, Laura Machado. Santa Catarina: história da gente. 6. ed. Florianópolis: Lunardelli, 2003.
- PISONI, Ferruccio. Un solco lungo 50 anni: l'Associazione Trentini nel Mondo dal 1957 al 2007. Grafiche Dalpiaz: Trento, 2007.

- RADIN, José Carlos. Italianos e comunidades rurais no Oeste catarinense. *In*. RADIN, José Carlos; BENEDET, José Higino; MILANI, Maria Luiza. Facetas da colonização italiana: Planalto e Oeste catarinense. Joaçaba: UNOESC, 2003.
- RADIN, José Carlos. Imigração italiana em Santa Catarina e no Paraná: fontes diplomáticas italianas (1875-1927). Chapecó: Ed. UFFS, 2020.
- REBOLLAR, Paola May; et al. Vales da uva Goethe. Urussanga: Ed. PROGOETHE, 2007.
- ROSSI, Giovanni. Agricultura. *In*. Comemoração do 50º Aniversário da Fundação de Blumenau. Blumenau: Typ. H. Baumgarten, 1900.
- SANTOS, Rosely Izabel Correa dos. A terra prometida: emigração italiana: mito e realidade. 2ª ed. Itajaí: Ed. da Univali, 2009.
- SANTOS, Silvio Coelho dos. Nova história de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.
- SCALABRINI, João Batista. A emigração italiana da América. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1979.
- SCHMITT, Carl. O nomos da Terra no direito das gentes e do jus publicum europaeum. Tradução de Alexandre Guilherme Barroso de Matos Franco de Sá. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.
- SILVA, José Ferreira da. História de Blumenau. 2 ed. Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1988.
- TINTORI, Guido. The transnational political practices of “Latin American Italians”. *International migration*, Washington, v. 49, n. 3, p. 168-188, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1468-2435.2011.00695.x>. Acesso em: 28 dez. 2023.
- TONETTO, Eusébio Pasini; GHIZZO, Idemar; PIROLA, Lenir. Colonia Azambuja: L’immigrazione italiana nel sud di Santa Catarina. Florianópolis: Epagri, 2015.
- TONINI, Malcon Gustavo. Memória da Colônia Nova Itália/SC: diálogos entre história oral, memória e ensino de História. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2023.
- TRENTO, Angelo. Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil. Tradução de Mariarosaria Fabris; Luiz Eduardo de Lima Brandão e Juliana Haas. São Paulo: Editora Unesp, 2022.
- VICENZI, Jacomo. Uma viagem ao estado de Santa Catharina em 1902. Niterói: Typ. Amerino, 1904.
- VICENZI, Pe. Victor. História de Rio dos Cedros. 1 ed. Blumenau: Fundação “Casa Dr. Blumenau”, 1975.
- ZANELLA, Fiorelo. Das clareiras da Barra do Taíó: um registro da oralidade histórica. Blumenau: Nova Letra, 2007.
- ZANELLA, Fiorelo. Os vênets da antiga colônia Blumenau. Juiz de Fora: Editora Garcia, 2019.

Colônia Itajahy- Príncipe Dom Pedro

Rosemari Glatz ⁽¹⁾

Este capítulo trata da grande imigração italiana para a região de Brusque, que, originalmente, era composta pelas colônias Itajahy, fundada em 1860, e Príncipe Dom Pedro, fundada em 1866. Unificadas em 1869, juntas, passaram a ter como limites Lages, Tijucas, Itajaí e Blumenau. Anos depois, desse território originaram-se os municípios de Nova Trento, Vidal Ramos, Presidente Nereu, Botuverá e Guabiruba, parte passou a constituir as áreas do Sul de Gaspar e, a partir do ano de 1962, restou apenas um pequeno território que forma a Brusque que conhecemos hoje.

O território do Tirol Italiano, lugar de origem dos imigrantes austríaco-tirolezes de língua italiana, pertenceu à Áustria até a assinatura do Tratado de Saint-Germain-en-Laye, em 10/09/1919. Esse tratado foi um dos documentos que encerrou oficialmente a Primeira Guerra Mundial, ao final da qual o mapa político da Europa restou profundamente alterado. A partir do Tratado de Saint-Germain, o antigo Império Austríaco, governado pelos Habsburgo, teve que ceder a maioria dos territórios que até então pertenciam à coroa, incluindo os territórios de origem dos imigrantes de língua italiana da Áustria que foram anexados à Itália, sob a denominação de Trentino.

Assim, tendo em vista que a grande imigração italiana para Santa Catarina começou em 1875, ou seja, bem antes da Primeira Guerra Mundial, ao longo deste capítulo foram utilizadas as expressões “imigrantes austríaco-tirolezes de língua italiana (trentinos)” para denominar os imigrantes que ingressaram no Brasil com passaporte da Áustria, e “imigrantes italianos”, para designar os imigrantes que ingressaram com passaporte da Itália.

1860 1866 1869 1875

1919

1962

A Colônia Itajahy- Brusque

Brusque foi fundada oficialmente em 4/08/1860, mas o território começou a ser palmilhado ainda no final do século XVIII. E, já em 1799, foram concedidas sesmarias – terrenos não ocupados que pertenciam à Coroa Portuguesa – ao comandante da fortaleza dos Ratones, em áreas de terras que hoje integram o município. O Governo Imperial queria que mais terras catarinenses fossem povoadas.

Várias tentativas, mais ou menos bem-sucedidas, se fizeram para colonizar terras tão bem situadas, dispondo de grandes planícies e água em abundância. Nas margens do curso inferior do rio Itajaí-Mirim estendiam-se largas faixas de terrenos planos e alagadiços que ofereciam vantajosas condições para a lavoura e criação do gado nas sesmarias.

Em fins da década de 1810, Antônio Menezes Vasconcelos de Drummond, que estava em Santa Catarina como contratador dos reais cortes de madeira, solicitou o apoio governamental para a fundação de uma colônia nas terras de Itajaí. Pelo Aviso Real de 5/01/1820, o Rei D. João VI autorizou que Drummond estabelecesse uma colônia em duas sesmarias reais junto do rio Itajaí-Mirim, na região da agora Itaipava. Drummond estava nos trabalhos preliminares de implantação da colônia quando a situação política portuguesa exigiu a volta do rei a Portugal, acabou o apoio do governo, e a colônia não foi concretizada. Mas, pouco tempo depois, nasce Itajaí, que tem seu principal e decisivo marco fundacional em 1824, com a criação do Curato do Santíssimo Sacramento. Viu-se gente requerendo terras, lançando culturas nas margens do Itajaí-Mirim, até a altura de sua foz e de seus afluentes mais próximos. E, em função da excelente posição geográfica, junto à foz do rio Itajaí-Açu e dispondo de porto, desde o princípio Itajaí recebeu moradores de outros pontos de Santa Catarina e do Brasil, assim como estrangeiros.

O Município de Itajaí foi instalado em 15/06/1860, desmembrado dos municípios de Porto Belo e de São Francisco do Sul, apenas dois meses antes da fundação oficial de Brusque, então chamada Colônia Itajahy (Itajaí). E uma variedade de etnias constituiu a população itajaiense. Nas festas e tradições populares, no artesanato, na culinária, no linguajar do seu povo, prevalecem as expressões da cultura de base açoriana.

Apesar da fracassada iniciativa de Antônio Menezes Vasconcelos de Drummond, Boiteux (1958) conta que em 1836 houve nova iniciativa de fundar uma colônia nas terras de Itajaí, pois o Governo Imperial entendia que era preciso povoar as terras dos cursos médio e superior do rio Itajaí-Mirim. Havia o propósito de desenvolver rapidamente uma parte pouco explorada do

1799

1810

1820

1824

1860

Brasil, ainda bastante abandonada – embora já ocupada – por meio de medidas artificiais, dentro do vasto plano de povoamento concebido pelo governo (Buggenhagen, 1941).

Mas foi somente no governo de Francisco Carlos de Araújo Brusque que se concretizaram os projetos, que desde muito vinham sendo elaborados, de se fundar um núcleo populacional que marcasse o início do aproveitamento real e efetivo de todo o Vale do Itajaí-Mirim. Surgiu assim a Colônia Itajahy (leia-se Brusque), a primeira do Vale do Itajaí-Mirim. Alguns anos depois, em 1866, um novo Decreto Imperial criaria mais uma, a Colônia Príncipe Dom Pedro, que durou menos de quatro anos, conforme será visto adiante.

O Aviso Imperial de 18/06/1860 determinou a fundação da Colônia Itajahy (Brusque), demarcando-se uma área de quatro léguas em quadro, desmembradas da jurisdição da Freguesia do SS. Sacramento do Itajaí, cujo território compreendia a porção sul de Gaspar, todo o território de Guabiruba, e a margem esquerda do rio Itajaí-Mirim em Brusque. Dando cumprimento à determinação, Araújo Brusque providenciou o necessário para a fundação da nova colônia, partindo de um lugar já habitado anteriormente, então conhecido como “Vicente Só”. O Barão Maximilian von Schneeberg foi o primeiro diretor da Colônia, e, com uma leva de 54 colonos, partiu da Vila de Itajaí no dia 31/07/1860, com destino à sede da Colônia Itajahy (Brusque). Mais conhecido como Barão, Maximilian von Schneeberg administrou a Colônia Itajahy com honra e especial dedicação desde a sua fundação, em 4/08/1860, até o seu afastamento da função por motivos de saúde, em abril de 1867. Organização e disciplina são palavras que descrevem adequadamente as suas características como administrador. E ninguém melhor do que ele para contar como foi essa aventura, pois, já no primeiro relatório que ele enviou à presidência da Província, escreveu: “Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Excelências que, em 4 de agosto corrente, quinto dia de viagem pelo rio Itajaí-Mirim acima, cheguei com a primeira turma de colonos com bom tempo e com muito zelo, conduzidos pelo contraente Pedro Werner (vulgo Pedro Miúdo) ao lugar Vicente Só”.

Pedro José Werner, imigrante alemão, é personagem importante na história de Brusque e de Santa Catarina. Fez parte das famílias fundadoras de São Pedro de Alcântara, primeira colônia alemã em Santa Catarina, lugar que deixaria anos depois acompanhado da família. Assim como outros, nos anos 1850 Werner se instalou em Brusque com a esposa Catharina Palm e outros membros da família, sendo, portanto, um dos pioneiros da Colônia Itajahy ainda antes que ela fosse constituída formalmente. A filha primogênita de Pedro e Catharina Palm, Maria Werner, nasceu no dia 17/10/1855, e é considerada, por alguns, como a primeira pessoa que

“Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Excelências que, em 4 de agosto corrente, quinto dia de viagem pelo rio Itajaí-Mirim acima, cheguei com a primeira turma de colonos com bom tempo e com muito zelo, conduzidos pelo contraente Pedro Werner (vulgo Pedro Miúdo) ao lugar Vicente Só”.

nasceu em território brusquense. Visionário e empreendedor, Werner construiu engenhos de farinha, serraria, olaria, além de trabalhar como balseiro e garimpeiro. Foi proprietário de grandes áreas de terras, dos dois lados do rio Itajaí-Mirim. Anos depois os descendentes de Pedro José Werner ajudariam a desbravar o planalto catarinense. Ao construir extensos laços entre os Vales do Itajaí e a Região Serrana, cumpriu um dos principais objetivos que o Governo Imperial tinha ao receber os alemães: aumentar o vínculo entre litoral e o planalto.

“Vicente Só”, por sua vez, como era conhecido Vicente Ferreira de Mello, é mencionado na primeira correspondência do Barão à presidência da Província, quando informou a chegada da primeira turma de colonos a Brusque. Ele é cotado por alguns como o verdadeiro pioneiro de Brusque, apesar de não possuir terras. Vicente Só morou no lugar em que Pedro José Werner construiu suas benfeitorias, nas proximidades do atual Clube Bandeirante, e em sua homenagem no local foi implantada a Praça Vicente Só.

Como o barracão de recepção ainda não havia sido construído quando os imigrantes chegaram, foi Pedro José Werner quem os acolheu em seus ranchos. Os dias que se seguiram à chegada foram destinados à derrubada da mata e à construção de um rancho de pau-a-pique, coberto de folhas de palmito trançadas, que serviu como o primeiro Barracão dos Imigrantes. Ele foi construído nas proximidades do Clube de Caça e Tiro Araújo Brusque (fundado em 1866), atual rua Hercílio Luz, também conhecida como rua “das Carreiras” no centro, bem próximo do rio Itajaí-Mirim. Era o espaço destinado à recepção e hospedagem dos colonizadores, e ali as primeiras levas de imigrantes e suas famílias chegaram a ficar instalados precariamente durante meses, até que pudessem ocupar definitivamente os lotes que lhes foram designados.

Apesar das dificuldades iniciais, os resultados se mostraram animadores e o governo resolveu fazer um segundo ensaio nas terras situadas mais ao interior, ao curso superior do rio Itajaí-Mirim. A exploração fazia parte do programa governamental, e a nova colônia foi denominada Colônia Príncipe Dom Pedro.

Colônia Príncipe Dom Pedro

Em 16/01/1866, o Governo Imperial criou a Colônia Príncipe Dom Pedro, uma colônia pública, à margem direita do rio Itajaí-Mirim, fazendo divisa com a Colônia Itajahy (Brusque). Foi instalada em 15/02/1866, com sede na confluência do ribeirão das Águas Claras com o rio Itajaí-Mirim, cuja direção foi entregue ao Dr. Barzillar Cottle. De acordo com Lauth (2014), inicialmente

a Colônia foi constituída com imigrantes de língua inglesa (irlandeses e ingleses) reemigrados dos Estados Unidos, que permaneceram pouquíssimo tempo na região. Em 10/03/1867 ocorreu o primeiro acampamento dos imigrantes no barracão provisório de Águas Claras, na foz do ribeirão com o mesmo nome. Em 2024, naquela localização encontramos implantada a Escola Reunida Municipal Padre Luiz Gonzaga Steiner, no lugar conhecido como Travessa Lagoa Dourada.

A jornada de exploração e o levantamento topográfico da Colônia Príncipe Dom Pedro começou logo após a chegada dos colonos. Foi aberta a clareira na mata. Feito o reconhecimento da região, as trilhas de acesso foram definidas a partir de um porto aberto na foz do ribeirão Águas Claras e de outro em Pedras Grandes, até onde os barcos a remo poderiam navegar. Também foi aberta uma picada do porto do ribeirão Águas Claras até o barracão coletivo, distante aproximadamente 1,2 km. O território da Colônia era cortado pelos ribeirões Águas Claras, Limeira, Limoeiro, Cedro Grande, Cedro Pequeno, Alferes e Creeker. Acima da foz do ribeirão Águas Claras, a área era menos acidentada e não estava sujeita a tantas enchentes do rio.

Os primeiros lotes coloniais foram demarcados a partir dos ribeirões, abrangendo, em média, de 25 a 30 hectares cada. Mas a Colônia custava a se desenvolver e, com o fracasso da colonização, aos poucos a área foi sendo abandonada. Importante mencionar que, apesar de a área ser montanhosa e pouco propícia ao plantio da lavoura com equipamentos, o território era de grande riqueza florestal e havia muitos cursos d'água. Suas dificuldades, em termos de áreas propícias à agricultura, eram semelhantes às de outras regiões do estado de Santa Catarina, especialmente nos "Vales do Itajaí". A Colônia já estava em vias de extinção quando, em agosto de 1869, chegou o primeiro grupo de imigrantes poloneses, rendendo a Brusque o título de "Berço da Imigração Polonesa no Brasil". Eles foram instalados na linha "Sixteen Lots" e substituíram, em parte, os colonizadores de língua inglesa que haviam abandonado os lotes.

Mattos (1917) informa que, após o Aviso de 6/12/1869 do Ministério da Agricultura, a Colônia Príncipe Dom Pedro foi extinta e a sua administração foi anexada à da Diretoria da Colônia Itajahy. O território também foi integralmente anexado à Colônia Itajahy que, a partir desse ponto, passamos a denominar simplesmente Brusque, pois, desde a edição do Decreto Estadual n.º 77, de 17/1/1890, é assim que se denomina. Anos mais tarde, daquele território originaram-se os municípios de Nova Trento, Vidal Ramos, Botuverá e Presidente Nereu.

Muitos dos imigrantes austríaco-tirolezes de língua italiana (trentinos) e italianos, que chegaram a partir de 1875, foram assentados no território que originalmente constituiu a extinta Colônia Príncipe Dom Pedro.

Ano	População Total	Alemães	Austríacos	Italianos	Brasileiros e outras nacionalidades
1860	657				
1861	727				
1862	834				
1863	938				
1864	1.121				
1865	1.227				
1866	1.333				
1867	1.448				
1868	1.517				
1869	1.673				
1870	1.728				
1871	1.947				
1872	2.166				
1873	2.505				
1874	3.500	2.417			1.083
1875	4.568	2.310	1.114	18	1.126
1876	8.110	2.620	2.214	2.098	1.178
1877	11.089				

Fonte: Até o ano de 1874-Tomé da Silva (1875)
A partir de 1875-Gevaerd (1975)

Figura 2.1: Estatística populacional de Brusque entre 1860-1877

Mudança da composição étnica da população

Nos seus primeiros quinze anos, Brusque desenvolveu um crescimento populacional equilibrado. No que se refere à origem étnica dos primeiros colonizadores que ocuparam o território de Brusque, considerando a junção das colônias Príncipe Dom Pedro e Colônia Itajahy, eram, na maioria, lavradores de Baden e do Reno. No correr dos anos, juntaram-se a eles outros colonos provenientes, sobretudo, das províncias da Pomerânia e de Schleswig-Holstein, ambas do Reino da Prússia, todos povos de fala, cultura e costumes alemães. O povoamento teve continuidade com a chegada de colonos de outras nacionalidades, com destaque para os poloneses em 1869 e a partir de 1889.

A partir de 4/6/1875, a região passou a ser colonizada também com imigrantes austríaco-tirolezes de língua italiana (trentinos) e com italianos. Essa data consta em documento do diretor Paes Leme, datada de 12/06/1875, disponível na Sociedade Amigos de Brusque (SAB) e é muito importante, pois registra a chegada dos primeiros imigrantes de língua italiana a Brusque (Figura 2.4).

Graças às boas informações prestadas nas cartas enviadas pelos camponeses que se estabeleceram aqui primeiro, que, no dizer de Grosselli (1987, p. 214) eram um “acelerador” do fluxo migratório, ou um “instrumento que servia para direcioná-lo” nos anos seguintes foi um contínuo chegar de gente. Foram tempos muito difíceis para a jovem colônia, pois não havia estrutura para receber tantas pessoas.

Os primeiros sinais da presença italiana nos documentos originais da colonização do vale do Itajaí-Mirim estão num mapa estatístico correspondente a 1875, que menciona 18 italianos. E os últimos dados estatísticos gerais daquela década são de novembro de 1877, apontando que a população total era de 11.089 habitantes, sem mencionar as etnias. Não existem notícias da entrada de muitos imigrantes em 1878 (Figura 2.1).

Após a criação do Município de Brusque, em 1881, diminuiu consideravelmente a entrada de novos colonos. Depois de 1885, somente em abril



de 1889 é que a história registra um novo movimento significativo de chegada de imigrantes em Brusque (Gevaerd, 1975). Esses eram majoritariamente italianos (ou seja, não austríaco-tirolese de língua italiana). Também é a partir do ano de 1889, que os anais da história registram a chegada de um significativo número de imigrantes poloneses, mão de obra qualificada que muito contribuiu para o desenvolvimento da indústria têxtil na região de Brusque.

Grosselli (1987, p. 228) informa ainda que talvez 15.000 pessoas do Tirol Italiano ou Meridional se trasladaram para o Brasil de 1874 a 1885. Algumas localidades do interior trentino se despovoavam em poucos anos; de Roncigno partiram 250, de Novaledo 250, de Levico 702, de Grigno 183, de Vattaro 80, de Villagnedo 104, de Besenello 240, de Vigolo Vattaro 170, de Calliano quase 200. A emigração dessas localidades, e também de outras, continuou nos anos seguintes. Eram sobretudo de origem camponesa. Os artesãos eram poucos. Não houve intelectuais ou técnicos, organizadores ou líderes entre os tirolese que se dirigiram para a América. E uns poucos padres.

Analisando a estatística populacional de Brusque de 1874 a 1877, segundo demonstrado na Figura 2.1, é possível constatar que, em apenas três anos, a população praticamente foi multiplicada por quatro. Considerando que a imigração alemã havia estagnado, e que os poloneses só voltariam a chegar em quantidade a partir de 1889, podemos concluir que, em 1878, mais de dois terços da população possivelmente era composta por imigrantes austríaco-tirolese de língua italiana (trentinos) e italianos. Quanto à procedência, a maioria veio do norte italiano: Vêneto, Piemonte, Lombardia e Trento (Tirol). Alguns imigrantes eram bilíngues.

O Contrato Caetano Pinto

Conforme abordado anteriormente, os imigrantes austríaco-tirolese de língua italiana (trentinos) e italianos começaram a chegar a Brusque no dia 4/06/1875. A partir de então, a composição étnica de Brusque mudou radicalmente, e essa mudança guarda relação direta com o famoso Contrato Caetano Pinto, que estimulava a imigração europeia para, principalmente, povoar o interior do Brasil.

A colonização do interior do país era uma ideia antiga, mas aplicá-la nem sempre foi fácil. As dimensões do Império eram grandes e, comparados com a extensão dos pequenos núcleos de povoamento europeus, os resultados não eram animadores. A política oficial de colonização era



Visão / Atividade Legislativa / Legislação / Esta página

LEGISLAÇÃO

Legislação Informatizada - DECRETO Nº 5.663, DE 17 DE JUNHO DE 1874 - Publicação Original

Veja também:
• [Dados da Norma](#)

DECRETO Nº 5.663, DE 17 DE JUNHO DE 1874

Autoriza a celebração do contrato com Joaquim Caetano Pinto Junior para importar no Império 100.000 imigrantes europeus.

Atendado ao que Me requerer Joaquim Caetano Pinto Junior, fidei por bem autorizar a celebração do contrato para, por si ou por meio de uma sociedade ou companhia que organize, introduzir no Império (exceto na Província de Rio Grande do Sul) nos mil (100.000) imigrantes europeus, de nacionalidade civil ou religiosa que com este tenham assinado por José Fernandes da Costa Pereira Junior, do Meu Conselho, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, que assina o termo anexo e faça executar.

Palácio do Rio de Janeiro em dezesseis de Junho de mil oitocentos setenta e quatro, quinquagésimo terceiro da Independência e do Império.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Fernandes da Costa Pereira Junior.

Contrato entre o Governo Imperial e Joaquim Caetano Pinto Junior para, por si ou por meio de uma companhia, introduzir no Brasil, dentro de 10 anos 100.000 imigrantes, de acordo das seguintes condições:

I

Joaquim Caetano Pinto Junior obriga-se, por si ou por meio de uma companhia ou sociedade que poderá organizar, a introduzir no Brasil (exceto na Província do Rio Grande do Sul) dentro do prazo de 10 anos 100.000 imigrantes Alemães, Austríacos, Suíços, Italianos do norte, Bascos, Belgas, Suecos, Dinamarqueses e Franceses, agricultores, sadios, laboriosos e moralizados, nunca menores de dois anos, nem maiores de 45, salvo se forem chefes de família. Desses imigrantes 20 por cento poderão pertencer a outras profissões.

II

O prazo de 10 anos começará a correr depois de 12 meses, contados da data da celebração do contrato; o empresário, porém, poderá dar começo à introdução de imigrantes antes de findos os 12 meses, se o Governo o permitir.

III

O número de imigrantes não excederá de 5.000 no primeiro ano, podendo ser elevado a 10.000 se o Governo assim determinar; mas nos anos subsequentes o empresário será obrigado a introduzir até 10.000, ficando qualquer excesso dependente de prévio consentimento do mesmo Governo.

IV

O empresário receberá por adulto as seguintes subvenções: 125.000 pelos primeiros 50.000 imigrantes, 100.000 pelos 25.000 seguintes; 60.000 pelos últimos 25.000, e a metade destas subvenções pelas que forem menores de 12 anos e maiores de dois.

V

Essas subvenções serão pagas na Corte, logo que for provado que os imigrantes foram recebidos pelo funcionário competente no porto de desembarque da Província a que se destinarem.

Fonte: Legislação Informatizada

Figura 2.2: Decreto n.º 5.663/1874 autorizou Joaquim Caetano Pinto Junior a introduzir no Brasil (exceto no Rio Grande do Sul), dentro do prazo de 10 anos, 100.000 imigrantes alemães, austríacos, suíços, italianos do norte, bascos, belgas, suecos, dinamarqueses e franceses. Os imigrantes deveriam ser agricultores, sadios, laboriosos e moralizados, nunca menores de dois anos, nem maiores de 45 anos, salvo se fossem chefes de família. Desses imigrantes, 20% podiam não ser agricultores.

de 1820 e, somente após o término da Guerra do Paraguai em 1870 é que as atenções do Governo Imperial se voltaram novamente para a questão da imigração, numa tentativa de dinamizar a política imigratória e povoar o interior.

Como o fluxo imigratório havia diminuído, o Governo tratou de levantar as dificuldades que emperravam a emigração europeia e passou a tomar providências para incrementar novas correntes migratórias, medidas que despertassem a atenção do homem do campo europeu para uma melhoria da sua situação econômica nas terras do interior brasileiro. Com esse objetivo foi firmado um contrato entre o Império do Brasil e o Comendador Joaquim Caetano Pinto Júnior (Decreto n.º 5.663/1874).

As cláusulas do contrato estimulavam a imigração europeia, pois eram atrativas para as populações que, na sua pátria, sofriam com os problemas decorrentes de uma situação econômica desfavorável, agravada pela exiguidade do espaço físico dos lotes. Por lá, na maioria dos casos, o lote não pertencia àquele que cultivava a terra que, além de tirar o sustento para a sua família, ainda pagava aluguel pelo seu uso.

Aliciados por agenciadores e atraídos pela possibilidade de serem proprietários de terras, bem como pela fertilidade do solo, Blumenau e Brusque – aqui consideradas as extensões territoriais daquele tempo – a partir de 1875 passaram a receber grande contingente de imigrantes. No princípio, a maioria dos imigrantes era composta por austríaco-tirolezes de língua italiana (trentinos) e italianos.

Segundo Roselys Izabel Correa dos Santos (1981), quando se lê as principais cláusulas do Contrato Caetano Pinto não se tem ideia dos grandes problemas que elas acarretariam, tanto para os imigrantes quanto para o Brasil. As dificuldades estavam associadas ao grande número de imigrantes que deveriam ser introduzidos: 100 mil dentro do prazo de 10 anos (figura 2.2).

A aplicação das cláusulas do contrato exigia infraestrutura para a sua aplicação. No entanto, o pequeno espaço de tempo entre a assinatura do contrato (17/06/1874) e a chegada das primeiras grandes levas de imigrantes em Santa Catarina, em meados de 1875, prejudicou bastante a sua aplicabilidade. Por exemplo: os lotes já deveriam estar demarcados quando da chegada dos imigrantes, mas a realidade em Brusque foi bastante diferente. O número de funcionários para a demarcação dos lotes era insuficiente para atender ao número de imigrantes recém-chegados a Brusque.

Em 1876, ano de entrada de grandes contingentes de imigrantes austríaco-tirolezes de língua italiana (trentinos) e italianos, o engenheiro Pedro Luis Toulouis chefiava uma comissão responsável pela demarcação dos lotes de terra. O trabalho de medição era demorado, e a situação se agravava pelo alto índice de pluviosidade da região. Mas as dificuldades para a demarcação

dos lotes em tempo hábil não impediram que maiores números de imigrantes continuassem a chegar e, para a administração colonial, a acomodação dos colonos se transformou num grande problema. Por não ser possível fixar os imigrantes nos seus respectivos lotes logo que chegavam, eles foram sendo acomodados nos barracões de recepção, construções precárias, sem o mínimo de conforto, como a maioria das habitações da época: de pau-a-pique, barreada, coberta de folhas de palmito trançadas. Eram acomodações destinadas a abrigar os colonos pelo prazo máximo de oito dias, período pelo qual o Governo deveria conceder hospedagem e alimentação aos imigrantes. A partir de 1876, os barracões de recepção estavam apinhados.

De acordo com Grosselli (1987, p. 288), Brusque foi uma das colônias do Brasil que mais recebeu gente etnicamente italiana em sua transtornada existência, e uma daquelas em que mais tiveram de sofrer esses colonos. A chegada de milhares de imigrantes de etnia italiana em tão pouco tempo sinaliza que Brusque talvez tenha sido a colônia que, num curto espaço de tempo, mais tenha recebido imigrantes em função do Contrato Caetano Pinto.

Brusque não tinha mais condições para receber novas levas, mas os imigrantes continuavam a chegar. Com relação ao assunto, o Dr. Alfredo D'Escragnolle Taunay, Presidente da Província de Santa Catarina entre 7/06/1876 e 2/01/1877, em ofício dirigido ao Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, datado de 1876, assim se manifestou: “Esta situação [...] é agravada de modo evidente pela chegada contínua de novos imigrantes. Acumula-se gente nos barracões de recepção, lá ficam seis ou mais meses a receber subsídios do cofre público e à espera de lotes medidos, onde serão localizados”.

A situação não era a mesma em todas as Colônias da Província de Santa Catarina. Santos (1981) conta que em Blumenau, em meados de 1875, antes da chegada dos imigrantes austríaco-tirolezes de língua italiana (trentinos) e italianos, já existiam lotes medidos e prontos para serem ocupados, mas a grande maioria dos imigrantes preferia Brusque. A causa novamente estava nas cláusulas do Contrato Caetano Pinto, pois já na Europa o imigrante podia escolher o lugar onde queria se fixar no Brasil e nada havia a se fazer, a não ser atender às prerrogativas dos imigrantes.

Dentre outros fatores, a preferência dada a Brusque dava-se pela forma como eram feitas as distribuições das ajudas de custo (dinheiro) para a compra de sementes e ferramentas. Não havia uma norma comum para todas as colônias. Em Blumenau, constituída originalmente como uma colônia privada, o colono só recebia o dinheiro que lhe era devido quando ele já estava na propriedade do lote no qual deveria se fixar. Mas em Brusque, o dinheiro já era entregue quando o imigrante ainda esperava nos barracões pela demarcação dos seus lotes.

De acordo com Grosselli (1987, p. 288), Brusque foi uma das colônias do Brasil que mais recebeu gente etnicamente italiana em sua transtornada existência, e uma daquelas em que mais tiveram de sofrer esses colonos. A chegada de milhares de imigrantes de etnia italiana em tão pouco tempo sinaliza que Brusque talvez tenha sido a colônia que, num curto espaço de tempo, mais tenha recebido imigrantes em função do Contrato Caetano Pinto. (Grosselli, 1987, p. 288)

As razões para o poder de atração de Brusque são analisadas pelo Presidente da Província de Santa Catarina, Dr. Alfredo D'Escragnolle Taunay, em relatório encaminhado ao Ministro da Agricultura em outubro de 1876. Segundo Taunay, citado por Santos (1981), as razões de maior importância eram o fato de o elemento germânico, em geral exclusivista, repelir a fusão com outras raças, e em Blumenau ele existir vivo com todos os seus defeitos e virtudes; e também pelas cartas que eram encaminhadas pelos imigrantes que já estavam instalados em Brusque, dirigidas aos seus patrícios na Europa, indicando-lhes as regalias especiais de que gozavam os colonos logo à chegada.

Taunay dizia: “chega o colono e é levado para o barracão de recepção da Barra do Itajaí-Mirim e do Açu, onde fica dois dias à espera de uma condução, quer para Brusque, quer para Blumenau. Consultados sobre o destino que desejam, gritam todos, em uma só voz: Itajaí (Brusque), desconfiados de que possam ser enganados na direção a tomar e levados para Blumenau. Aí aparecem agentes de negociantes estabelecidos em Itajaí que aconselham resistência até que todos sigam para o centro onde eles têm suas casas de negócios.

Uma vez em Brusque, o colono recebe de uma só vez todo o dinheiro para o seu estabelecimento, fatura de casa (alimentação), derrubadas (das matas), sementes e transporte, de modo que, se tiver três pessoas da família, recebe de pronto e de uma só vez 148\$000 (cento e quarenta e oito mil réis), ainda que vá ficar oito ou mais meses dentro de um barracão de recepção à espera para que se localize num lote que ele, pelo seu contrato, ainda pode ou não aceitar, conforme for do seu agrado. E enquanto está no barracão, o Estado lhe dá 2\$000 (dois mil réis) diários para que ele vá trabalhar em estradas, ficando a família a “abandar os braços”. Para Taunay, esse modelo representava o sistema mais irregular e antieconômico que se podia imaginar. E dizia ainda: “esse sistema era filho das péssimas tradições existentes na administração da Colônia Itajahy e Príncipe Dom Pedro (leia-se Brusque).

Ainda conforme Santos (1981), Taunay emitiu sua opinião quanto à razão da preferência dos emigrantes italianos por Brusque: “O que se faz de afogadilho em Itajaí (Brusque), faz-se sucessivamente (aos poucos) em Blumenau. Assim, em Blumenau o colono só obtém o dinheiro para fazer a casa quando entra na posse do seu lote, para derrubar (a mata) quando já tem casa, e (o dinheiro) para sementes quando já tem área para plantar”. E termina a sua análise: “Uma vez de posse da soma que naturalmente lhes é fabulosa, aqueles proletários da Europa começam os gastos em botequins e casas de cerveja, de modo que uma dessas, do cidadão Thies, vendeu em cinco dias 16.000 garrafas de cerveja. Some-se a esta porção o que foi consumido em outros negócios e terá V. Ex.^a uma quantidade enorme de litros de cerveja pagos pelo Governo do Brasil aos seus imigrantes como saudação de feliz chegada” (Santos, 1981).

Brusque, berço da Grande Imigração Italiana em Santa Catarina

Luís Betim Paes Leme foi diretor da Colônia Itajaí e Príncipe Dom Pedro (Brusque) de 1.º/1/1872 até 1.º/12/1875. Gevaerd (1975) conta que a chegada de Paes Leme foi providencial. Engenheiro Civil graduado pela Universidade do Brasil, altamente capacitado, dinâmico, honesto e imparcial, logo que chegou agiu com severidade, evitando nova perturbação da ordem, possibilitando alcançar os seus planos de governo.

E depois de anos difíceis seguidos de um ambiente promissor é que, em 1875, no último ano da sua gestão, chegaram a Brusque os primeiros imigrantes austríaco-tirolezes de língua italiana e os italianos. Paes Leme se viu obrigado a dar acolhida aos imigrantes após receber o telegrama de 10/2/1875 (figura 2.3), no qual o Ministro da Agricultura, José Fernandes da Costa Pereira Júnior, informava que em breve chegariam 200 imigrantes lombardos, e que a Colônia deveria se preparar para bem recebê-los.

Sendo organizado, o Diretor não teve dúvidas e de pronto orçou as despesas decorrentes da chegada dos imigrantes, distribuindo os valores orçados entre mantimentos necessários durante o traslado (de Itajaí para Brusque), mantimentos para dez dias (no barracão de recepção), auxílio para a construção das casas provisórias, para a compra das sementes e para ferramentas, etc. Grosselli (1987, p. 306) informa que os primeiros 108 imigrantes chegaram a Itajaí em junho de 1875. De Itajaí, eles teriam que seguir para uma das colônias dos “Vales do Itajaí”, leia-se Brusque ou Blumenau.

Nos primeiros anos da Colônia-Itajaí, o Porto de Itajaí ainda não existia, e os navios fundeavam no Ancoradouro das Cabeçadas, local onde aportavam as embarcações que transportavam imigrantes e as cargas. Os passageiros e suas bagagens eram transferidos dos navios para pequenas embarcações e transportados até os barracões de recepção.

Construídos na foz do rio Itajaí-Mirim, lugar conhecido até hoje como Barra do Rio, a recepção acontecia nas Casas de Imigração, popularmente conhecidas como Barracão dos Imigrantes, que tinham capacidade para abrigar de 160 a 200 pessoas. Antes disso, normalmente o imigrante já havia passado antes pelo Porto do Rio de Janeiro e, às vezes, também pelo Porto de Desterro (atual Florianópolis), de onde eram conduzidos, pelo mar, até Itajaí.

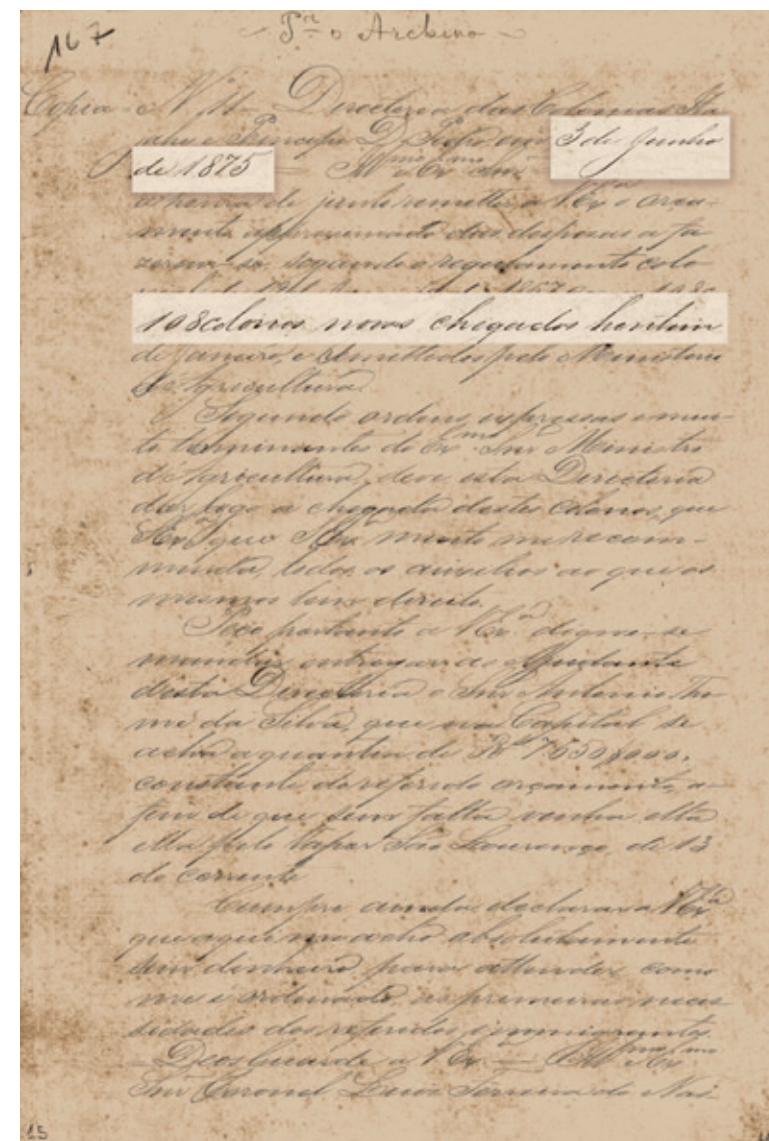
Ao chegar em terra firme, exaustos pelos meses de viagem, os imigrantes descansavam alguns dias em Itajaí antes de seguir viagem para o seu destino, que poderia ser a Colônia Brusque ou a Colônia Blumenau. Grosselli (1987, p. 304) menciona que parece que os trentinos

*Cópia. Telegramma. Estação de Itajahy
10 de Fevereiro de 1875. N.º 191.
N.º de Ordem 25. Do Ministério da
Agricultura ao Vm. Director da
Colônia Itajahy. Seguem brevemente
200 imigrantes Lombardos,
prontos para seu prompto
estabelecimento. A gente opti-
ma e deve ser tratada com espe-
cialidade. Convém que adun tudo
prompto e recebam os auxilios de
modo que fiquem satisfeitos, e
a imigração que cumpre animar.
São esperados a todo o momento.
Assig.º José Fernandes da Costa
Pereira Junior. 49 fl. (copi.º) H.
Cardoso.*

*Conforme
Servindo de Guarda-livros
Paulo Schwarz*

Figura 2.3: Telegrama. Meses antes da chegada dos primeiros imigrantes austríaco-tirolezes de língua italiana (trentinos) e italianos em Brusque, um telegrama do Ministério da Agricultura encaminhado à Diretoria das colônias Itajahy e Príncipe Dom Pedro já informava que em breve chegariam 200 imigrantes lombardos, e que tudo deveria estar preparado para que eles fossem bem-recebidos.

Figura 2.4: Relatório emitido em 5 de junho de 1875. Os primeiros 108 imigrantes austríaco-tirolezes de língua italiana (trentinos) e italianos, chegaram a Brusque em 4/6/1875. Como em Blumenau os imigrantes de língua italiana chegaram apenas alguns meses depois, mas ainda no ano de 1875, Brusque pode ser considerada o “Berço da Grande Imigração Italiana em Santa Catarina”, fato que não deve ser confundido com o início da imigração italiana em si, pois esta iniciou efetivamente quase quarenta anos antes, em 1836.



Fonte: SAB. Sociedade Amigos de Brusque

(imigrantes austríaco-tirolezes de língua italiana) foram os primeiros que se beneficiaram da estrada que liga Brusque a Itajaí, finalizada em abril de 1875, um pouco antes da chegada dos novos imigrantes. De Itajaí para Brusque ia-se parte a pé, parte de carroças, num percurso aproximado de 35 km. É possível que, para grupos menores, o antigo sistema – subindo o rio Itajaí-Mirim com canoas – ainda fosse adotado.

Segundo Gevaerd (1975), os primeiros 108 imigrantes austríaco-tirolezes de língua italiana (trentinos) e italianos, chegaram a Brusque em 4/6/1875 (figura 2.4). Como em Blumenau os imigrantes de língua italiana chegaram apenas alguns meses depois, mas ainda no ano de 1875, Brusque pode ser considerada o “Berço da Grande Imigração Italiana em Santa Catarina”, fato que não deve ser confundido com o início da imigração italiana em si, pois esta iniciou efetivamente quase quarenta anos antes, no ano de 1836, com a fundação da Colônia Nova Itália (Piazza, 1976).

As dificuldades iniciais e onde foram assentados os imigrantes

Os imigrantes chegaram com a perspectiva de se tornar proprietários de terras, e também devido à propaganda corrente no continente europeu afirmar que o solo aqui era fértil. Eles tinham vontade de vencer, mas a realidade que encontraram foi dura: as terras eram montanhosas, o isolamento era quase total, aliado ao desconhecimento do espaço que os cercava. A consequência foi desencanto, arrependimento, desespero e vontade de voltar. Houve revoltas e motins em vários pontos de Brusque e muitos deixaram a Colônia. Alguns conseguiram voltar para a terra de origem. Outros foram em direção à América Platina (Argentina, Paraguai e Uruguai).

Quando os imigrantes austríaco-tirolezes de língua italiana e italianos chegaram, os lotes de terra junto à sede de Brusque já estavam ocupados pelos alemães, que haviam chegado em 1860, quinze anos antes. Isso sem considerar a ocupação das terras da Colônia que já se processava bem antes de 1860, pois os pioneiros Paul Kellner, Franz Salenthien e Pedro J. Werner eram donos de vastas terras e muitos engenhos antes da fundação oficial de Brusque, em 4/8/1860.

Das terras destinadas à colonização, restou a periferia e, principalmente, os terrenos da extinta Colônia Príncipe Dom Pedro. Os lotes eram quase todos montanhosos, com pequenas várzeas, onde a agricultura de porte se tornou difícil. Eram áreas às quais se adaptaram somente aqueles imigrantes que já eram agricultores em seu país de origem, o que exatamente era umas das condições do Contrato Caetano Pinto, em pleno vigor desde 1874: o Contrato estipulava ser

1836

1860

1874 1875

obrigação a escolha de agricultores europeus sadios, laboriosos e moralizados. Entretanto, nem todos correspondiam a essas exigências. A Sociedade Amigos de Brusque (SAB/Casa de Brusque) possui numerosos documentos com o registro: “Declarou não ser lavrador” (Gevaerd, 1975).

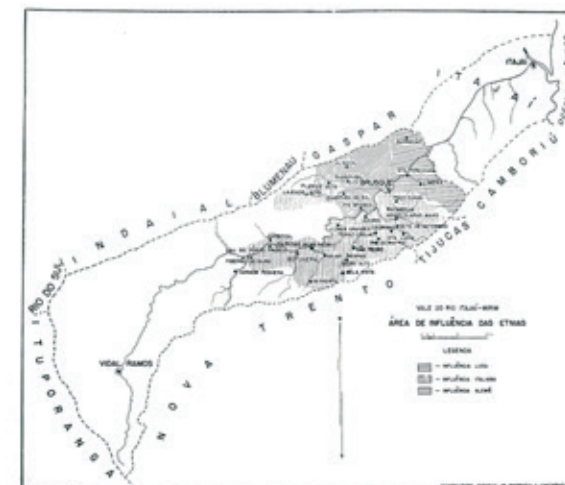
Segundo Ganarini, citado por Grosselli (1987, p. 306), os primeiros imigrantes austríaco-tirolezes de língua italiana (trentinos) e italianos que chegaram a Brusque, em 1875, foram destinados para as terras que integraram a extinta Colônia Príncipe Dom Pedro. Recusaram-nas; e, então, foi aberta uma picada que levava para o vale formado pelo rio Tijucas. Eram umas vinte famílias de Valsugana, Província de Trento, mais outras famílias de Monza, situada ao Norte de Milão. Assim, Nova Trento (que então integrava o território de Brusque) recebeu logo de começo imigrantes de passaportes italianos (Monza), e imigrantes trentinos que chegavam com passaportes austríacos (Valsugana).

Essas famílias pioneiras estabeleceram-se na localidade chamada “Sixteen Lots”, que significa quilômetro 16, porque essa era a distância de Brusque. A localidade fica entre Brusque e Nova Trento. Poucos anos depois, o território onde os primeiros imigrantes de língua italiana foram instalados passou a integrar o Distrito de Nova Trento, e atualmente constitui o Distrito de Claraíba, na cidade de Nova Trento.

Ganarini, ainda citado por Grosselli (1987) conta que entre as primeiríssimas famílias foram detectados graves problemas de comunicação verbal. Os monzenses pensavam que os valsuganotos fossem alemães, e os valsuganotos pensavam outro tanto dos monzenses. Em sua quase totalidade tratava-se de camponeses, católicos, com nível mínimo de instrução, quando não analfabetos, que viveram sempre à sombra do campanário e carentes da necessária elasticidade mental.

Em continuidade, os imigrantes receberam lotes nas localidades de Poço Fundo e Águas Claras (em 2024, são bairros de Brusque). A seguir, foram distribuídos lotes em Nova Trento, então ligada a Brusque. Foi criado o núcleo de Porto Franco (hoje Botuverá), com maioria de imigrantes de origem italiana. Um pequeno grupo de imigrantes, composto predominantemente por imigrantes austríaco-tirolezes de língua italiana, foi instalado na localidade de Lageado Alto (atualmente um bairro da cidade de Guabiruba). Essa distribuição étnica pode ser visualizada na figura 2.5, elaborada na década de 1950. Outros receberam lotes no então distrito de Gaspar (parte do território da cidade de Gaspar pertencia a Brusque, outra parte a Blumenau).

Por ter sido colonizada originalmente por imigrantes etnicamente alemães, Brusque obedeceu ao modelo usual das cidades que foram traçadas por alemães. O estudioso Peluso Júnior (1991) esclarece que o modelo alemão adotado em cidades catarinenses costumava eleger a rua



Fonte: Departamento Estadual de Geografia e Cartografia

Figura 2.5: Mapa de influência das etnias no município de Brusque. Os primeiros colonizadores que ocuparam o território de Brusque, considerando a junção das colônias Itajahy e Príncipe Dom Pedro, eram, na maioria, povos de fala, cultura e costumes alemães. A partir de 4/06/1875 a região passou a ser colonizada também com imigrantes austríaco-tirolezes de língua italiana (trentinos) e com italianos, alterando significativamente a composição étnica.

comercial como polo gerador do plano urbano. Implantado o núcleo, seu desenvolvimento era balizado pela fixação de um eixo comercial, a partir do qual se subordinavam outras funções, como a religiosa, a recreativa e a institucional.

Nos locais onde os imigrantes de língua italiana predominaram, por exemplo, Botuverá, a igreja destacou-se como elemento aglutinador principal, estruturador do plano urbano adotado e ponto de partida para o seu desenvolvimento.

Impressões do padre Arcângelo Ganarini

Em 1875, os trentinos e lombardos, fugindo, como estes diziam, das misérias da pátria, começaram a encaminhar-se para o Brasil, cheios de douradas esperanças, e Brusque recebeu o seu contingente. Sobre os primeiros anos após a chegada dos imigrantes italianos, o padre Arcângelo Ganarini (1880) escreveu um interessante texto intitulado “Notícias de Brusque e Nova Trento, isto é, das Colônias Itajaí e Príncipe Dom Pedro na Província de Santa Catarina Império do Brasil”, traduzido do italiano por Lucas Alexandre Boiteux, e publicado ao longo de várias edições da revista Blumenau em Cadernos no ano de 1959.

Arcângelo Ganarini nasceu em 1844, em Ronchi, Diocese de Trento, no Tirol italiano então ocupado pelo Império Austro-húngaro, terra de Santa Paulina. Entre 1869 e 1876 foi vigário paroquial em Roncegno, Trento. Sensibilizado pela emigração dos trentinos que, desde 1875, tinham vindo para as florestas de Santa Catarina, prontificou-se a também emigrar para acompanhar espiritualmente seus conterrâneos. O projeto missionário de Arcângelo Ganarini era permanecer ligado aos imigrantes austríaco-tirolezes de língua italiana (trentinos) e italianos de Brusque e de Nova Trento, sendo essa capela filial da paróquia de Brusque. De 1876 a 1882, Ganarini foi vigário paroquial de São Luís Gonzaga da Colônia Itajaí (hoje Brusque), preferencialmente atendendo Nova Trento e os italianos em Brusque. Entre 1881 e 1884 foi pároco da mesma paróquia. Vejamos as impressões do Padre Arcângelo Ganarini (1880):

Quando os imigrantes de língua italiana chegaram a Brusque, a própria sede da Colônia contava uma dezena de ranchos de madeira ou de barro, cobertos de folhas. As melhores construções eram o templo antigo da Igreja Matriz São Luís Gonzaga, a casa de orações protestante (luterana) e a Casa da Direção. Existia uma única bodega, mantida por uma sociedade, onde muito mal se poderia matar a fome. Um vigário católico e um pastor protestante exercitavam, havia já algum tempo, a cura das almas dos seus fiéis que, a não ser pequenos atritos, viveram sempre em boa paz.

Os primeiros chegados eram umas vinte famílias de Valsugana e de Monza, que não querendo adaptar-se às terras que lhes haviam sido designadas na colônia Príncipe Dom Pedro, foram localizadas em melhor situação entre Brusque e Alferes (Nova Trento). Coisa curiosa era observar-se como os de Monza, não entendendo o modo de falar dos de Valsugana, os tomavam por alemães, ao passo que os de Valsugana pensavam o mesmo em relação aos de Monza. Também em Brusque não havia meios de se entenderem, pois ainda não tinham nenhuma prática da língua portuguesa. Por felicidade, um dos chegados conhecia o alemão, e este teve de servir de intérprete, e todos passaram a recorrer a ele ao desejarem fazer qualquer compra ou tratar dos seus negócios com a Diretoria.

No ano seguinte, foi um contínuo chegar de gente do Trentino, da Lombardia e do Vêneto e em menos de três anos a população chegou a 11 mil pessoas. À chegada de tantas famílias, em vez de encontrarem os terrenos medidos, com suas casas provisórias e um trecho de floresta derrubado com suas estradas para localizá-los, nada existia. Houve necessidade de improvisar-se grandes barracões com capacidade para 50 a 60 famílias e neles abrigá-las provisoriamente, enquanto um monte de pseudoengenheiros metia-se nos matos em todas as direções, medindo terrenos para toda aquela gente. Como houvesse interesse que o serviço se prolongasse bastante, não havia grande pressa, nem se olhava se os terrenos eram próprios à cultura, e por isso, muitos colonos descontentes tiveram, com grande despesa, de mudar de sítio ou desgostosos retornar à pátria ou ir para a Argentina.

Entrementes, todas aquelas famílias encontravam-se como que acampadas, ociosas, em torno de Brusque, excetuando-se as ocasiões em que a administração lhes proporcionava alguns dias de trabalho na abertura de estradas. Eram, aproximadamente, cem contos mensais que o Governo dispendeu durante quase dois anos com a sua manutenção. Quase todo esse dinheiro era derramado em Brusque e nas tascas (tavernas) de antigos colonos, que tinham alguma coisa para vender. Alfaiates, sapateiros, operários, carpinteiros, barbeiros, pintores, e talvez também algum poeta, todos se aplicavam à mesma arte de nada fazer, enquanto os cidadãos laboriosos, em face àquela crescente ociosidade e àquela felicidade tão dissipadora e perigosa para os seus filhos, suspiravam pelo momento de poder entrar em suas terras.

Desse tempo data o engrandecimento de Brusque, agora (1880) uma povoação à esquerda do rio, constituída de casa de estilo tedesco (germânico), mais asseadas, cobertas de telhas. Surgiram bodegas e casas comerciais, e estava em construção uma nova Igreja Matriz, assaz cara, ampla e bela igreja, no alto da colina em substituição da primeira ermida dedicada a São Luís Gonzaga.

Existem duas escolas públicas católicas, e uma particular do pastor evangélico (luterano), agência do correio, tiro ao alvo, um pequeno teatro, três fábricas de cerveja, padarias, açougue, alfaiataria e todos os demais artesãos necessários à vida social.

Uma cômoda estrada carroçável à margem direita do rio Itajaí-Mirim, de 38 quilômetros, a põe em comunicação com o porto de Itajaí, e uma outra de 28 quilômetros, passando pelo Morro da Onça, a põe (Brusque) em comunicação com Nova Trento. Sobre o rio, fazendo vez de ponte, duas balsas transportam carros, animais e pessoas; e, em outros pontos existem canoas para dar passagem às pessoas de uma margem à outra. Ganarini (1880) prossegue, dizendo que, como as melhores terras em torno de Brusque estão ocupadas por colonos tedescos (germânicos), os de língua italiana foram situados mais distantes no fundo dos vales, e nem sempre puderam alcançar terras boas e planas. Havia montes pedregosos, próprios somente para a plantação da mandioca. E, particularmente os lombardos, habituados à planura de sua pátria, com aquela antipatia que manifestavam à mandioca, vendo que o terreno não se prestava ao milho e a outros produtos a que estavam acostumados (figura 2.6), tornaram-se indiferentes às suas terras e mudaram de sítio assim que o Governo lhes suspendeu a devida subvenção.



Fonte: Robson Souza dos Santos - UNIFEFE (2024)

Figura 2.6: Adequação alimentar

As comidas que faziam parte do cardápio cotidiano do imigrante incluíam o pão, as massas, o vinho e os queijos. A polenta era mais comum no cardápio dos imigrantes austríaco-tirolezes (trentinos) e italianos do norte.

As dificuldades no estabelecimento dos imigrantes na região de Brusque fizeram com que gradativamente o cardápio fosse alterado. O pão de farinha de trigo foi substituído pelo pão feito com farinha de milho, cará, aipim, batata-doce. As massas com farinha de trigo passaram a ser pratos consumidos apenas em datas especiais. Como não se conseguia cultivar o trigo, a farinha de trigo precisava ser comprada e nem sempre o colono possuía os recursos financeiros necessários para adquiri-la.

O hábito do copo de vinho à refeição no dia a dia também teve que ser abandonado. Como a terra e o clima não eram adequados para o cultivo da uva, este costume alimentar foi sendo deixado de lado, sendo substituído pelo café. Como todo o território era propício ao cultivo do milho, o hábito da polenta – cozida no “parolo”, sobre um fogão a lenha –, permaneceu e até se intensificou. Chegava a ser consumida em todas as refeições diárias, acompanhada do “fortai”, do “radicci”, e/ou de vários tipos de molhos e de queijos produzidos artesanalmente.

Continuando, Ganarini (1880) escreveu que as colônias Itajaí e Príncipe Dom Pedro (leia-se Brusque) se desdobraram em quatro distritos, em cada um dos quais com um engenheiro designado pelo Diretor, que distribui os trabalhos, faz os pagamentos e mantém a boa ordem. O Distrito de Cedro Grande é o mais próximo de Brusque, e por isso é o mais bem-dotado de estradas, mas ao mesmo tempo com menor quantidade de terrenos, estando os melhores ocupados pelos colonos alemães e brasileiros. O Distrito de Gaspar, com algumas exceções, possui terras excelentes, e está situado em bom ponto pela facilidade de comunicações com Brusque, distante cerca de dez quilômetros, e com o povoado de Gaspar, no rio Itajaí-Açu, onde há a comodidade do vapor que faz o serviço três vezes por semana entre Itajaí e Blumenau.

O Distrito de Porto Franco (atual Botuverá), situado na parte superior do Itajaí-Mirim é habitado por imigrantes naturais de Cremona e de Mântua, com poucas famílias de Trento. Ali existe uma capela, um cemitério e os colonos, satisfeitos com a fertilidade de suas terras, lamentam encontrarem-se tão afastados de um sacerdote e desejam ter um colado junto deles. É o distrito que maior falta tem de estradas, nem há esperança de tão cedo entrarem carros em Porto-Franco. Nos anos passados, todo o transporte era feito por água ou em lombos de muare; pelo que se pagava um terço a mais pelos gêneros do que em outra qualquer parte, e quem tinha milho ou outra coisa devia dá-los aos animais por ser o preço do transporte muito alto. Agora se está trabalhando com satisfação, e espera-se ter em poucos meses 22 quilômetros de estrada carroçável, e antes do fim do ano poder-se-á alcançar a sede do distrito. Falava-se em uma mina de ouro e outra de carvão de pedra, tentando-se fazer escavações, mas mesmo que elas existissem, seriam necessários outros meios de que não poderiam dispor os colonos. Porto Franco é muito rico de madeiras de construção, e é de esperar que a serraria recentemente montada possa realizar bons negócios. Existem moinhos, piladores de arroz, alguns engenhos de açúcar e cachaça, e prepararam-se outros para a fabricação de farinha de mandioca.

O Distrito de Nova Trento foi assim denominado pelo fato de a maioria dos seus habitantes e os das linhas adjacentes serem do Trentino. Até 1876, a área onde hoje se levanta Nova Trento chamava-se do Alferes e também Serras, devido a uma serraria aí existente havia muitos anos (para explorar a madeira abundante do local). Entre Nova Trento e Brusque existe uma cadeia de montes cujos cimos mais elevados podem alcançar setecentos metros acima do nível do mar. O ponto tomado para a passagem da estrada chama-se Morro da Onça, entre cujas quebradas se penetra em uma garganta principal flanqueada por outras, que se poderia chamar a Suíça dessas colônias.

Em vários lugares do Distrito de Nova Trento os colonos ergueram ermidas, para que o padre fosse até elas algumas vezes no ano a fim de rezar a santa missa, confessar a população, doutrinar as crianças e realizar alguns dias de festa de acordo com o tempo disponível. Ganarini dizia que não basta um diretor e uma dezena de engenheiros para fazerem prosperar uma colônia, faz-se preciso o padre, natural propugnador da moral e da justiça do qual uma única palavra basta para consolar muito mais do que os favores do governo. Na opinião dele, com um engenheiro a menos e um sacerdote a mais, o governo ganharia bastante, e teria a satisfação de ver frutificar os muitos milhões gastos para colonizar o país.

Aos poucos, os imigrantes foram se adaptando ao meio, tirando a subsistência por meio da agricultura. Entre os principais produtos, figuravam o milho, o feijão, a batata, o aipim, e a cana-de-açúcar. O excedente de produção era trocado nas “vendas” (o equivalente aos atuais mercadinhos de bairro) por gêneros de maior necessidade, como querosene, trigo, açúcar, sal e equipamentos agrícolas. Encontrando-se em Nova Trento um bom número de colonos, logo apareceram as casas comerciais (as vendas), com gêneros de primeira necessidade. Depois alguns artesãos ali estabeleceram suas oficinas de calçado, de alfaiate, de marceneiro.

Durante a abertura da estrada carroçável para Brusque, puseram-se em comunicação com São João Batista, por meio do rio, de onde se traziam açúcar, café, cachaça, animais para o corte, feijões que os genoveses e brasileiros ali estabelecidos vendiam mais barato do que os encontrados em Brusque. Também os negociantes e os artífices construíram boas casas bastante cômodas, dispostas regularmente no povoado e com hortas nos fundos. Duas fábricas de cerveja já estão funcionando, uma alemã e a outra de quatro irmãos naturais de Róvere, que sabem manter-se unidos e trabalhar de acordo. A escola, estabelecida em 1879, é frequentada por bom número de meninos. Eis aqui, pois, o que é a povoação de Nova Trento: uma pequena povoação com cerca de quarenta casas no máximo; pobre, se quiser, mas com um belo e querido nome, e com fundadas esperanças de próspero futuro.

E Ganarini (1880) continua: Nova Itália é uma colônia de famílias italianas procedentes da Europa há cerca de 40 anos (no ano de 1836) e que inicialmente havia se estabelecido ao longo do rio Tijucas. Com o passar do tempo, essas famílias se transferiram para as margens do Braço e, por fim, alcançaram o Alferes. A razão daqueles italianos abandonarem o local original da Colônia Nova Itália, com exceção de poucas famílias, foram as frequentes correrias dos selvícolas chamados “Bugres” (índios), que assaltavam as casas para roubar, e matando as pessoas. Foram enviados soldados para protegê-los; mas, mal estes se retiravam, os bugres voltavam de novo,

encarniçados contra os detestados brancos, considerados invasores das suas terras; diante disso, acharam mais prudente retirarem-se para São João Batista, conclui Ganarini (1880). Aqui cabe um parêntese: o Padre Arcângelo Ganarini se referia ao pioneiro núcleo colonial de imigrantes italianos em terras brasileiras, a Colônia Nova Itália. Os italianos só voltariam a chegar em quantidade em Santa Catarina a partir de 1875.

A respeito da Colônia Nova Itália, Cenni (2003) escreveu que o estado de Santa Catarina foi pioneiro em fato de colonização italiana, já em 1836, quando o suíço Enrico Shutel, agente consular do rei da Sardenha, fazia chegar ao Brasil 180 imigrantes sardos. Piazza (1976) também escreveu sobre a Colônia Nova Itália e, segundo ele, da colonização sarda em Santa Catarina restou um substrato que se prendeu ao solo brasileiro e arrastou os duros embates do isolamento em meio à floresta tropical, sem o devido amparo governamental, nas mínimas exigências da sua inclusão no contexto brasileiro. Entretanto, com o seu trabalho eles souberam ser importantes desbravadores do sertão catarinense. Piazza afirma que o esforço e a persistência desses colonizadores italianos, muito mais tarde, já em 1860, iriam tornar a sua área de fixação como um ponto intermediário na ligação das colônias dispostas ao longo do vale do Maruí (São Pedro de Alcântara e Angelina) com aquelas do Vale do Itajaí (Brusque e Blumenau). E, em 1875, já havia se estabelecido uma comunicação constante entre aquela área e o Vale do Itajaí-Mirim, de modo que, quando ali chegaram os colonos de fala italiana, estes não se consideraram totalmente estranhos ao processo colonizador brasileiro. Sobre a Colônia Nova Itália, o leitor pode se aprofundar ao consultar capítulo próprio neste livro.

Colônias italianas pioneiras

Passados 165 anos da fundação, e após diversas divisões territoriais, do extenso território que formava as colônias Itajaí e Príncipe Dom Pedro (leia-se Brusque) a partir de 1962 restou apenas um pequeno território que forma a Brusque que conhecemos hoje, com área de 284,675 km². Dos quatro distritos mencionados por Ganarini (1880): Cedro Grande, Gaspar, Porto Franco (atual Botuverá) e Nova Trento, mais a área que integrava o distrito-sede (Brusque), tiveram origem os municípios de Nova Trento (1892), Vidal Ramos (1957), Presidente Nereu (1961); Botuverá (1962) e Guabiruba (1962). O distrito de Gaspar foi desmembrado de Brusque, e hoje constitui as áreas do Sul de Gaspar, e o lugar que abrigava um barracão para recepção dos imigrantes atualmente é denominado bairro Barracão, município de Gaspar.

“O estado de Santa Catarina foi pioneiro em fato de colonização italiana, já em 1836, quando o suíço Enrico Shutel, agente consular do rei da Sardenha, fazia chegar ao Brasil 180 imigrantes sardos” (Cenni, 2003).

1836

1860

1875

1892

1957

1961

1962

Das cidades mencionadas, vamos nos aprofundar apenas nas cidades consideradas colônias italianas pioneiras e que se originaram de Brusque: Botuverá; Gaspar; Guabiruba, e Nova Trento.

Botuverá

Originalmente chamada de Porto Franco, os primeiros imigrantes chegaram a Botuverá em maio de 1876. Ao chegarem, escolheram a desembocadura do ribeirão Porto Franco, afluente do Itajaí-Mirim para ancorar suas balsas e canoas. Tendo saído para explorar a mata e conhecer o lote de terras que lhes caberia para instalar sua casa, rancho, criar animais e plantar, houve um temporal com grande volume de chuva que resultou numa enchente no rio Itajaí-Mirim. Muito preocupados com suas canoas e balsas, pois estas eram o seu único meio de transporte, os imigrantes voltaram ao ancoradouro assim que puderam, e foram surpreendidos por ainda encontrar as suas embarcações no mesmo local onde as haviam deixado amarradas. Canoas e balsas giravam com segurança por sobre as águas da enchente e por isso os italianos passaram a denominar o ancoradouro de “Porto Franco”, que significa Porto Seguro. O povoado continuou a ser chamado de Porto Franco durante muitos anos, inclusive depois de ter sido transformado em Distrito.

O nome da cidade, alterado de Porto Franco para Botuverá em 1943, tem na língua Tupi-Guarani o seu significado: bons brilhantes, pedra preciosa, ou montanhas brilhantes. O nome Botuverá foi escolhido, pois no município existem vários minérios, principalmente o ouro, que no passado já foi muito extraído, tendo sido uma das principais atividades econômicas da cidade. No entender da gente botuveraense, os vales e as montanhas cobertas por verdes matas que caracterizam o relevo da cidade e garantem ar puro e saudável, além de apresentar paisagens dignas de serem vistas e admiradas por todos, justificam o nome.

De acordo com a Prefeitura de Botuverá (2024), o núcleo urbano foi fundado por um grupo de famílias de camponeses católicos (figura 2.7), que, em sua maioria, emigrou de várias aldeias da Província de Bergamo, região da Lombardia, Itália Setentrional, e que viajaram juntas para a nova terra, embarcadas no mesmo navio. A cidade também recebeu imigrantes de outras etnias, entre eles os trentinos e poloneses.



Fonte: Robson Souza dos Santos - UNIFEFE (2024)

Figura 2.7: Igreja Matriz São Francisco de Assis. Considerada uma parte importante da história e cultura de Botuverá, a construção da igreja teve início ainda no final do século XIX, mas a torre só foi edificada em 1910. Com o passar do tempo a edificação passou por diversas mudanças e ampliações. O relógio foi instalado em 1940 e a icônica escadaria de mais de 130 degraus que leva até a igreja é um dos pontos de atração no centro da cidade.

No que se refere à organização administrativa de Botuverá, em essência temos: Em 14/2/1925, a Lei n.º 26, de Brusque, criou o Distrito de Paz de Porto Franco. A sede foi elevada à categoria de Vila pela Lei Estadual n.º 86 de 31/3/1938. Em 1943, pelo Decreto-lei Estadual n.º 941, de 31/12/1943, o distrito Porto Franco passou a denominar-se Botuverá. Em 1945, Botuverá foi elevado à categoria de Distrito de Brusque. Em 28/4/1962, a Câmara Municipal de Brusque sancionou a Resolução de n.º 238, criando os municípios de Botuverá e Guabiruba, desmembrados do território do município de Brusque. Em 7/5/1962, pela Lei n.º 821, a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina homologou a criação dos municípios de Botuverá e Guabiruba. Em 9/6/1962, foi instalado oficialmente o Município de Botuverá, sendo esta considerada a data oficial de emancipação política e administrativa.

Do ponto de vista econômico, Botuverá viveu momentos distintos ao longo de sua história. A primeira fase, que data de sua fundação até aproximadamente a década de 1950, caracterizou-se pela agricultura de subsistência, exploração de madeira e ouro de lavagem. A segunda fase durou aproximadamente até a década de 1980, e se caracterizou pela agricultura comercial do fumo, e algumas estufas ainda podem ser avistadas pelo interior da cidade, lembrando tempos de trabalho duro na colônia, em que a família toda se reunia para colher as folhas de fumo, fazer “as bonecas”, dependurá-las em varas que eram colocadas para secar nas estufas para, finalmente, vender a produção, normalmente para a empresa Souza Cruz.

A terceira fase, bem recente, caracterizou-se pelo início e também fortalecimento do segmento industrial, especialmente o setor têxtil, com a indústria de fios de algodão e fiação. A indústria de mineração, principalmente na comercialização do calcário para corretivo de solo, e da industrialização da pedra calcária para fins comerciais também está em franco desenvolvimento, e com isso a base econômica de Botuverá passou a ser a indústria.

Em relação aos aspectos culturais que contribuem para a preservação da identidade italiana de Botuverá, encontramos alguns elementos ativos no município, entre eles a Festa Bergamasca, que nasceu com a função de resgatar, difundir e reavivar a cultura italiana, aliçada nas tradições e nos costumes, trazidos pelos imigrantes italianos da Província de Bérgamo e da Região de Lombardia. Também merece destaque a Associação Italiana Coral São José de Botuverá, à qual está vinculado o Coral Giuseppe Verdi, que busca preservar a tradição coral deixada pelos primeiros imigrantes, conhecidos como “I Vèc Cantùr” (Os velhos cantores). Seu principal objetivo é transmitir a cultura, as tradições e os costumes italianos, ressaltando a expressão de sentimentos e emoções por meio da música. Além de diversificar a

1925

1938

1943 1945

1950

1962

1980



Fonte: Robson Souza dos Santos - UNIFEFE (2024)

Figura 2.8: Capela Santo Antônio. Com arquitetura provençal e localizada no coração da rota Villa D'Itália, a Capela Santo Antônio é o cartão postal de Alto Gasparinho, o bairro de Gaspar que teve a maior concentração de imigrantes austríaco-tirolezes de língua italiana (trentinos) e italianos a partir de 1876. Vários estabelecimentos da Villa D'Itália empregam essa identificação com o país europeu e buscam manter os costumes, tradições e receitas de seus antepassados. A charmosa rota turística rural, com 12 km de extensão, inclui diversos empreendimentos familiares onde moradores e turistas podem ter experiências gastronômicas, de lazer e de hospedagem.

música sacra, folclórica italiana e popular, o coral também promove a língua italiana. A cidade também conta com o Circolo Bergamasco Botuverá (Circolo dei Bergamaschi di Botuverà).

Mesmo passadas várias gerações, os bergamascos de Botuverá têm a particularidade de manter vivas as principais tradições culturais de sua região de origem com as do Brasil, a verdadeira pátria de todos os emigrados. E, muito importante: conservar ainda hoje o dialeto local que com as típicas influências de outros dialetos minoritários e da língua portuguesa resulta no Bergamasco que se fala em Botuverá, este ainda com típicas variações de pessoa para pessoa, de família para família, de localidade para localidade, mas decodificado por várias adaptações necessárias, passa a ser a “língua oficial” da comuna botuveraense. Em 2024, a indústria representa em torno de 65% de todo o movimento econômico do município. Segundo o IBGE, a população de Botuverá no último censo (2022) era de 5.363 pessoas.

Gaspar

Sobre o histórico da cidade, a Prefeitura de Gaspar (2024) explica que os primeiros habitantes foram os índios, seguidos dos vicentistas, açorianos, alemães, portugueses e italianos. Por volta de 1835 chegaram os primeiros imigrantes de origem alemã, que se estabeleceram nas terras do Itajaí-Açu. Eles influenciaram a cultura gasparense e impulsionaram o seu desenvolvimento econômico. A maioria dos imigrantes foi atraída pela exploração de ouro na bacia do rio Itajaí-Açu. Outra riqueza que atraía os exploradores era a madeira leve para a construção e reparos de embarcações náuticas.

Os dois bairros que mais receberam italianos foram o Gasparinho e o Barracão. Em relação à colonização de Gaspar por imigrantes italianos, quem nos explica a história é a professora Leda Maria Baptista (2024). Baptista conta que os imigrantes italianos chegaram em 1876 e foram alojados em um barracão provisório, sob as ordens do Dr. Luiz Betim Paes Leme, então Diretor da Colônia Itajahy-Príncipe Dom Pedro (leia-se Brusque). A edificação, precária, foi construída na área central do atual bairro Barracão, nas imediações do lugar onde em 2024 está edificada a Escola de Educação Básica Marina Vieira Leal. O bairro recebeu este nome devido ao antigo barracão. Os imigrantes foram assentados em 74 lotes situados no extremo sul do território de Gaspar, que se limitava com os atuais municípios de Itajaí, Brusque e Guabiruba. Vários italianos dedicaram-se ao comércio na praça do Barracão, formando o vilarejo. Algumas famílias dedicaram-se a olarias, fornecendo tijolos e telhas para Gaspar, Brusque e até para Blumenau.

Outros dedicaram-se à extração do granito e várias foram as serrarias ali estabelecidas. A vida religiosa dos italianos foi intensa. No princípio, o atendimento religioso da capela Nossa Senhora do Rosário-Barracão também era feito por Brusque, onde foram registrados os nascimentos, casamentos e óbitos da região da imigração italiana. Os idosos costumavam caminhar à noite, rezando o terço. Fé, trabalho e cooperação formam o tripé do desenvolvimento dos italianos na região de Gaspar. Em relação às moradias, ainda conforme Baptista (2024), os abrigos dos primeiros tempos, feitos com materiais do mato, logo foram substituídos por casas de troncos e madeira serrada, cobertas por folhas de palha ou tabicas ou taboinhas (uma espécie de telha de madeira, também chamadas no dialeto trentino “scándole”). Os telhados eram bem angulosos, os pilares das casas eram de pedra, e bem altas do chão. Às vezes, os pilares também eram de madeira, pois quando não havia a pedra ideal por perto, se utilizava um tronco de cerne de madeira. A cozinha geralmente era uma construção separada do restante da casa.

A alimentação era baseada em grãos, tubérculos e frutos produzidos pelos imigrantes. Como proteína, consumiam peixes, animais de caças, frangos e porcos. Havia algumas hortaliças produzidas no quintal ou frutas e palmitos coletados no mato. Os homens empregavam-se na extração e serração de madeira, em construções de estradas, ou em empreitadas agrícolas. O lazer consistia em jogos de cartas, bocha, jogo da mora e outros. Também pescarias e caçadas eram constantes, pois além de divertidas eram muito produtivas. As mulheres mantinham o sustento básico e a vida no lar, como mães e esposas. Divertiam-se com alguns trabalhos manuais simples, ou conversando com familiares e vizinhos. As crianças acompanhavam suas mães e brincavam muito.

A partir de 1917, famílias e imigrantes italianos da região de Ascurra, Ibirama e proximidades interessaram-se pelos terrenos baixos de Garuba e Gaspar Grande. Ali abriram valas de irrigação, nivelaram os quadros de terra e passaram a plantar arroz irrigado, seguindo a técnica utilizada na Itália. A produção expandiu-se consideravelmente, fazendo de Gaspar um dos maiores produtores de arroz do Estado (Memória Gasparense, 1992).

Em relação à organização político-administrativa, Gaspar já pertenceu a São Francisco do Sul, Porto Belo, Itajaí e Blumenau. De acordo com Grosselli (1987, p. 286), em 1883 o Distrito de Gaspar foi anexado a Blumenau, como Segundo Distrito de Blumenau. Em 1934, foi emancipado política e administrativamente. Até então o território dos atuais bairros Alto Gasparinho, Barracão, Bateias, Gasparinho Baixo, Gasparinho Central, e Óleo Grande, onde se deu demarcação dos lotes que acolheram os imigrantes italianos a partir de 1876, pertenciam a Brusque. Em relação à origem do nome do município, de acordo com Gaspar (2024), o território já aparece

1883

1917

1934



Fonte: Valci Reis - Prefeitura de Guabiruba (2019)

Figura 2.9: Capela Imaculada Conceição.

A maioria dos imigrantes de língua italiana que se instalaram em Guabiruba eram originários do Tirol Italiano, região trentina que pertenceu à Áustria até 1919. Em 2025, vários aspectos culturais contribuem para a preservação da identidade italiana da cidade e, entre eles, o Grupo Folklorístico Tutti Buona Gente, o Circolo Trentino di Guabiruba e a Festa Italiana.

Na foto, a Capela Imaculada Conceição, e a representação da tradição da polenta em frente ao Memorial Ítalo-Guabirubense Sacristão Francesco Celva. Bairro Lageado Alto, na mesma localidade onde, já em 1876, os imigrantes de língua italiana que se instalaram em Guabiruba ergueram a primeira capela.

denominado como Gaspar em relatos escritos e desenhos de mapas antigos, datados do final do século XVIII, quando exploradores de metais preciosos denominaram os ribeirões Belchior, Gaspar Grande e Gaspar Mirim.

O bairro Alto Gasparinho (figura 2.8) foi o que teve a maior concentração de imigrantes austríaco-tirolezes de língua italiana (trentinos) e italianos a partir de 1876. Vários estabelecimentos da “Villa D’Itália” empregam essa identificação com o país europeu e buscam manter os costumes, tradições e receitas de seus antepassados. A charmosa rota turística rural, com 12 quilômetros de extensão, inclui diversos empreendimentos familiares, uma capela e uma organização cultural onde o morador e os turistas podem ter experiências gastronômicas, de lazer e de hospedagem. Também é lá que se encontra um dos melhores hotéis fazenda do Brasil, conhecido internacionalmente pela sua qualidade e variedade de serviços.

Em 1992, surgiu o Grupo Folclórico Gasparetto, também no bairro Alto Gasparinho. O Circolo Trentino di Gasparin, com suas canções e eventos típicos, é um dos grupos que contribui para manter as tradições e os costumes italianos. A cidade se consolida como um polo têxtil, com confecção e manuseio de malhas, tinturarias e estamparias. O setor alimentício também é importante para a economia, e a indústria de plásticos possui um moderno parque industrial. O setor turístico vem ganhando destaque, favorecido pela localização geográfica, a proximidade do litoral e das rodovias federais. O Porto de Itajaí e o Aeroporto Internacional de Navegantes também contribuem para a facilidade no acesso. Os equipamentos turísticos oferecem oportunidades de descanso, conforto e aventura, assim como a indiscutível culinária. No turismo de temporada, os parques aquáticos são o destaque (Gaspar, 2024). Segundo o IBGE, em 2022, a população de Gaspar era de 72.570 habitantes.

Guabiruba

Fundada simultaneamente a Brusque, em 2025, Guabiruba comemora 165 anos de colonização e 63 anos de emancipação político-administrativa. Dentre os seus patrimônios imateriais, destaca-se a cultura dos imigrantes austríaco-tirolezes de língua italiana (trentinos), que fundaram um núcleo de imigração original – ou seja, não transmigrados, mas vindo diretamente de Trento – na época pertencente ao Império Austro-Húngaro, em 1875-1876 – em Lageado Alto. Anos depois, pequenos grupos de famílias italianas vieram a compor o quadro ítalo de Guabiruba, estabelecendo-se especialmente em meio aos alemães.

Segundo os relatórios do Barão Maximilian von Schneeberg, primeiro diretor da Colônia-Itajaí, disponíveis no Museu Casa de Brusque, a primeira leva de colonizadores chegou à Colônia (Brusque) no dia 4/8/1860. Eram imigrantes etnicamente alemães. Ainda no mesmo mês, em 19 de agosto, chegou outro grupo de imigrantes e estes já passaram a ser instalados em direção a Guabiruba. Foi ali que iniciou a história do município.

Em relação à origem do nome do município, o território já aparece denominado como “Gabirola” em mapas antigos das décadas de 1850 e 1860, e nos relatos do Barão von Schneeberg. Dirschnabel (2023) expõe que, nos primeiros quinze anos, os imigrantes, na maioria, eram lavradores que emigraram do Grão-Ducado de Baden, destacando-se a comunidade de Karlsdorf-Neuthard como localidade de origem. Embora em menor número, a cidade também recebeu imigrantes originários das províncias prussianas da Pomerânia e de Schleswig-Holstein.

A ocupação da região de Brusque e Guabiruba ocorreu de modo simultâneo e continuado, conforme os colonos eram assentados em seus lotes. Os poloneses foram os últimos grupos de imigrantes a chegar, já no final do século XIX, sendo a maioria originária da antiga região industrial da atual Polônia, e por aqui ficaram conhecidos como os “tecelões de Lodz”.

Segundo o pesquisador e historiador padre Eder Claudio Celva (2008), a maioria dos colonizadores considerados italianos, que chegaram a Guabiruba, eram imigrantes austríaco-tirolezes de língua italiana (trentinos). Eles chegaram a partir de 1875, receberam os seus lotes na “Lageada”, que foi como chamaram a região que compõe o atual bairro Lageado Alto. É nesse mesmo bairro que, em 2009, foi fundado o Memorial Ítalo-Guabirubense Sacristão Francesco Celva, com sede própria inaugurada em 8/12/2013. No Memorial, destaca-se o acervo que pertenceu aos descendentes dos pioneiros do Lageado Alto. Aqui cabe especial menção aos esforços do Pe. Eder Claudio Celva, precursor do trabalho para que o Memorial e outras iniciativas atinentes se tornassem uma realidade.

No que se refere à religião, os católicos sempre predominaram em Guabiruba, e a vida de igreja foi decisiva para a sua gente. E, como expressão da religiosidade do povo guabirubense, além das igrejas (figura 2.9) e das capelinhas, cruzeiros têm sido erguidos, a maior quantidade no bairro Lageado Alto. Sob o ponto de vista econômico, os imigrantes se dedicaram inicialmente à lavoura e à extração de madeira. Havia os que transformavam a sua produção agrícola para o consumo próprio e para a venda.

Em relação aos aspectos culturais, que contribuem para a preservação da identidade italiana de Guabiruba, encontramos vários elementos ativos no município, entre eles a “Sfilata del Vino” que antecipa o clima festivo da Festa Italiana que acontece em março de cada ano no Mirante,

1850

1860

1875

2009

2013

Salão e Oratório de Santo Antônio, no bairro Lageado Alto – a 17 km do centro da cidade. Além de promover várias atividades que objetivam manter vivas as tradições dos antepassados italianos, tais como: a “pisa da uva” – um resgate de como o vinho era feito antigamente; o “jogo da mora”, e outras competições da cultura italiana, a Festa Italiana ainda conta com música, dança, alegria e muita comida típica “raiz”.

Em 2022, foi fundado o Circolo Trentino di Guabiruba, constituindo-se no 29.º Circolo Trentino em Santa Catarina. Depois de alguns anos de correspondências, conversas e preparação para uma base cultural, com pesquisas, livros, museu, festa, o padre Eder e o coordenador dos Circolos Trentinos dos estados de Santa Catarina e Paraná, Andrey José Taffner Fraga, viabilizaram a fundação do Circolo Trentino no município. Foi eleita a primeira diretoria e o Circolo foi instalado com a visita do diretor da Associação Trentina no Mundo, Francesco Bocchetti.

A fundação do Circolo tem o objetivo de formalizar o estreitamento das relações fraternas, culturais, históricas e de intercâmbio entre os dois países e entre os circolos espalhados pelo mundo. Na ocasião, Taffner afirmou que Guabiruba é uma das poucas cidades que possui migração trentina direta, e que no bairro Lageado Alto se encontram descendentes de imigrantes que saíram diretamente de Trento para Guabiruba. Devido aos grandes movimentos culturais italianos, como a Associação Cultural Italiana de Guabiruba (ACIG), o andamento para a criação do Circolo Trentino Di Guabiruba foi rápido, concluiu Taffner.

Além disso, desde 2009 Guabiruba conta com o grupo de dança Folklorístico Tutti Buona Gente, que integra a Associação Artístico Cultural São Pedro, e também é conveniado com o Circolo Trentino di Guabiruba. O Tutti Buona Gente se apresenta com danças típicas trentinas, região de onde veio a maioria dos imigrantes italianos que colonizaram Guabiruba e também os “Vales do Itajaí”.

Em relação aos dados gerais, depois dos primeiros empreendedores, comércios e indústrias têxteis, foi aberto o caminho para a modernização de Guabiruba, com o início das fábricas de malhas, confecções, tinturarias e metalurgias, o que se deu a partir da década de 1980.

No que se refere à organização político-administrativa, Guabiruba foi emancipada em 1962. Em 28/4/1962, a Câmara Municipal de Brusque sancionou a Resolução de n.º 238, criando os municípios de Guabiruba e Botuverá, desmembrados do território do município de Brusque. Em 7/5/1962, pela Lei n.º 821, a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina homologou a criação dos municípios de Guabiruba e Botuverá. Em 10/6/1962, o Município de Guabiruba foi instalado oficialmente, sendo esta considerada a data oficial de sua emancipação política e administrativa.

Na atualidade as três atividades que mais empregam em Guabiruba são a fabricação de tecidos de malha, confecção de peças do vestuário e administração pública em geral. Também as atividades de alvejamento de malha, tingimento e torção em peças do vestuário. O desenvolvimento propiciou a vinda de novas famílias, culturas e tradições, que escolheram o município para construir seu lar. Guabiruba está distribuída em uma área de 195 km² e limita-se ao norte com Gaspar e Blumenau; ao sul e a oeste com Botuverá e a leste com Brusque. E, apesar de ser colonizada predominantemente por imigrantes etnicamente alemães, conseguiu preservar a sua identidade étnica italiana. Conforme o IBGE, em 2022, a população de Guabiruba era de 24.543 habitantes.

Nova Trento

Originalmente Distrito de Brusque, Nova Trento foi assim denominada por seus habitantes e os das linhas adjacentes, na maior parte, serem imigrantes de Trento, Tirol Meridional. Italianos de Monza, da Lombardia e do Vêneto também se estabeleceram em Nova Trento. Russos, poloneses e alemães chegaram em menor quantidade. Seu nome é uma homenagem à principal cidade do Tirol Meridional.

A sua história tem início entre os anos de 1834 e 1838, quando a região do Vale do Rio Tijucas foi ocupada por alguns ingleses que vieram dos Estados Unidos da América com a intenção de explorar a madeira abundante existente do local, principalmente o cedro-rosa e a canela-preta. Em função das dificuldades encontradas o negócio foi abandonado e, mais tarde, as propriedades foram vendidas ao Governo Provincial e utilizadas na formação de Nova Trento, ainda integrando o território de Brusque. Até 1876, a região onde hoje se levanta Nova Trento chamava-se Alferes. A cidade se formou como uma comunidade agrícola profundamente católica.

Segundo Ganarini, citado por Grosselli (1987), os primeiros imigrantes italianos que chegaram a Brusque em 4/6/1875, receberam lotes no território da extinta Colônia Príncipe Dom Pedro, formando, assim, o núcleo pioneiro da atual cidade de Nova Trento. Eram cerca de vinte famílias, sendo parte trentinos de Valsugana, que chegavam com passaporte austríaco, e parte de Monza, que chegavam com passaporte italiano. Essas famílias pioneiras se estabeleceram na localidade chamada “Sixteen Lots”, que significa quilômetro 16, porque essa era a distância de Brusque. Localizada entre Brusque e Nova Trento, atualmente essa localidade constitui o Distrito de Claraíba, município de Nova Trento.



Fonte: Robson Souza dos Santos - UNIFEFE (2024)

Figura 2.10: Santuário Santa Paulina. Nova Trento é considerada a Capital do Turismo Religioso de Santa Catarina, e a segunda atração de cunho religioso mais visitada do Brasil. A cidade conta com o Santuário Nossa Senhora do Bom Socorro, e com o famoso Santuário Santa Paulina. Nascida em 1865 e batizada com o nome de Amábilis Lúcia Visintainer, Santa Paulina nasceu em Vígolo Vattaro, Trentino Alto Ádige, então parte do Império Austro-Húngaro. Emigrou com a família para o Brasil em 1875 e fixaram residência em Vígolo, em Nova Trento. Ela faleceu como Madre Paulina em 1942. Em 2002, foi canonizada por São João Paulo II, que reconheceu suas virtudes em grau heroico. Passou a ser chamada de Santa Paulina do Coração Agonizante de Jesus. Em sua homenagem, foi edificado o Santuário Santa Paulina, e o complexo católico dedicado à primeira Santa do Brasil mensalmente recebe milhares de visitantes.



Fonte: UNIFEBE (2024)

Figura 2.11: Placas comemorativas em homenagem a algumas das primeiras famílias e colonizadores no centenário da colonização italiana (1875-1975). Praça Central de Nova Trento.

Em relação à organização político-administrativa de Nova Trento: Em 2/1/1884, foi criado o Distrito Policial de Nova Trento. Em 4/4/1884, foi sancionada a Lei n.º 1.074, criando a freguesia e o Distrito de Paz de Nova Trento. Em 1887, foi criado um posto de correio. Em 8/8/1892, pela Lei Provincial n.º 36, Nova Trento foi emancipada político-administrativamente e tornou-se município. Em 21/12/1892, foi criado o Conselho Municipal para dirigir o município até as suas primeiras eleições, que ocorreram somente em 1894, com o voto indireto. Em 1895, a localidade Dezesseis passou a ser denominada Distrito Aliança, criado pela Lei Municipal n.º 2, de 27/4/1895. Em divisão territorial datada de 31/12/1963, Nova Trento passou a ser constituída de três distritos: Nova Trento, Aguti e Claraíba.

Em relação ao Distrito de Claraíba, uma curiosidade: em 31/12/1943, quase cinquenta anos depois de ter sido denominado Distrito Aliança (em 1895), o Decreto-Lei Estadual n.º 941 alterou o nome no distrito de Aliança para Claraíba, devido a uma lei federal que estabelecia que não poderia haver repetição de nomes em cidades ou vilas no Brasil. A localidade passou a se chamar Claraíba, numa homenagem a uma árvore silvestre com esse nome que existia por lá. Foi uma linda homenagem ao Distrito, pois Claraíba é uma árvore extremamente ornamental que, quando em flor, se cobre-se de um branco imaculado cuja florada dura várias semanas. Talvez já fosse uma homenagem prévia a Santa Paulina.

Batizada com o nome de Amábilis Lúcia Visintainer, Santa Paulina foi uma imigrante que se estabeleceu em Nova Trento com os pais. Ela nasceu em Vígolo Vattaro, Trentino Alto Ádige, na época parte do Império Austro-Húngaro, hoje Norte da Itália, no dia 16/12/1865. Com os pais, irmãos e outras famílias da região, emigrou para o Brasil, em 1875, logo no início da grande imigração de língua italiana para Santa Catarina e, antes de completar dez anos de idade, passou a morar na localidade de Vígolo, em Nova Trento. Ela faleceu como Madre Paulina no dia 9/7/1942, aos 76 anos. Em 19/5/2002, na Praça de São Pedro, São João Paulo II canonizou Santa Paulina, reconhecendo suas virtudes em grau heroico: humildade, caridade, fé, simplicidade, vida de oração, entre outras. Ela passou a ser chamada de Santa Paulina do Coração Agonizante de Jesus. Em sua homenagem, foi edificado o Santuário Santa Paulina, um complexo católico dedicado à primeira Santa do Brasil (figura 2.10).

Quanto ao desenvolvimento de Nova Trento: rica em cursos d'água e um rio navegável, a localidade se desenvolveu rapidamente. Depois dos primeiros anos da chegada dos camponeses, estruturou-se nas florestas uma sociedade camponesa de pequenos proprietários de terra, como estava no sonho dos campônios trentinos (Grosseli, 1987, p. 471). Em 27/4/1890, foi inaugurada a estrada

1875

1892

1894 1895

1943

1963

ligando Nova Trento a Tijucas, incrementado o comércio com Tijucas. Grosselli (1987) informa que, Nova Trento tinha aproximadamente 6.000 habitantes em 1900, mas, a partir dessa época, a superpopulação e o empobrecimento da terra fizeram com que seus moradores mudassem para outras cidades, como Brusque e Blumenau, onde a indústria têxtil começava a se desenvolver.

Os neotrentinos até hoje cultuam as tradições, costumes e a religiosidade de seus antepassados, com grande empenho para resgatar e manter suas origens. Nova Trento é considerada a Capital do Turismo Religioso de Santa Catarina e, além do famoso Santuário Santa Paulina, considerado a segunda atração de cunho religioso mais visitada do Brasil, o município conta com o Santuário Nossa Senhora do Bom Socorro, dedicado a Maria, mãe de Jesus.

Na cultura, a Banda Padre Ângelo Sabbatini, criada em 1889, e a mais antiga em atividade de todo o Estado, conserva as canções dos antepassados. A dança folclórica típica trentina/tirolesa fica a cargo do Gruppo Folk Nea Tridentum. As histórias, crenças e costumes dos imigrantes italianos também são guardados e difundidos pelo Circolo Trentino di Nova Trento, entidade que preserva a tradição e a repassa às novas gerações. E a grande congregação de tudo isso ocorre em agosto, na festa Incanto Trentino, que celebra o aniversário da cidade e a cultura de seus antepassados. Também merece destaque o Museu da Cultura Italiana, implantado aos pés do Santuário Nossa Senhora do Bom Socorro, que expõe mais de 5 mil peças.

Em 2024, Nova Trento se destaca na economia pela atividade agrícola e pelo turismo religioso. A indústria também é um importante vetor econômico. Segundo o IBGE, a população de Nova Trento no censo de 2022 era de 13.727 habitantes.

Brusque: de colônia imperial a sede do município

Brusque nasceu como uma colônia imperial, ou seja, uma colônia pública, e foi inicialmente denominada Colônia Itajahy. O país vivia, então, o processo de criação de pequenas colônias pelo Governo Imperial. Foi fundada oficialmente em 4/8/1860, quando os primeiros imigrantes alemães chegaram à margem esquerda do rio Itajaí-Mirim. A partir da unificação das Colônias Itajahy e Príncipe Dom Pedro, em 1869, as dimensões coloniais aumentaram e passaram a somar aproximadamente 70.000 hectares. O vasto território da Colônia passou a ter como limites Lages, Tijucas, Itajaí e Blumenau.

1860

1869

1900



Fonte: Robson Souza dos Santos - UNIFEBE (2024)

Figura 2.12: Igreja Matriz São Luís Gonzaga. A fé sempre foi a pedra angular que manteve os imigrantes unidos, mesmo nos momentos mais difíceis. Com capacidade para abrigar duas mil pessoas, o projeto do arquiteto alemão Gottfried Böhm se destaca pelo arrojo da planta simples e pela reinterpretação dos elementos da liturgia católica. A volumetria clara e bem marcada são um dos atributos da edificação, que mistura características góticas e românicas, tira partido da topografia local e evidencia a sua monumentalidade. A sobriedade de elementos interiores atende às características do Movimento da Reforma Litúrgica.



Fonte: Robson Souza dos Santos - UNIFE (2024)

Figura 2.13: Casa de Brusque
Francisco Carlos de Araújo Brusque nasceu em Porto Alegre, em 1822 e faleceu em Pelotas (RS), em 1886. Seu avô, Nicolau Bruschi, era um nobre de Florença, Itália. A família utilizou o sobrenome Bruschi até 1846, quando passou a assinar Brusque, forma abreviada do nome. Em 1998, seus restos mortais foram trasladados para Brusque, com honras de Chefe de Estado, e depositados no monumento construído em sua memória no Museu Histórico do Vale do Itajaí-Mirim, mantido pela Sociedade Amigos de Brusque – SAB.

A partir da unificação das Colônias, alguns atos merecem ser destacados: Em 31/7/1873, a Lei Provincial n.º 693 desmembrou a Colônia-Itajahy, que até então era anexa da freguesia do Santíssimo Sacramento (Itajaí), formando a Freguesia (paróquia) de São Luís Gonzaga. Essa providência possibilitou soluções mais rápidas das questões relacionadas a Brusque, evitando, assim, viagens a Itajaí. Dois anos depois, em 1875, tem início a grande imigração austríaca-tirolesa de língua italiana e italiana para a região. A Lei Provincial n.º 920/1881, de 23/3/1881, elevou a freguesia de São Luís Gonzaga das Colônias Itajaí e Príncipe Dom Pedro para a categoria de Vila e município, igualmente denominado de São Luís Gonzaga. Com isso, Brusque foi emancipada político-administrativamente. Pelo Decreto Estadual n.º 77, de 17/1/1890, a Vila de São Luís Gonzaga passou a denominar-se Brusque, em homenagem a Francisco Carlos de Araújo Brusque, presidente da Província de Santa Catarina à época da fundação da cidade. Em divisão administrativa ocorrida em 1911, a Vila passou a constituir o Distrito-sede. A Lei Estadual n.º 1.123, de 23/9/1916, finalmente elevou Brusque à categoria de cidade e sede do município.

Reconhecida pela sua característica empreendedora, Brusque chega a 2025 como um destaque nacional no quesito desenvolvimento econômico, segurança e longevidade. Conhecida como “Berço da Fiação Catarinense”, durante muitos anos a sua base econômica foi o têxtil. Impulsionado pelo segmento têxtil, a partir de 1960, o panorama industrial da cidade foi sendo ampliado com a inserção da indústria metalmeccânica. O comércio de vestuário, cama, mesa e banho, e o turismo também se destacam na geração de renda da cidade. Conforme o IBGE, em 2022, a cidade contava com uma população de 141.385 habitantes, sendo a 11.ª maior do estado (figura 2.12).

O descendente de italianos que deu nome à cidade de Brusque

A árvore genealógica de Francisco Carlos de Araújo Brusque revela ascendência de alta fidalguia. Seu avô, Nicolau Bruschi, era um nobre de Florença, Itália, que se instalou em Portugal por volta de 1762. Em 1808, a transferência da Família Real portuguesa para o Brasil fez com que a família Bruschi se separasse. Nicolau, o avô, permaneceu em Portugal com a esposa e parte dos filhos. Os filhos João e Vicente, militares, acompanharam a Família Real no seu êxodo para o Brasil.

Incorporado ao Exército do Vice-Reinado, em janeiro de 1818, Vicente foi promovido a Tenente-Coronel de Milícias. Na Capitania de São Pedro do Rio Grande, Vicente se casou com Delfina Carlota de Araújo Ribeiro, filha do Comendador José Antônio de Araújo Ribeiro, de nobre ascendência lusitana. Um dos filhos de Vicente e Delfina, Francisco Carlos de Araújo Bruschi,

1873 1875

1881

1890

1911

1916

1960

nasceu em Porto Alegre, no dia 24/5/1822. Em 1845, ele foi diplomado na Faculdade de Direito de São Paulo e depois voltou a Porto Alegre, onde se filiou ao Partido Liberal. Católico, casou-se com Cecília Amália de Azevedo. De estatura pequena, magro, olhos pretos e vivos, seus cabelos escuros ao tempo de estudante se tornaram brancos já aos 40 anos. A família utilizou o sobrenome Bruscechi até 1846, quando passou a assinar Brusque, forma abreviada do nome.

Eleito deputado à Assembleia Provincial em 1849, 1854 e 1856, Francisco Carlos de Araújo Brusque fez as campanhas do Sul e obteve a medalha de mérito militar de ouro, com honras de coronel. Como deputado à Assembleia Geral, figurou pela Província de São Pedro do Rio Grande de 1856 a 1859 e, pela Província do Amazonas, de 1863 a 1866. De 1873 a 1875 voltou ao Parlamento pela Província do Amazonas. Brusque ocupou a Presidência da Província de Santa Catarina de 21/10/1859 a 17/4/1861. Na sua curta gestão, além da Colônia Itajaí (Brusque), também foram instaladas as colônias de Teresópolis e Angelina. Em 22/4/1861, ele deixou Santa Catarina para assumir a Presidência da Província do Grão-Pará. Foi Ministro da Marinha e interino da Guerra. Retirou-se da política em 1875, passando a exercer a advocacia. Possuía os títulos de Oficialato da Rosa, o Hábito de Cristo e a de Grã-Cruz do Leão Neerlandês (BRUSQUE, 1983). Francisco Carlos de Araújo Brusque faleceu, subitamente, no dia 23/9/1886, em Pelotas (RS). Em 1998, seus restos mortais foram transladados para Brusque, com honras de Chefe de Estado, e depositados no monumento construído em sua memória no Museu Histórico do Vale do Itajaí-Mirim, mantido pela Sociedade Amigos de Brusque – SAB (figura 2.13), com a lápide original em mármore de Carrara.

Considerações Finais

Brusque foi fundada por imigrantes alemães em 1860, e ao longo de sua história, acolheu e continua acolhendo muitas etnias (figura 2.13). É considerada o Berço da Imigração Polonesa no Brasil (1869), e o Berço da Grande Imigração Trentina e Italiana em Santa Catarina (1875). Teve seu território desmembrado, e dela surgiram outras cidades. Passados 165 anos, Brusque chega ao ano de 2025 com um Circolo Trentino e um Circolo Italiano, ambos muito ativos, organizações engajadas para manter vivas a história e as tradições culturais dos imigrantes austríaco-tiroleiros de língua italiana (trentinos) e italianos. O Grupo Di Canto Degli Amici Trentini, ligado ao Circolo Trentino di Brusque preserva a cultura interpretando músicas folclóricas, tradicionais e religiosas no idioma italiano.



Fonte: Robson Souza dos Santos - UNIFEBE (2024)

Figura 2.14: Brusque

Reconhecida pela sua característica empreendedora, Brusque chega a 2025 como um destaque nacional no quesito desenvolvimento econômico, segurança e longevidade. Durante muitos anos a sua base econômica foi o têxtil.

A partir de 1960, o panorama industrial da cidade foi sendo ampliado com a inserção da indústria metalmeccânica. Algumas das empresas de destaque no segmento foram fundadas por descendentes de imigrantes originários de Roncigno, região do Trentino-Alto Adige, província de Trento, Itália.





Fonte: UNIFEBE, 2024

Figura 2.15: Fundação Educacional de Brusque – FEBE
Mantenedora do Centro Universitário da Fundação
Educacional de Brusque – UNIFEBE,
e do Colégio UNIFEBE

No que se refere às relações entre a região de Brusque e a Itália na atualidade, merece destaque a atuação da Fundação Educacional de Brusque – FEBE (figura 2.15), mantenedora do Centro Universitário da Fundação Educacional de Brusque – UNIFEBE, e do Colégio UNIFEBE. Ao longo dos últimos anos, a UNIFEBE tem firmado importantes acordos de cooperação internacional com instituições de educação e de cultura de diversas regiões da Itália, proporcionando oportunidades de intercâmbios para estudantes e professores do Ensino Médio, Graduação e Pós-Graduação, e desenvolvendo pesquisas de relevância internacional. Fundada em 1973, a Instituição atende principalmente estudantes das cidades do seu entorno, a exemplo das cidades consideradas colônias italianas pioneiras que se originaram de Brusque: Botuverá; Gaspar; Guabiruba, e Nova Trento.

Notas

(1) Rosemari Glatz é escritora, pesquisadora, reitora, professora universitária e funcionária pública aposentada pela Receita Federal do Brasil. Em 2020 recebeu o título de Cidadã Honorária de Brusque. Foi diplomada com o título *Ad Immortalitatem*, como titular da Cadeira Perpétua número 02, da Academia de Letras do Brasil do Estado de Santa Catarina, Seccional Guabiruba (ALEG). É Vice-Presidente da Academia de Letras do Brasil do Estado de Santa Catarina, Seccional Guabiruba (ALEG). Foi Presidente e é Vice-Presidente da Associação Visite Guabiruba (AVIGUA). Presidente do Conselho Municipal de Turismo de Brusque (COMTUR) 2021-2025. Integra o Conselho Municipal de Turismo de Guabiruba (COMTUR). Foi Diretora para Assuntos Comunitários, é Diretora para Assuntos de Educação e Turismo e integra o Conselho Deliberativo da Associação Empresarial de Brusque, Guabiruba e Botuverá (ACIBR). Integra o Conselho Deliberativo do Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE). Professora universitária desde 1997 no Centro Universitário da Fundação Educacional de Brusque - UNIFEBE (SC), atuou como professora e coordenadora em cursos de graduação e pós-graduação, assessora da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura. Coordenou o Grupo de Pesquisa, História, Memória e Patrimônio Cultural (CNPq) da UNIFEBE. Presidiu o Conselho Editorial da Editora da UNIFEBE. Desde abril de 2019 é Reitora e Presidente do Conselho Universitário do Centro Universitário da Fundação Educacional de Brusque - UNIFEBE, e Presidente do Conselho Administrativo e da Fundação Educacional de Brusque (FEBE). E-mail: rosemari@unifebe.edu.br

Referências

- BAPTISTA, Leda Maria. Momento histórias de Gaspar #02, #03, #04, #05 - Imigração Italiana. Disponível em: <https://www.youtube.com>. Acesso em: 24 jan. 2024.
- BOITEUX, Lucas A. Itajaí: de Fazenda à Cidade. Blumenau em Cadernos. Tomo I, n.º 7. Maio de 1958.
- BOTUVERÁ. História do Município. Disponível em: <https://www.botuvera.sc.gov.br/historia-do-municipio/>. Acesso em: 18 jan. 2024.
- BRUSQUE. Porto Franco (Botuverá). Disponível em: https://enciclopedia.brusque.sc.gov.br/index.php?title=S%C3%ADntese_Hist%C3%B3rica#Coloniza.C3.A7.C3.A3o_Italiana. Acesso em: 18 jan. 2024.
- BUGGENHAGEN, E. A. von. História Econômica do Município de Brusque e a obra do Cônsul Carlos Renaux. [SI]. Brusque, 1941. Não publicado.
- BRUSQUE. Família Brusque Dados Genealógicos e Biografias. Blumenau em Cadernos n.º 7/8. Julho/agosto 1983. Tomo XXIV. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/blumenau%20em%20cadernos/1983/BLU1983007-008.pdf>. Acesso em: 1.º mar. 2024.
- CABRAL, Oswaldo R. Brusque: Subsídios para a história de uma colônia nos tempos do Império. Brusque: Edição da Sociedade Amigos de Brusque comemorativa do 1.º Centenário da Fundação da Colônia, 1958.
- CELVA, Pe. Eder Claudio. Imigração italiana em Guabiruba: Lageado Alto. Blumenau: Odorizzi, 2008.
- CENNI, Franco. Italianos no Brasil: Andiamo in Merica. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2003.
- DEPARTAMENTO ESTADUAL DE GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA. Mapa de influência das etnias no município de Brusque. In: PIAZZA, Walter F. Folclore de Brusque: Estudo de uma comunidade. Brusque: Sociedade Amigos de Brusque, 1960.
- DIRSCHNABEL, Roque L. In: GLATZ, Rosemari. DIRSCHNABEL, Roque L. org. Guabiruba 60 anos de emancipação: Nossa história, cultura e tradição. Brusque: Editora da UNIFEBE, 2023.
- GANARINI, D. Arcângelo. Notícias de Brusque e Nova Trento, isto é, das Colônias Itajaí e Príncipe Dom Pedro na Província de Santa Catarina Império do Brasil. Trento Estbl. Tip. G. B. Monauni, Editora. 1880 Traduzidas do Italiano por Lucas Alexandre Boiteux. Blumenau em Cadernos. Tomo II. Várias edições do ano de 1959. Acesso em: 4 jan. 2024.
- GASPAR. Histórico de Gaspar. Disponível em: <https://www.gaspar.sc.gov.br/municipio/historicos/pagina-3150/>. Acesso em: 24 jan. 2024.
- GEVAERD, Ayres. Blumenau em Cadernos. 1875 - Os Primeiros Anos da Colonização Italiana nas Colônias Itajaí Brusque e Príncipe Dom Pedro. Tomo XVI, n.º 8, agosto de 1975. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/blumenau%20em%20cadernos/1975/BLU1975008.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2024.
- GROSSELLI, Renzo Maria. Vencer ou Morrer: Camponeses Trentinos (Vênetos e Lombardos) nas Florestas Brasileiras: Santa Catarina 1875-1900. Florianópolis: Editora: UFSC, 1987.
- LAUTH, Aloisius Carlos. Colonos Ingleses em Águas Claras. Blumenau: Gráfica e Editora 3 de maio Ltda. 2014.
- LEGISLAÇÃO INFORMATIZADA. Decreto n.º 5.663, de 17 de junho de 1874. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5663-17-junho-1874-550343-publicacaooriginal-66255-pe.html>. Acesso em: 11 fev. 2024.
- MATTOS, Jacinto Antônio de. Colonização do Estado de Santa Catarina: Dados históricos e estatísticos (1640-1916). Florianópolis: Tipografia d' O Dia, 1917.
- MEMÓRIA GASPARENSE: Nossas Comunidades Anotações do Passado Conteúdos Didáticos. Ano I. Número 3. Outubro de 1992. Disponível em: <https://www.gaspar.sc.gov.br/uploads/sites/421/2023/09/MEMORIA-GASPARENSE-NOSSAS-COMUNIDADES.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2024.
- NOVA TRENTO. Histórico. Disponível em: <https://novatrento.sc.gov.br/historia-nova-trento/>. Acesso em: 19 jan. 2024.
- PELUSO JUNIOR, Victor Antônio. Estudos de Geografia Urbana de Santa Catarina. Editora da UFSC. Florianópolis, 1991.
- PIAZZA, Walter F. A Colonização Italiana em Santa Catarina. Editora: Governo do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 1976.
- REIS, Valci. Igreja e Memorial Lageado Alto. Prefeitura de Guabiruba. Guabiruba, 2019.
- SAB. Sociedade Amigos de Brusque, mantenedora do Museu Histórico do Vale do Itajaí-Mirim. Arquivo de diversos documentos e fotografias. Brusque: 2024.
- SANTOS, Roselys Izabel Corrêa dos. Dionísio Pedrini entrevistado por Roselys C. dos Santos em 25/01/1979. A colonização italiana no vale do Itajaí-Mirim. Florianópolis: Edeme, 1981.
- SOUZA, Robson de. Fotografias diversas. Centro Universitário da Fundação Educacional de Brusque – UNIFEBE. Brusque, 2024.
- TOMÉ DA SILVA, João. Informações estatísticas sobre a população de Brusque até o ano de 1874: Discurso dirigido à Assembleia Legislativa Provincial do Estado de Santa Catarina em 21/3/1875, pelo Exmo. Sr. Presidente da Província Dr. João Tomé da Silva. SAB. Sociedade Amigos de Brusque. Florianópolis: 1875.

LA LETTURA DELLA DOMENICA

L'avventurosa scoperta di Lageado Alto un paese trentino dimenticato in Brasile

L'insediamento (poche casupole nella foresta di Santa Caterina) risale al 1877 ma ne erano stati completamente tracciati e ricordo anche da parte degli abitanti di Nova Trento - I ricordi di Vicente

Stiamo sprecando i nostri privilegi



Renzo Grosselli: «Le radici sono il futuro»

Renzo Grosselli è ritornato a Trento dopo un anno di permanenza in Brasile, trascorso a studiare le comunità trentine di antica immigrazione. Per partire ha lasciato un posto sicuro in banca, ha venduto quello che aveva. Ora torna senza uno spicciolo in tasca, ma ricchissimo di esperienze, di documenti, di materiale dal quale sta ricavando un libro. Sull'esperienza brasiliana ecco il nostro colloquio con Grosselli.

D. Cosa ti ha spinto ad abbandonare un posto sicuro per studiare l'emigrazione trentina in Brasile?

R. Per la verità non è la prima volta nella mia vita che lo faccio. Già nel 1980 abbandonai il lavoro di banca per viaggiare un anno in America. Per rispondere alla tua domanda vorrei sottolineare tre fattori che hanno influenzato la mia scelta. In quel primo viaggio, fui a Nova Trento per qualche giorno. Il contatto con quella gente e quella realtà mi sconvolse, venni via emozionatissimo e deciso a tornare per studiare la storia e la società neotrentina. Una seconda motivazione è proprio in relazione alle «sicurezze» che mediamente la nostra società fornisce a tutti.

Molti di noi, troppi, barattano queste sicurezze con una specie di «abbandono di tutte le illusioni». Mi spiego: quando hai un posto in banca, o in Provincia o da qualsiasi altra parte tendi innanzitutto a non perderlo. Quindi ti precludi mille altre possibilità, avvisi cento altre tue capacità. E il mondo è lì fuori che aspetta di essere conosciuto, trasformato. In terzo luogo volevo trovare una maniera di far fruttare la mia laurea, ben guadagnata, in sociologia invece di lavorare in banca o insegnare regionaria.

D. Cosa si attendono i trentini brasiliani dalla loro terra d'origine: una identità culturale per noi essere gli ultimi in Brasile?

R. Pur in termini forse un po' troppo coloriti credo che questo sia il tasto scottante. I trentini di S. Caterina non sono gli ultimi della classe. Hanno saputo conquistarsi, a cent'anni dall'emigrazione dei loro padri, la stima e la fiducia dei connazionali, hanno sconfitto la foresta creando dal nulla villaggi e una società originale. In Rio Grande do Sul hanno creato persino, assieme a veneti e lombardi, delle città industriali come Caxias do Sul. È verissimo però che alcuni fattori storici che sarebbe troppo lungo analizzare e una storiografia locale in parte condizionata da preconcetti ingiustificati hanno tolto a questi fratelli di Santa Caterina la possibilità, da una parte di raggiungere risultati più consoni ai terribili sforzi compiuti, dall'altra di essere riconosciuti ed apprezzati, ad esempio come lo sono i brasiliani di origine tedesca in S. Caterina o gli stessi trentini in Rio Grande.

D. Cosa potrebbe fare il Trentino per le nuove generazioni di emigrati?

R. Moltissimo. Riannodare quel filo che si spezzò tanti anni fa. Fornire loro gli strumenti per un recupero della loro storia, delle loro radici culturali. Una civiltà senza memoria è una civiltà sterile e nelle zone trentine-brasiliane di S. Caterina questa memoria si è fatta labile. Da noi ci sono le condizioni economiche e le conoscenze tecniche per portare avanti un lavoro in questo senso. Senza parlare dei grandissimi vantaggi che, in prospettiva, ricaverrebbe la nostra regione con la rivitalizzazione dei contatti con quelli che ormai sono centinaia di migliaia di brasiliani di origine trentina.

D. Il Brasile è davvero il paese del futuro? In che atteggiamento dovrebbe porsi l'Europa nei confronti di queste realtà?

R. Non ho dubbi in proposito. Il Brasile, l'Argentina e qualche altro paese emergente del Terzo mondo, sono le nuove frontiere del mondo. Nel lungo periodo, questi paesi costituiranno la vecchia Europa sulla ribalta internazionale, non gli USA che su questa ribalta ci sono da poco ed hanno provocato un lungo periodo di supremazia. Possiamo giocare con il Centroamerica, con qualche paese africano ma non possiamo mangiarci né asserire per molto paesi grandi, ricchi, citati. Ma l'Europa non potrà fare molto per loro. Saranno loro a scrollarsi di dosso il soffocante abbraccio europeo e americano del Nord. Si stanno lentamente organizzando per questo. L'Europa non potrebbe fare niente neanche se lo volesse perché in sua stessa supremazia si fonda sulla sudditanza attuale di questi popoli e di queste economie. Toccare il meccanismo significa mettere automaticamente in crisi il nostro ruolo che molte volte poggia sulla prevaricazione. La nostra storia millenaria e le nostre università non ci garantiranno ancora per molto questi privilegi.

D. Dopo i tuoi anni in Brasile come credi che potrebbe cambiare in meglio la vita europea e trentina?

R. Vorrei fornire una risposta provocatoria. Sino forse agli ultimi o ai penultimi decenni di un ciclo storico. Impossibile dire come saremo dopo. Per me è certo che nel nuovo ordine non godremo più dei privilegi che stiamo sciupando in questi decenni. Non posso peraltro ad individuare nessun suggerimento né per riportare in Europa dal Brasile. La vicinanza valida da riportare in Europa dai Brasile. La vicinanza di quella cultura (pur tra grandi ombre) non troverebbe canali per parlare ad una civiltà stanca come la nostra.

Da tempo possedevamo un documento di archivio, scovato in Santa Caterina, che affermava l'esistenza di un nucleo coloniale trentino, o meglio «tiroleso» come allora si diceva, sconosciuto e facente parte della Colonia Itahy-Principe Dom Pedro, successivamente denominata Colonia Brusque. Sul documento in questione, databile all'anno 1877 e l'anno 1880, erano elencati una ventina di lotti distribuiti ad altrettante famiglie. I cognomi indicati erano tutti di origine trentina. Il nome della linea coloniale era «Strada per Lageado». Pensavamo per un certo tempo che si trattasse di una linea coloniale a tutt'oggi denominata Lageado e facente parte del municipio di Nova Trento.

Nessuno dei nomi in questione però era comune in quella località.

Pensammo si trattasse di un caso di abbandono in nuova della colonia, molto comune in quegli anni e, assorti nelle nostre ricerche, abbandonammo quella traccia. Ma il dubbio ci rodeva. Scoprimmo che anche nel municipio di Botuverá (ex porto franco) esisteva una linea coloniale denominata Lageado. Ma in quel luogo non incontrammo un solo nome di quella lista. A Nova Trento e Botuverá nessuno ne sapeva niente. Abbandonammo ancora una volta la ricerca, sicuri definitivamente che si trattasse di un caso di abbandono della colonia, di gente probabilmente trasferitasi in Rio Grande do Sul, o in Argentina. Dovemmo ricrederci in quanto il successivo sviluppo delle nostre ricerche ribadì che molta di quella gente era rimasta per decenni in Santa Caterina e, tutto stava a suggerirci, forse c'era ancora.

Doveva esistere quindi una località di coloni di origine trentina che si chiamava «Strada per Lageado» e doveva necessariamente essere, per noi che risiedevamo in Nova Trento, relativamente vicina. Comunemente nei confini della ex Colonia Brusque Avevamo tutti i dati per risolvere il buisill e non sapevamo comporre il quadro. Un giorno, scorrendo con la nostra vecchia Ford, superammo un dispendioso e rudimentale di quella che era sì una costruttura da noi. Un gruppo di uomini stava parlando in un cro-

In fondo al paese, un allegro cartello indicava «Lageado Alto a 12 km». Era il luogo dove più di 100 anni fa si recarono le famiglie Plotegher, Tomasi, Martinielli, Corallo, Ste-dille, Zenker, Dalbosco, Minatti, Pontaldi, Fontana, Ponticelli, Nicoletti, Zorzer, Mazzalini, Senter, Segarra, Parisi, Dalmeida, Celva, Romani, Caldani, Zil, Albani, Enderle, Bertotti, Boschetti, Benvenuti, Vignotti, Alessandrini, Suen. I loro paesi di provenienza erano: Cognola, Serravalle, Terragnolo, Noriglio, Grigno, Piné, Tramulleno, Vigolo Vattaro, Povo, Sacco, Besenello, Nomi, Chizzola, Tenna.

Lageado Alto si trova a più di 50 km da Nova Trento, circa 20 km a Ovest di Brusque e 12 km a Ovest di Guabiruba. Tra Guabiruba e Lageado Alto vi è una strada bianca (ma sarebbe meglio dire rossa) che la terra cretacea di questo colore, tipica del Sud brasiliano). Incominciamo a salire per quella strada impossibile fatto di buche, sassi e fango, con qualche tratto di terra battuta e piana. Era già evidente a quel punto il perché quella località fosse sconosciuta ai più anche in Brasile, e perfettamente sconosciuta in Italia. Isolata nella foresta brasiliana a centocinquanta metri dalla sua nascita, non disponeva ancora di una strada, non diciamo asfaltata che spesso in Brasile è un lusso, ma almeno comodamente percorribile. Il paesaggio era quello di Nova Trento, Rodelo, Rio dos Cedros: colline e bosco Bello e rilasante nonostante il caldo umido della giornata.

Giungemmo infine. Prima alcune case sparse, quasi tutte di legno e dal l'aspetto per noi di un gruppo di case, qualche decina. Una piccolissima piazzetta. Si affacciavano su questa dove inequivocabilmente segni della presenza trentina: una piccola chiesetta in muratura, molto più piccola di altre di Nova Trento o Rodelo, e un campo di bocce molto più povero e rudimentale di quelli che era sì una costruttura da noi. Un gruppo di uomini stava parlando in un cro-

stava parlando in un crocchio. Ossia la mia domanda: «Parlé italian?». Meno scontata la risposta: «Cosa po' se no? Sacramento».

Dialecto

Era la sicurezza. Si trattava dell'antico nucleo denominato un tempo «Strada per Lageado». Dovevamo ora parlare con un vecchio della zona. Ci indicarono la strada per giungere alla casa di Felice Romani (il cui nonno era originario di Calliano, dicevano le nostre carte). Di vecchietti ne trovammo due. Felice di 82 anni e il fratello Vicente di 77. Sapemmo che Lageado Alto era ora abitato da circa 70 famiglie. Pochissimi «brasiliani» come ancora oggi questa gente brasiliana da quattro generazioni indica i loro brasiliani. Pechi anche i «devedich», ovvero i teuto-brasiliani.

Molte famiglie indicate nel documento avevano abbandonato la località. Così per gli Alessandrini, i Fontana, i Senter, i Mazzalini. Gli altri erano rimasti.

Caccia

Difficile stabilire l'anno esatto in cui le prime famiglie trentine arrivarono. Da calcoli fatti assieme a Vicente Romani è possibile arduamente, con qualche possibilità di successo, la data del 1877. Come i trentini di Nova Trento, Rodelo, Rio dos Cedros, trovarono solo foresta. Nessuna casa pronta, nessuna strada, né medici, né preti. Solo alberi e animali. Sparsi il vicino gruppo di indios, i botocudos del labbro forato con il cuneo di un piccolo piatto. Poi terra, tanta terra libera, antico sogno del contadino nord-italiano.

Si costruirono le prime capanne e vennero raggiunti da altri. Vissero nel labirinto di tutto fuorché di una cosa: il cibo. C'era tanta caccia, tantissimi. «Il primo mese che stavano qui, mio nonno, grande cacciatore, uccise 90 maucos (grossi gallinacci, n.d.r.)» racconta Vicente. Ma c'era anche caccia grossa. Le ante ad esempio, un grosso tapiro americano che può arrivare ad un peso di più di 80 kg. «Quan-

do io ero bambino, venivano fin sulle scale di casa» dice Felice. Dopo le prime capanne nacquero le prime case di assi, segate a mano. Nel 1888 la prima chiesetta in muratura, indispensabile la più di un ospedale o di una scuola per i coloni trentini, segno tangibile della loro fede, ma anche simbolo della loro identità culturale. Le prime piantagioni di mais, fagioli, mandioca, caffè. «Quella che vedi nel giardino - mi dice Felice con evidente orgoglio - è ancora il caffè piantato da nostro nonno». Un poco alla volta si strutturò, anche nella foresta e senza intellettuali, una società contadina simile a quella lasciata in Trentino Francesco Celva, un laico, tutte le domeniche teneva le funzioni in chiesa. era il famoso capelaio, figura importantissima nel costituire nuclei trentini e nord-italiani. Un po' alla volta si aprì anche una piccola scuola. I trentini, a differenza «dei veneti dei lomardi», avvertivano l'urgenza di creare stabili strutture per garantire un minimo di istruzione ai loro figli. Il primo maestro fu Beniamino Suen. Dopo i primi anni la foresta poteva dirsi domata.

Terra

I trentini adottarono la loro nuova patria. Già nel decennio del 1880 moltissimi coloni si nazionalizzarono brasiliani. Non era un ripudio della vecchia patria ma la sicurezza che ormai la patria dei loro figli sarebbe stata questa: c'era terra, non c'era la fame e non c'erano padroni. Non si trattava però dell'Eldorado. La scarsità della popolazione in Santa Caterina e la mancanza di vie di comunicazione rendevano praticamente impossibile il commercio. Tutto si produceva per il proprio consumo e praticamente non si possedeva che ciò che si produceva. I commercianti erano pochi, quasi tutti tedeschi ed i prezzi che pagavano per le merci dei contadini erano infimi.

Piano piano, i trentini di Lageado stavano perdendo la loro battaglia iniziata con l'emigrazione. Sempre di più il paesetto rimaneva isolato nella foresta sempre più rilevante si faceva il divario economico tra la

gente di questo e di altri piccoli nuclei coloniali sparsi nella foresta e le popolazioni dei nuclei coloniali più popolosi e favoriti da comunicazioni più facili. Per garantirsi qualcosa di più del cibo e di un gineciglio bisognava riprendere la strada dell'emigrazione, temporanea o definitiva. Qualcuno se ne andò in Paraná, o in Rio Grande. Intanto, anche i venti ettari di terra acquistati venivano continuamente suddivisi tra i figli, numerosissimi delle coppie contadine. Lageado Alto si trasformò in un piccolo paese dimenticato dal progresso.

Futuro

Chi poteva, chi ne aveva il coraggio se ne andava. Se non lontano, almeno nei centri vicini, Gaspar, Brusque. Chi rimaneva doveva sobbarcarsi una vita di durissimo lavoro solo per procacciarsi l'indispensabile. Di questa storia è frutto il piccolo paese di Lageado Alto, abitato da poche centinaia di persone, immerso ed isolato nella stupenda foresta catarinense. «Nessuno di qui ha fatto fortuna» ci dice Felice Romani. «Il prete viene solo ogni 15 giorni, non c'è una farmacia né un medico. La gente lavora e basta».

Da qualche tempo una fonte di discreto guadagno sono le segherie. E comunque un paese molto povero.

La grande epopea dell'emigrazione del secolo scorso ha conosciuto molti perdenti. A Lageado Alto ne abbiamo incontrati alcuni, che parlano ancora un dialetto trentino scorrevole, simo, più che a Rodelo o a Nova Trento. Ma la battaglia non è ancora conclusa. I più giovani di questi brasiliani di origine trentina trovano la via per affrancarsi dalla povertà in questo Brasile del presente incerto ma dal futuro radioso. Lo stanno a garantire la loro forza morale, la loro abitudine al lavoro, antico retaggio di quel Trentino che questi vecchi hanno ancora nel cuore, pur non avendolo mai visto.

Renzo Grosselli

ALTO ADIGE

“LA LETTURA DELLA DOMENICA”

Publicado em Trento, Itália. | Edição do dia 4 de novembro de 1984

Tradução: Rosemari Glatz

A DESCOBERTA AVENTUREIRA DE LAGEADO ALTO, GUABIRUBA

Uma comunidade
trentina esquecida
no Brasil

Este texto é uma síntese do artigo de autoria de Renzo Maria Grosselli quando retornou a Trento depois de passar um ano no Brasil. Foi publicado na íntegra no dia 4 de novembro de 1984, no Jornal “Alto Adige”, Edição de Trento, Itália.

Sociólogo de formação, para estudar as antigas comunidades de imigração do Trentino em Santa Catarina, Grosselli deixou o emprego seguro que tinha num banco em Trento e vendeu tudo o que tinha. Viveu um ano em Nova Trento (SC) com a esposa e a filha pequena, período em que desenvolveu inúmeras pesquisas em arquivos públicos e particulares, bibliotecas e conheceu a história oral.

Grosselli voltou para Trento em 1984 sem um centavo no bolso, mas muito rico em experiência e em documentos, a partir dos quais produziu o livro Vencer ou Morrer. A versão italiana do livro (Vincere o Morire) foi publicada na Itália em 1986, e a versão em português (Vencer ou Morrer) foi publicada no Brasil em 1987.

Há algum tempo tínhamos um documento de arquivo, encontrado em Santa Catarina, que afirmava a existência de um núcleo colonial trentino, ou melhor, “tirolês” como era chamado na época, desconhecido e integrante da Colônia Itajahy-Príncipe Dom Pedro, mais tarde chamada Colônia Brusque.

No documento, datado entre 1877 e 1880, constavam cerca de sessenta lotes distribuídos por tantas famílias. Os sobrenomes indicados eram todos de origem trentina. O nome da linha colonial era “Estrada para Lageado”. Durante algum tempo pensamos que se tratava de uma linha colonial ainda chamada Lageado e parte do município de Nova Trento. No entanto, nenhum dos nomes do documento em questão eram comuns naquela localidade. Achávamos que se tratava de um caso de abandono em massa da colônia, muito comum naqueles anos e, abortos em nossas pesquisas, abandonamos esse vestígio. Mas a dúvida nos atormentava. Descobrimos que em Botuvera também existia uma linha colonial chamada Lageado. Mas naquele local também não encontramos um único nome daquela lista. Em Nova Trento e Botuvera ninguém sabia de nada. Abandonamos mais uma vez a busca, definitivamente certos de que se tratava de um caso de abandono da colônia, de pessoas que provavelmente haviam se mudado para o Rio Grande do Sul, ou para a Argentina.

No entanto, o desenvolvimento posterior de nossa pesquisa confirmou que muitas daquelas pessoas permaneciam em Santa Catarina há décadas e, ao que tudo indicava, talvez ainda estivessem na região próxima a Brusque. Deve ter existido, portanto, uma localidade de colonos de origem trentina chamada “Estrada do Lageado”, e necessariamente deveria ser próxima a Nova Trento, dentro dos limites da antiga Colônia Brusque. Tínhamos todos os dados para resolver o problema e não sabíamos como montar o quadro. Um dia, dirigindo nosso velho Ford, passamos por Brusque e, seguindo para oeste, entramos no município teuto-brasileiro de Guabiruba. No final da cidade localizamos uma placa que indicava “Lageado Alto 12 km”.

Foi o lugar onde, há mais de 100 anos, se estabeleceram as famílias Plotegher, Tomasi, Martinelli, Coraiola, Stedile, Zenker, Dalbosco, Minati, Pontaldi, Fontana, Ponticelli, Nicoletti, Zorer, Mazzalai,

Senter, Segata, Parisi, Dalnegro, Celva, Romani, Caldonazzi, Albani, Enderle, Bertotti, Boschetti, Benvenuti, Vinotti, Alessandrini, Suen. Suas aldeias de origem em Trento foram: Cognola, Serravalle, Terragnolo, Noriglio, Grigno, Piné, Trambileno, Vigolo Vattaro, Povo, Sacco, Besenello, Nomi, Chizzola, Tenna.

Começamos a subir a estrada para Lageado Alto. A paisagem era semelhante à de Nova Trento, Rodeio, Rio dos Cedros: morros e matas. Agradável e relaxante, apesar do calor úmido do dia. Finalmente chegamos. Encontramos algumas casas espalhadas, quase todas de madeira e uma praça muito pequena. Sobre esta área havia dois sinais inequívocos da presença trentina: uma igreja de tijolos, e uma cancha de bocha. Encontrei um grupo de homens conversando e a minha pergunta foi óbvia: “Parlé talian?” A resposta foi menos óbvia: “E se não? Sacramento!”

Agora estávamos seguros. Realmente se tratava do antigo núcleo outrora chamado de “Estrada para Lageado”. Muitas famílias indicadas no documento que encontramos no arquivo abandonaram a localidade, entre eles os Alessandrini, Fontana, Senter, e os Mazzalai. Quem pôde, quem teve coragem, foi embora, mas a maioria deles permaneceu.

O povo trentino adotou sua nova pátria, Brasil. Aqueles que permaneceram tiveram que assumir o necessário. Aos poucos, mesmo na floresta e sem intelectuais, foi-se estruturando uma sociedade camponesa semelhante à que restou no Trentino. Francesco Celva, leigo, realizava cultos na igreja todos os domingos: era o famoso capelão, figura muito importante na formação dos núcleos trentinos e do norte da Itália. O povo trentino também sentiu a urgência de criar uma escola para garantir uma educação mínima aos seus filhos, e o primeiro professor escolar foi Beniamino Suen. Após os primeiros anos, pode-se dizer que a floresta foi domesticada.

Os mais jovens destes brasileiros de origem trentina encontraram o caminho para se libertarem da pobreza neste Brasil, de presente incerto, mas de futuro brilhante. Isto é garantido pela sua força moral, pelo seu hábito de trabalhar, um antigo legado daquele Trentino que os descendentes dos imigrantes ainda guardam no coração, apesar de nunca o terem visto.

Festa anniversaria

[illegible]

Finché è ancora almeno una la stella, non

[illegible][illegible][illegible]

DA
EZA COLONISA
STO F. BER

Questione Sociale.

di E. A. Bucci.

DE
Gallotti & Boiteux
to architects
pos, calenders, ferragens,
interesses e methods
pareds
TE
Scott, Barry, Drs Williams, Restier,
a Filho, Bostagem, Souza Soares
Bromil e Bombardieri

A black and white photograph of a large, multi-story building, likely a school or institutional structure, with a prominent central tower and a series of windows. The building is surrounded by trees and a fence.

Trentinos e italianos na periferia da Colônia Blumenau⁽¹⁾

Norberto Dallabrida⁽²⁾

A partir de 1875, dialetos italianos passaram a ser falados na germânica Colônia Blumenau. Localizada no Médio Vale do Itajaí-Açu e parte integrante da Província de Santa Catarina, esta colônia foi criada em 2 de setembro de 1850, pelo estabelecimento de 17 imigrantes alemães e luteranos chefiados por Hermann Bruno Otto Blumenau. Dez anos depois, foi vendida ao Governo Imperial, mas Blumenau continuou a exercer, de forma rigorosa, a função de diretor da colônia que tinha o seu sobrenome até 1882, quando retornou à Alemanha (Silva, 1972). Em 1854, começaram a ingressar na Colônia Blumenau os primeiros imigrantes alemães católicos, que passaram a ter assistência religiosa em uma pequena capela do padre Gattone, da vizinha Freguesia de São Pedro de Gaspar. Em 1873, foi criada a Freguesia de São Paulo Apóstolo na sede da Colônia Blumenau, tendo como limites os mesmos do distrito colonial, mas a assistência religiosa continuou muito precária, sendo feita por sacerdotes de outras vilas, especialmente o padre Carlos Boegerhausen – vigário de Joinville (Bohn, 1989). Em uma época em que o Estado brasileiro tinha a Igreja Católica como religião oficial, na Colônia Blumenau, os católicos viviam como minoria religiosa.

A expansão do povoamento da Colônia Blumenau ocorreu no rio acima, ou seja, da sede colonial em direção à Serra Geral, espraiando-se nos seus vários e caudalosos afluentes. Os novos núcleos coloniais germânicos foram formados nas confluências dos rios, como em Indaial, onde o rio Benedito desaguava no Itajaí-Açu; e em Timbó, local onde o rio dos Cedros se encontra com o rio Benedito. Com a inibição oficial do deslocamento de alemães para o Brasil, a partir de 1875, imigrantes trentinos⁽³⁾ deram continuidade à ocupação territorial da Colônia Blumenau. A partir de Timbó, eles ocuparam os caminhos de Rodeio, dos Tirolezes e dos Pomeranos, que passaram a dar outro tom étnico à colônia germânica do Médio Vale do Itajaí-Açu. Nos anos seguintes, além da continuidade da vinda de imigrantes trentinos, passaram a chegar os súditos do recém-unificado Reino da Itália, especialmente das regiões do Vêneto e da Lombardia (Grosselli, 1987). A imigração trentina e italiana concentrou-se nos anos de 1875 e 1876, sendo significativa até 1892 e, segundo Gensch (*apud* Silva, 1972, p. 136), nesse período imigraram para a Colônia Blumenau 1.470 trentinos e 1.293 italianos, o que indica um certo equilíbrio entre os dois grupos de imigrantes de fala italiana.

1850

1875 1876

1882

1892

A imigração trentina e italiana para a Colônia Blumenau era parte integrante de um amplo e irrefreável deslocamento em massa de homens e mulheres que atravessaram o Atlântico em busca de uma vida melhor na “América”. Nos anos 1870, após a unificação política, a Itália viveu um período de intensas transformações, dentre as quais a principal foi o avanço do capitalismo, que desestruturou as sociedades rurais “tradicionais” e provocou êxodo rural para as cidades e para outros países. A esse processo estrutural somaram-se fatores de caráter conjuntural, tais como: catástrofes naturais, principalmente enchentes, a excessiva carga de impostos sobre colonos e meeiros e os prolongados anos de serviço militar (Grosselli, 1987). Como anota Grosselli (1987, p. 101-2), a emigração representava a busca da liberdade para os camponeses trentinos e italianos:

Neste sonho [da emigração] estava presente tudo o que a classe camponesa anelava: a terra em abundância e sobretudo a propriedade, mas também a falta dos ricos e do seu sistema social e, enfim, a promessa que a família camponesa teria sido finalmente unida e que seu chefe ou filho não teriam sido enviados cada quatro ou cinco anos a combater na guerra. Uma extensão de terra suficientemente grande, livre de qualquer vínculo, em que pudessem trabalhar e manter a própria família era o centro essencial das esperanças camponesas. E os estados da América do Sul estavam aí para prometé-la tanta e quase gratuita. Esta era a verdadeira liberdade, a verdadeira independência.

A massa camponesa expulsa de países europeus pelo avanço do capitalismo interessava ao Governo Imperial do Brasil como mão de obra na emergente economia cafeeira no Sudeste e para colonizar áreas escassamente povoadas por indígenas. Assim, a ocupação trentina e italiana na Colônia Blumenau se insere no processo de colonização da segunda metade do século 19, no sul do Brasil e no Espírito Santo, efetuado com imigrantes europeus fixados em pequenos lotes de agricultura diversificada, trabalhados com mão de obra familiar. Nesse tipo de colonização ocorreu o “povoamento disperso” (Seyferth, 1990, p. 22-3), no qual as casas se encontravam afastadas umas das outras em média duzentos metros, com exceção de pequenos povoados, onde havia certa concentração de residências, a capela e a casa comercial. Na Colônia Blumenau, foram povoados dessa forma os vales do rio Itajaí-Açu e seus tributários, como anotou Vicenzi (1904, p. 24-5): “a disposição topográfica desses vastos territórios era a melhor possível para a colonização. São bacias mais ou menos paralelas, formadas por diversos rios de maior ou menor grandeza,

Pequena propriedade e cooperativas

Assim que os imigrantes trentinos e italianos chegavam à sede da Colônia Blumenau, era feita a distribuição de pequenos lotes de terra, geralmente demarcados com antecedência, e a entrega de uma pequena quantia de recursos para o início da nova vida. Enquanto as mulheres e crianças ficavam na sede colonial, “[...] os pais de famílias e os filhos já homens partiam, em pequenos grupos, todos munidos de foices e machados, encaminhando-se para os seus respectivos terrenos” [sic] (Vicenzi, 1904). Os imigrantes se transformavam em colonizadores, abrindo picadas, tomando posse de seus lotes para construir suas choupanas e realizar a derrubada da mata para viabilizar as primeiras plantações. No Caminho de Rodeio, as primeiras árvores derrubadas serviram para a confecção de um cruzeiro, de acordo com o cronista franciscano, que diz:

Quando há mais de quarenta anos, os primeiros colonos entraram no Vale de Rodeio, antes de iniciarem a derrubada dos matos seculares conviram entre si de levantar uma Santa Cruz alta na Colônia [...]. As primeiras árvores cortadas serviram para formar um grande Cruzeiro que ali foi plantado qual sinal de fé dos habitantes novos e farol nas duras privações do primeiro tempo de colonização [sic] (Livro..., 1900, p. 30).

Nos locais destinados pela direção da Colônia Blumenau, os homens faziam a derrubada e queimada da mata, bem como a semeadura; construíam suas primitivas choupanas de ripas de palmito e cobertas de folhas de guaricanas. Vencidas as primeiras dificuldades e aproximando-se o tempo da colheita, buscavam as mulheres e crianças na sede colonial para ocupar efetivamente os lotes. Iniciava-se uma nova vida, na qual os elementos culturais transplantados pelos imigrantes se adequavam ao meio ambiente porque, como bem expressou certo colono italiano, o dilema era “vencer ou morrer” (Grosselli, 1987). As principais dificuldades foram a adaptação ao clima subtropical, o desbravamento da mata virgem e a relação conflituosa com os indígenas. Em relação ao meio ambiente, significava experimentar o novo porque os imigrantes trentinos e italianos eram oriundos do sul da Áustria e de regiões do norte da Itália com clima temperado e razoável estrutura social; e na Colônia Blumenau estava tudo por fazer. Na luta com a floresta subtropical, esses imigrantes tiveram que enfrentar os constantes ataques de animais selvagens, como o tigre, e as temidas cobras venenosas.

Os imigrantes trentinos e italianos encontraram os povos originários que não eram citados na propaganda em prol da imigração para o Brasil, nos seus países de origem. Esses habitantes da floresta eram os Xokleng, que ocupavam o sul do Brasil, no espaço entre o litoral e o planalto de Paranaguá e Porto Alegre. Sobre a ocupação dos Xokleng no território catarinense, Santos (1973, p. 32-3), constata:

A tribo dos Xokleng era formada por diversos grupos. Esses eram integrados por 50 a 300 indivíduos. À época da colonização do território ocupado pelos Xokleng, século XIX, havia pelo menos três grupos: um deles vivia no centro do território catarinense, tendo como área principal o médio e alto Vale do Itajaí; o segundo ocupava as cabeceiras do Rio Negro, na atual fronteira de Santa Catarina com o Paraná; o terceiro dominava o sul, com base nos vales do Capivari e Tubarão. Como nômades, entretanto, esses grupos deveriam se subdividir e simultaneamente explorar largas áreas vizinhas a esses locais de maior concentração. [...]

Acossados pela abertura dos caminhos das Tropas que resultaria na fundação de Lages, os Xokleng do alto e médio Vale do Itajaí entraram em choque com os colonizadores europeus, que os chamavam de bugres ou botocudos – devido ao uso de enfeite labial (Santos, 1973). O primeiro choque entre Xokleng e imigrantes alemães ocorreu em 27 de dezembro de 1852 – dois anos após a fundação da Colônia Blumenau – resultando na morte de um indígena (Dagnoni, 2008). Assim, à medida que a colonização germânica avançava rio acima, os Xokleng, percebendo que seu espaço de sobrevivência reduzia progressivamente, passaram a realizar assaltos aos colonizadores com o intuito de buscar alimentos e utensílios, bem como, certamente, por vingança.

Os imigrantes trentinos e italianos fizeram avançar a colonização em direção ao Planalto Catarinense e se atritaram com os Xokleng nos pontos mais extremos da Colônia Blumenau, onde aconteceram as principais lutas armadas e assassinatos de indivíduos e família de ambas as partes, que foram relatadas por escrito em cartas enviadas aos seus parentes e amigos europeus (Assuntos..., 1985, p. 12-3). No médio Vale do Itajaí-Açu, a comunidade vanguardeira de fala italiana era Aquidau, que era cortada pelo rio do bugre – *bugerbach* em alemão – em uma referência à presença dos Xokleng (Deretti, 1970). Na área do rio dos Cedros, em São José também era área de fronteira, a jovem Tereza Paternolli foi morta pelos indígenas, fato que provocou migração de parte de seus moradores para lugares mais centrais da colonização (Valandro, 1975).

Em virtude dos constantes ataques dos indígenas às casas e às plantações dos imigrantes, o diretor da colônia Blumenau, com o apoio do Governo da Província de Santa Catarina, organizou grupos que realizavam excursões na mata para rechaçar os indígenas, chamados de “batedores do mato”. Contudo, a ação mais violenta foi realizada pelos bugreiros, homens luso-brasileiros provenientes do Planalto Catarinense, que caçavam e assassinavam os indígenas e suas famílias (Deretti, 1970; Finardi, 1976). A ação dos bugreiros era apoiada pela maioria das autoridades da colônia/município de Blumenau e por boa parte da imprensa escrita, convertendo-se em um fato dramático para os Xokleng. O confronto entre indígenas e colonizadores europeus foi marcado pela assimetria de armas e de documentos porque os relatos foram feitos somente por homens brancos.

A floresta subtropical proporcionava abundante coleta, caça e pesca, o que muito contribuiu para suprir boa parte da alimentação dos colonizadores trentinos e italianos nos primeiros tempos da vida na floresta. Nos minifúndios constituídos de terras férteis, realizavam a policultura, isto é, plantavam “um pouco de tudo”, com destaque para o milho e a cana-de-açúcar, e criaram animais necessários à sobrevivência – galináceos, porcos, gado (Berri, 1993). Esse trabalho agrícola era empreendido pelas unidades familiares, que tinham quase autossuficiência porque compravam, em casas comerciais, somente alguns produtos como sal, querosene e ferramentas. Segundo o cônsul italiano de Santa Catarina, no Médio Vale do Itajaí-Açu, era difícil encontrar “diaristas” entre colonizadores italianos e seus descendentes porque “cada um prefere trabalhar seu próprio terreno” (Macdonald, 1983, p. 167). Dessa forma, no Brasil constituiu-se uma sociedade camponesa diferente daquela dos latifúndios.

No entanto, à medida que os imigrantes trentinos e italianos iam se estabilizando na nova terra, passaram a comercializar alguns produtos como banha de porco, milho e, sobretudo, o tabaco em folha. Segundo Berri (1993) passaram a cultivar essa solanácea para comercializá-la a partir de meados da década de 1880, que logo se disseminou em escala regional. As folhas de tabaco eram vendidas para as casas comerciais de alemães, localizadas na cidade de Blumenau, que tinham o monopólio de venda para os mercados interno e alemão. A firma Gustav Salinger e Cia., que tinha a matriz e uma filial na sede do município Blumenau⁽⁴⁾, era a principal delas e comprava a maior parte das folhas de tabaco produzidas pelos trentinos e italianos. O domínio dessas casas comerciais no município de Blumenau foi constatado, no início do século XX, por Vicenzi (1904, p. 52-3), que assevera:

A cidade de Blumenau é o centro comercial de todo o extenso município. Aí todo o comércio está na mão de alemães. Os alemães pelo que tenho podido notar, têm uma qualidade que lhes é característica: a grande união entre si. Dessa forma, era fácil e até inevitável que os principais homens de negócios fizessem entre si uma liga formidável, contra a qual fosse inútil qualquer tentativa de reação. Assim, em qualquer casa de negócio em que o pobre colono, o lavrador ou o criador de gado se apresentasse, os preços eram iguais. De seus gêneros recebia a paga mínima enquanto tudo o que comprava era a preços exorbitantes.

Diante dessa situação desvantajosa, trentinos e italianos reagiram por meio da criação de sociedades cooperativas com o propósito de comercializar o excedente que produziam, bem como comprar produtos por um preço melhor. Segundo Berri (1993, p. 139), “a mais importante e a primeira [cooperativa] a se organizar [entre trentinos e italianos do município de Blumenau]” localizou-se na vila de Rio dos Cedros. Segundo Largura (2019), nesse local, em 1893, foi criada “A Sociedade do Tabaco”, que não teve êxito em boa medida devido a problemas comerciais ligados à Revolução Federalista. Quatro anos depois, uma segunda cooperativa foi instituída, que também não prosperou. Em 20 de janeiro de 1899, um grupo de 19 colonos, liderados pelo imigrante Andrea Largura, fundou a *Società Cooperativa di Rio dos Cedros*, que teve sucesso socioeconômico e vida longa. No primeiro ano de funcionamento, essa cooperativa exportou folha de tabaco para a Alemanha e, em seguida, atingiu os mercados italiano e austríaco. Na figura 3.2 pode-se ver o imponente prédio dessa cooperativa, que marcou Rio dos Cedros até meados do século XX. Na década de 1920, instalou uma filial em Indaial, distrito germânico onde havia uma estação da Estrada de Ferro Santa Catarina, que facilitava o transporte de produtos até o Porto de Itajaí; e liderou uma federação com as cooperativas de Rodeio com o intuito de exportar folhas de tabaco.

O pioneirismo na implantação das sociedades cooperativas em Rio dos Cedros se deve ao fato de essa região concentrar maior volume de produção de folhas de tabaco. Certamente por isso, nessa localidade, em 1897, foi instalada a Estação Agronômica e de Veterinária, criada dois anos antes pelo governador do estado de Santa Catarina, Hercílio Luz, como um campo de experiências, visando dar suporte técnico aos colonos (Santa Catarina 1895 *apud* Santos, 1998). Nesse mesmo ano foi nomeado o seu diretor, Giovanni Rossi, que era de Pisa, formou-se em Medicina e Cirurgia Veterinária e liderou a fundação da Colônia Cecília – uma experiência anarquista formada por italianos que se instalou no município paranaense de Palmeira.



Fonte: Arquivo Nacional

Figura 3.2 - Sociedade Cooperativa de Rio dos Cedros, entre 1920 e 1930



Fonte: Arquivo José Ferreira da Silva - Blumenau, SC

Figura 3.3 - Sociedade Cooperativa
“Ascurra” no início do século XX

Com o fracasso dessa colônia, Rossi foi contratado pelo Governo do Estado para atuar, em Rio dos Cedros, como técnico da sua única escola agrícola, visando melhorar a qualidade da folha de tabaco. Além do seu trabalho técnico como diretor da Estação Agronômica, Rossi ajudou a instituir *La Società* – como era popularmente conhecida a Sociedade Cooperativa de Rio dos Cedros (Santos, 1998).

No início do século XX, foram fundadas cooperativas nas principais localidades da área de colonização trentina e italiana do município de Blumenau. Segundo o cônsul italiano Caruso Macdonald, em 1906, as localidades e as datas de fundação das sociedades cooperativas eram as seguintes: Rodeio I, local onde estava sediada a igreja matriz da Paróquia São Francisco de Assis (1900); Rodeio II (1903) e Ascurra (1904) (Macdonald, 1983), cujos sócios em frente ao prédio da cooperativa podem ser vistos na figura 3.3. Em 5 de setembro de 1909, o jornal “Novidades” de Itajaí afirma que “[...] o cooperativismo entre os italianos de Blumenau, dia a dia, se desenvolve. Atualmente, existem nesse município sete sociedades cooperativas compostas de colonos de origem italiana” (Notícias..., 1909, p. 2). Além das quatro citadas acima, tratava-se das cooperativas de Rodeio III, de Guaricanas e de Aquidabã. Ademais, a partir da iniciativa de João Mondini, da linha colonial de Guaricanas, na década de 1880, o cultivo do arroz irrigado também passou a ganhar viabilidade comercial. Assim, algumas cooperativas, como a de Rio dos Cedros, também passaram a adquirir engenhos de arroz para atender à crescente disseminação de arrozaes entre trentinos e italianos (Berri, 1993).

Enfim, a consolidação das cooperativas na área de colonização trentina e italiana no município de Blumenau, nas primeiras décadas do século XX, indicava a conquista da autonomia econômica tão almejada por esses imigrantes.

Sociedade da capela e disputa pela sede paroquial

Os imigrantes trentinos e italianos se empenharam na edificação de capelas. As primeiras eram rústicas e provisórias, construídas de ripas de palmito e cipós e cobertas de folhas recolhidas na floresta e, junto a essas, geralmente atrás, era instalado o cemitério. Logo que possível, as capelas passaram a ser construídas de madeira ou de argamassa, mas ainda não tinham campanário e se assemelhavam às casas. Mesmo assim, foram construídas para a realização do ofício religioso comunitário e, quando da visita de um sacerdote, para a administração dos sacramentos e a realização da missa. As capelas foram construídas em pontos estratégicos dos vales,

1880

1900

1903 1904

1909

principalmente nos cruzamentos de picadas e em colinas; o local da edificação delas foi motivo de conflitos em boa parte das localidades, de modo que, às vezes, a falta de consenso provocou a construção de uma nova capela. Por exemplo, em Ascurra, a dissidência na Capela Santo Ambrósio levou à criação da capela Sagrada Família; no Caminho dos Pomeranos, parte dos moradores construiu nova capela, cuja padroeira passou a ser Santa Maria Madalena. Certamente a sensação de abandono na floresta estimulou os imigrantes a se apegarem ainda mais aos seus santos padroeiros dos locais de origem.

Frei Lucínio Korte, primeiro frei franciscano que atendeu às capelas trentinas e italianas, afirmou que “[...] no decurso dos cinco primeiros anos da chegada dos imigrantes, todos os povoados já haviam construído as suas capelas” (Korte, 1977). Até a década de 1890, quando o processo de imigração-colonização se estabilizou, tinham sido construídas 22 capelas na área de ocupação trentina e italiana da Colônia Blumenau. Esse número ultrapassou o plano de colonização do diretor da Colônia Blumenau, que previa uma capela a cada vinte quilômetros, devido ao fato de uma parentela ou parte de comunidade rural europeia imigrar e se reagrupar em uma comunidade de capela, procurando manter o padroeiro do seu local de partida no Trentino ou no norte da Itália.

As capelas foram construídas pelos moradores das diversas localidades em regime de mutirão. No Caminho dos Pomeranos, a capela Nossa Senhora das Dores foi construída com o trabalho comunitário de quarenta famílias. Quando criança, o cônego Jácomo Vicenzi participou desse empreendimento e recorda com emoção, dizendo:

Amo com predileção essa capela [Nossa Senhora das Dores] pela simples razão de nela haver também o fruto dos meus suores [...]. Eu era menino quando, em dias determinados, me ajuntava a muitos outros companheiros, e então, acompanhados por muitos pais, íamos trabalhar no preparo dos materiais, carregando com eles até o ponto da almejada construção. Esse trabalho espontâneo era para nós um divertimento, uma folia, um verdadeiro delírio (Vicenzi, 1904, p. 40).

O fato de as capelas serem construídas em uma área de pequena propriedade policultora baseada no trabalho familiar, denota uma nova prática no catolicismo no Brasil. Fruto do trabalho comunitário, construída em um terreno doado para a coletividade local e administrada pelos próprios colonizadores trentinos e italianos, as capelas eram propriedades comunitárias. Na sua bagagem cultural, os imigrantes trentinos e italianos transportavam para as novas terras o santo da sua vila de origem e, como eram oriundos de regiões do sul da Áustria e do norte da Itália, os conflitos

em torno da escolha do nome do padroeiro foram inevitáveis. Essa questão geralmente era resolvida pela decisão da maioria e/ou pela intervenção do clero, mas às vezes uma capela tinha dois padroeiros, fato que indica a conciliação entre preferências religiosas de uma mesma comunidade de capela.

As capelas eram os centros sociorreligiosos das comunidades. Aos domingos e dias de festa, eram o local para a realização do ofício religioso comunitário, que consistia na recitação de orações e cânticos, ladainhas, terços e leitura de trechos da Bíblia ou do catecismo. Nas festas religiosas, as reuniões eram mais concorridas, especialmente naquela do padroeiro – denominada *la sagra*. E eram também usadas para realizar os rituais fúnebres, os batizados e os casamentos. A maior parte dos atos religiosos eram dirigidos pelo capelão leigo devido à grande escassez do clero católico na Colônia Blumenau nas primeiras décadas da colonização trentina e italiana, praticamente restrito ao padre Jacobs. Segundo Grosselli (1987, p. 452), o capelão leigo era “fruto da seleção natural entre os colonos, era uma pessoa que sabia ler, entre as mais cultas da comunidade. Comumente um verdadeiro líder natural, outras vezes somente um colono que possuía um missal”. Em uma carta enviada ao jornal *La Voce Cattolica*, de Trento, Curuziano (1985, p. 18-9), pseudônimo de um imigrante trentino, assim descreve a atividade sociorreligiosa do capelão leigo Barba na capela Nossa Senhora da Imaculada Conceição:

[Barba] começou então em Cedros a construir aos poucos uma pequena capela paroquial e com toda a sua família lá nos reuníamos todos os domingos e dias de festa porque não havia até agora ninguém que dirigisse a cerimônia; ele o fazia quando então o começamos a chamar de padre, sem ter ele direito a essa função. Lia em seu livro de pregação [...] e chegando junto à mesa como se estivesse presente o sacerdote lia a Epístola, o Evangelho próprio da festa e o trecho do catecismo do culto católico, escrito por nosso compatriota, Dom Cimadomo, e impresso em Rovereto pela cura do bispo de Trento para uso em escolas e famílias. Ainda lia qual seria a meditação da hora da Boa Morte e prosseguia com o credo pelo restante da missa, exercia função com alto apreço e segundo as normas e circunstâncias. Rezávamos a terça parte do rosário e a leitura de Glória Maria, etc.

Além de dirigir as orações comunitárias, o capelão leigo às vezes também era o professor paroquial e o fabriqueiro – administrador de capela ou igreja matriz – por exemplo, Valentino Fruet na capela Nossa Senhora das Dores de Rodeio (Sevegnani, 1931) e Giovanni Trentini na capela Nossa Senhora das Dores do Caminho dos Pomeranos, e ambos eram lideranças da Ordem Terceira Franciscana – associação católica voltada para os leigos (Dallabrida, 2021).

Alguns líderes de suas comunidades de capela exerciam informalmente a função de juiz de paz e representavam as suas comunidades perante as autoridades da Colônia Blumenau. Enfim, atuavam tanto na condição de autoridade religiosa como civil.

A escassez de visitas do pároco devia-se ao fato de as capelas pertencerem à Paróquia São Paulo de Blumenau, atendida somente pelo padre Jacobs. Muito contribuiu para essa situação, a grande distância entre a igreja matriz e as capelas na área de colonização trentina e italiana, bem como o péssimo estado dos caminhos. Nas visitas, o padre Jacobs celebrava missa, administrava sacramentos, em particular a confissão, a comunhão e o batismo e comunicava avisos eclesiásticos. Os imigrantes trentinos e italianos reclamavam, de forma insistente, do precário atendimento religioso também por meio de cartas aos seus parentes e amigos europeus. Uma delas, de 1885, diz que “[...] em dez anos que estamos aqui mal sentimos o que é uma missa em dias de festa e aos domingos. Nem uma prédica ou uma doutrina de um sacerdote” (Curuziano, 1985). Outra afirma que “[...] a nossa voz fina desaparece entre o vozerio da multidão e não foi ouvida até o presente momento, eis porque não temos aqui um padre de nossa nacionalidade” (Do Brasil, 1985). Essa crítica era destinada ao padre Jacobs, que era de origem alemã.

No texto intitulado “Documento”, o pároco determinava a localização e os limites de funcionamento das capelas e o procedimento de seus fabriqueiros, enfatizando a importância dos sacramentos como prêmio pela normalidade de funcionamento das capelas (Jacobs, 1886). O controle exercido pelo padre Jacobs sobre os atos religiosos praticados pelos capelães leigos foi apontado em uma correspondência de um imigrante publicada no jornal *La Voce Cattolica*, de Trento, em 1885, que assevera:

Mas, se nós escolhêssemos qualquer prédica ou lêssemos qualquer meditação, ensinar a doutrina de nosso catecismo diocesano por um adulto o que seria fácil a um de nós. Assistir um moribundo e dizer sagradas palavras num enterro, tudo o nosso M. R Pároco de Blumenau proibiu terminantemente; mais ainda, proibiu qualquer cerimônia religiosa em casas particulares, disse ele que o bispo assim o ordenou” (Do Brasil, 1985).

O controle exercido pelo padre vigário na organização e funcionamento das capelas estendia-se às imagens dos santos padroeiros. Na capela Santo Antônio do Caminho dos Pomeranos, “[...] a primeira estatueta de Santo Antônio foi queimada por ordem do padre que visitava a capelinha [padre Jacobs], embora contra a vontade do povo” (Vicenzi, 1975, p. 30).

Nas modestas capelas passaram a funcionar escolas paroquiais, onde se ensinava, em língua italiana, as primeiras letras e o catecismo católico para meninos e meninas, fazendo avançar a alfabetização. Os mestres-escolas eram escolhidos dentre os colonizadores mais letrados, que geralmente exerciam lideranças nas suas comunidades. O funcionamento dessas capelas-escolas era bastante irregular e precário. Os períodos escolares eram bastante fragmentados, os mestres-escolas eram mal pagos e alguns pais nem sempre se interessavam pela alfabetização dos seus filhos. Os professores eram colonos, que compaginavam o magistério com as atividades agropastoris. As escolas paroquiais tinham grande autonomia, tendo em comum algumas prescrições do padre vigário por ocasião das raras visitas paroquiais.

Dessa forma, na área de imigração trentina e italiana da Colônia Blumenau constituiu-se a chamada “sociedade da capela” (Seyferth, 1990, p. 52), em que a maioria das instituições comunitárias gravitava em torno das capelas ou dos oratórios públicos que, além de locais de culto, tornaram-se centros sócio-políticos locais (Dalmolin, 2020). Deve-se salientar que a importância social da capela se multiplicou devido ao enquistamento dos colonizadores trentinos e italianos, que estabeleceram comunidades com alto grau de homogeneidade étnica. Isso se acentuou pelo fato de não constituírem uma colônia oficial, mas estarem localizados na periferia da Colônia Blumenau. De outra parte, a capela ganhou ainda mais importância em virtude da quase ausência de poderes civis municipais ou estaduais como ocorreu em outras áreas de colonização europeia no sul do Brasil. Enfim, devido ao enraizamento da capela em uma área de pequena propriedade policultura calcada na mão de obra familiar.

Deve-se notar que, nas suas regiões de origem, os imigrantes trentinos e italianos tinham em cada localidade uma sede paroquial assistida por no mínimo um sacerdote, que lhes proporcionava atendimento religioso cotidiano. Em áreas de imigração europeia no sul do Brasil, devido à precária estrutura eclesiástica, foram criadas paróquias que abrangiam grandes áreas territoriais, que tinham uma igreja matriz e um número elevado de capelas filiais, sendo atendida por um número reduzido de sacerdotes (Galioto, 1987). Trata-se, portanto, de um novo modelo de administração eclesiástica gerado pela falta de sacerdotes.

Na Colônia Blumenau, o padre Jacobs atuou sozinho como padre vigário da Paróquia São Paulo, realizando visitas paroquiais para dezenas de capelas formadas por imigrantes alemães, trentinos e italianos. Essa situação se alterou somente em 1892, quando o padre Jacobs entregou a direção dessa paróquia para o clero franciscano. A área de povoamento trentino e italiano, que concentrava o maior número de católicos, passou a receber visitas paroquiais com mais frequência.

Em seguida, a Ordem Franciscana instalou um núcleo na vila de Rodeio e liderou a comunidade local na construção de uma nova igreja, benta em 1899. No ano seguinte, foi criado o curato⁽⁵⁾ São Francisco de Assis, cuja igreja matriz homônima (ver figura 3.4) passou a satelizar as outras capelas na área de colonização trentina e italiana no município de Blumenau, transformando a vila de Rodeio no centro pastoral da região. Os padres franciscanos eram alemães e se fixaram na vila de Rodeio devido ao fato de concentrar maior número de trentinos e, em 1909, ter sediado a Liga Austro-Brasileira, que promovia valores austríacos e festejava o aniversário de Francisco José, imperador da Áustria e rei da Hungria (Dalmolin, 2020). Os trentinos tinham traços germânicos na sua cultura italiana e palavras alemãs no seu dialeto.

A ação do clero franciscano provocou um inegável florescimento das capelas. O sinal arquitetural desse processo foi a construção de novas e grandes igrejas de argamassa, geralmente no cume das colinas. As associações religiosas, formadas por leigos e dirigidas pelo clero tiveram um crescimento significativo. Assim, a Ordem Terceira Franciscana, que existia de forma embrionária, foi reestruturada e capilarizada em quase todas as capelas; foram criados o Apostolado da Oração, destinado aos devotos do Sagrado Coração de Jesus, a Pia União das Filhas de Maria (para as moças solteiras) e a União de São José (para os moços solteiros). Concebidas como espaço catequético sistemático, as escolas paroquiais foram reestruturadas por meio do estabelecimento de um currículo paroquial comum e pela seleção rigorosa e formação dos mestres-escolas. Essa rede de escolas de primeiras letras, sob a supervisão do clero franciscano alemão, contou com o trabalho docente das Irmãs da Divina Providência, de ascendência germânica, que estabeleceram uma residência na vila de Rodeio. Por fim, o vigor pastoral impresso pelo clero franciscano é constatado por meio da publicação do jornal *L'Amico – periodico settimanale del popolo cattolico*, que circulou, todo o fim de semana, de 1904 a 1917 (Dalmolin, 2020).

De outra parte, o clero franciscano sofreu resistência renhida de algumas capelas que ele dava assistência religiosa, particularmente a partir da criação do curato de São Francisco de Assis, cuja igreja matriz homônima era localizada na vila de Rodeio. O movimento antifranciscano tinha o seu epicentro mais organizado na capela Santo Ambrósio de Ascurra, que reivindicava o *status* de igreja matriz. A comunidade dessa capela, formada por grande maioria de imigrantes do Vêneto e da Lombardia, recusou as visitas paroquiais dos padres franciscanos de forma sistemática e, além de exigir a criação de um curato, reivindicava a assistência de padres italianos. Na capela Nossa Senhora da Imaculada Conceição de Rio dos Cedros, a resistência ao clero franciscano era mais pulverizada, mas não menos intensa e incisiva.



Fonte: Paróquia São Francisco de Assis - Rodeio

Figura 3.4 - Igreja matriz São Francisco de Assis, de Rodeio.



Fonte: Acervo de Miguel Deretti

Figura 3.5 - Escola Silvio Pellico, de Aquidabã

Como em Ascurra, a comunidade dessa capela solicitava, por meio de abaixo-assinados, o *status* de curato e a assistência de sacerdotes da Itália. Em nível regional, tratava-se das duas principais capelas, que buscavam autonomia religiosa.

A resistência comunitária ao clero franciscano materializou-se, de forma ainda mais explícita, nas escolas Dante Alighieri. O estabelecimento dessa rede escolar foi provocado pelo corte sistemático do conteúdo italianófilo nas escolas paroquiais por parte do clero franciscano, que recebia do Consultado Italiano – fundado em Florianópolis em 1896 – subsídios e material escolar. Na sua visita ao município de Blumenau, em 1906, o cônsul italiano Caruso Macdonald constatou que nas escolas dos imigrantes italianos, dirigidas pelos padres franciscanos, “ensinava-se italiano mais por exigência da fé, que por espírito de patriotismo” e que os manuais escolares enviados pelo Consulado Italiano não estavam sendo utilizados (Macdonald, 1983, p. 173-4). No mesmo ano, com o patrocínio do Consulado Italiano foi estabelecida a primeira escola Dante Alighieri na vila de Ascurra que inicialmente funcionou na capela Santo Ambrósio – refratária às visitas do clero franciscano –, mas em seguida teve prédio próprio. As lideranças dessa escola, encabeçadas por Ermembergo Pellizzetti, proibiram a ingerência do clero franciscano e procuraram expandir o modelo escolar que adotavam. Em 1913, na área de colonização italiana do município de Blumenau havia nove escolas Dante Alighieri, que tinham o nome do famoso poeta florentino ou de um herói italiano do oitocentos como o de Silvio Pellico (ver a figura 3.5) ou Giuseppe Verdi. Em algumas localidades, a escola Dante Alighieri substituiu a escola paroquial; em outras, essas escolas conviviam lado a lado, indicando a divisão da comunidade (Otto, 2006).

Com o estabelecimento das escolas Dante Alighieri, a rede escolar paroquial entrou em crise porque perdeu os subsídios do Consulado Italiano e sofria concorrência. Como resposta a essa situação, em 1913, os padres franciscanos convidaram três jovens do Caminho de Rodeio, que pertenciam às associações Filhas de Maria e Ordem Terceira Franciscana, para atuarem como professoras das escolas paroquiais mais periféricas e geralmente formadas por maioria de imigrantes trentinos. Em 14 de janeiro de 1915, na capela de São Virgílio do Caminho, de Rodeio, essas jovens fizeram uma promessa pública de se consagrar a Deus por meio do trabalho nas escolas paroquiais, sendo chamadas de “catequistas”. Nascia naquele dia a Congregação das Irmãs Catequistas, que se expandiu, de modo vertiginoso, no Vale do Itajaí-Açu e em Santa Catarina (Otto, 2006).

O movimento de resistência ao clero franciscano na área de colonização italiana do município de Blumenau começou a ser contornado em 1916, quando o bispo diocesano, D. Joaquim Domingues de Oliveira, designou um grupo de padres salesianos de nacionalidade italiana para

1906

1913

1915 1916

assumir a direção do curato Santo Ambrósio, de Ascurra (Finardi, 1976). Dois anos depois, os discípulos de Dom Bosco passaram a administrar também o curato de Nossa Senhora da Conceição, de Rio dos Cedros (Fraga, 2020). Não sem razão, nessas comunidades se encontravam os principais focos de conflito entre os cleros franciscano e italiano, superado pela atuação dos padres salesianos imigrados da Itália.

Em 1917, no apogeu da Primeira Guerra, o Governo do estado de Santa Catarina determinou o fechamento das escolas estrangeiras, podendo ser reabertas, no ano seguinte, mediante a introdução da Língua Portuguesa e de conteúdos nacionalistas. Sob a direção dos padres franciscanos e salesianos e com o suporte das freiras da Divina Providência e das Irmãs Catequistas, entre trentinos e italianos as unidades escolares foram reabertas como escolas paroquiais, que mantiveram o seu vigor até a ditadura do Estado Novo.

Em torno do ano de 1918 ocorreram transformações significativas entre trentinos e italianos do município de Blumenau. Nesse ano, com o fim da Primeira Guerra, o Trentino passou a integrar o território da Itália, de modo que trentinos e seus descendentes deixaram de ser súditos do Império Austro-Húngaro para se tornarem italianos, amenizando a diferença e a tensão entre esses dois grupos que falavam dialetos italianos. E, com a presença dos padres salesianos em Ascurra e em Rio dos Cedros, concretizou-se nessas localidades/curatos o sonho de ter sacerdote fixo e de nacionalidade italiana.

Considerações finais

Embora os imigrantes trentinos e italianos não tivessem encontrado na Colônia Blumenau vilas estruturadas como comunicava a propaganda para estimular a emigração no Trentino e no norte da Itália, eles puderam adquirir um lote de terra por um preço módico, tornando-se proprietários rurais. Assim, ajudaram a construir uma sociedade diferente no sul do Brasil e no Espírito Santo, calcada na pequena propriedade policultora com mão de obra familiar. Pelo fato de seus produtos excedentes, particularmente as folhas de tabaco, serem vendidas para as casas comerciais da cidade de Blumenau, monopolizadas por alemães, desde a última década do século XX, os imigrantes de dialetos italianos estabeleceram sociedades cooperativas, conquistando autonomia econômica e ganhando mais na venda de seus produtos. Os imigrantes trentinos e italianos, portanto, conquistaram a autonomia tão sonhada, de forma ativa, no campo econômico, por meio do estabelecimento de cooperativas.

De outra parte, esses imigrantes se nuclearam socialmente em torno das capelas que eles construíram e com o santo padroeiro da sua preferência, geralmente transplantado das suas localidades de origem. É importante frisar que a sociabilidade em torno das capelas foi atravessada por conflitos, inicialmente pela escolha do santo padroeiro e/ou do local de suas construções das mesmas, bem como devido à nacionalidade germânica dos padres que davam assistência religiosa. Essas tensões se acentuaram com o estabelecimento dos padres franciscanos alemães na vila de Rodeio e a transformação da capela desse povoado em igreja matriz do curato São Francisco de Assis. A luta pelo *status* de curato com padre fixo se imbricou com questões de nacionalidade, produzindo resistência ao clero franciscano alemão em capelas filiais, nas escolas Dante Alighieri e mesmo em algumas cooperativas. A superação dessas lutas fratricidas ocorreu, a partir de 1916, sobretudo pelo estabelecimento de padres salesianos italianos nos curatos de Ascurra e de Rio dos Cedros.

Na área de povoamento trentino e italiano da Colônia Blumenau, a sociedade camponesa policultura baseada na mão de obra familiar entre imigrantes trentinos e italianos apresentava pouca desigualdade social nas comunidades, exceto alguns comerciantes, que tinham algumas vantagens econômicas e políticas. No entanto, no seu mosaico étnico-nacional, havia uma hierarquia bem marcada: o domínio dos alemães na economia, política e religião; trentinos e italianos na área de vanguarda da colonização; desprestígio de luso-brasileiros e expulsão/extermínio dos povos primitivos. Entre imigrantes trentinos e italianos, havia uma clara assimetria de gênero, de modo que os postos públicos de comando eram exercidos por homens na condição de padres, fabriqueiros, capelães leigos e mestres-escolas. A feminização do magistério começou a se colocar, efetivamente, com atuação das Irmãs Catequistas, mas outras atividades comunitárias continuaram sendo chefiadas por homens.

Enfim, os trentinos e italianos que se estabeleceram na colônia Blumenau, cujo território atual integra os municípios de Rio dos Cedros, Rodeio, Ascurra e Apiúna, bem como parte de Timbó, formaram uma sociedade calcada na pequena propriedade policultora trabalhada com mão de obra familiar e nucleada em torno das capelas, que agregavam as instituições comunitárias. Dessa forma, foi instituído um tipo de sociedade marcada por altos índices de alfabetização, até bem pouco tempo fruto da obra de padres e freiras, e por baixos níveis de desigualdade social em quase pleno emprego. Em boa medida, nessa configuração social está impressa a marca da busca de autonomia e do empreendedorismo dos imigrantes trentinos e italianos.

Notas

- (1) Este texto é uma versão modificada de capítulo publicado na coletânea intitulada “Italianos em Santa Catarina” (Dallabrida, 2001).
- (2) Licenciado e mestre em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), professor da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e autor de livro “O mestre-escola: retalhos da vida de Giovanni Trentini em Rio dos Cedros” (Dois por Quatro Editora, 2021). E-mail: norbertodallabrida@gmail.com
- (3) Os trentinos eram súditos do Império Austro-Húngaro, habitavam a região do Tirol do sul ou meridional (que foi anexada à Itália somente após 1918) e falavam dialetos italianos. Por isso, sua cultura era marcada pela germanização da Áustria e vários deles também falavam a língua alemã.
- (4) A Colônia Blumenau tornou-se município homônimo em 1883.
- (5) Território rural de uma diocese sobre a qual prevalece a jurisdição pastoral do cura. Equivalente a paróquia, cuja igreja matriz localizava-se em uma cidade e era pastoreada pelo pároco.

Referências

- ASSUNTOS pátrios – imigrantes assaltados por índios. Blumenau em Cadernos. Blumenau, v. 26, n. 1, p. 12-3, jan. 1985.
- BERRI, Aléssio. A Igreja na Colonização Italiana no Médio Vale do Itajaí. Blumenau: “Casa Dr. Blumenau”, 1988.
- BERRI, Aléssio. Imigrantes italianos, criadores de riquezas. Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1993.
- BOHN, Padre Antônio. Registros de Tombo anotados pelo Pe. Jacobs. Blumenau em Cadernos. Blumenau, v. 30, n. 6, p. 170, jun. 1989.
- CURUZIANO, A. M. Blumenau na Província de Santa Catarina no Brasil. Blumenau em Cadernos. Blumenau, v. 26, n. 1, p. 17-8, jan. 1985.
- DAGNONI, Catia. O choque entre dois mundos: o contato entre o índio e o branco na colonização do Vale do Itajaí – um estudo sobre a interpretação do imigrante europeu a respeito dos Xokleng 1850-1914. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Fundação Regional de Blumenau – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, 2008.
- DALLABRIDA, Norberto. O mestre-escola: retalhos da vida de Giovanni Trentini em Rio dos Cedros. Florianópolis: Dois por Quatro Editora, 2021.
- DALLABRIDA, Norberto. Trentinos e italianos na Colônia Blumenau e a “sociedade da capela”. In: PIAZZA, W. F. (org.). Italianos em Santa Catarina. Florianópolis: Lunardelli, 2001. t. 1. p. 97-129.
- DALMOLIN, Gabriel. A sociedade da capela: trabalho, fé e educação no povoado de Rodeio (1883-1904). Blumenau: Edifurb, 2020.
- DERETTI, Miguel. Apiúna nos meus apontamentos. Porto Alegre: Editora Escola Gráfica Dom Bosco, 1970.
- DO BRASIL. Blumenau em Cadernos. Blumenau, v. 26, n. 1, p. 14, jan. 1985.
- FRAGA, Andrey José Taffner. Rio dos Cedros: o coração Trentino do Brasil. Rio dos Cedros. Ed. do Autor, 2020.
- FINARDI, José E. Colonização italiana em Ascurra. Blumenau: Gráfica 43, 1976.
- GALIOTO, Antônio. O significado das capelas italianas no Rio Grande do Sul. In: DE BONI, L. A. A presença italiana no Brasil. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia, 1987. p. 293-312.
- GROSSELLI, Renzo Maria. Vencer ou morrer: camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras. Florianópolis: Ed. UFSC, 1987.
- JACOBS, José Maria. Documento. Blumenau, 7 set. 1886.
- KORTE, Lucínio. Documento histórico. Blumenau em Cadernos. Blumenau, v. 18, n. 2, p. 49, 1977.
- LARGURA, Andrea. A Sociedade de Rio dos Cedros. In: COMEMORAÇÃO do 50º aniversário de Blumenau: 1850 – 2 de setembro – 1900. Blumenau: Edifurb, 2019. p. 137-140.
- LIVRO de Tombo do Curato São Francisco de Assis de Rodeio. Rodeio, 1900.
- MACDONALD, Caruso. O Estado de Santa Catarina e a colonização italiana. In: DALL’ALBA, João Leonir (org.). Imigração italiana em Santa Catarina. Florianópolis: Lunardelli, 1983. p. 146-182.
- NOTÍCIAS Blumenau. Novidades: órgão noticioso. Itajahy, n. 275, 05. set. 1909. p. 2.
- OTTO, Clárcia. Catolicidades e italianidades: tramas e poder em Santa Catarina (1875-1930). Florianópolis: Insular, 2006.
- SANTOS, Lucy Woellner dos. Estação Agronômica e de Veterinária no Estado (1895-1920): uma abordagem histórica sobre o início da pesquisa agrícola em Santa Catarina. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998.
- SANTOS, Sílvia Coelho. Índios e brancos no sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng. Florianópolis: Edeme, 1973.
- SEVEGNANI, G. Valentino Fruet. O sementeiro. Rodeio, abr. 1931.
- SEYFERTH, Giralda. Imigração e cultura no Brasil. Brasília: Universidade de Brasília, 1990.
- SILVA, José Ferreira. História de Blumenau. Florianópolis: Edeme, 1972.
- VALANDRO, Ferdinando. Pequena história dos imigrantes de Rio dos Cedros. Rio dos Cedros, 1975.
- VICENZI, Jácomo. Viagem ao Estado de Santa Catharina em 1902. Nicteroy: Typ. Amerino, 1904.
- VICENZI, Victor. História de Rio dos Cedros. Blumenau: Fundação “Casa Dr. Blumenau”, 1975.

Colônias de imigração italiana no sul catarinense

Idemar Ghizzo⁽¹⁾

O estado de Santa Catarina vivenciou um processo de colonização europeia com a vinda de imigrantes e colonizadores italianos. Ao apresentar recortes históricos das colônias de imigração europeia no Sul de Santa Catarina, referenciando a italiana, e dialogar com a história de outras colônias catarinenses, busca-se ampliar as informações sobre o processo colonizatório e sua ligação histórica na formação e ocupação territorial ao Sul do Brasil. O processo de imigração e colonização no Sul catarinense se assemelha com os outros processos colonizadores que aconteceram no território brasileiro.

As pressões externas e internas para pôr fim ao sistema escravista brasileiro impulsionaram a busca de mão de obra ‘livre’ e o surgimento de núcleos coloniais pelo Governo Imperial e por investidores privados. Os chamados ‘vazios demográficos’⁽²⁾ e as ‘terras devolutas’⁽³⁾, onde existiam grandes quantidades de terrenos para serem ocupados e cultivados, foram outro ponto que incentivou a criação dessas colônias e a vinda dos imigrantes colonizadores.



Fonte: Centro de Documentação Histórica Plínio Benício – CEDOHI (2024)

Figura 4.1 - Propaganda da Colônia Grão-Pará, de 1883



Fonte: CEDOHI (2024)

Figura 4.2 - Documento de restituição da passagem para a Colônia Grão-Pará, de 1883

A imigração no sul de Santa Catarina

O processo de emigração que ocorreu na Europa, principalmente na segunda metade do século XIX, motivou o início da vinda de italianos ocorrida no Sul de Santa Catarina. Em 1877, grandes levas de imigrantes começaram a chegar ao território da Colônia Azambuja. Eram conduzidos por representantes do Governo que auxiliavam na medição, distribuição das terras e construção dos primeiros ranchos. Os imigrantes que se instalaram nesses lotes exploravam a agricultura baseada na mão de obra familiar, produzindo para a subsistência e para a comercialização dos excedentes aos centros de consumidores vizinhos.

Os europeus eram seduzidos pelas propagandas por meio das publicações em panfletos, cartazes e jornais, espalhados pelas empresas encarregadas de recrutar e conduzir os imigrantes para as futuras colônias no Brasil.

As propagandas construía uma narrativa de sucesso imediato e com um próspero futuro para quem quisesse adquirir terras no Sul catarinense. Estavam direcionadas, principalmente, para os imigrantes europeus, como demonstradas, a seguir.

Os imigrantes recebiam informações com agendamentos dos dias que os navios partiam para a América. Nesse dia, teriam que estar agrupados para que os agentes responsáveis pelo embarque pudessem dar os devidos encaminhamentos para a partida. As pessoas que entravam no navio para partirem em busca de seus sonhos, ficavam sabendo dos compromissos que teriam para com a empresa responsável pelo seu transporte e venda das terras. Assinavam o termo de responsabilidade pelo pagamento de sua viagem e das bagagens despachadas, juntamente ao reconhecimento de sua dívida com os devidos juros.

As terras destinadas à colonização situavam-se no vale do rio Tubarão, expandindo-se do litoral à encosta da Serra Geral, em direção ao Sul, finalizando com outro estado. O Sul catarinense recebeu grandes grupos de imigrantes para ocupação dos lotes selecionados e preparados para iniciação da produção agrícola. Após se fixarem e estabilizarem nos assentamentos, nas possibilidades de cada família, foram construindo os engenhos e as principais indústrias artesanais para beneficiamento dos grãos de cereais, madeira e cana-de-açúcar.

Os primeiros imigrantes europeus que chegaram à região Sul, também foram os primeiros a passar por grandes dificuldades, seja pela inexistência de caminhos de acesso, falta de lotes demarcados, atendimentos, falta de informações, sem assistência à saúde, sem mercados e infraestruturas de apoio. Os imigrantes receberam um cenário completamente diferente do que fora vendido e imaginado.

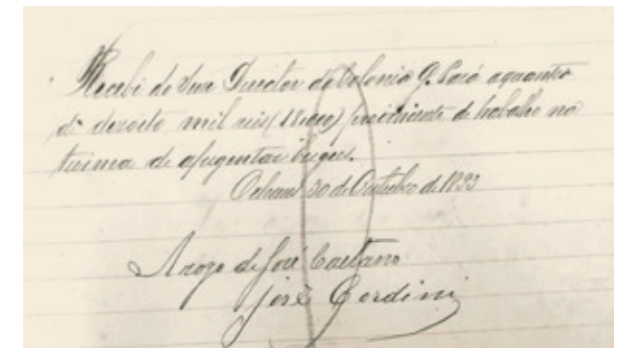
A administração da colônia, em seu primeiro ano de trabalho, tinha dificuldade para finalização das demarcações dos lotes e, com isso, muitas famílias ficaram no aguardo em barracões sem saber qual seria sua parte de terra, onde poderiam dar início à derrubada, construção do primeiro rancho e iniciar as plantações de subsistência para si e sua família.

Foram anos de sacrifício para os imigrantes colonizadores, o desconhecimento do clima, das novas plantações, a falta de instrumentos e ferramentas de trabalho fizeram com que muitos desanimassem, persistindo por anos seu arrependimento.

Não bastassem as dificuldades iniciais, também houve os confrontos com os povos indígenas que já habitavam a região Sul. Esses indígenas, apelidados de forma pejorativa de ‘bugres’⁽⁴⁾ pelos imigrantes, reagiram em defesa de suas terras, ocasionando o embate com os colonizadores, acionando a interferência das administrações das colônias e do Governo para seu apagamento.

Na segunda metade do século XIX, durante o período imperial, a política de imigração e de colonização não apenas teve sequência, como foi intensificada, motivando vários europeus a virem e se estabelecerem na região Sul, em diversos lugares, sendo um deles, a localidade de Azambuja, atualmente, distrito do Município de Pedras Grandes (SC). Esses imigrantes eram direcionados a se estabelecer nas regiões onde havia grande quantidade de terras, o chamado ‘vazio demográfico’, mas, na realidade, essas terras já eram habitadas por povos originários, luso-brasileiros e descendentes de africanos escravos ou libertos (Ghizzo, 2023, p. 180).

O Governo e diretores das colônias tentaram manter em sigilo a informação sobre a presença dos povos silvícolas na mesma terra destinada à colonização. Os imigrantes viviam na floresta, no mesmo ambiente onde moravam e circulavam os indígenas. Houve medo, invasões, conflitos e mortes entre ambos os lados. Até a interferência do Governo e da administração das colônias com a contratação de “bugreiros” para “afugentar” os “bugres” que circulavam pelas terras destinadas à colonização. Essas informações são confirmadas pelos recibos de pagamento de “bugreiros”.



Fonte: CEDOHI (2024)

Figura 4.3 - Recibo de pagamento de “bugreiros”, de 1893

COVEM SER ACCIONISTA.

Se um individuo quizesse mandar vir Colonos — para conhecer as vantagens de uma Colonia agricola — e lhes desse todos os meios necessarios ao lavrador de pequena lavoura, teria de fazer o seguinte emprego de capitães e tiraria o seguinte lucro.

Adiantamento a um Colono.

Passagem	100000
Sustento (seis mezes.	90000
Ferramenta	30000
Eventuaes	30000
Valor de um lote de terras (25,000 braças quadradas) comprado a particulares	830133
Preparação do nucleo	200833
Vencimento dos empregados	440666
Por cada Colono (*) adiantaria.	3050832

Lucro.

O adiantamento	3050832
O augmento do valor do lote, porque o Colono paga 1500000.	660667
O que dá o Governo Imperial (por exemplo)	600000
Juro de 12 %.	620699
	5850198
Lucro liquido.	1800366

Fonte: Pereira (1872)

Figura 4.4 - Lucro para cada imigrante colocado nas colônias

Na segunda metade do século XIX, a política de povoamento do território brasileiro teve grande impulso com o regulamento pelo Governo para implantação das colônias do Estado. Esse regulamento uniformizava as ações para as colônias do estado, aprimorando a administração, resultando melhores condições de desenvolvimento para os colonizadores.

As pessoas se aventuravam partindo para a América em busca de vida melhor para si e seus familiares. Incentivados pelo governo brasileiro, os investidores acionistas procuravam, principalmente, na Europa, mão de obra para suprir as necessidades da política expansionista da América, entre elas a do Brasil.

Em certa medida, a ‘adesão’ à imigração para colonizar as terras do Brasil pode ser explicada pelo estado de penúria em que muitas dessas famílias viviam, como decorrência de uma Europa fortemente atingida pelos conflitos de unificação política e pelas transformações demandadas pelo desenvolvimento do capitalismo industrial que provocava fome, desesperança e incertezas quanto ao futuro naquele continente (Ghizzo. 2023, p. 184).

Prevalecendo-se da crise política, econômica e social que vivia parte da Europa, os agentes de imigração direcionaram-se, principalmente, ao norte da Itália, região onde as pessoas foram requisitadas pela empresa colonizadora. Foi dessa região que partiu o maior número de imigrantes para o estado de Santa Catarina, ocupando, com sua presença, toda região Catarinense. O Governo necessitava de pessoas para colonizar suas terras e de mão de obra, principalmente para lavouras. Ao procurar manter a importação de imigrantes, abre espaço para investimento de acionistas.

Desde a política migratória para o Brasil, aconselhava-se que nas povoações deveriam distribuir suas terras, respeitando a orientação e decisão do diretor da colônia. Cada colônia deveria ter suas ruas definidas, espaços públicos para praças e logradouros, escolas, cemitérios e espaço para sede de administração, tanto pública quanto colonial.

Havia uma solicitação, para os agentes de imigração e os recrutadores, sobre as escolhas das pessoas que poderiam vir como colonizadores imigrantes. Conforme cópia do documento, a seguir: “O país quer fazer uma emigração só de gente boa e quem não quiser será privado de sua terra” (Cedohi, 2024).

Em 1883, o império transferiu para as então províncias a responsabilidade de toda a gestão das colônias administradas por ele. Isso prejudicou o desenvolvimento de muitas colônias, que já vinham com um ritmo lento, não muito bom de expansão.

Assim, também, a Colônia Azambuja, a única pública administrada pelo império no Sul catarinense, com menos de quatro anos de existência, foi largada à gestão provincial, diminuindo os investimentos e deixando sob a sorte para sua expansão e sobrevivência.

Essa desistência do império em manter sua colônia culminou também com a demissão do primeiro diretor da Colônia Azambuja, Joaquim Vieira Ferreira, em 1881. Com isso, até a posse do novo diretor, a colônia continuou realizando seus trabalhos. No ano de 1881, com sua emancipação forçada, já possuía 1.820 pessoas, com 267 nascimentos. Destes, 152 do sexo feminino e 115 do sexo masculino, tendo 85 óbitos, 46 homens e 39 mulheres (Ghizzo, 2023).

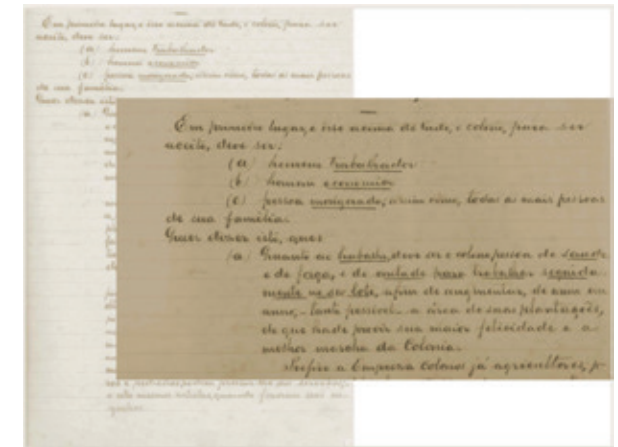
O trabalho braçal familiar era a fonte da força para derrubada das árvores, retirada da madeira, limpeza da coivara, plantação das sementes e para a colheita dos alimentos na próxima safra. Procuravam os melhores meses para partirem da Itália para não sofrerem muito com o clima diferenciado em terras brasileiras.

Os primeiros imigrantes trouxeram com as suas bagagens, os pedaços de videira. Na Colônia Azambuja, com pouco tempo de existência, já havia produção de uvas e vinho. O solo aceitou bem as vinhas vindas da Itália e, entre os anos de 1880/81, havia a solicitação para análise dos primeiros vinhos, solicitada pelas famílias de descendentes italianos Mancalossi e Fornasa. A videira e o vinho foram e são produtos econômico e cultural que mantêm sua produção até os dias atuais nas famílias de descendentes italianos.

As famílias, que vinham como imigrantes colonizadores, recebiam os títulos de posse provisórios de suas terras, teriam o prazo de cinco anos para pagarem as prestações das terras e mais as despesas de mantimentos e ferramentas para a sobrevivência das famílias. Assim, pagando todas as dívidas, recebiam o título definitivo, sendo proprietários, de fato, de suas terras.

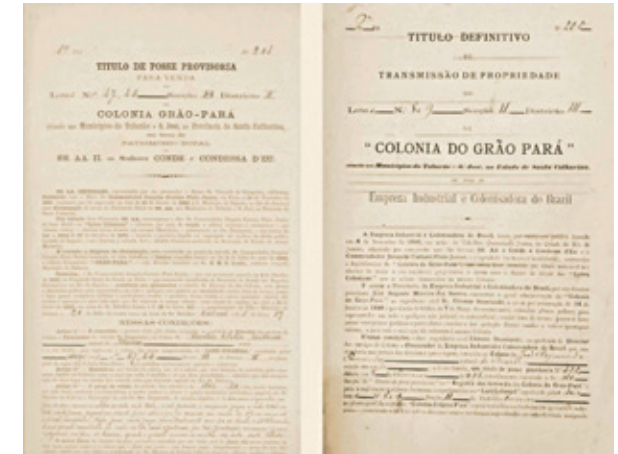
Os imigrantes, no início da colonização, viviam pela sorte no meio da floresta. Faltava de tudo, desde médicos a medicamentos. Alguns alimentos inicialmente causavam indisposição, como a polenta que atentavam à saúde dos imigrantes, provocando a pelagra⁽⁵⁾ e levando a alguns óbitos.

Sua vida social era baseada nos encontros aos fins de semana, quando se reuniam nas capelas erguidas em suas comunidades. Havia as festas religiosas, missas, pequenas festas de casamentos, nascimentos e batizados. Os encontros, namoros e matrimônios entre descendentes de outras etnias, havia certa resistência. O casamento, por exemplo, com brasileiro 'baieco' começou a surgir mais tarde, preferiam que o matrimônio acontecesse entre pessoas da mesma etnia. Existia resistência também para os casamentos com pessoas de outras religiões.



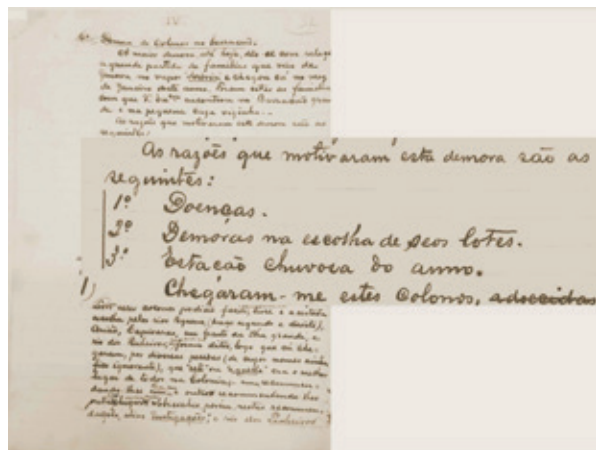
Fonte: CEDOHI (2024)

Figura 4.5 - Informação sobre colonos imigrantes



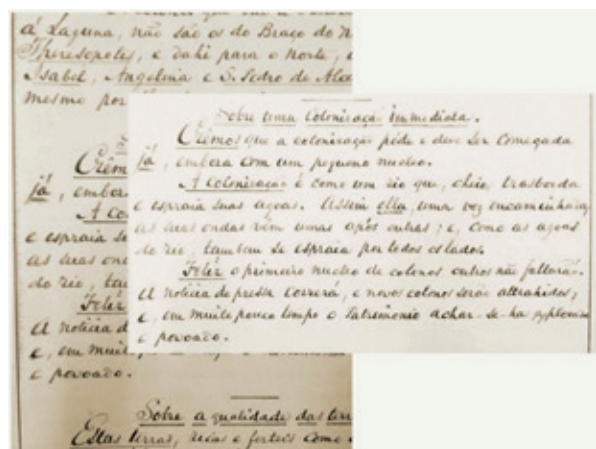
Fonte: CEDOHI (2024)

Figura 4.6 - Títulos de posse provisório e definitivo



Fonte: CEDOHI (2024)

Figura 4.7 - Relatório da Colônia Grão-Pará



Fonte: CEDOHI (2024)

Figura 4.8 - Relatório da Colônia Grão-Pará, de 1882

O cuidado com a saúde dos imigrantes era dificultoso. Longe de centro para atendimento e de profissionais, dependiam de pessoas com algum conhecimento como as parteiras, arrumadores de ossos, que se utilizavam de remédios caseiros com vários tipos de ervas medicinais. Também recorriam às crenças como rezas, simpatias e benzedadeiras. Apegavam-se à fé para terem forças e se livrarem do mal que as moléstias estavam lhe causando. A doença também foi uma das consequências que atrasavam a chegada dos imigrantes e a ocupação dos lotes, conforme relatório da Colônia Grão-Pará.

Mesmo com atrasos, a chegada dos imigrantes se mantinha de forma intensiva com propaganda na Europa, principalmente na Itália para o recrutamento, instigando para virem à América e serem os primeiros a conquistar a sua propriedade e o seu desenvolvimento econômico. Evidenciava-se que a colonização somente iria crescer e aumentaria com o tempo. “A colonização é como um rio que, cheio, transborda e espraia suas agoas. Assim ella, uma vez encaaminhada as suas ondas vêm umas após outras, e, como as agoas do rio, também se espraia por todos os lados” (Schlappal, 1882, n. p.).

As colônias de imigrantes no Sul de Santa Catarina possuem sua história linear. Com características semelhantes, tendo como objetivo ocupar as terras e produzir para seu sustento e venda de seu excedente aos mercados local e nacional. Isso fortaleceu a necessidade de ampliação e criação de povoadamentos, incentivando imigrantes europeus para a colonização.

O primeiro movimento de imigrantes da atual Itália para o Brasil que se tem conhecimento, surgiu na província de Santa Catarina no ano de 1836, hoje pertencente ao território do município de São João Batista. Essa migração foi precursora de todas as migrações europeias vindouras para o estado de Santa Catarina.

Quando se trata de colonização na província de Santa Catarina, com referência atualmente à etnia italiana, busca-se no relatório da província catarinense onde consta a informação: “A Colonia Italiana do Rio das Tijucas grandes denominada – Nova Italia-, não tem crescido em população desde o anno passado, porém aumentou mais uma serraria movida por agoa, e o estado da sua agricultura continua florescente”. Registrando a presença dos primeiros italianos em Santa Catarina (Santa Catarina, 1844, p. 26).

Para o sul, quando iniciaram os trabalhos de levantamento e aberturas das picadas para demarcações e implementação das colônias no Sul de Santa Catarina, seu território pertencia ao município de Tubarão, que já tinha se desmembrado de Laguna, no ano de 1870.

Tendo como base para sua demarcação o vale do rio Tubarão, as encostas da Serra Geral e a divisa com o estado do Rio Grande do Sul.

Essas colônias guardam histórias e memórias de imigrantes italianos que partiram de suas terras em busca de melhores condições de vida. A região Sul de Santa Catarina se destaca pelas quatro colônias de imigrantes, uma espontânea, uma imperial e duas privadas. Destas, a última colônia já no Brasil República. Localizadas conforme o mapa, a seguir, na região do então município de Tubarão (Figura 4.10). Para Colônia Espontânea de Braço do Norte, dentre as datas existentes foi utilizada a do ano de 1870, conforme informações do Município de Braço do Norte.

A Colônia Espontânea do Braço do Norte foi implantada no Sul do estado de Santa Catarina, sendo o primeiro núcleo de um povoamento destinado a imigrantes estrangeiros. Esse núcleo de terras está situado nas margens do Rio Braço do Norte, que pertencia ao território do município de Tubarão.

Houve a solicitação ao Imperador para a demarcação das terras, que seriam concedidas às pessoas de descendência germânica. A colônia foi criada de forma espontânea sem a participação do Estado, com o objetivo de receber famílias de origem alemã, que estavam passando por dificuldades em seu primeiro destino, na Colônia de Teresópolis onde estavam instaladas.

Com a chegada das famílias de origem germânica, foram se estabelecendo nas terras consideradas desocupadas no vale do rio Braço do Norte, dando início à colonização espontânea. Quando se menciona o termo ‘Colonização Espontânea no Sul de Santa Catarina’, automaticamente se direciona à Colônia Espontânea de Braço do Norte, conforme escreve Osório (2022).

O termo “espontâneo”, comumente empregado e associado ao núcleo colonial de Braço do Norte, está relacionado ao próprio processo histórico, cujas condições objetivas impeliram os moradores de Teresópolis a migrarem em busca de melhores terras e, conseqüentemente, melhores condições de vida. Nesse caso, o núcleo colonial de Braço do Norte não resultou de um projeto previamente organizado e articulado pelo governo do Império ou mesmo por alguma empresa privada, a fim de arregimentar um determinado grupo de imigrantes europeus em um espaço de terras devolutas para a finalidade de empreender a colonização. Ao contrário, o núcleo nasceu da necessidade imposta aos colonos que tinham recebido terras pouco férteis e, conseqüentemente, de baixa produtividade na ex-colônia Teresópolis (Osório, 2022, p. 224).



Fonte: Santa Catarina (1991)

Figura 4.9 - Atlas Escolar de Santa Catarina

Colônias implantadas no território Sul catarinense



Fonte: Autor (2024)

Figura 4.10 - Localização das colônias implantadas no Sul de Santa Catarina

A Colônia Espontânea de Braço do Norte, por ser constituída de uma migração, não é referenciada como primeira colônia de imigrantes europeus, quando se busca informação da ocupação no Sul catarinense. Referencia-se a imigração da Colônia Imperial de Azambuja, que teve sua implantação no início do ano de 1877. Atualmente, Azambuja é um dos distritos pertencentes ao município de Pedras Grandes.

A colônia espontânea de Braço do Norte estava em atividades no mesmo ano em que já estavam sendo realizadas as aberturas de picadas e as demarcações dos lotes para a criação da Colônia Grão-Pará. Conforme os registros das anotações dos engenheiros agrimensores responsáveis pelo levantamento das terras e suas demarcações.

A colônia espontânea teve seu papel na fixação dos imigrantes, não somente germânicos, mas de outras etnias, entre elas, os italianos, que vinham em busca de terras e vida melhor para si e seus familiares. Conseguiram terra e serviram de apoio para outros colonizadores.



Fonte: CEDOHI (2024)

Figura 4.11 - Caderneta de Campo da demarcação das terras para colonização

Em 1870, com a influência de colonos alemães conduzidos à região pelo Padre Guilherme Roher, conseguiram junto ao Imperador Dom Pedro II, doações de terra no vale, dando início ao desenvolvimento de Braço do Norte. Em 1875 chegaram os italianos. E, no ano seguinte, 1876 os portugueses (Braço do Norte, 2024, n. p.).

A segunda colônia a ser instalada foi a Colônia Azambuja, implantada no início do ano de 1877, por meio de um projeto do império, sendo a primeira e a última colônia imperial no Sul do estado de Santa Catarina, quando, no dia 25 de março de 1877, chegaram os primeiros imigrantes italianos em número de 219 pessoas.

A Colônia Azambuja, no início de sua demarcação, não possui estrutura básica para receber os imigrantes. Com o recebimento de um telegrama anunciando a vinda imediata de imigrantes italianos, e sem ter acomodações para recebê-los, a direção da colônia teve que criar, às pressas, adequação física no espaço e a construção de barracões cobertos de palhas para os imigrantes terem, mesmo que improvisado, um local para descanso e depositarem seus pertences.

Com os acordos já selados, teve início a instalação da Colônia de Azambuja, em 1877. Sob a direção do engenheiro Joaquim Vieira Ferreira, com a chegada dos primeiros imigrantes europeus, intensificaram-se as derrubadas da mata, abrindo clareiras para dar espaço às construções dos primeiros ranchos de moradias, para as plantações e criação de animais domesticados (Ghizzo, 2023, p. 182).

Eram conduzidos por representantes do Governo, que auxiliavam na medição, distribuição das terras e construção dos primeiros ranchos. Os imigrantes que se instalaram nesses lotes, praticavam a agricultura com a mão de obra familiar, produzindo para a subsistência e para a comercialização, suprindo de gêneros para consumo aos centros consumidores.

As demarcações das terras ocorriam conforme o andamento dos trabalhos dos agrimensores e seus ajudantes. Na Colônia Azambuja, não havia quantidade suficiente de lotes demarcados e prontos para os colonos. Estes, ficam alojados em barracões até que estavam prontas as demarcações de seus lotes. Tal situação deixou os imigrantes ainda mais inseguros e apreensivos sobre seus destinos. Mesmo na incerteza e não tendo outra opção, os imigrantes iniciaram sua árdua tarefa de ocupar os espaços, iniciando seu desenvolvimento.

A região Sul do Brasil registrou intensa circulação com chegada e partida de grupos de imigrantes, que vinham fugindo da pobreza e em busca de melhor qualidade de vida para suas famílias. Nesse processo, produziram e deixaram suas marcas que contribuíram para a formação da cultura da região no Sul catarinense (Ghizzo, 2023, p. 183).

Enquanto outras colônias de imigração tiveram vários anos para organização e estabilização, a Colônia Azambuja, com apenas três anos de existência, deixa de receber assistência do Império e passa sua administração para o Estado. Não só a Colônia Azambuja, mas todas as demais existentes sob o comando do Império. A única colônia do Sul que ainda gozava de administração própria era a Colônia de Grão-Pará, de origem privada, pertencente à Princesa Isabel e ao Conde D'Eu.

Todo esse movimento de imigração desencadeado no sul do País, a partir do último quartel do século XIX, contribuiu para tornar a Colônia Azambuja o primeiro núcleo colonial no Sul do estado de Santa Catarina de uma grande área geográfica que se estendia entre os vales dos rios Tubarão e Araranguá até o rio Mampituba, que contornava a divisa entre as províncias de Santa Catarina e do Rio Grande de Sul. A partir de Azambuja, muitos imigrantes partiram para outros lugares, formando outros tantos núcleos coloniais, como Urussanga, Presidente Rocha (Treze de Maio), Acioli e Vasconcelos (Cocal do Sul) e Criciúma. Atualmente, a região Sul, especialmente Pedras Grandes, registra traços da cultura material e imaterial resultante do processo colonizador. O município berço da colônia Azambuja busca preservar elementos significativos de sua história e de sua cultura (Ghizzo, 2023, p. 185).

A Colônia Grão-Pará é uma das poucas colônias que possui vasta documentação sobre sua criação e implantação, com relatórios, cartas dos imigrantes, mapas e plantas realizadas pelo corpo administrativo.

A terceira colônia foi a Grão-Pará, implantada no ano de 1882, no Brasil Império, continuando suas atividades no Brasil República. Localizava-se no vale do Rio Tubarão, fazia extremas com a Colônia Azambuja e a Colônia Espontânea do Braço do Norte, tendo uma administração privada e com as terras oriundas de um dote de casamento da Princesa Isabel com o Conde D'Eu.

Os imigrantes vieram por meio de um contrato assinado entre Suas Altezas Imperiais (SS.AA.II) e o comendador Joaquim Caetano Pinto Junior, responsável por organizar o recrutamento e o transporte dos imigrantes europeus no prazo de dez anos. A empresa colonizadora se utilizou de informações levantadas sobre a tipologia de solo, sua geografia, clima, matéria-prima, relevo, dentre outros. Além de estratégias de marketing e vendas para atrair os imigrantes europeus a virem e adquirirem os lotes de terras que estavam à venda.

Um das estratégias da empresa colonizadora foi a venda dos lotes intervalados. Uma família que adquirisse um lote na Colônia teria os lotes extremantes vagos. Assim, quando precisasse de mais terra, compraria o lote ao lado ou se um familiar, parente ou amigo decidisse vir para a Colônia, poderia ficar próximo de seus conhecidos. Como descreve o relatório dotal.

[...] a notícia correrá e outros virão em busca de terras no mesmo lugar. Então a empresa venderá os lotes intercallados com maior vantagem. Também, no futuro, os próprios estabelecidos que vão desejando estender-se e possuir mais terras, comprarão os lotes junto aos seus, ora, por querer ou precisar mais terras, ou, por empregar algum dinheiro que tenha; ou, porque, casando uma filha, ou filho, queira dotá-los (Relatório [...], 1881, p. 27-28).

A quarta e última colônia também privada do Sul catarinense, instalada no Brasil república foi a de Nova Veneza, implantada no ano de 1891. O território dessa colônia fazia divisa com a Colônia de Azambuja, abrangia a área dos atuais municípios de Nova Veneza, Siderópolis, Treviso e parte de Criciúma e Urussanga.

Essa colônia corresponde à ocupação do território Sul de Santa Catarina, onde foram vendidos aos imigrantes, principalmente da etnia italiana, conforme Osório (2022).

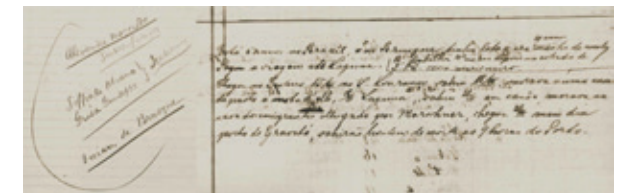
Foi no contexto de ocupação da grande área destinada à expansão da ex-colônia Azambuja que, logo após a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, foi implantada, na região cortada pelo rio Mãe Luzia, a Colônia Nova Veneza, privada e a primeira do período republicano, que contribuiu decisivamente para o processo de ocupação das terras devolutas em direção ao município de Araranguá, embora, nos primeiros tempos, mantivesse contatos mais estreitos com a sede da colônia Azambuja e com a colônia Grão Pará (Osório, 2022, p. 286).

Vale destacar que, durante alguns embates entre os governos brasileiro e italiano sobre o tratamento que os imigrantes recebiam, houve uma pausa na importação de imigrantes. Como as colônias tinham lotes já demarcados, prontos para receber os colonos e ganhar com sua venda, a empresa de colonização iniciou a busca de imigrantes que estavam em outras colônias do norte do Estado e não estavam felizes com suas terras. Com isso, principalmente na colônia Grão-Pará, receberam a migração de imigrantes de Luiz Alves, Brusque, Blumenau, dentre outras regiões.

Pode-se citar a migração da ex-colônia de Brusque para ocuparem as terras das colônias do Sul, como mostra o documento que descreve o roteiro das permanências dos imigrantes no Brasil.

A imigração italiana para as colônias no Sul de Santa Catarina ocasionou, de forma exploratória, primeiramente os interesses dos acionistas em recuperar seus investimentos e, depois, o desenvolvimento para a região. De uma parte, pessoas em busca de seus sonhos. De outra, pessoas oferecendo esperança e prometendo realizarem seus sonhos, em troca de trabalho.

Mesmo com todos os sacrifícios, os imigrantes colonizadores conseguiram estabelecer-se no novo país. Nos dias de hoje, os descendentes de imigrantes estão distribuídos em todas as partes do território brasileiro, conseguindo se manterem unidos pelas suas raízes culturais, preservando sua história, sua cultura e seus costumes.



Fonte: CEDOHI (2024)

Figura 4.12 - Relatório dos colonos recém-chegados n.º 1

Considerações Finais

Com 150 anos da chegada dos imigrantes italianos, ainda se mantém o dialeto vênето local, fazendo parte do dia a dia das pessoas nas colônias. Essa linguagem se mistura com as peculiaridades e diversidade de cada região, oriunda dos imigrantes. A preservação da sua língua, costumes, tradições, com suas rezas, cantos, jogos, culinária e o vinho é cultura de uma imigração que mantém o legado de sua história e de seus costumes.

Muitas memórias estão sendo escritas e outras ainda estão ocultas nos registros documentais sobre a imigração. A sua preservação é importante, pois contribuirá para que outros olhares venham a ampliar os escritos históricos registrados e colaborar de forma significativa para restabelecer melhor entendimento à história local, regional, nacional e internacional sobre a imigração.

Nesse processo de colonização, os imigrantes deixaram registros permanentes de sua cultura que abalizam sua presença, sejam nas memórias ou na história no processo de colonização. Nesse recorte histórico, a memória da imigração deverá ser aceita como herança de um povo, pelo seu valor representativo de uma cultura na comunidade, sua preservação fortalece as relações identitárias.

Têm-se registros de parte da história da Itália, que ela própria não conhece, ou, faz questão de não conhecer. É incontestável o amor que os imigrantes tinham pela terra mãe, a Itália. A vontade de fazer fortuna e voltar para perto de seus familiares, da terra que os vira nascer, mas não conseguiram, não tiveram essa sorte.

Muitos sucumbiram solitários, na amargura, na nostalgia de não poder ver seus sonhos realizados de rever sua terra natal, seus pais, irmãos e familiares, morreram e foram sepultados. O que há nos cemitérios históricos, instalados pelos imigrantes nos núcleos coloniais, são somente os nomes nas lápides e seus restos mortais, porque a alma desses italianos que aqui padeceram, muitos retornaram para onde partiram um dia.

Por isso, é importante preservar sua história, suas produções, respeitar sua cultura, sua forma de comunicar, registrar seus sonhos, rememorar acontecimentos e quem sabe, aproximar-se e contar sua saga para os habitantes atualmente, aqui e no país de onde partiram.

Notas

(1) Doutor em Museologia. Conservador e restaurador de bens culturais. Professor do Centro Universitário Barriga Verde – Unibave. Membro da Associação Catarinense de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais – ACCR. Pesquisador sobre imigração italiana no Sul catarinense. Um dos Autores do Livro “Colônia Azambuja – A imigração italiana no sul de Santa Catarina”. Pesquisador do longa-metragem – Azambuja: A Imigração Italiana no Sul de Santa Catarina”. Organizador e autor da 2.^a edição, em italiano, do livro “Colônia Azambuja: L’immigrazione italiana nel sud di Santa Catarina”. E-mail: idemarg@gmail.com.

(2) Vazio demográfico “espaço vazio improdutivo pronto a ser ocupado por colonos destemidos que iriam fazer o progresso” (MOTA, 1994, p. 9).

(3) Terras devolutas são as que o governo dispõe para vender em lotes aos imigrantes diretamente, a particulares, a companhias colonizadoras, em extensão variada, não excedendo a 30 mil hectares. (Tonetto; Ghizzo; Pirola, 2015, p. 55).

(4) Para PERES (2019), o termo “bugre” é muito utilizado no sul do Brasil para denominar qualquer indígena, independentemente de sua etnia.

(5) Pelagra é uma doença causada pela deficiência de vitamina e minerais (Ghizzo, 2023, p. 251).

Referências

BRAÇO DO NORTE. Informações de Braço do Norte. Disponível em: <https://bracodonorte.sc.gov.br/pagina-8610/#:~:text=Em%201870%2C%20com%20a%20influ%C3%Aancia,ano%20seguinte%2C%201876%20os%20portugueses>. Acesso em: 08 fev. 2024.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA PLÍNIO BENÍCIO – CEDOHI. Censo atual da Colônia Grão-Pará (1900). Orleans: Fundação Educacional Barriga Verde – Febave, 2023.

DALL’ALBA, Joao Leonir. Imigração italiana em Santa Catarina. Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, Florianópolis: Ed. Lunardelli, 1983.

GHIZZO, Idemar. Infografia: Subsídio para Socialização da Informação em Museu. 334 f. Tese (Doutorado) – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa, 2023.

MOTA, Lúcio Tadeu. As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924). Maringá: Eduem, 1994.

OSÓRIO, Paulo Sérgio. Apropriação territorial e o papel das elites locais no processo de modernização na região Sul Catarinense no século XIX. 369 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS. Porto Alegre (RS), 2020.

PEREIRA, José Paulo. Imigração e Colonização. Rio de Janeiro: Typographia Esperança, 1872. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/185620/000119343.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 fev. 2024.

PERES, Jackson Alexsandro. Entre as matas de araucárias: cultura e história Xokleng em Santa Catarina (1850-1914) 85 f. (Dissertação) – Florianópolis, SC, 2009.

RELATÓRIO DOTAL DO PATRIMÔNIO DOTAL DE SS. AA. IL. NO MUNICÍPIO DE TUBARÃO, NA PROVÍNCIA DE SANTA CATARINA, ENVIADO AOS SENHORES LECOCQ, OLIVEIRA E CIA. Rio de Janeiro, 1.^o de agosto de 1881, descritas em 115 páginas, por Charles Mitchell Smith Leslie.

SANTA CATARINA. Fala do presidente da província de Santa Catarina Marechal de campo Antero Jozé Ferreira de Brito na Assembleia Legislativa em 1.^o de março de 1844. Cidade do Desterro: Tipografia Provincial, 1844. Disponível em: http://ddsnxt.crledu/titles/189?fulltext&item_id=5246#?c=4&m=10&s=0&cv=27&r=0&xywh=-1978%2C266%2C5730%2C2237. Acesso em: 23 maio 2024.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado de Coordenação Geral e Planejamento. Subsecretaria de Estudos Geográficos e Estatísticos. Atlas Escolar de Santa Catarina. Secretaria de Estado de Coordenação Geral e Planejamento. Subsecretaria de Estudos Geográficos e Estatísticos. Rio de Janeiro (RJ): Aerofoto Cruzeiro, 1991.

SCHLAPPAL, Carlos Othon. Relatório do engenheiro ao Diretor da Colônia Grão-Pará Carlos Mitchel Smith Leslie. Escritório da Colônia Grão-Pará, no Rio Braço do Norte, em 18 de agosto de 1882. Centro de Documentação Histórica Plínio Benício – Cedohi. Museu ao Ar Livre Princesa Isabel. Orleans (SC).

TONETTO, Eusébio Pasini; GHIZZO, Idemar; PIROLA, Lenir. Colônia Azambuja: a imigração italiana no Sul de Santa Catarina. Florianópolis (SC): Epagri, 2015.

Italianos e seus descendentes no norte e nordeste de Santa Catarina

Silvia Regina Toassi Kita⁽¹⁾

A vinda de imigrantes italianos para o Brasil, mais especificamente, para Santa Catarina, objetivou a colonização de áreas supostamente desabitadas do país e, na visão dos imigrantes, com terras em abundância das quais eles poderiam se tornar proprietários. A formação de pequenas propriedades, diferente das demais áreas do país, possibilitou ao imigrante a aquisição de lotes, a produção de alimentos e criação de animais para sua subsistência e posterior comércio do que era produzido a mais do que o necessário. A produção agrícola dos primeiros núcleos coloniais era dedicada à plantação de milho, cana-de-açúcar, feijão, batata e mandioca, e outras pequenas hortas de subsistência.

A formação de pequenas propriedades, diferente do restante do país onde o latifúndio era predominante, propiciou uma organização territorial e humana diferenciada, com diversas frentes migratórias e diversificando culturas. Segundo Gianpaolo Romanato, da Universidade de Padova (Itália):

A imigração de trabalhadores europeus e italianos não foi, em suma, apenas uma importação de mão de obra para substituir escravos ou para cultivar os imensos territórios do país, abandonados ou incultos (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande [do Sul] têm o dobro da superfície total da Itália). Mas foi o resultado de um projeto que visava repensar a organização social do Brasil a partir de suas fundações, deslocando o eixo para o Sul, criando propriedades de pequeno e médio porte, transformando-o em um país moderno e competitivo (Radin, 2020, p. 12).

A primeira colônia italiana em Santa Catarina, em 1836, após alguns anos levou seus colonizadores e descendentes para outras regiões, como o Vale do Rio Tijucas, Brusque, Blumenau, chegando até Rio do Sul e região no Alto Vale do Itajaí. Em 1875, tem-se a grande leva de imigrantes italianos chegando a Blumenau, Brusque e Nova Trento. Muitas dessas famílias após alguns anos partiram para outras regiões.

1836

1875

encaminharam-se para centros maiores e em funções de magistério, comércio e indústria. Municípios como Rodeio tiveram queda na população devido a muitos desses fatores mencionados até aqui, e somente com o advento de empresas que se instalaram no município é que conseguiram manter a população que hoje ali vive.

Povo de boa índole, visto como muito religioso, deixou sua marca. A devoção católica do imigrante italiano e seus descendentes se manifesta nas inúmeras capelas e igrejas criadas nas colônias e regiões por eles habitadas. Muitas foram “capela-escola”, escola durante a semana e igreja nos finais de semana. Capelão, frei ou padre vinham de tempos em tempos rezar a missa e realizar os sacramentos: batismos e casamentos, principalmente. Na escola, o mais sábio, ou quem sabe com mais tenacidade, ou tempo, dedicava-se ao ensino.

Tão importante quanto ter um lar, a religiosidade era de vital necessidade aos imigrantes. Renzo Grosselli menciona que:

Os camponeses do norte da Itália transportaram para as florestas brasileiras o tipo de sociedade em que tinham vivido na Europa, mesmo que comumente estivessem privados de padres. Já nos primeiríssimos meses de sua permanência em terra brasileira seus esforços foram endereçados não somente e não sobretudo para a criação e espaços físicos de vida, para a dominação da floresta virgem: buscaram de imediato recriar, como lhes era possível, comunidades que tivessem na religião um centro regulador, uma ética, uma moral (Grosselli, 1993, p. 445).

Os padres que vieram posteriormente assistir a essas comunidades encontraram um povo fervoroso em termos de fé e religiosidade.

Poucos são os documentos ou informações que demonstram a colonização italiana no norte do Estado de Santa Catarina. Os pesquisadores, até então, dedicaram-se ao estudo da grande imigração italiana nas primeiras colônias aqui formadas, inexistindo estudos mais aprofundados sobre a colonização tardia dos descendentes desses primeiros imigrantes em muitas localidades e municípios dessa região.

Cultivam as tradições italianas descendentes estabelecidos nas cidades de São Bento do Sul, por exemplo, e outras cidades do norte catarinense. A migração de famílias de Santa Catarina e do Paraná para essas regiões ainda não teve um olhar mais preciso em documentos, imagens ou relatos que pudessem descrever essa colonização.

Luiz Alves

A demarcação dos primeiros lotes dessa colônia se iniciou em dezembro de 1876, quando uma comissão encarregada de demarcar as terras públicas no município de Itajaí rumou para o rio Luiz Alves. Após a demarcação dos lotes foi criada a Colônia Luiz Alves em 1877, pelo engenheiro Júlio Grothe. O povoamento começou em novembro de 1877, com a chegada de italianos, austríacos e alemães, distribuídos às margens dos rios Luís Alves, Braço do Norte e do Ribeirão Máximo. Colonos nacionais complementaram a ocupação da colônia. De acordo com informações no site oficial da Prefeitura de Luiz Alves:

No dia 10/11/1877, desembarcaram, no Porto de Itajaí, 311 imigrantes italianos vindos do Rio de Janeiro, dos quais 79 optaram pela Colônia Luiz Alves. O grupo era composto por bergamascos e mantovanos (ou mantuanos). No barracão dos imigrantes, em Itajaí, através do intérprete, eram negociados os lotes e acertados os acordos com o Inspetor de Terras, representante da Província e o agente colonizador. Em duas embarcações, de propriedade de João Marçal Bastos, os 79 imigrantes italianos, incluindo homens, mulheres e crianças, partiram do Itajaí-Mirim, onde estavam alojados e, naquelas embarcações, empurradas a varejão, subiram o Itajaí-Açu. Nas imediações de Ilhota, entraram na barra do rio Luís Alves. As balsas encaminharam-se para o Rio do Peixe, localidade à foz do mesmo nome, onde, em terras de João Mafra, havia um porto para transporte de madeira. Passando pela foz do Ribeirão das Canoas, as balsas chegaram às proximidades do “Salto Grande”. Neste local a viagem foi interrompida porque o rio era intransitável devido às inúmeras quedas. Iniciaram outra jornada, sempre margeando o rio, pelo picadão da mata, em terras de Antônio Pereira Liberato, que os levaria onde estava construído o galpão para imigrantes. Esse trajeto foi feito a pé...

Os 79 italianos chegaram na sede do núcleo colonial no dia 29/11/1877, no barracão com a capacidade para abrigar até 500 pessoas, que ficava numa clareira aberta na mata virgem, na confluência dos rios Luís Alves e Serafim. Em 05/12/1877 chegaram mais 100 italianos, que se juntaram aos outros 79 e, no dia 10/12/1877 todos foram encaminhados para o Braço Direito e para o Primeiro Braço do Norte, à margem esquerda do rio Luís Alves (Bohn, 2007). No dia 22/12/1877 chegou o terceiro grupo de imigrantes, composto por 49 austríacos e 2 alemães, que foram encaminhados para o Ribeirão Máximo, tomando posse dos terrenos em 30/12/1877. A Colônia era composta de 52 lotes. Em 09 de abril de 1880 a colônia foi extinta. Em 10/10/1902, Luiz Alves passou a ser “Freguesia”. E 13/7/1903, a “Distrito”. Em 31/03/1938, a “Vila”, e passou a ser município através pela Lei nº 348, de 21/6/1958 que o desmembrou do Município de Itajaí. O Município de Luiz Alves foi instalado em 18/7/1958.

Dentre os primeiros imigrantes italianos na localidade de 1.º Braço do Norte constam as famílias Pessoni, Deretti, Volpi, Bettoni, Bersi, Tironi, Finazzi, Santinelli, Morbis, Lazzari, Reguzzi, Ranghetti, Vegini, Aldrovandi, Monici, Spezia, Balsanelli, Nicocelli, Martini, Rodi, Zanotti, Balestieri, Zapellini, Baruffi, Fontanella, Picinini, Bulgarelli, Sordi, Chiodini, Stringari, Parisi, Bertoldi (Deretti, 2008).

A Colônia Luiz Alves em 1880 sofreu muito com enchentes, perdas de vidas, o que levou muitas famílias para outras regiões e, por consequência, a extinção da antiga Colônia. Mas ressurge alguns anos depois. Em 1885, nova leva de imigrantes, agora da região de Belluno, chegam à região e ali constroem sua moradia, vivem da agropecuária. Alguns na década de 1930 vão residir em outras regiões, como Jaraguá do Sul.

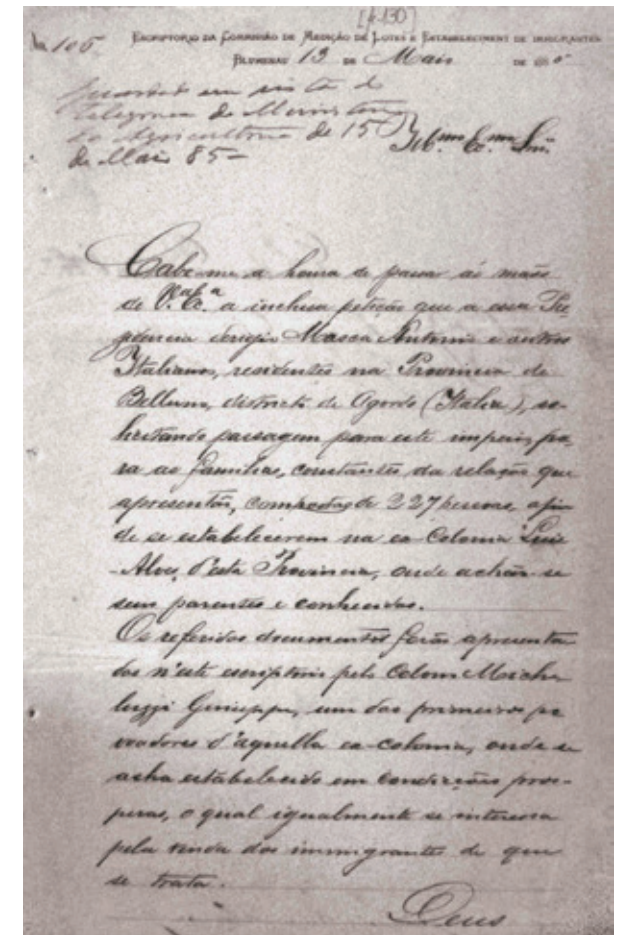
Muitos descendentes de famílias italianas, que se estabeleceram em Luiz Alves, migraram para outras regiões em busca de melhores condições de vida ou em busca de emprego nos municípios mais desenvolvidos. Nas décadas de 1960 e 1970 houve grande êxodo rural, o que foi amenizado nas décadas seguintes com a produção de banana e cana-de-açúcar, evitando redução populacional, pois a grande demanda desses produtos trouxe desenvolvimento e possibilitou o sustento das famílias. Esses são os principais produtos na região, e sua produção é celebrada em forma de festas: Festa Nacional da Cachaça e Festa da Banana.

Colonização italiana em Joinville, Schroeder e Guaramirim

A chegada de descendentes de imigrantes italianos na região de Schroeder primeiramente e depois em Joinville e Guaramirim ocorreu de forma espontânea por meio de pequenos grupos ou famílias que buscavam novas terras, ou devido a serviços realizados em locais pouco desbravados. Falta uma pesquisa mais ampla que busque registros desses movimentos migratórios internos no Estado, visando quantificar e qualificar essas migrações e o resultado delas.

Joinville

A colonização italiana em Joinville, iniciada na década de 1930, trouxe para a região inúmeros descendentes de italianos, bem como para outras localidades próximas. Os fluxos migratórios internos é que levaram famílias italianas para a região, ocupando áreas de terras rurais, isoladamente, na periferia da cidade, ou vieram como trabalhadores urbanos. Segundo Apolinário Ternes:



Fonte: Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC)

Figura 5.2 - Correspondência ao governo do Estado sobre a chegada de imigrantes italianos para a região da Colônia Luiz Alves

1880

1885

1930

1960

1970

Elenco
delle famiglie e persone della Provincia di Belluno, distretto di
Auronzo, che avendo chiesto di emigrare nel Brasile,
Provincia di S. Caterina, e limitrofe, hanno ottenuto a quello
S. Rappresentante per ottenere richiesta di trasporto per
navigli.

Casale e Nome		Religione ed capofamiglia	Idade anos	Companha e dependentes
1 1	Menchi Giuseppe	Capo	42	Valeria
2 2	Scota Oreste	marido	25	2
3 3	Donchi Otilia	filha	2	1
4 4	Donchi Graziano	filho	1	1
5 1	Luchetta Gio. Battista	Capo	50	2
6 3	Soch Maria	marido	44	4
7 3	Luchetta Maria	filha	22	1
8 4	Luchetta Giovanni	filho	21	4
9 5	Luchetta Giuseppe	filho	16	4
10 6	Luchetta Antonio	filho	16	4
11 7	Luchetta Angelica	filha	13	4
12 8	Luchetta Rosa	filha	9	4
13 9	Luchetta Giovanni	filho	7	4

Fonte: Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC)

Figura 5.3 - Lista de imigrantes italianos que chegaram em 1885, na região da ex-Colônia Luiz Alves, anexa ao ofício encaminhado ao governo do Estado

O primeiro ciclo de migração italiana intensificou-se a partir de 1940, quando agricultores especializados no cultivo do arroz irrigado das cidades de Rodeio, Ascurra e Rio dos Cedros, todas de colonização eminentemente italiana, se transferiram para Joinville, instalando-se sobretudo na região de Vila Nova, ao longo da antiga Estrada Blumenau. Todos vieram em busca de terras para o cultivo do arroz, que encontravam disponíveis nos alagados do pé da serra geral, ainda a preços módicos. Desse ciclo, entre outros, merecem registro as famílias Dalfovo, Beninca e Moser, que vieram de Rodeio; Poffo, Macoppi, Bertelli, Catafesta, que se transferiram de Ascurra; e família Menestrina, de Rio dos Cedros (Ternes, 2010, p. 67).

Segundo o historiador Apolinário Ternes (2010), a partir de 1950, na localidade de Itinga, periferia de Joinville, outras famílias se estabeleceram como Eccel, Tomelin, Busarello, Vinotti, Corrente, Cristofolini, Gretter, Devegilli. Cultivavam o arroz, inicialmente com tração animal no preparo da terra, e na década seguinte adquirem os primeiros tratores. Embora a região de Joinville não tenha sido inicialmente o local dos imigrantes italianos, o cultivo do arroz impulsionou esse fluxo migratório interno para essa região:

É preciso ressaltar que Joinville não foi o destino para emigrantes italianos em nenhum período histórico. A ocupação do bairro Vila Nova por famílias descendentes de italianos, de acordo com Coelho (2010), insere-se nos fluxos migratórios internos, especialmente os fluxos que remontam à década de 1950. A maior parte das famílias procedia de Ascurra, Rodeio e Rio dos Cedros e inicialmente dirigia-se à antiga Estrada do Sul (atual Rodovia do Arroz). Segundo o jornalista Zimmermann (1997), foram esses migrantes os responsáveis por introduzirem o cultivo de arroz em várzeas (Vicenzi, 2012, p. 55).

Outros ciclos migratórios de descendentes de imigrantes italianos ocorreram em Joinville: na década de 1960, famílias da região de Taió, no Alto Vale do Itajaí, passam a residir na cidade e a trabalhar na indústria e no comércio; a partir da década de 1970, têm-se os migrantes vindos do sul do Estado de Santa Catarina, principalmente da região de Tubarão. Muitas famílias buscam centros maiores com a perspectiva de melhores empregos e estudos para os filhos, gerando migrações internas no Estado, e o desenvolvimento econômico de Joinville foi fator preponderante para a chegada de novos descendentes de italianos, vindos em busca de melhores oportunidades. Muitos se destacaram na vida econômica, social, cultural e política de Joinville, deixando um legado de empreendedorismo, transformação e muito trabalho como o ex-prefeito Aristides Largura, os empresários Moacir Luiz Bogo, Odorico Fortunato e Jaime Grasso, Moacir Thomazi, Marileia Gastaldi Machado Lopes, entre outros.

A migração italiana em Joinville propiciou a colonização das regiões oeste, sul e norte de Joinville, ampliando o agronegócio, expandindo o comércio e a indústria, permitindo um crescimento ainda maior de Joinville e região. Outro legado é na área cultural, entre outros, temos Albertina Ferraz Tuma, artista plástica que, quando Diretora de Cultura, instituiu o primeiro Festival de Dança de Joinville em 1983. Outros setores da sociedade tiveram grandes contribuições como na saúde, social e no lazer.

A partir de 1987, as tradições italianas, adormecidas entre os seus descendentes em Joinville, se afloram e após encontros informais, jantares, criam a “Associazione Veneta”, em dezembro de 1990, conforme relata Moacir Luiz Bogo em seu livro “Italianidade em Joinville (Bogo, 2016). E desses abnegados descendentes de italianos novos projetos foram surgindo: a festa Vin Veneto, o coral, o curso de idioma italiano, o teatro, os jantares típicos, festas de etnias. Em 1995, criam o Circolo Italiano de Joinville, congregando todos os descendentes de italianos. Dele participam ativamente nove comunidades de italianos do município.

A presença de italianos em Joinville fica também evidenciada pela realização de festas típicas, por exemplo, a Festa da Polenta ou a Festa do Arroz no Bairro Vila Nova em Joinville, e outros aspectos culturais como a música, o coral, as entidades que congregam descendentes.

Schroeder

Colônia primeiramente vinculada a Joinville e depois a Guaramirim, da qual se emancipou em 1964. A colonização alemã em Schroeder foi numerosa, porém em 1919 vieram os colonizadores italianos, sendo ainda alguns nascidos na Itália, que residiam no município de Luiz Alves, tal como a família de João Maria e Jerônimo Tomaselli. Conforme tese de Clóvis Demarchi, na realidade os Tomaselli vieram realizar um trabalho na região e foram depois contratados para abrir a estrada na localidade de Duas Mamas. Identificando as terras férteis, resolveram adquirir terras e trazer a família para ali residir (Demarchi, 1989). Seus descendentes nascidos no Brasil abriram caminho para ser possível o cultivo dessas terras, bem como puseram em funcionamento uma serraria na nova povoação, movida a força d’água. Com eles vieram os Pretti, Bonomini, Buzzzi, Delcaste, Sevegnani, Gandolfi, Coradini, Buccio. Mais tarde os Tepasse, Zerbin, Tiz, Zoz. Se estabeleceram nas localidades de Rancho Bom e Duas Mamas (Rosá, 2021, p. 438), dedicando-se principalmente à agricultura.

1919

1983

1987

1990

1995



Fonte: Acervo do Circolo Italiano di Joinville

Figura 5.4 - Comemoração do Dia Nacional da Imigração Italiana em Joinville, 2016



Fonte: Acervo da EMEF Prof. Santos Tomaselli e coleção digital do historiador Ademir Pfiffer

Figura 5.5 - Escola Mista Estadual Duas Mamas, posteriormente denominada “Professor Santos Tomaselli”, e este lecionou na escola por mais de trinta anos

A colonização se diversificou, mas a tradição e os costumes da pátria não foram esquecidos e são transmitidos entre os descendentes italianos: a polenta, o jogo de bocha. Marcantes são as festividades e jantares do Círculo Italiano de Schroeder, com muita música e gastronomia típica.

Guaramirim

O Distrito de Bananal, atual Guaramirim, teve sua povoação mais expressiva a partir dos anos 1910, quando, segundo Barbosa (1984), da expansão da estrada entre Joinville e Jaraguá, seguindo primeiramente o curso do rio Itapocu e depois com a ocupação por famílias italianas vindas da região de Blumenau, Massaranduba, Rio dos Cedros e até de São Bento do Sul. Em 1913, o Núcleo Colonial Barão do Rio Branco, criado pelo governo federal, recebe colonizadores brasileiros e europeus, sendo uma minoria de italianos. A partir da década de 1930, as famílias italianas buscam essa região para o cultivo do arroz irrigado devido às grandes áreas existentes. O manejo adequado das águas, executado pelas famílias, fez a região se sobressair nessa produção, pois eram locais sempre vistos como grandes banhados. Mas outros produtos são cultivados na região, como a mandioca e a banana, e outras atividades são exercidas, não se limitando à produção agrícola. Fixaram-se nas localidades de Rio Branco, Jacu-Açu, Figueira e Ponta Comprida: Marangoni, Moretti, Geraldi, Piaç, Gasda, Sanson, Barbi, Postai, Safanelli, entre outros.

Embora não tenha uma colonização italiana expressiva, o município contempla entidades e curso de italiano, bem como mantém tradições típicas desses colonizadores, como a Noite della Porchetta.



Fonte: Acervo Arquivo Histórico de Jaraguá do Sul Fundo Família Piaçera

Figura 5.6 - Família de Ângelo Piaçera

Colonização italiana em Jaraguá do Sul

Uma grande leva de imigrantes italianos veio para as regiões de Rodeio, Rio dos Cedros e Estrada Pomeranos nos anos de 1876 a 1879. Seus descendentes, e em algumas vezes os próprios imigrantes, passaram a colonizar as regiões vizinhas, chegando à região de Jaraguá do Sul a partir da década de 1890, pelo caminho aberto de Rio dos Cedros, via Rio Ada, até a serra do Jaraguá. Primeiramente se fixaram na Barra do Rio Cerro, depois de 1910 na localidade de “Retorcida” (atual bairro Nereu Ramos), Ribeirão Cavalo e adjacências e a partir de 1918 na região de Santa Luzia e Itapocuzinho. O maior contingente de descendentes de italianos da região norte e nordeste catarinense se encontra nesse município.

1876

1879

1890

1910

1913

1918

1930

As primeiras famílias italianas que chegaram ao Distrito foram: Piazero, Rubini, Demarchi, Pradi, Pedri, Bortolini, Satler, Ropelatto, Mengarda, Picoli, Murara, Giuseppe Murara, Valentini, Pauli, Minatti, Negherbon, Bassani, Stulzer, Piseta, Lenzi, Campreggher, Stinghen, Pauli, Bresan. Temos no exemplo da família Piazero que decidiu vender suas terras na região de Rio dos Cedros. E, no final da década de 1890, parte para o Distrito de Jaraguá, onde em 1907 Ângelo Piazero adquiriu as propriedades da Colônia Jaraguá, advinda da concessão a Emílio Carlos Jourdan de 1895, em sociedade com César Pereira de Souza e Francisco Tavares da Cunha Mello. A partir de 1917 era o único proprietário da Colônia.

Muitas foram as dificuldades iniciais na abertura dos caminhos para chegar aos lotes demarcados, e ainda mais o esforço na construção de residências, ranchos e na manutenção da família.

Os imigrantes italianos e seus descendentes traziam consigo a grande religiosidade, a organização no trabalho, o espírito de família e a educação. Após se estabelecerem com suas casas e seu trabalho, buscaram recursos e formas de edificar sua Igreja e a escola para seus filhos.

No relato de Frei Aurélio Stulzer (Stulzer, 1973, p. 188), referente à fundação da Sociedade Escolar Católica “Barra do Rio Serro” em 1899, consta que a entidade iniciou quase que exclusivamente por membros italianos com os seguintes nomes dos associados e pais das crianças que ali estudavam: Domenico Demarchi, Henrique Piazero, Angelo Menegazi, Giovani Zapela, Fiorenzo Satler, Isidoro Bassani, Feliciano Bortolini, Augusto Stinghen, Domenico Krestani, Pietro Picoli, Giuseppe Demarchi, Giuseppe Piseta, Narciso Satler, Beniamino Stulzer, Giuseppe Satler, Giorgio Satler, Giacomo Demarchi, Eugenio Pradi, Isidoro Pedri, Giovani Satler, Basilio Pacher, Abramo Pradi (foi o primeiro professor da escola com um salário na época de 35\$000 mensais), Salamone Mengarda, Vittorio Piazero, Ângelo Piazero, Bernardo Bressan, Sebastiano Demarchi, Pacifico Ferrazza, Sebastiano Demarchi Junior, Girolano Demarchi. Todos esses nomes endossam a marcante presença dos italianos na colonização e no desenvolvimento de Jaraguá do Sul.

Dessa escola existe no acervo do Arquivo Histórico de Jaraguá do Sul uma cópia da ata de criação, datada de 6 de setembro de 1899, com assinatura de todos os presentes. Junto a este temos uma breve história da formação da comunidade e da escola, em idioma italiano. O texto diz que no final de 1891, esse lugar era desabitado e que muitos tirolezes, que moravam na Linha Pomeranos, Blumenau, abandonaram aquele lugar e mesmo com dificuldades e perigos resolveram aqui residir. A ata cita Ângelo Piazero, Vitorio Piazero, Eugênio Pradi, Giovanni Satler, Narciso Satler, Feliciano Bortolini, Salomone Mengarda e Giuseppe Campreggher. Muitos outros vieram logo em seguida. Mesmo sendo uma comunidade pequena, se propuseram a construir



Fonte: Acervo Arquivo Histórico de Jaraguá do Sul/Fundo Família Pradi

Figura 5.7 - Imigrantes italianos pioneiros: da esq. p/ dir. – sentados: Antônio Bortolini e Antônio Pradi; de pé: Fiorenzo Satler, Andrea Campreggher, Nicolo Tecilla, Giorgio Satler e Giovanni Batista Bortolini



Fonte: Acervo Arquivo Histórico de Jaraguá do Sul

Figura 5.8 - Capela e escola da Comunidade Escolástica da Barra do Rio Serro (atualmente, Rio Cerro)

uma capela e necessitando também de uma escola, erguem-na em terras concedidas pelo Estado, fundando a Comunidade Escolástica Católica Barra do Rio Serro (atualmente denominado Barra do Rio Cerro). Contrataram o senhor Abramo Pradi como professor e este deveria ensinar: português, catecismo, aritmética, geografia, história do Brasil e natural. Havia cinquenta alunos inicialmente. A Capela foi dedicada a N. S. Nativité. Esse documento foi redigido em 1908, quando da construção da atual Igreja Nossa Senhora das Graças, atual Paróquia. A escola, por sua vez, teve seu primeiro estatuto registrado em 1919 e em 1955 a sociedade fez a doação ao Estado de Santa Catarina, surgindo a Escola Estadual José Duarte Magalhães.

Logo após esse período, as famílias italianas que chegavam se dirigiam à região do atual Bairro Nereu Ramos, fixando-se às margens do rio Itapocu, entre elas as famílias Bertoli, Nicolluzzi, Ropelatto, Girardi, Ferrazza, Zapella, Murara, Voltolini, Sarti. A partir de 1910, passam também a ocupar locais próximos e com acesso ao rio, meio comum de transporte à época: Ribeirão Cavalo, Poço d'Anta e Hansa Humboldt, sendo estes dois últimos depois desmembrados de Jaraguá em 1958 e passando a ser o município de Corupá. No Ribeirão Cavalo e no Braço desse ribeirão, indo até a localidade de Santo Antônio, diversas famílias italianas passaram a residir, entre elas os Floriani, Berti, Bertoldi, Lenzi, Menel, Moretti, Minelli, Moser, Nicolini, Piccoli, Prestini, Schiochet, Uber. Dedicaram-se primeiramente ao cultivo de diversos produtos e criação de gado. Alguns se sobressaíram com comércios, engenhos de beneficiamento de cereais e profissionais liberais.

Muitas dessas famílias a partir de 1918 buscaram novas terras e adquiriram lotes da Duquesa de Chartres, hoje região de São João e Santa Luzia. Além de locais próximos como Itapocuzinho, chegando até Schroeder, temos entre eles os Rosá, Ropelatto, Pedri, Buccio, Campreggher, Sevegnani, Bagatolli, Piccoli, Lorenzetti, Maba, Bisoni, Ceccato, Vicenzi. Eles se dedicaram especialmente ao cultivo do arroz. Para melhor manejo das águas e com objetivo de evitar os pântanos e melhorar a produção, criaram em 1934, a Associação do Valo Agrícola. A entidade ainda está em atividade com estatutos aprovados em 1953, canalizando o rio Itapocuzinho, usando o sistema de eclusas e comportas, abastecendo todos os moradores da região. Demonstração de técnica, economia, integração e trabalho associativo na comunidade italiana da região (Rosá, 2021, p. 145-175).

Jaraguá era Distrito de Joinville, do qual se emancipou por meio do Decreto Estadual n.º 565, de 26 de março de 1934, e a instalação do município ocorreu em 8 de abril do mesmo ano. Em 1912, o Distrito de Jaraguá contava com uma população estimada em 8.000 (oito mil) habitantes, e destes 2.000 (dois mil) falavam a língua portuguesa, 1.000 (mil) a língua italiana, 4.500 (quatro mil e quinhentos) a língua alemã e 500 (quinhentos) o polaco.

1908

1910

1919

1955

A partir de 1934, chegam também descendentes de imigrantes italianos que haviam se fixado na região de Luiz Alves, tais como: Chiodini, Spezia, Ronchi, Tofol, Aldrovandi, Marangoni, Alehini, Zapellini, Araldi, Baruffi, Scaburi, Balsanelli, Campigotto, Ranghetti, Stringari, Vavassori, entre outros. Conhecidos como os “benesses”, constituíram associação e mantêm viva a tradição italiana. Estão entre os mantenedores da Chiesetta Alpina, pequena capela construída no Morro Boa Vista em memória dos imigrantes europeus.

A cultura italiana está muito presente no município, tanto que em pesquisa realizada em novembro de 2001 constatou-se que 23,9% são descendentes de italianos que mantêm vivos muitos traços étnicos. Entidades e Associações de Jaraguá do Sul têm grande responsabilidade na preservação de muitas tradições italianas como: cantos, culinária, trajes típicos, religiosidade e a própria língua italiana como fator básico na manutenção de uma cultura típica.

Legados da colonização italiana

A família sempre foi e é o centro de atenção dos imigrantes e descendentes de italianos. A família está unida na religiosidade, no espírito comunitário e no trabalho. As famílias eram grandes e sempre que possível, um dos filhos se dedicava ao sacerdócio. Na família a educação era rígida, bem como a obediência, os costumes, a palavra dada. O cultivo da religiosidade sempre foi importante para seus descendentes e estar à frente de comunidades religiosas, auxiliando em festas ou outras atividades, ainda faz parte dessa tradição. O mesmo ocorre com a educação, esforço sempre presente nas famílias de colonizadores europeus, a escola era e é importante para o conhecimento, desenvolvimento e futuro dos filhos. E o resultado desse esforço em propiciar bons estudos está na formação de diversos profissionais e empreendedores que auxiliam no desenvolvimento regional. Alguns permaneceram na atividade agrícola, outros se dedicaram a profissões como ferreiro, carpinteiro, ou possuíam serralha, atafona ou casa comercial. Mais tarde, temos as atividades industriais que impulsionaram ainda mais o desenvolvimento local e regional.

Da cultura italiana, provavelmente a culinária é a que se faz mais presente na realidade brasileira, pois se adaptou muito bem ao clima. A polenta, bolos e pães de fubá têm na farinha do milho seu ingrediente principal. O macarrão, nhoque, lasanha, pizza, entre outras massas, são consumidas diariamente e não somente por descendentes de italianos, mas por todos que apreciam essas iguarias. E não podemos esquecer os queijos, vinhos e salames que não podem faltar



Fonte: Acervo Arquivo Histórico de Jaraguá do Sul/Fundo PMJS

Figura 5.9 - Chiesetta Alpina, edificada em 2014 como Monumento ao Imigrante



Fonte: Acervo da entidade

Figura 5.10 - Coral do Círculo Italiano de Jaraguá do Sul, criado em 1991



Fonte: Acervo Arquivo Histórico de Jaraguá do Sul

Figura 5.11 - Localizada no bairro Nereu Ramos, em Jaraguá do Sul, a casa de Vittorio Schiochet, construída entre os anos de 1914 e 1922, idealizada por seu proprietário que ali aplicou os conhecimentos trazidos da terra natal, confeccionou os tijolos, o adorno em cimento e realizou a pintura

em coquetéis ou breves refeições. Esses ingredientes, por muitas vezes, são a principal atração das festas italianas na região. Festa da Polenta, da Fortaia, jantares típicos, noites Italianas etc.

Tão importante quanto a culinária, está o idioma, o vestuário, a religiosidade e os jogos. Em regiões onde a etnia italiana se sobressai destaca-se a conversa em bom-tom, alta, em dialeto muitas vezes ouvido ainda em muitas localidades e a alegria em festejar com os amigos e familiares. As festas na Igreja são espaços de constante contato entre os descendentes e familiares, e ainda há tempo para um bom jogo de mora.

O espírito comunitário é outro elemento presente no cotidiano dessa etnia e propiciou a criação de associações escolares, agrícolas, religiosas, além do auxílio aos mais necessitados.

Além dessas características marcantes da cultura italiana, presente no dia a dia, existem ainda as edificações que demonstram o trabalho incansável desse povo alegre e festivo, destacando-se as moradias, os espaços de convivência ou de trabalho com características próprias e em muitos municípios têm-se os colégios filiados a entidades religiosas, os seminários e as igrejas, sempre em local central da comunidade. Quanto às moradias, trata-se de construções onde a varanda se destaca, por ser o local das longas conversas, das risadas, do trabalho manual, de ficar observando as crianças brincarem. Muitos construíram suas próprias casas, conhecimento este trazido da terra natal, como a Casa de Vittorio Schiochet em Jaraguá do Sul.

Considerações Finais

Grupos de descendentes se reuniam e propuseram a criação de entidades com o intuito de preservar a cultura e memória dos imigrantes italianos, surgindo os Círculos Italianos, os Círculos trentinos, vênnetos, lombardos, belluneses, dentre outros, que preservam a cultura italiana por meio dessas entidades, sendo a maioria delas criadas nas décadas de 1980 e 1990. No Estado de Santa Catarina são mais de cem entidades com essa finalidade, que organizam eventos, mantêm escolas de idioma, auxiliam na busca de informações genealógicas e propiciam o cultivo das tradições italianas em solo catarinense. São esses fervorosos descendentes que mantêm viva a chama do imigrante, a memória dos saberes e fazeres desse povo.

É preciso congrega esforços, públicos e privados, na preservação da memória e da tradição dos imigrantes italianos que muito auxiliaram no desenvolvimento do Estado, contribuindo na economia, na educação, na religiosidade e na cultura.

Notas

(1) Pedagoga e Historiadora, atua no Arquivo Histórico de Jaraguá do Sul desde 1994. Autora de livros: *Festas de Rei*, 2000; *Baependi: 100 anos de muitas histórias*, 2008; *Páginas de Jaraguá: 120 anos da imigração húngara em Jaraguá do Sul*, 2012; *Saúde em Jaraguá do Sul – Memória e História – 80 anos do Hospital São José*, 2016. Contato: silviartkita@gmail.com

Referências

Arquivo Histórico de Jaraguá do Sul “Eugênio Victor Schmöckel”.

Arquivo particular de Ademir Pfiffer.

BARBOSA, José Alberto. Considerações a respeito de Guaramirim. Apostila datilografada. Publicada no *Jornal Correio do Povo*, de 25/08/1984, edição 3302, p. 7-18.

BERRI, Aléssio. *Imigrantes Italianos, criadores de riquezas*. Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1993.

BOGO, Moacir Luiz. *Italianidade em Joinville*. Joinville: Edição do Autor, 2016.

CIRCOLO ITALIANO DE JOINVILLE. Acervo fotográfico. Disponível em: <https://www.circolo.com.br/>. Acesso em: 17 abr. 2024.

COELHO, Ilanil. *Pelas tramas de uma cidade migrante (Joinville, 1980-2010)*. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2010.

DEMARCHI, Clóvis. *Schroeder: dos primeiros colonizadores à emancipação distrital (1898 – 1959)*, Joinville: UFPR, 1989.

DERETTI, Miguel. *Luís Alves (SC) nos apontamentos de Miguel Deretti*. David T.B. Vegini (prefácio e notas). Organização Pe. Antônio Francisco Bohn. Blumenau: Gráfica e Ed. 3 de maio, 2008.

GROSSELLI, Renzo. *Vencer ou morrer: camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras*. Santa Catarina. 1875-1900. Tradução de Solange Ugo Luques e Ciro Mioranza. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1987.

LUIZ ALVES. História do município. Disponível em: <https://luizalves.sc.gov.br/galeria/pagina-6300/>. Acesso em: 17 abr. 2024.

PIAZZA, Walter Fernando. *A colonização de Santa Catarina*. 2 ed. Florianópolis: Lunardelli, 1988.

PIAZZA, Walter Fernando. *A colonização italiana em Santa Catarina*. 2 ed. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado Santa Catarina, 1988.

PIAZZA, Walter Fernando (org.). *Italianos em Santa Catarina*. Vols. 1 e 2. Florianópolis: Editora Lunardelli, 2001.

RADIN, José Carlos. *Imigração italiana em Santa Catarina e no Paraná: fontes diplomáticas italianas 1875-1927*. Chapecó: Ed. UFFS, 2020.

ROSÁ, Áldo. *Memorial do Bairro Santa Luzia: os herdeiros da Duquesa*. Áldo e Lauro Rosá. Jaraguá do Sul: Ed. dos Autores, 2021.

SCHROEDER. História do Município. Disponível em: <https://schroeder.sc.gov.br/pagina-4963/>. Acesso em: 17 abr. 2024.

TERNES, Apolinário. *Tempos modernos: a presença dos italianos em Joinville: 1973-2008*. Joinville: Editora da Univille, 2010.

VICENZI, Tales. *Festas rurais do bairro Vila Nova e seus processos de identificação*. Dissertação (mestrado) – Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2012.

VIEIRA FILHO, Dalmo; WEISSHEIMER, Maria Regina (org.). *O patrimônio cultural da imigração em Santa Catarina*. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília: Iphan, 2011.

*As migrações para o
Alto Vale do Itajaí e a
expansão dos italianos para
o Planalto Serrano*

Fiorelo Zanella⁽¹⁾

A princípio o Alto Vale do Itajaí não está incluído como sede da imigração italiana. Na verdade, poderia estar. Primeiro porque a Colônia de Lontras, em 1878, foi um polo da imigração de 58 famílias lombardas. Segundo porque a migração italiana para o Alto Vale foi muito forte, a ponto de serem criados fortes ambientes de cultura, expressada no campo da música, do canto, da gastronomia, da vestimenta, dos costumes e do uso dos seus dialetos.

Um dos fatores que mais chamam a atenção tanto no Alto Vale quanto no Planalto Serrano é a grande presença de famílias italianas, seja de imigrantes, seja principalmente de membros da primeira e da segunda gerações.

A história da colonização italiana no Alto Vale do Itajaí, bem como sua extensão para o Planalto Serrano ajuda a enriquecer a malha linguística e cultural criada no Estado de Santa Catarina a partir da Grande Imigração e, consequentemente, fomentar o crescimento socioeconômico, muito expressivo nas duas regiões, especialmente com a implantação de serrarias.

As migrações para o Alto Vale do Itajaí

O Alto Vale do Itajaí

O Alto Vale do Itajaí fez parte da Colônia Blumenau desde 2/9/1850, quando da chegada dos primeiros 17 imigrantes alemães. Por isso, o Dr. Hermann Blumenau, administrador da Colônia, esteve sempre atento a essas terras.

No entanto, é certo que antes da fundação de Blumenau, o vale do rio Itajaí já passou pelos primeiros reconhecimentos:

O primeiro contato com a região do Alto Vale do Itajaí, parece ter sido feito pelos portugueses, ainda no século XVI. No entanto, não há muita certeza sobre a época em que o Rio Itajaí foi explorado pelo homem branco. Sabe-se que, por volta de 1820, foi feito um novo contato para reconhecer o traçado do rio Itajaí: “Os mais práticos do rio Itajaí foram por ele acima três dias de viagem, que reputam três léguas; e nada sabem dizer de interessante: eles julgam que vai ter à altura de Lages” (Zanella, 2007, p. 45 e Bethlem, 1939).

As Terras Devolutas

Toda a área de terra que fazia parte do Alto Vale do Itajaí pertencia ao Governo e eram terras devolutas. A demora em regularizar a concessão dessas terras aos colonos fez com que muitos posseiros se apoderassem de áreas de terras sem terem qualquer legitimação sobre elas. Por isso, o governo buscou alternativas de ocupação, por meio de leis que estabeleceram formas de distribuição legal das terras do Alto Vale do Itajaí.

A partir daí, o processo colonizador do Alto Vale foi sendo motivado por diversas iniciativas:

a) As Expedições de Emil Odebrecht – Foram realizadas três expedições de reconhecimento do rio Itajaí e do território do Alto Vale do Itajaí: A primeira expedição aconteceu de 14/1 a 21/2/1863 e alcançou o Salto Pilão; a segunda,

1850

1863

em maio de 1864, chegou até o encontro dos rios Itajaí do Oeste com o rio Itajaí do Sul, em Rio do Sul; a terceira aconteceu de maio a agosto de 1867, com saída de Florianópolis a Lages e no retorno o grupo margeou os rios Taió, Itajaí do Oeste e Itajaí-Açu, até seu retorno a Blumenau.

b) A Colônia Italiana em Lontras – A instalação de uma colônia italiana em Lontras, em 1878, levou para o Alto Vale um grupo de 58 imigrantes vindos da Lombardia, Itália. A Colônia acabou se dissolvendo por falta de apoio da administração da Colônia Blumenau, pela falta de remédios e também pelos ataques constantes que eram feitos pelos indígenas.

c) A Estrada Blumenau a Curitibanos – Em 1874, foi aberta a primeira picada ligando Blumenau a Curitibanos. A obra demorou para ser concluída. Com a reconstrução parcial da estrada a partir de 1883, houve um aumento de tropas que desciam o planalto serrano e permitiu a ida dos primeiros migrantes do Vale do Itajaí para Lages.

d) A ação das Companhias Colonizadoras – O assentamento dos moradores no Alto Vale do Itajaí foi organizado pelas Companhias Colonizadoras, sendo a principal a Companhia Brasileira Torrens. Outras empresas de colonização demonstraram interesse nesse processo de colonização, como: a Sociedade Colonizadora Hanseática, em Ibirama e em todo o Vale Norte; Sociedade Colonizadora Feddersen, Reif, Jensen, na Bela Aliança; a Companhia de Colonização e Indústria de Santa Catarina, com atuação na região de Ituporanga; Victor Gaertner e Companhia Salinger, com terras no Vale Oeste e na região de Taió; e outras companhias.

A Colonização do Alto Vale

As terras devolutas do Alto Vale do Itajaí foram transferidas para as Companhias Colonizadoras, em troca das medições, abertura de estradas e vendas dos lotes para os colonos. Essas terras foram adquiridas por imigrantes ou descendentes das etnias alemãs, brasileiras, italianas e, em menor quantidade, por descendentes de outras etnias. Francisco Frankenberger foi considerado o primeiro morador a se fixar, em 1892, no Alto Vale.

A economia rural se desenvolveu nos primórdios da colonização com a exploração da fertilidade do seu solo. Na área industrial, tanto no Alto Vale quanto no Planalto Serrano, houve o fomento de serrarias, aproveitando o grande manancial de madeira existente nas duas regiões. O Alto Vale do Itajaí usufruiu a grande quantidade de canela, peroba, cedro, sassafrás e outras madeiras de lei, enquanto o Planalto Serrano aproveitou o pinheiro que era abundante na região.

1864

1867

1874

1878

1883

1892

A Igreja

Os padres franciscanos de Blumenau e de Rodeio, os padres salesianos de Ascurra e até mesmo os padres jesuítas de Nova Trento tiveram papel preponderante durante o processo de colonização em todas as comunas que se formaram no Alto Vale do Itajaí. Os italianos, sobretudo, ao tomarem posse de suas terras, entre as primeiras iniciativas, a principal foi a construção de uma igreja, para as atividades religiosas, e de uma escola, para a alfabetização das crianças. Com isso, a presença dos sacerdotes foi fundamental para garantir aos colonos não só a formação religiosa, mas até mesmo para servir de impulso para a formação de novas comunidades na extensa área territorial do Alto Vale do Itajaí. Esse mesmo voluntariado foi também exercido pelos alemães, nas colônias que eles organizaram na mesma região.

As Famílias Italianas do Alto Vale

A entrada de famílias italianas em todos os 28 municípios do Alto Vale do Itajaí foi muito grande, como se pode ver na pesquisa organizada para este livro. Estão sendo relacionados os nomes e sobrenomes de imigrantes italianos e de descendentes nascidos antes de 1900, que se fixaram no Alto Vale nos primeiros anos do século XX.

Imigrantes Italianos

Relação em ordem alfabética de pessoas que foram imigrantes italianos e migraram para o Alto Vale: 1) ADAMI – Irmãos Benjamim e Emilio, nascidos em Besenello. 2) AGOSTINI – Irmãos: Antonio Agostini, de Fornace, e Rosa Antonia Franzoi, de Vigolo Vattaro; e Paolo Ambrogio Agostini, de Fornace. 3) ALVISI – Giovanni Alvisi e Domenica Sassella, de Grigno. 4) ANDERLE – Achille Celeste, nascido em Pergine. 5) ANDREATTA – Giuseppe Emilio Andreatta e Erminia Teresa Uber, ambos de Mattarello. 6) ANDREANI – Giovanni Andreani e Angela Prada, ambos de Limana. 7) ANDREON – Pedro, nascido na Itália.⁽²⁾ 8) ARMANI

– Emanuelle Carlo, nascido em Rovereto. 9) AVANZINI – Carlo Pietro Avanzini e Rosa Cimardi, ambos de Mantova. 10) AVI – Sisto Celeste Avi, de Lases, e Palma Baldo, de Sacco, Rovereto. 11) BALDO – Irmãos Fortunato e Giuseppe Angelo, nascidos em Mori. 12) BARBETTA – Virginia Maddalena nascida em Cremona. 13) BASSANI – Irmãos Erometra e Arturo, nascidos em Vilimpenta, Mantova. 14) BATTISTI – Luigi Giovanni Stefano Battisti, de Borgo Valsugana, e Olivia Franzoi, de Telve. 15) BAZZANELLA – Giuseppe Bazzanella, de Cembra, e Amabile Irene Scoz, di Trento. 16) BEBER – Albino Beber, de Civezzano, e Maria Romagnani, de Verona. 17) BELLEGANTE – Irmãos Paolo e Luigi, nascidos em Fonzaso. 18) BERLANDA – Beniamino, de Cavedine. 19) BERTELLI – Giovanni Benedetto Bertelli, nascido em Cremona, e Margarida Cigaglia, na Itália. 20) BINI – Giovanni Bini e Maria Giuditta Robusti, e a filha Maria Teresa, todos vindos de Cremona. 21) BOGO – Irmãos Bogo, de Castion, Belluno: Luigi, Giuseppe Silvio, Andrea, Antonio Nicolás e Luigia. 22) BONETTI – Giuseppe, nascido em Cremona. 23) BORGHESAN – Ermenegildo, nascido em Padova. 24) BRANCHER – Irmãos Angelo e Vicente, nascidos em Belluno. 25) BRIDAROLLI – Agostino, natural de Cavedine. 26) BRIDI – Pietro, de Vigolo Vattaro, e Cattarina Fronza, de Civezzano. 27) BRIGNOLLI – Rocco Brignolli e Cattarina Andreon, ambos da Itália. 28) CAMPESTRINI – Giuseppina Angela, de Borgo Valsugana, casada com Nicolau Magneski. 29) CANI – Luigi Amadio Cani, de Mantova, e Silvia Cecilia Plotegher, de Terragnolo; e Giuseppe Cani e a esposa Lucia Venturi, ambos de Brescia. 30) CATAFESTA – Vittorio Catafesta, de Verona, e Angela Chiarelli, de Treviso. 31) CECONELLO – Giuseppe, nascido na Itália. 32) CEOLA – Antonio Ceola, de Besenello, e Italina Peppina Maria Zani, da Emilia-Romagna. 33) CHIODINI – Orazio, nascido em Mantova. 34) CIMARDI – Pietro Antonio Cimardi e Dosolina Palmira Morastoni, ambos de Mantova. 35) CORBANI – Secondo Corbani, de Cremona, e Giuseppa Zermiani, de Verona. 36) DALDIN – Giuseppe, nascido em Faver, Trento. 37) DEBARBA – Giuseppe Debarba e Rachele Prade, ambos de Belluno. 38) DE LOTTO – Gino Alberto, de Veneza. 39) DEMARCHI – Amalia Porti Demarchi, da Província de Trento; e Jacob Demarchi, nascido em Villaverla, Vicenza, casou com Francisca Prestini, nascida em Brescia. 40) DORIGATTI – Giuseppe Carlo Giovanni, de Giovo. 41) DORIGON – Davide, de Vedelago, Treviso. 42) FABRIS – Frederico Fabris e Maria Luciani e os filhos Giordano, Guida e Bruna, todos de Belluno. 43) FACHINI – Famílias: Narciso Fachini, de Albiano, e Angela Lucia Vicentin, de Padova; e Beniamino Luciano Fachini, de Vigolo. 44) FELIZARI – Angelo Felizari e Maria Teresa Rosa Bini, ambos de Cremona.⁽³⁾ 45) FERRARI – Irmãos: Angelo Ferrari, de Cremona, e Maria Rossetti, de Castelnuovo; Achille Ferrari, de Cremona, e Ana Maria Bogo, de Belluno;

Pietro Ferrari, de Cremona; e ainda as famílias de Emilio Ferrari, de Cremona, e Maria Faca, de Veneza; Luigia Ferrari, nascida em 1873 na Itália, filha de Antonio Ferrari; e Maria Ferrari, de Mattarello. 46) FIAMONCINI – Otavio Giacomo (Jacó) Fiamoncini, de Mattarello, e Catterina Luigia Tamanini, de Vigolo Vattaro. 47) FILAGRANA – Beniamino Giuseppe, de Rovereto. 48) FINARDI – Giuseppe Ferdinando Finardi e Giovanna Anna Maria Musa e os filhos Catterina, Giovanni, Jacob e Santo, todos naturais de Cremona. 49) FISTAROL – Irmãs nascidas em Limana: Amabile Fistarol, casada com Stefano Lanznaster; e Ana Fistarol, casada com Angelo Possamai. 50) FONTANIVE – José Zaccaria Fontanive e Maria Anna Luciani, ambos de Belluno. 51) FRANZOI – Bortolomeu Franzoi e os filhos Domenico Francesco e Giuseppe Antonio, nascidos em Vigolo Vattaro; e ainda Domenico Francesco Saverio Franzoi, de Vigolo Vattaro, e Rosa Agostini, de Fornace. 52) FRARE – Mosé Frare e Appolonia Grava e os filhos Giovanni e Giuseppina, todos nascidos em Treviso. 53) FRONZA – Irmãos: Antonio Giovanni Fronza e Oliva Domenica Prada, ambos de Civezzano; Giovanni Giacomo Fronza, de Civezzano, e Ida Meneghelli, de Veneza; e Giuseppe Fronza, de Civezzano. 54) FUSINATO – Irmãos: Matteo Fusinato, de Belluno, e Emilia Avancini, de Mantova; Giuseppe Fusinato, de Belluno, e Amabile Tontini, da Itália; e os irmãos Joanna Fusinato e Innocente Fusinato, de Arsié. 55) GANDOLFI – Alberto, nascido na Itália, emigrou para Rio do Sul. 56) GIACOMOZZI – Giovanni Antonio, de Segonzano. 57) GIRARDI – Ernesto Federico Girardi e Amabile Franzoi, ambos de Fornace. 58) LARGURA – Giovanni, de Lentiai. 59) LAZZARIS – Angelo Lazzaris e Lucia Scussel, ambos de Forno di Zoldo. 60) LEDRA – Aurelio Leder e Catterina Luigia Cecchellero e os filhos Angela, Luigi e Leopoldo, todos nascidos em Posina. 61) LENZI – Antonio Lenzi, de Samone, e Teresa Domenica Busarello, de Ospedaletto. 62) LESI – Pietro Lesi – Nasceu em Nova Jersey, casado com Cecilia Sandri, nascida na Província de Trento.⁽⁴⁾ 63) LIRA – Silvio Leonardo Attilio Lira (Attilio), de Castelnuovo. 64) LOSI – Leonello Losi, de Rovigo, e Maria Giovanna Zonta, de Padova. 65) LUNELLI – Giacomo Giuseppe Lunelli, de Civezzano, e Maria Dellagiustina, de Treviso; e o irmão Antonio Lunelli, de Civezzano. 66) LUZZANI – Pietro, nascido na Itália. 67) MACELLAI – Giovanni Giuseppe Macellai e Olivia Brando, nascidos na Itália. 68) MAGNANI – Ulderico Magnani e Ucilda Gatti, ambos de Mantova. 69) MARCHI – Francesco Marchi, de Cremona, e Francesca Romana Avi, de Lases; e o irmão Giuseppe Marchi, de Cremona, e Ana Andreon, da Itália. 70) MARCONCINI – Luigi Marconcini e Veronica Bianchet, ambos de Limana. 71) MASCHIO – Felice Giovanni Maschio, de Treviso, e Angela Leder, de Vicenza. 72) MENEGHELLI – Ercole, de Veneza. 73) MIGLIORINI – Giovanni Battista, de Verona.

74) MOLINARI – Carlo Molinari, de Brescia, e Gertrudes Demarchi, de Levico; e Francesco Molinari, nascido na Itália. 75) MONDINI – Giacomo, de Verona. 76) MORATELLI – Emmanuele Giacomo Moratelli, de Vigolo Vattaro. 77) MORETTO – Pietro Moretto e Rosa Merini, ambos da Itália; e Ottavio Primo, Giovanni e Virginia Moretto, irmãos nascidos em Verona. 78) MORETTI – Angelo, de Verona. 79) MURARA – Antonio, de Vill’Agnedo. 80) NARDELLI – Giuseppe Nardelli e Adelaide Rosa Bonatti, ambos de Mattarello; e o irmão Sigismundo Nardelli Filho, de Mattarello. 81) NASATO – Pietro, nascido em Treviso. 82) NAZARI – Mosé, de Rovereto.⁽⁵⁾ 83) NEGHERBON – Bortolo Negherbon, de Trento, e Paulina Uller, de Roncegno. 84) NICHELATTI – Domenico Giuseppe Nichelatti e Agnese Genevieffa Ronchetti, ambos de Trento. 85) NOLLI – Filhos de Sante Nolli, de Pomponesco, Treviso: Cesare, Celso (casado com Tullia Mora, da Itália) e Nicola. 86) NOTARI – Giuseppe Notari e Teresa Maddalena Moro, ambos de Cremona; e o irmão Francesco Notari, de Cremona. 87) NOVELETTO – Pietro Noveletto e Maria Miotto e os filhos Patrizio, Giovanni Battista, Matilde e Teresa, nascidos em Vicenza. 88) PANDINI – Giuseppe Enrico Pandini, de Rovereto, e Luigia Meneghelli, de Veneza. 89) PATERNO – Luigi, de Scurelle. 90) PAVANELLO – Domenico, de Padova. 91) PELLIZZETTI – Ermembergo nasceu em Mantova. 92) PICCOLIN – Valentino Picollin e Oliva Orsola De Pellegrini, ambos de Belluno. 93) POFFO – Giuseppe Luigi Poffo, de Levico, e Maria Rossetti, nascida na Itália. 94) POLASTRI – Giovanni Polastri e Giuditta Rastelli, ambos da Itália. 95) PONZIO – Rocco, nascido na Itália.⁽⁶⁾ 96) POSSAMAI – Andrea Possamai, de Cison di Valmarino, e Maria Luigia Andreani, de Limana. 97) RESCAROLLI – Innocente Evangelista Rescarolli e Carolina Miglioli, vindos de Mantova. 98) RONCHI – Luigi Massimino Ronchi e Maria Benedetta De Lazzer e o filho Ernesto, nascidos em Vallada Agordina. 99) ROSSI – Primo Antonio Rossi, nascido na Itália, e Cattarina Fortunata Pintarelli, de Pergine. 100) SACENTI – Angelo, nascido na Itália. 101) SANDRI – Francesco Pietro, de Trento. 102) SARASINO – Nicola, nascido na Província de Campo Basso, Itália. 103) SCHIOCHET – Giovanni Schiochet, de Lentiai, e Antonieta Tonon, de Vittorio Veneto. 104) SEVEGNANI – Giuseppe Camillo Sevegnani, de Albiano, e Anna Maria Fruet, de Pergine. 105) SOCREPPA – Giuseppe Socreppa e Ermenegilda De Col e o filho Antonio, nascidos em Belluno. 106) SOMMARIVA – Anacleto, de Belluno. 107) SQUIZATTO – Santo, de Treviso. 108) TIBOLA – Antonio, de Belluno. 109) TINTI – Angelo, de Casalmorano, Cremona. 110) TOMASONI – Francesco Tomasoni, da Itália, e Maddalena Lenzi, de Bergamo. 111) TONET – Giuseppe Tonet, nascido em Revine Lago, e Maria Luigia Merlini, em Mantova. 112) TONON – Antonio Tonon, de Vittorio Veneto, e Augusta Gandin, da Itália. 113) TONTINI – Irmãs Giuseppina e Constancia

Luigia, naturais de Verona. 114) TOTTENE – Sebastiano Antonio Maria Tottene, de Vicenza, casado com Angela Fusinato, de Belluno. 115) TREVISSOI – Angelo, de Sedico. 116) VALENTINI – Pietro Domenico Valentini, de Mattarello, a mãe Cattarina Marchetti, de Albiano, e a esposa Maria Patton, de Mattarello. 117) VALLE – Luigi Valle, de Padova, e Maria Fronza, de Civezzano. 118) VALLER – Constante Valerio Valler, de Fornace, e Adriana Nicoletta Bogo, de Belluno. 119) VENDRAMI – Gaetano Vendrami, de Mel, e Santina Avanzini, de Mantova, e o filho Olivio, de Mel. 120) VENDRAMIN – Stanislao Vendramin, de Padova, e Regina Fantoni, de Verona; e o irmão Dionisio Vendramin, de Padova, e Erminia Erban, do Veneto. 121) VENTURI – Irmãos: Andrea Federico Venturi, de Trenzano, e Rosa Zermiani, de Verona; Bortolo Santo Venturi, de Trenzano, e Matilde Cipriani, de Padova; e Angelo Venturi, de Trenzano. 122) VICENZI – Antonio Giuseppe Vicenzi, de Segonzano, e Teresa Cattoni, de Cavedine; e o irmão Angelo Vicenzi, de Segonzano. 123) VIGLIOTI – Giuseppe, nascido em Trento. 124) ZANELLA – Innocenzo Francesco, de Lentiai, e Paolina Dorigatti, de Trento. 125) ZANIS – Giovanni Zanisi, nascido em Cremona, e Irene Lucia Maria Filagrana, de Trento. 126) ZANLUCA – Giuseppe Paolo, nascido em Volano. 127) ZERMIANI – Luigi, de Verona, e Felicita Maria Grava, da Itália. 128) ZOPELLARO – Giovanni, de Padova, e Luigia Lazzarini, da Itália.

Descendentes Italianos

Relação de descendentes italianos vindos para o Alto Vale, nascidos antes de 1900: 1) ADAMI – Germano. 2) AGOSTINI – Saverio. 3) ALLEGRI – Famílias de Antonio, José, João e Virgílio. 4) ALESSANDRINI – Irmãos Joaquim e Antonio. 5) ALVISI – Antonia Emilia e Giosué Giuseppe, filhos de Giovanni Alvisi. 6) ANDERLE – Giacobbe e Marino, filhos de Domenico Anderle. 7) ANDREANI – Irmãos Maria Antonia, Pierina e João. 8) ANDRIOLI – Irmãos José Antonio, Fortunata e Julio André. 9) ANZINI – Davide.⁽⁷⁾ 10) ARDIGÒ – Irmãos David, Albina e Angelina. 11) ARMELINI – Giacomo. 12) AVANCINI – Irmãos Amadeu, Giuseppe, Severino, Gabriel, Giacomina e Innocente. 13) AVI – Erminio Arcangelo, Semiramide e Massimina, filhos de Giacomo Avi; Joaquim, Ana, Maria, Germano, Carlotta, Eletta, Serafim, Delmira, Almiranda e Alfredo, filhos de Celeste Avi. 14) BACCA – Irmãos Ewald, Maria, Verônica e Nicodemos. 15) BAGATOLLI – Irmãos Achille, Valeriano André e Efraim Manasses. 16) BAGGIO – Irmãos José Fortunato e Guido. 17) BALDESSARI – João Baldessari e esposa Seraphina Fronza. 18) BALDO – Severino Giacomo, Candido, Ludovico, Erminio e Otilia, filhos de Francesco Valentino Baldo;

e Anna, Joaquim José, Maria, Josefina e Francesco, filhos de Giuseppe Angelo Baldo. 19) BASSANI – Famílias de Artura Rosa e de Jeremias Antonio. 20) BATTISTI – Carlos, João Luiz, Ovidio, Angelica e Cesare, filhos de Luigi Giuseppe Stefano Battisti; Rosa e Augusto, filhos de Antonio Prospero Battisti; Serafina e Joaquim, filhos de Carlos Bartol Battisti; e José, filho de Giuseppe Andrea Antonio Battisti. 21) BAZZANELLA – Giuseppe, Julio Arcanjo, Rosalia, Giuditta, Emma, Matilde, Arcangelo Luiz, Annunciata e Amalia, filhos de Giuseppe Bazzanella; e Angelo Fiori, irmão de Giuseppe Bazzanella. 22) BEBER – Massimino, Emilio, Melania, Lucia, Angelina e Stefano Beber Neto, filhos de Albino Beber. 23) BELLEGANTE – Angelo, filho de Paolo Bellegante. 24) BELTRAMINI – Irmãos Maria Leopoldina, Regina, Pedro Francisco, Antonio Roberto, Gertrudes e Udo. 25) BENINCA – Noé Adamo. 26) BENVENUTTI – Gilio. 27) BERLANDA – Antonio. 28) BERRI – Enriqueta, Matilde e Eliseo, filhos de Gasparo Berri; Albino e Severino, filhos de Vincenzo Berri. 29) BERTELLI – Francisco e Luiz, filhos de Giovanni Benedetto Bertelli. 30) BERTOLDI – Irmãos Giacinto, Luigi, Valentim e Teresina; e as famílias de Luiz e de Angelo Luiz Bertoldi. 31) BERTOLI – Irmãos Emma Francisca, Luiz João Battista, Maria Annunciata e Adolfo; e o primo José Bertoli. 32) BETTONI – João Gaetano. 33) BIANCHET – Irmãos Gabriel e Ernesta. 34) BINI – Irmãos Teresa, Abel, Adele, Luigi, Dionisio, Rosa Maria, Rosalino e Pietro. 35) BIZ – Antonio. 36) BONA – Irmãos Emilio Anselmo e Agostino. 37) BONACOLSI – Irmãos Cesario, Angelo e José. 38) BONATTI – Felice. 39) BONDAVALLI – Irmãos Francisco e Maria Cecília; e os irmãos Eduardo e Angelina. 40) BONELLI – Irmãos João e Monica. 41) BONEZZI – Irmãos Celesta, Maria, Carlos, Paola e Alberto.⁽⁸⁾ 42) BONFANTI – Irmãos Ricardo, Carlos, Eduardo e Ovidio. 43) BONI – Irmãos Luiza Teresa e Antonio. 44) BONIN – Irmãos José, Justina, Melania Elisabetta e Maximiliano. 45) BORGONOVÓ – Irmãos Albina e Henrique. 46) BORINI – Alexandre. 47) BORTOLOTTI – Alberto. 48) BRIDAROLLI – José, filho de Agostino Bridarolli. 49) BRIDI – Maria Anna, Elvira Polónia, Clementina Luiza, Giocondo Leonardo, Angelo Fortunato e Francisco, filhos de Pietro Bridi. 50) BRIGNOLLI – Irmãos Germano, Afonso e Ferdinando.⁽⁹⁾ 51) BRISTOTTI – Luiz. 52) BUSANA – José. 53) BUSARELLO – Famílias de Emanuelle, Jacinto e Fioravante Benjamim. 54) BUZZI – Tranquilo e o irmão Ferdinando Buzzi, esse com os filhos Ambrosio, Ambrogia, Otorino, Zelmira, Praxedes, Eliseo, Cleofe, Marcelina, Zeno, Eugenio e Onorio. 55) CADORIN – Basílio. 56) CAMPESTRINI – Irmãos Giuseppe, Fortunata, Pedro e Cattarina; e os irmãos Giuseppina e Joaquim. 57) CAMPREGHER – Irmãos Atilio e Brigida; e os irmãos Ernesto, Ester, Arcangelo, Erminio, Dionisio e Julio. 58) CANI – Humberto, Amadeu, Napoleão, Helena, Benjamin, Libera, Floriano

e Paulo, filhos de Luigi Amadio Cani; e Giuseppe Cani e os filhos Angelina, Eduardo, Maria, Severino, Virgilio, Carlos e Ricardo. 59) CARLINI – Benjamin André. 60) CASTELLANI – Fortunato Felicio e os filhos Giulio, Angelo, Maria, Giuseppe e João. 61) CATAFESTA – João e Maximiliano. 62) CATTONI – Irmãos Evaristo, Antonio, Clara Angela e Marcello; e família de Luigi Cattoni. 63) CAVA – Irmãos Angela Helena, Antonio, Agnes Giuditta, Luiz e Adolfo. 64) CAVILHA – Famílias de José Manoel, Eugenio José e João.⁽¹⁰⁾ 65) CÉ – Irmãos Aristides, Santana, Caetano e Rosa; e Alberto Cé. 66) CECHELLERO – Irmãos Henrique, Maria Madalena, João Luiz, José Luiz e Rosa. 67) CECETTO – Irmãos Maria, Angelo, Emilia, Pedro, Filomena, Amabile e Teresa.⁽¹¹⁾ 68) CENSI – Irmãos Angelo, Remigio João Battista e Francisco. 69) CEOLA – Irmãos Domenica, Albina, João e Alberto. 70) CERATTI – Antonio. 71) CERUTTI – Primos Ferdinando e Angelo. 72) CHIARELLI – Francesco, Cattarina e Gesuina, filhos de Giovanni Chiarelli; e Stefano, Teresa e Giocondo, filhos de Giuseppe Chiarelli. 73) CHIODINI – Irmãos Luiz e Credindio; e irmãos Miguel e Maria. 74) CHIROLLI – Irmãos Anibale, Amilcare, Giuseppe e Giovanni. 75) CICATTO – Luiz.⁽¹²⁾ 76) CIMARDI – Maria, Rosalia, Victorino e Luigi, filhos de Pietro Antonio Cimardi; e Rosa, Luiz Antonio, Madalena e Maria, filhos de Giuseppe Cimardi. 77) CIPRIANI – Irmãos Antonio, Giuseppe, Francisco Abramo, Angelo e Augusto. 78) CIRICO – Irmãos Luiz e José.⁽¹³⁾ 79) COMPER – Giuseppe. 80) CONTESINI – Attilio Sebastião e o filho José. 81) CONTI – Guilherme. 82. CONZATTI – Anselmo e os filhos Beniamino e Giuseppe; e irmãos Angelina e Gioachino. 83) CORADINI – José. 84) CORRENTE – Giuseppe. 85) CRISTOFOLINI – Irmãos Virgilio, Rosa e Giuseppe. 86) DACOL – Irmãos Giuseppe, João, Veronica e Antonio. 87) DAGNONI – Pedro. 88) DALDIN – Cesare. 89) DALCASTAGNÉ – Avelino. 90) DALFOVO – Famílias de Giacomo Paulo, de Geronimo, de Ermenegildo e de Jacob. 91) DALLABRIDA – Arcangelo. 92) DALMOLIN – Irmãos Guerino, José e Emilia. 93) DALMONICO – Irmãos Jacinto e Vitoria. 94) DALPIAZ – Irmãos Giovanni, Angelo e Anunciata; e os irmãos Fortunato, Angelina, João e Jacinto. 95) DALPONTE – José. 96) DALSENTER – Pedro. 97) DAROLT – Irmãos Giuseppe, Elisabetta, Antonia, Joaquim, João, Luigi e Amabile. 98) DEBARBA – Irmãos Lorenzo, Anibal e Paschoa. 99) DE CARLI – Irmãos Alexandre, Emilia, Angelo e Fortunato. 100) DE GRAZIA – Giovanni. 101) DELLAGIUSTINA – João. 102) DELUCA – Irmãos José Ludovico, João Eugenio, Amelia e Pedro. 103) DEMARCHI – Irmãos Clemente, Luiza e Antonio; Luigi Demarchi e os filhos Alexandre, Irene, Aurelia, Alice, Itala, Ida e Blandina; e irmãos Giovanni e Concetta. 104) DEMATÉ – Narciso. 105) DEMORI – Pedro. 106) DEPINÉ – Irmãos Leone Giuseppe, Davide e Cecília. 107) DOLZAN – Irmãos Antonio Angelo, Antonio

Bartolo, Antonio, Julia, João Battista, José Battista, Pedro Agostinho, Fortunato e Angelo. 108) DORIGATTI – Irmãos Teresa, Francisco, Luiz, Speranza e José. 109) ECHELI – Benjamin. 110) ERBANO – Irmãs Erminia, Luzia Maria, Toscana e Anna. 111) FACHINI – Irmãos Rachele, Teresa Maria, Rodolfo e Germano; irmãos Ana e Lino; Joaquim José, Teresa e Matilde, filhos de Vittorio Emanuelle Fachini; e Severina e Genebra, filhas de Beniamino Luciano Fachini. 112) FAES – Romano. 113) FALETTI – Caetano. 114) FANTON – Irmãos Giovanni Battista, Giuseppe, Noé Adamo, Judith, Quirino e Gentile. 115) FAVA – João e Annibale. 116) FELIZARI – Irmãos Maria, Pedro, João, Paschoal e José. 117) FELTRIN – Irmãos Salvador, Tercílio, Dionisio, Madalena, Susana e Daniel; e Germano Feltrin. 118) FERRARI – Antonio Giovanni e Mario, filhos de Andrea Ferrari; e Giuseppe, Teresa e Francisco, filhos de Emilio Ferrari. 119) FERRETTI – Lucia e Amadeu. 120) FERRONATO – Pedro. 121) FIAMONCINI – Giovanni Domenico, Celestino, Angelica, Francesco e Massimino, filhos de Otavio Giacomo Fiamoncini; e irmãos Vitale, Adele e Celso, filhos de Giosué Fiamoncini. 122) FILAGRANA – Concetta, Giulia Santina, Raimundo, João, Arturo, Luiz, Rosalia, Luigi e Madalena, filhos de Beniamino Giuseppe Filagrana. 123) FILIPPI – Luigi. 124) FILIPPONI – Francisco. 125) FINARDI – Irmãos Carlo, Giacomo Pietro e Angelo. 126) FISTAROL – Maria, Genoveva e Melania, filhas de Pietro Fistarol; e Paulina, filha de Antonio Fistarol. 127) FLORIANI – Eugenio. 128) FONTANIVE – Irmãos Antonio, Batista José, Miguel, Carlos e Justina Fontanive; e Antonio Fontanive. 129) FORBICI – Irmãos Leopoldo, Paulo e Adolfo. 130) FORMIGARI – Antonio Luiz. 131) FORNARI – Giovanni. 132) FOSSA – Irmãos Julio, Angelo, Francisco, Luigi Amilcare e Rodolfo. 133) FRANCIOZI – João Francisco e Battista. 134) FRANZOI – Carolina, Amabile, Emanuel, Germano e Joaquim Giuseppe, filhos de Domenico Francesco Franzoi; e Saverio, Massimo, João, Rosa, Eugenio, Vergilio e Domenico, filhos de Giuseppe Antonio Franzoi. 135) FRONZA – Eugenio, Silvio João, José e Clementina, filhos de Antonio Giovanni Fronza; Erminio e Maria, filhos de Giovanni Giacomo Fronza; Ida, Daniel e Leopoldo, filhos de Giuseppe Fronza; irmãos Joaquim, Giuditta, Ana e Julia Fronza; Antonio, Atilio e Fortunato, filhos de Antonio Fronza; João e Luiz, filhos de Giovanni Battista Fronza; e Angelo, filho de Emanuel Fronza. 136) FRUET – Luiza Angela Fruet, esposa de Pedro Frankenberger. 137) FURLANI – Emilio, casado com Oliva Dorigatti.⁽¹⁴⁾ 138) FUSINATO – Angelina, Leonardo e Elvira, filhos de Matteo Fusinato; e irmãos Dosolina Amabile, Rodolfo, Ema, Margarita, Angelo e Elvira Fusinato. 139) GADOTTI – Irmãos Fausta e João Jacinto; e os irmãos Teresa Maria e Angelo. 140) GAIA – Vitorio. 141) GAMBA – Irmãos Luiz e Francisco. 142) GALVAN – Antonio. 143) GANDINI – Irmãos Augusta, Giovanna, Antonio e Rosa Maria. 144)

GARBARI – Vittorio. 145) GAVIOLLI – Domingos João. 146) GHIOTTI – Battista. 147) GIACOMELLI – Luiz Giacomelli e o filho Serafino. 148) GIACOMINI – Famílias de Alberto José e de João. 149) GIACOMOZZI – Francesco, Leandro, Guilherme, Lino, Quintino, Giovanni, Ida e Daniel, filhos de Giovanni Antonio Giacomozzi. 150) GIORDANI – João. 151) GIOVANELLA – Giuseppe. 152) GIRARDI – Irmãos Herminio, Ambrosina e Herminia; irmãos Luigi Placido e Anna; Silvestro, filho de Giacomo Enrico Girardi; e Ernesto Federico Girardi. 153) GIRELLI – José. 154) GRAVA – Irmãs Giuseppina e Maddalena. 155) GROSSI – Carlos. 156) GROTT – Carlos. 157) ISOLANI – Mansueto. 158) LANZNASTER – Irmãos Stefano, Maria e José Antonio. 159) LARGURA – Irmãos Albina, Severino, Leopoldo e Emílio; e Andrea Largura e os filhos Carmela, Luigi e Adelaide. 160) LEDRA – João, Pedro e Paulo, filhos de Aurelio Leder. 161) LENZI – Ana Catarina, Maria, Teresa Maria, Giuseppe, Atilio, José, Angelo e Severino, filhos de Antonio Lenzi; Monteverde Pedro, Giordano e Clemente, filhos de Angelo Lenzi; e Augusto, filho de Zaccaria Lenzi. 162) LIRA – Irmãos Francisco e José. 163) LONGO – Gottardo. 164) LORENZETTI – Irmãos Ricardo, Vittorio e Esperança. 165) LOSI – Irmãos Ludovico, Marcos, Martinho, Luiz, Carmelio e Ettore. 166) LUCIANI – Luciano. 167) LUCHINI – Maria Luiza, Paulina e Adão. 168) LUNELLI – Vigilio, Julio, Guilherme, Erminio e Angelo, filhos de Giovanni Battista Lunelli; e irmãs Marieta e Olivia Lunelli. 169) LUZZANI – Battista, Virginia e Anna, filhos de Pietro Luzzani. 170) MACELAI – Luiz Mateus e Julio, filhos de Giovanni Giuseppe Macellai. 171) MACOPPI – Famílias de Vitorio e de Ambrosio. 172) MANARIN – Luiz. 173) MANCHEIN – Pedro. 174) MANTOANELLI – Irmãos Jacó e Angela. 175) MANTOVANI – Irmãos Vittorio e Cacilda.⁽¹⁵⁾ 176) MARANGONI – José. 177) MARCHESI – Rafael. 178) MARCHETTI – Giuseppe. 179) MARCHI – Albino, Rodolfo, Ricardo, Rafaele e Victorio, filhos de Giuseppe Marchi; e Fortunato, Severino, José, Maria, Serafina, Aurelia e Amalia, filhos de Francesco Marchi; e Ricardo e Eugenio, filhos de Aristides Marchi. 180) MARCHIORI – Francisco. 181) MARCONCINI – Irmãos Ana e Luigi Marconcini; e José, Angelica, Giovanni, Albino, Maria, Dorotea, Melania e Ernesto, filhos de Luigi Marconcini. 182) MARINELLI – Carlos. 183) MARIOTTO – Florindo. 184) MARTIGNAGO – Frederico e Candido. 185) MARTINELLI – Guilherme. 186) MASCHIO – Irmãos Felice Giovanni e Angelo Luigi; e Luiz, Joaquim, Giuseppina e Ana, filhos de Felice Giovanni Maschio. 187) MASSON – Eugenio.⁽¹⁶⁾ 188) MATIOLA – Abel Matiola e esposa Salute Salvan. 189) MATTEUZZI – Irmãos João Amedeo, Eugenio, Matilde, Elias, Luiz, Julio, Francisco, João, Rosina Celestina, Vittorio, Maria, José, Colorindo, Roque, Hercilio e Paulina. 190) MAZZINI – Pedro. 191) MENEGAZZI – Carlos e Amandio. 192) MENEGHELLI – Erminio Mansueto, filho de

Ercole Meneghelli; Germano, filho de Ermenegildo Meneghelli; e irmãos Ermenegildo, Angelo, Tulio e Vitalia. 193) MENEGETTI – Arcangelo. 194) MENEL – Agostinho. 195) MENESTRINA – Massimino. 196) MENGARDA – Irmãos Romano e Afonso. 197) MENSOR – João Henrique. 198) MERIZ – José. 199) MESADRI – Sigisfredo. 200) MIGLIOLI – Amadeu e os filhos Bernardino e Francisco. 201) MINATI – Celeste. 202) MINELLI – João.⁽¹⁷⁾ 203) MOLINARI – Angelo, Giovanni Guglielmo, Ermenegildo, Antonio, Arnaldo, Aurora e Vitoria, filhos de Carlo Molinari. 204) MOLON – José. 205) MONDINI – Maria, Simão e Rosalia, filhos de Martino Mondini; e Assunta, Francesco e Constancia, filhos de Benedetto Mondini. 206) MONFARDINI – José Eustachio. 207) MONTAGNA – Irmãos Isidoro Pietro e Henrique. 208) MONTIBELLER – Margarida e Santo. 209) MORA – Leandro. 210) MORASTONI – Teodoro. 211) MORATELLI – Manoel, Saverio, Ana, João, José, Massimino, Fortunato, Joaquim, Carolina e Luiz, filhos de Emmanuele Moratelli. 212) MORESCO – Ignacio. 213) MORETTO – Maria, Luiz, Antonio, Anunciata, Tecla, Ambrosio, Ana, Angelo e Ida, filhos de Pietro Moretto; Melania, Cecilio e Arinda, filhos de Otavio Primo Moretto. 214) MORETTI – Angelo, Atilio e Maria, filhos de Giuseppe Amadio Moretti. 215) MORETTO – Luiz. 216) MOSER – Irmãos Domenico Luigi e Rosa; irmãos Leone, Erminia Augusta, Irene Catarina, Maria Cecilia, Virginia Teresa, Iluminato e Erminio; Amadeu e Eligio, filhos de Nicolò Andrea Moser; irmãos Domenico Luigi e Rosa Moser; e Leopoldo Moser. 217) MURARA – Irmãos Antonio e Angelo. 218) NARDELLI – Benjamin, Corina e Clemente Angelo, filhos de Sigismondo Agostino Nardelli. 219) NASATO – Angelo e Virginia, filhos de Pietro Nasato; Virginia Maria, Silvio, Roberto, Pedro e Germano, filhos de Angelo Nasato. 220) NAZARI – Cristina, Carolina, Archimede e Rosa, filhos de Mosè Nazari. 221) NEGHERBON – Albina, Monica, Maria, Giacinto, Tercilio, Vitoria, Arceste e Angelo, filhos de Bortolo Negherbon. 222) NICHELATTI – Domingos, Vitoria, Melania, Fortunato, Olivia e Paulo, filhos de Domenico Giuseppe Nichelatti; e Manuel, filho de Giovanni Nichelatti. 223) NICHELETTO – Manoel Francisco. 224) NICOLODELLI – Aleandro. 225) NOLLI – Irmãos Cesar, Roberto, Giuseppe e Santo. 226) NORILLER – Irmãos Luigi, Julia e Regina. 227) NOTARI – José. 228) NOVELETTO – Amalia, Vitorio e Francisco, filhos de Pietro Noveletto. 229) ODORIZZI – Augusto e os filhos Paulo e Rodolfo. 230) OLIANI – Irmãos Carolina, Teresa e Henrique.⁽¹⁸⁾ 231) OSSEMER – Elvira, Achiles e Judita. 232) PACHER – Felicio, Narciso, João e Amalia, filhos de Paulo Pacher; Amabile, Catarina e Eduardo, filhos de Basilio Pacher; e Germano, filho de Giovanni Pacher. 233) PANDINI – Rosa, Ida, Luiz e Severino, filhos de Giuseppe Pandini. 234) PARMA – Carlos.⁽¹⁹⁾ 235) PASQUALI – João. 236) PASQUALINI – João. 237) PATERNO – Irmãos Lino, Maria Augusta, Paulo Giuseppe

e Augusta; Teresa, Alfredo, Hilario, Leopoldo, Paulo, Daniel e José, filho de Lino Paterno; 238) PATERNOLLI – Famílias de Luigi e de Severino. 239) PAVANELLO – Irmãos Giovanni Giuseppe, Benjamin, Ignez e Erminio. 240) PEDRON – Augusto. 241) PEDRONI – João e Paschoa, filhos de Francesco Giuseppe Pedroni. 242) PELLIZZETTI – Irmãos Dante, Silvio, Amabile, Vitor, Ivanhoé, Humberto e Beatriz. 243) PERINI – Irmãos Francisco, José e Massimiliano. 244) PERON – Mosè. 245) PESSATTI – Irmãos Albina, Vigilio, Paulo, Maria e Francisco. 246) PETRIS – Valentino. 247) PIANEZZER – Francisco Antonio. 248) PIAZERA – Luiz. 249) PICCOLI – Angelo, filho de Giobbe Piccoli; Ricardo, filho de Pietro Piccoli. 250) PICCOLIN – Adele Maria, Maria Helena e Valentim, filhos de Valentino Piccolin. 251) PINZIGHER – Albino, Julia, Jacinto e Zacarias, filhos de Giuseppe Pinzigher. 252) PISA – Dionisio. 253) PISETTA – João Pisetta e os filhos Faustino, Vitorino, Vitale, Lauro e Joaquim; Massimino, filho de Antonio Pisetta. 254) PIVATO – Luiz. 255) POFFO – Irmãos Davide, Maximiliano, Alexandre, Fedele e Leopoldo; irmãos Isaco Giacomo e Vitoria. 256) POLASTRI – Irmãos Angelo, Emilio e Henrique. 257) POLLINI – Irmãos Domenico Luigi, Pedro Paulo, Luiz e Elias. 258) POMAROLLI – Carlos. 259) PONTICELLI – Luiz e José. 260) POSSAMAI – Luiza, Angelo Giuseppe, João, José e Pedro, filhos de Andrea Possamai; os irmãos Rosa, Gregorio, Germano, Maria, Pedro Antonio e Giovanni; Gottardo Possamai e os filhos Rosina, Erminia, Giacomo, Angelina, Michele, Oliva e Felice; e os irmãos Floriano, Pedro Antonio e Paulo. 261) POSTAI – José. 262) PRADA – Irmãos Oliva e Ernesto. 263) PRADE – Napoleão. 264) RAFAELLI – David. 265) RAMPELOTTI – Mansueto. 266) RAZINI – Giuseppe. 267) RESCAROLLI – Cirillo. 268) RIGOLETTI – Pedro. 269) RIZZIERI – João. 270) ROCHADEL – Plácido.⁽²⁰⁾ 271) ROMAGNANI – Pedro. 272) ROMANI – João Crescencio. 273) RONCHI – Irmãos Nicolau, Francisco e Serafim. 274) ROPELATO – Vitorino. 275) ROSATTI – Jacó. 276) ROSSA – Irmãos Antonia, Angelo, Luigi e Giuseppe. 277) ROSSETTI – Luciano e o filho José. 278) ROSSINI – Irmãos Eduardo, João e Maria. 279) ROTTA – Antonio Giuseppe. 280) ROVARIS – Alexandre. 281) SAQUETTI – Giacomo.⁽²¹⁾ 282) SALLA – Luiz. 283) SANDRI – Irmãos Clorindo, Germano, Humberto e Dosolina; e os irmãos Cecilia, Clementina, Albino, Giuseppe e Quiliano; e Romano Sandri. 284) SASSELLA – Francisco. 285) SBORZ – Irmãos João e Annunciata. 286) SCHIOCHET – Pietro, Agostinho, Giovanni, Francisco e Fortunato, filhos de Giovanni Schiochet. 287) SCOTTINI – Giovanni Francesco Scottini e os filhos Maria, Judita, Giuseppe, Luiz, Frederico, Oliva Carolina e Pedro; José, filho de Giovanni Francesco Scottini. 288) SCOZ – Famílias de Giovanni Domenico e de Angelo. 289) SETTI – Irmãos José Vicente e Inácio. 290) SEVEGNANI – Joaquim, Valentim, Serafim, Honorato e

Massimino, filhos de Giuseppe Camillo Sevegnani. 291) SIGNORELLI – Ferdinando. 292) SIMEONI – Ambrosio. 293) SINESTRI – Irmãos Alexandre e Guerino. 294) SORA – Henrique.⁽²²⁾ 295) SOTTOPIETRA – Famílias de João e de José. 296) SPERANDIO – Irmãos Teodoro Prospero e Artur Matteo. 297) STEDILE – Irmãos Pietro Luigi, Matilde, Luiz e Genovefa. 298) STINGHEN – Irmãos Horacio, Ana, Vitorio e Guilhermina. 299) STOFELLA – João. 300) STOLF – Irmãos Erminio e Rosina. 301) STRAPAZZOLI – Albino.⁽²³⁾ 302) STRINGARI – Irmãos Pasqua, Francisco, Fortunato, Miguel, Alessandro e Umberto. 303) SUAVE – Irmãos Luigi, Amelia Regina e Vicente.⁽²⁴⁾ 304) TAMANINI – Irmãos Erminio, Serafino, Ema, Tranquilo e Raimundo. 305) TAMBANI – Irmãos Maria Gentile, Aristides e Alessandro. 306) TAMBOSI – Francisco Saverio, Fortunato Joaquim, Massimino, Serafino, Angelo e Antonio Augusto, filhos de Giuseppe Tambosi; e Henrique Tambosi. 307) TENSINI – Oscar Aquilino. 308) TESTONI – Irmãos Brigida, Ermínio, Dionisio, Aleixo e Amabilio; e famílias de Antonio e de Quintilio. 309) TINTI – Francisco, Rosa e Virginia, filhos de Angelo Tinti. 310) TOMASONI – Irmãos Virginia e Carlos; e irmãos Ana, Alfredo e Francisco Tomasoni Junior. 311) TOMELIN – Irmãos Sabina Rosalia, Arcangelo e Ignacio. 312) TOMIO – Angelo. 313) TONET – Vittorio e Julio, filhos de Giuseppe Tonet; Angelo, filho de Antonio Tonet; e Francisco, filho de Giovanni Tonet. 314) TONOLLI – Luigi Tonolli e o filho Guilherme. 315) TONON – Irmãos Antonio, Luígia e Albino. 316) TONTINI – Irmãos Giovanni, Luiz, Arceste e Ambrosio. 317) TORINELLI – Carlos.⁽²⁵⁾ 318) TOTTENE – Irmãos Lucia Angela, Luigi Giuseppe e Giuseppe. 319) TOVAZZI – Irmãos Angelo Emanuele, Maria Rosa, Giovanni Battista e Carolina.⁽²⁶⁾ 320) TRAVAGLIA – Domenico. 321) TRENTINI – Irmãos Luiz, Eugenio, Maria e Placido. 322) TREVISAN – Irmãos Maria e Emilio. 323) ULLER – Irmãos Germano e Fortunato. 324) VAILATI – Adão. 325) VALENTINI – Jacinto, Julia, Maria, Antonio, Domenica, Cesare, Antonio, João e Vitale, filhos de Pietro Domenico Valentini. 326) VALLE – Angelo Giovanni, Rodolfo, Margarida e Tadeo Adolfo, filhos de Luigi Valle. 327) VASSELAI – Irmãos Angelo José, Lina Rosa, João, Luiz e Maria. 328) VAVASSORI – João. 329) VENDRAMI – Olivio, Carolina, Regina, Henrique Giuseppe, Rachele e Felix, filhos de Gaetano Vendrami. 330) VENDRAMIN – Maria, Luiz, João, Rosa e Carolina, filhos de Stanislao Vendramin; e Romano Vendramin. 331) VENTURI – Irmãos Luigi Giuseppe, Carolina, Carlos, Maria, Giulio e Erminio; e Maximiliano Venturi. 332) VERDI – Vergílio. 333) VICENTIN – Irmãos Angela Lucia, Pietro, Elisabeth, Ambrosio e João.⁽²⁷⁾ 334) VICENZI – Angelo e Giovanni, filhos de Domenico Vicenzi; e Rosalia, Alfredo e Oracio, filhos de Antonio Giuseppe Vicenzi. 335) VIGNOLA – Irmãos Lucia, Giuseppe e João; e Daniel Vignola.⁽²⁸⁾ 336) VINCI – Abramo.



Figura 6.1 - Bodas de Ouro do casal Luiz Bertoli Senior e Margarida Lenzi, com os filhos, genros, noras, em Rio do Oeste, aos 12/3/1949. Da esquerda, sentados: Cecília Viviani, Veneranda Girardi, Margarida Lenzi, Luiz Bertoli Senior, Mathilde Fontanive e Amélia (viúva de José Bertoli). Em pé, da esquerda: Alberto Viviani, Hermínio Girardi, Augusta Dalfovo, João Bertoli, Wildy Monghilhot, Luiz Bertoli Junior, Batista Fontanive, Inez e Leandro Bertoli. Luiz Bertoli liderou o grupo de moradores de Rodeio, que fundou Rio do Oeste, em 1912.

337) VIVIANI – José. 338) VIZENTAINER – Luiz Domingos. 339) VOLTOLINI – Irmãos Prospero e Joaquim; e famílias de Guilherme Vittorio e de Giovanni. 340) ZANCANARO – Pedro Paulo e Antonio, filhos de Francisco Zancanaro; e Antonia e Caetano, filhos de Giuseppe Zancanaro.⁽²⁹⁾ 341) ZANCANELLA – Francisco Zancanella e os filhos Antenor e Isacco. 342) ZANELLA – Irmãos Virginia Fortunata e Ferdinando; irmãos Hermenegildo, Vittorio, Teresa, Angelo, Daniel e João; irmãos Constantino Ernesto e Eleonora; e irmãos Severino e Fioravante; e Antonio Zanella. 343) ZANGHELINI – Irmãos Adamo, Giuseppe e Orsola. 344) ZANIS – Irmãos Aristide, José João e Ernesto. 345) ZANLUCA – Filotea, Caetano, Fabiola e Dionisio, filhos de Giuseppe Paolo Zanluca. 346) ZATELLI – Valentim. 347) ZERMIANI – Irmãos Luigi, Rosa e Giuseppa; e os irmãos Ernesto, Rodolfo Giuseppe, Erminio, Giuseppe e Luiz. 348) ZONTA – Irmãos Genesio e José; e Paulo Zonta. 349) ZOPELLARO – Giuseppe, Maria Concetta, Romana, Marcellina, Luigi e Romano, filhos de Giovanni Zopellaro.

Famílias que residiram no Alto Vale, mais recentemente: Abitante, Alberton, Angioletti, Araldi, Astoni, Balsini, Bambinetti, Banfi, Baratto, Barbi, Bardini, Barni, Bassini, Beletti, Belli, Beltrame, Benatti, Bendo, Bernardi, Bertotti, Betti, Biancatti, Bianchi, Biasi, Bissoli, Bizatto, Bononomi, Bonsenhor, Bonvecchio, Borgonha, Borinelli, Bormanieri, Bortolato, Bortolini, Bortolon, Boscherotti, Bresciani, Bressan, Brighenti, Brogni, Bruschi, Bucci, Buratto, Burini, Busnardo, Canali, Caprali, Carniel, Carara, Casagrande, Casatti, Carturano, Cegatta, Cestari, Chichetti, Chierici, Chiminelli/Chiminello, Chiste, Cittadini, Colautti, Colzani, Comandolli, Comelli, Crema, Crespi, Cucco, Cunhago, Dagostin, Daicampi, Dallabona, Dallagnolo, Dalmarco, Dalprá, Dalri, Daltoé, Danna, Darif, Darós, De Bettio, Debiazi, De Bona, Decezaró, Dell'Antonio, Dellai, Dellandrea, Deola, Devigilli, Diatolevi, Didomenico, Dognini, Eccer, Fagiani, Falizetti, Fassina, Favarin, Feder, Feller, Ferla, Filandian, Fogolari, Foluvarni, Fontana, Formentin, Fornazari, Frainer, Francesconi, Fregulia, Frena, Galiza, Galvani, Gambetta, Garlini, Gastaldi, Gazaniga, Gilli, Giottini, Gislón, Gottardi, Guarnieri, Guber, Guzzo, Lasta, Lazzarini, Libardo/Libardi, Lorenzi, Maestri, Maffezzolli/Mafazzoli, Maffei, Maggio, Maiochi, Manfrini, Manneri, Manolli, Mantonelli, Marcon, Martini, Marzani, Mazzi, Melchiorretto, Menegalli, Menegatti, Modolon, Morini, Morlo, Moro, Neotti, Nicoletti, Nicolussi, Odelli, Orlandi, Pains, Paisan, Panini, Paolini, Passero, Pastre, Patel, Pazzetto, Pedrelli, Pedri, Pedrini, Peluso, Perotto, Pesenti, Petrelli, Pezzini, Piazza, Pietro, Pinotti, Pintarelli, Piva, Poleza, Polli, Ponchieli, Postinghel, Pretti, Raimondi, Raimundi, Raizer, Ravesi, Recco, Renzi, Rigo, Rinaldi, Rinco, Roncaglio, Rozza, Russi, Sacani, Salvalaggio, Sapelli, Sardagna, Sardá/Sardo, Sartori, Sartotti, Savi, Scola,

Secchi, Silvestri, Simonetti, Simoni, Slomp, Soffiatti, Soldatelli, Spezia, Stiz, Stolf, Tabarelli, Tambosetti, Tanchella/Tanquilla, Tasca, Tassarollo, Tirolli, Tiso, Tognolli, Tolardo, Tomasi, Tomasini, Tomaselli, Toniotti, Toresan, Toretti, Tosi/Tose, Trainotti, Tramontin, Tridapalli, Trocatti, Trombelli, Turassi, Vaccari, Valcanaia, Vallin, Vanelli, Vanucci, Veneri, Vicari, Vigarani, Vinotti, Visovati, Vitorazzi, Vitti, Vittoria, Volpato, Volpi, Vuolo, Zago, Zambonetti, Zandonai, Zanellato, Zagheni, Zangaletti, Zanini, Zen, Zendron, Zerna, Zilli, Zommer, Zuccatelli e Zunino.



Figura 6.2 - Família de Frederico Fabris que na década de 1920 emigrou de Valada Agordina, Belluno, para Taió. Da esquerda: Guida, Maria Luciani, Giordano, Frederico Fabris e Bruna.



Figura 6.3 - Família Noveletto de Rio do Sul, uma das primeiras fotos batidas logo depois da migração para o Alto Vale do Itajaí, nos primeiros anos do século XX.



Figura 6.4 - Emilia Avanzini, imigrante vinda de Mantova, e Matteo Fusinato, vindo da Província de Belluno, e radicados em José Boiteux



Figura 6.5- Salute Salvan e Abel Matiola, que migraram do sul do Estado para a localidade de Caminho Pinhal, em Dona Emma

A expansão dos italianos para o Planalto Serrano

A Fundação de Lages

A colonização do Planalto Serrano foi bem diferente da que ocorreu no Alto Vale do Itajaí. O processo de colonização no Alto Vale, como visto, foi organizado por Companhias Colonizadoras que abriram as estradas e fizeram a divisão dos lotes com área aproximada de 30 hectares, permitindo gradativamente a formação das comunidades que hoje somam os 28 municípios do Alto Vale do Itajaí.

No Planalto Serrano, no entanto, a abertura do Caminho das Tropas, que passava por Lages e servia para o transporte de tropas de gado do Rio Grande do Sul a Sorocaba, impulsionou a colonização daquela região. Em 1766, o bandeirante paulista Antonio Correia Pinto de Macedo fundou a Vila de Nossa Senhora dos Prazeres das Lajens. O nome adveio da existência de muita pedra laje, uma espécie de arenito existente na região. Em 1768, a vila passou a freguesia. A partir de 1960, o antigo nome Lajes passou a ser escrito Lages, com “g”.

Na época, a vila servia de pouso para os tropeiros e ali se fixaram os primeiros moradores, que eram vicentistas, com o fim de prestarem serviços aos tropeiros que necessitavam de pousada e de comida para as suas viagens. Aos poucos, esses moradores se espalharam pelo imenso território do Planalto Serrano, constituído principalmente de grandes áreas destinadas a fazendas de criação e de engorda de gado.

Nesse período, havia um hiato demográfico entre o Alto Vale do Itajaí e o Planalto Serrano. A ligação das duas regiões era natural, como escreveu Alcides Goularti Filho: “Portanto, para aproximar essas duas regiões, o vale do Itajaí e o planalto serrano, colocando em contato Blumenau com Curitiba e Lages, dadas as condições materiais disponíveis na época, a única maneira seria por meio da construção de uma estrada” (Goularti Filho, s/d, p. 9).



Fonte: “Tropeiros e Colonos e a construção da estrada de Blumenau a Curitiba: Dois mundos e um caminho”, de autoria de Alcides Goularti Filho

Figura 6.6 - Mapa da estrada Blumenau a Curitiba

1766 1768

1960

A Paróquia

A Igreja Católica de Lages foi constituída em 1766. Dois anos depois foi elevada à Paróquia, com a denominação de Nossa Senhora dos Prazeres. Os primeiros párocos foram os diocesanos, mas em 1891, foram substituídos pelos padres franciscanos. Em 1971, a paróquia retornou ao clero diocesano. A atual catedral foi construída entre os anos de 1912 e 1922, em pedra arenito da região e em estilo neogótico. Possui duas torres com cúpulas em forma piramidal e oitavada, cobertas com folhas de cobre.

A população de Lages

A população de Lages é formada, em sua maioria, por brasileiros descendentes dos vicentistas que colonizaram a região. Algumas famílias alemãs e de indígenas também fizeram parte do processo demográfico inicial da cidade.

Os italianos, foco deste trabalho, chegaram a Lages antes do final do século XIX, como confirma este texto:

Entre primeiros mascates e desbravadores do século XIX que ajudaram a escrever a história social e econômica dos Campos de Lages, encontravam-se: Coronel Vicente Gamborgi, Clemente Pucci, Nicolau Granato e Nicolau Cassuly, em Lages; Domenico Martorano em São Joaquim e, Ranieri Passifico Cassetari em Bom Jardim (Nunes, 2001, p. 442 e 443).⁽³⁰⁾

Os italianos de Lages migraram do Rio Grande do Sul, do Oeste catarinense, do sul do Estado de Santa Catarina e do Médio e Alto Vale do Itajaí. O número não é muito grande se comparado à etnia portuguesa. Hoje, pode-se afirmar que a maioria da população de Lages é de descendência portuguesa, sendo minoritárias as etnias alemã, italiana e outras. Isto explica o porquê de a maioria dos alemães e italianos casaram-se com mulheres da etnia portuguesa.

A entrada dos italianos em Lages

Os italianos que se fixaram em Lages na sua maioria são descendentes de italianos, mas no mínimo três dezenas de famílias são também imigrantes. Na relação que segue, organizada especificamente para este livro, foram incluídos nomes e sobrenomes de italianos que possuem registros paroquiais a partir do final do século XIX e nos primeiros 50 anos do século XX.

1766

1891

1912

1922

1971

Imigrantes

Relação em ordem alfabética dos antigos moradores de Lages, que foram imigrantes italianos: 1) ADAMI – Beniamino Adami, de Besenello, e Ginevra Neri, de Vicenza. 2) BECCARI – Nullo Beccari, de Mantova, casou com Maria Horner. 3) BIANCHINI – Tito Bianchini, nascido em Belluno, casou com Domingas Burigo, tendo os filhos Maria, Mario, Ivo, Zulmira, Cremilda e Olivio; e Martin Bianchini, de Belluno, e Elvira Feltrin, com os filhos Antonio, Mario, Iolanda e Adelino; Angelo Bianchini, de Lages, e Matilde Patel; e Antonio Bianchini, de Lages, casado com Dosolina Bortoluzzi, tendo o filho Orli.⁽³¹⁾ 4) CAON – Antonio Giovanni Caon casou com Virginia Lorenzetto, ambos nascidos em Padova, e tiveram os filhos Florindo, Vitorio, Corina, Ricardo, Pedro, Josefa, Francisco, Itália Otavia, Albino e Amalia. 5) CAMOZATO – Beniamino, nascido em Montebelluna. 6) CANANI – Carlo Francesco Canani casou com Adele Marina Luiza Bertolini, ambos de Mantova, tendo esses filhos: Eugenio, casado com Zulmira Pereira de Jesus; Erminio, casado com Paulina Granzotto; Ernesto casou com Maria do Nascimento; Santo casou com Claudina Salmoria; Ida casou com Ebraim José Godoi; João casou com Dantina Jesus de Oliveira; José casou com Maria da Conceição de Oliveira; Angelino casou com Alzira Madruga; e Luiz, todos nascidos em Capão Alto. 7) CANOZZI – Ernesto nasceu na Itália. 8) CASSULY – Irmãos nascidos na Itália: Nicolau, casado com Paulina Schmidt; e Vicente, casado com Joaquina Xavier. 9) D'ACAMPORA – Luiz D'Acampora, nascido em Salerno, Campania, casou com Clementina Gatta. 10) DELLA ROCCA – Alfonso Della Rocca nasceu em Salerno, Campania, e casou com Benvinda Maria da Luz, tendo os filhos João, Pedro Afonso e Gioconda. 11) FERROZI – Ignacio Ferrozi nasceu na Itália e, viúvo de Rosa Partirani, casou em Lages com Anna A. Bonfim. 12) GAMBORGI – Vicente Gamborgi nasceu em Lucca, Toscana, e casou com Francelina Paes Farias, tendo o filho Silvio.⁽³²⁾ 13) GHIORZI – Francesco Bernardo Ghiorzi nasceu em La Spezia, na Liguria, e casou com Florisbella Maria de Jesus, tendo os filhos Alessandro, Maria, Francisco e Marcos. 14) GRANATO – Nicolau Antonio Granato nasceu na Itália e casou com Maria Conceição Delfes da Cruz, tendo os filhos Mario, casado com Anita Varela Ribeiro, e Lidia, casada com Anibal Laureano Ramos. 15) LENZI – Josaphat Lenzi, de Samone, viúvo, casou com Carolina Heckmann, tendo os filhos Horacio Paulo, Hilario, Silverio, Otilia, Osorio, Urbano, Olivia, Osvaldo Damiano, Otavio, Olimpia, Olga e Oscar. 16) MELOTI – Giuseppe Meloti, de Verona, casou com Maria Amantina Agostini, de Mattarello, tendo a filha Gentila Eliza. 17) MONTANARI – Carmela Maria Montanari, nascida em Bergamo, faleceu em Lages.

18) MORTARI – Attilio Mortari casou com Emilia Friso, ambos de Mantova, tendo os filhos Ledoina, Aloisio, Valdemar, Luiz e Vilma, moradores de Capão Alto. 19) NERI – Antonio Neri e Ana Lazzari nasceram em Vicenza, tendo os filhos Bortolo, Maria Domenica, Ginevra e Giuseppe, todos nascidos em Vicenza; o filho Bortolo, casado com Francisca Maria dos Prazeres, teve os filhos Antonio, Sebastião, Rosalina, Horacio, Lauzino, Luiz e Roseno; e o filho Giuseppe Neri e Augustinha Silveira de Bittencourt tiveram os filhos Valdevino, Argemiro, Miguelina, Claudina, João, Setembrino e Anibal. 20) NICOLLELI – Giuseppe Nicolleli nasceu na Itália e casou em Lages com Maria Pedroso do Amaral, tendo os filhos Manoel José e Cândida; o filho Manoel José e Floripa Dias Pereira tiveram os filhos Maria do Nascimento, José Nicodemos, Cecília, Sebastião Djalma, Etelvina, José Nicodemos, João, Maria Herminia e Maria; e a filha Cândida casou com Belmiro José Alves de Menezes. 21) PERUZZO – Valentino Giulio Peruzzo, de Padova, casou com Giuseppina Pasin e teve os filhos Matheus Atílio e Ermindo Antonio. 22) PICCI – Affonso Firmino Picci nasceu no Piemonte e casou com Carolina Floriani. 23) PUCCI – Irmãos Pucci nascidos na Perugia, Itália: Clemente casou em Lages com Maria Francisca Borges do Amaral, tendo os filhos Francisco, Angela, João, Zulmira, Valdemiro, Angelica, Salvador, José e Maria; Luiz Pucci casou em Campo Belo do Sul com Ana Vicente da Silva, tendo os filhos Angelina, Vicente, Francisco, Josepha, Narciso, João, Laudelina, Maria, Dercilio, Dinarte, Aristeu e Heny; e José Pucci casou em Cerro Negro com Liberata Amalia Conrado. 24) RAFAELLI – Giovanni Battista Rafaelli, de Volano, casou com Maria Josefina Vassellai, de Villa Agnedo, tendo os filhos Leopoldo, Otavio, José, Luiz, Orlando e Romano. 25) SABATTINI – Rodolfo Sabattini nasceu em Roma, e casou em Lages com Etelvina Simões de Oliveira, tendo os filhos Ulisses, Alfredo, Tito Livio, Virginia, Pompeu, Americo, Amalia, Marianina e Guilherme. 26) SANGALETTI – Battista Sangaletti, de Bergamo, casou com Genesia Maria de Martins, tendo os filhos Regina, Deolinda, Catarina, Valmira, José e Angelo. 27) SARTORI – Cesare nasceu em Padova. 28) SCOZ – João Batista Leonardo Scoz nasceu em Trento e casou com Maria Rosa Cainelli, de Civezzano, tendo os filhos Anice Domenica, Luiz Vicente, Serafim Vitorio, Valentim Jorge e Benjamin. 29) TEALDI – Irmãos, nascidos no Piemonte: Stefano Paolo e Spirito Agostino. 30) ZECCHINI – Giacomo Zechini nasceu na Província de Trento e casou com Anna Maria Chizzola, tendo os filhos Bernardino, José Luiz, João, Rosa Helena, Maria José, Amalia, Irene, Olivia, Isolina, Ana Lucia e Jacob Filho.

Descendentes

Relação de moradores de Lages que são descendentes de italianos: 1) AGOSTINI – Victorio Genuino.⁽³³⁾ 2) ALLEGRI – Irmãos Anselmo Pedro e Ambrosio Joaquim. 3) AMBROSI – Attilio e Joanna Sbardelotto. 4) ARALDI – Aristide Araldi e Ana Martins e os filhos Alcides Antonio, Angelo José, Constante, José, Claudio, Gentil e Altair. 5) ASSINI – Pedro e Olímpia Lenzi. 6) AZI – Elias Azi e Maria Madalena de Jesus, com os filhos Leandro Elias, Isaac e Miguel Elias. 7) BACCI – Domingos e Carolina Ernestina da Luz, em Paineal. 8) BAGGIO – Famílias de Livio Baggio e Fanny Finco; José Pascoal Baggio e Scyla Schau; e de Moacir Baggio e Ignez Isabel Lunardi. 9) BAMPI – Irmãos: Francisco José Bampi e Lucia Paniz; Candido Maria Bampi e Amelia Maria Costamilan; e Giacomo Luiz Bampi e Julieta Furtado. 10) BATTISTELLA – Irmãos Battistella: José Angelo, casado com Elizena Zamproga e os filhos Claudio Valdir e Darci Estevão; Emilio Fiorentino, casado com Filomena Casali, pais de Emilio, Eriodes, Odelir e Rubens; e Egidio Fortunato, casado com Irma Cenatti e o filho Luiz Carlos; e Augusto Severino Battistella, casado com Regina Bresolin. 11) BERNARDELLI – Agostinho. 12) BERTELLI – Victor Jacob. 13) BERTUZZI – Constantino. 14) BONDAVALLI – Angelo casou em Cerrito com Ventura Maria da Conceição. 15) BOREL – Ernesto Borel e Custodia Francisca de Oliveira, com a filha Helena. 16) BOSCATO – Irmãos: Vito Pedro e Maria Freitas Varela; e Pedro Domingos. 17) BRATTI – Pedro Octaviano e Veneranda Bussolo. 18) BRUGNAGO – João Brugnago e Ana Campigotto e os filhos Abraão, Pascoal, Luciano e Alcebiades. 19) BURATTO – Famílias de Abilio Buratto e Maria Calossi e de Libero Buratto e Rosalina Marina da Silva. 20) BURIGO – Famílias: Davide Burigo e Palmira Scaini; Affonso Burigo e Mabilia Burigo; José Burigo e Ida Alves; e Setimo Burigo, casado com Cândida Nascimento Cordova. 21) BURLANI – Ernesto e Amabile Facchi. 22) BUSATO – Maximiliano Busato e Gelsamina Anna Dall’Acqua e os filhos Oscar, Francisco Daniel e Gualdino Domingos. 23) CANSIAN – Silvano e Maria Balbinot. 24) CASAGRANDE – Famílias: Pedro Casagrande e Paulina Amaral e os filhos Erico e Sebastião; e Alcides Casagrande e Dolores Granemann. 25) CASTAGNA – Famílias de Pedro e de Zulmiro. 26) CHIZZOLA – João Battista.⁽³⁴⁾ 27) CHINATO – Augusto Chinato casou com Laura Erminia Cerigatti e teve em Cerro Negro os filhos Angelo, Olivia e Maria Teresa. 28) CHIOCCA – Antidio Felice. 29) COLLA – Adolfo Giacomo Colla e Carolina Menegon e o filho Artenizio. 30) COLOMBO – Ermelindo e Eulita Teresinha Costa. 31) CORSO – Adolfo Corso e Domenica Lucia Andreazza e os filhos Pedro, Maria e Laurindo. 32) CRODA – Luiz Croda e

Ismenia Moreira Waltrick e os filhos Julieta, Eulita e Marcilio. 33) DAL FARRA – Ernesto e Helena Comin. 34) DALL’ASTA – Lugindo Dall’Asta e Aurelia Battistella. 35) DALMOLIN – Silvio Dalmolin morou em Ponte Alta. 36) DAMIANI – Rafael Bianchini Damiani e Rosa Ceron. 37) DE MARTINI – Bernardo Paolo casou com Anna Moreira dos Santos, em Cerro Negro. 38) ERBANO – Luigi casou com Angela Giotri. 39) FAVERO – Germano e Olidia Maria Meneghelli. 40) FAVERSANI – Nestor. 41) FLORIANI – José Floriani e Maria Rafaelli, residentes em Lages, com estes filhos: Battista casou com Delfina Rafaelli, Ernesto casou com Paulina Xavier da Rosa, Alfredo casou com Maria Natividade dos Santos, Luiz casou com Antonieta Tonon e Attilio casou com Maria dos Santos Paes; a família de Affonso Floriani e Teodolinda Rafaelli tiveram os filhos Ema, Leandro, Alberto, Luigi, Mario, Juvenal e Pedro; e ainda Luiz Floriani Junior e Clarinda Ramos. 42) FONTANA – Antonio João Fontana e Catharina Cecchin e o filho Romeu. 43) FORNARI – Giovanni e Ada Borel e os filhos Giovanni José Fornari, Nádia Fornari Colpani, Carmem Lucia Fornari Diez, Terezinha Benvinda Fornari Carneiro, Rui André Fornari, Ada Maria Fornari e Paulo Rogerio Fornari. 44) FURLAN – Famílias: Pietro Ferrorato Furlan e Maria Helena Tonon; e Emilio Furlani e Oliva Dorigatti e os filhos Artur e Olivia.⁽³⁵⁾ 45) GAGLIASTRI – Antonio Gagliastri e Arlinda Burger e os filhos Stela e Oscar. 46) GALVANI – Alcides Antonio e Dosolina Olivia Araldi. 47) GAMBA – Carlos Gamba e Aurora Stradiotto. 48) GARGIONI – Oresto Gargioni e Alexandrina Tuferi. 49) GASPARELLO – Antonio e Teodora Quadros. 50) GASTALDI – Albino Pedro e Maria Joaquina de Oliveira. 51) GOBETTI – Fioravante e Ermelinda Hecke. 52) GOLIN – José. 53) GRACIETTI – Irmãos: Benvenuto casou com Maria Menegazzo, Santo casou com Justina Salmoria, e Attilio Ignacio casou com Helena Adelaide Freschi; Pierina, Ottilio, José, Celestino e Augusto, filhos de Benvenuto Gracietti e Maria Menegazzo; Anselmo, Antonia, Inacio, Luiz e Selminho, filhos de Santo Gracietti e Justina Salmoria; e filhos de Attilio Gracietti e Irene Freschi: Severina, Angelina, Zelinda, Virgolino, Osorio e Otavelino. 54) GRANZOTTO – Paulino e Stella Marina Chiericati. 55) GRAZZIOTIN – Mario Zanella Grazziotin e Adelaide Fasolo e o filho Armando. 56) GRECHI – Famílias: Ernesto Antonio Grechi e Libania Pigatto e os filhos Univalde, Alice, Delminda Tereza, Nair, Denilda, Ernesto e Urbano; e Francisco Eugenio Greco e Mercedes Ribeiro de Souza.⁽³⁶⁾ 57) GUIDALI – Helio. 58) LARGURA – Irmãos Maria, Ginebra, Leandro, Angelo e Carlos, filhos de Agostino Largura. 59) LAVINA – Giovanni Luigi e Antonieta Bernardini. 60) LETTI – Elio Pedro e Reny da Silva Ramos. 61) MADALOSSO – Alfredo. 62) MAGALDI – Manuel Magaldi e Rufina Bento Rodrigues e os filhos Belizaria, Alfredo e João. 63) MAGANIN – Luiz e

Leorcina Miranda.⁽³⁷⁾ 64) MALINVERNI – Agostinho Malinverni e Anna Angela Corsetti, com os filhos Marino e Agostinho Filho. 65) MANFREDI – Diniz Manfredi e Santina Zancan. 66) MANFROI – Francisco e Elvira Corona. 67) MANTOVANI – Lodovino e Dileta Orlandi dos Santos. 68) MARCON – Antonio Santo Marcon e Adele Bettú. 69) MARIN – Benjamin e Petronilla Battistella. 70) MARTIGNAGO – Giovanni e Augusta Furlan. 71) MAZZOCHI – Carlos e Dozolina Polonia Pasquali. 72) MELLEGARI – Pedro Martino e Luiza Stockmans. 73) MENEGAZZO – Vittorio casou com Giulia Canani, tendo os filhos Benvenuto, Luiz, Adelina e Luiz, nascidos em Capão Alto. 74) MEZZALIRA – Euclides. 75) MONDADORI – Francisco Mondadori e Pierina Polli e os filhos Domingos e Ferdinando. 76) MORA – Irmãos Valentim e Elena. 77) MORETTO – Angelo e Magdalena Zandoná. 78) NERCOLINI – José Nercolini e Regina Sartori, sendo que o filho Antero foi membro do Tribunal de Contas de Santa Catarina. 79) OGLIARI – João Ogliari e Etelvina Locatelli e o filho Claodino. 80) PAESE – Laurindo e Nadir Andrighetti. 81) PARIZOTO – Julio e Josefina Piroli. 82) PASCALE – Vincenzo e Aida Della Rocca. 83) PAVAN – Guilherme e Rosa do Amaral. 84) PICCININI – Abel Piccinini e Verginia Largura tiveram em Lages os filhos: João Feliciano, casado com Jandira Ferreira dos Santos e os filhos Virginia, Iolanda e Abel, esse casado com Virginia Largura, tendo os filhos João Feliciano, Josefina, Rosa Ema, Clara, Norma Aurora, Gentil, Ana Luiza e Maria; Silvio Maximino, nascido em Lages; Gentil, casado com Hilda Ribeiro Schmidt; Ana Luiza, casada com Oliveiro Luiz Lemos; e Maria, casada com José Raulino Mattos. 85) PICCOLI – Claudio. 86) PIOVESAN – Archimedes João e Dalvina Angela Piovesan. 87) PIVA – Luiz Piva e Catharina Werner. 88) POCAI – Orlando e Santina Joanna Poletto. 89) RAFAELLI – Luigi Francesco Rafaelli e Eugenia Tomaselli, com os filhos Luiz, Rogerio e Delphina.⁽³⁸⁾ 90) RANZOLIN – Armino casou com Edith Carletti. 91) REGIANINI – José Valdir e Olga Burlani. 92) RICALDONE – Francisco. 93) ROSANIGO – Enrico. 94) ROSSETTO – Luiz casou com Emilia Battistella. 95) ROSSI – Angelo Rossi e Giuseppina Anna Scotti, com os filhos Maria Teresina e Paulo Francisco Olivo. 96) ROSSO – Valerio Burigo Rosso e a mãe Vigilante Dal Pont residiram em Índios, Lages. 97) SALMORIA – Famílias: Olimpio Salmoria e Matilde Canani, com os filhos Narciso, Hermindio, Hortencia, Delaide, Deolinda, Juventino, Ernestina e Antonieta; Laurentino Salmoria e Helia Maria Zanelato; Hilario Salmoria, nascido em Cerro Negro, casou com Santina Menegazzo; e Honorio Salmoria, casado com Maria Luiza Canani. 98) SANTIN – José casou com Maria Chies.⁽³⁹⁾ 99) SASSI – Famílias: João Sassi e Ignez Leite de Avila, com o filho Vergilio; Francisco Sassi e Ana Maria Hamkitzack, sendo pais do escritor Guido Wilmar Sassi e de Donald Clemente Sassi;

Pedro Sassi e Zejuvina Maria de Jesus; e Catarina Sassi e Adalberto dos Santos Campolino.⁽⁴⁰⁾ 100) SASSO – Famílias: Natale Sasso e Anna Reuter, com os filhos Virgílio, Datalgina, Anna Maria e Aristides; e Luiz Sasso e Maria Signorelli e o filho João. 101) SBARDELOTTO – Angelo Sbardelotto e o filho Firmino residiram em Ponte Serrada. 102) SEMINOTTI – Reinaldo. 103) SERAFINI – Fiovo Serafini e Zulmira da Silva Muniz. 104) SEREGATTI – Irmãos: Lorenzo casou em Cerro Negro com Maria Pozzi; e Stella Maria casou com Paulo Granzotto; e Augusto Ceregatti, casado com Maria Julia.⁽⁴¹⁾ 105) SGARIA – João Batista Sgaria e Rachel Romão, com o filho Henrique, casado com Celeste Tonon; e José Maria Sgaria. 106) SIRONI – Angelo Sironi e Bradamante Salmoria, com os filhos Zelia Luiza, Almiro e Mario Paulino. 107) SOFFIATTI – Luiz Gonzaga Soffiatti, casado com Inês Margarida Tonon. 108) STRADIOTO – Fioravante e Carolina Brogni. 109) TONON – Famílias: Francisco Tonon, a esposa Maria Eugénia, e os filhos Maria Helena, Celeste, João, e Marcos Francisco Tonon; e Giacomo Tonon e Marietta Belotti, com a filha Antonietta, casada com Luiz Floriani. 110) TORTATO – Enio e Noemia Mazzocchi. 111) TORTELLI – Marcos Gentil. 112) TREVISAN – Lucas. 113) VALIATI – Clodoveu. 114) VALLE – Angelo Giovanni casou com Emma Bridi. 115) VALMORBIDA – Altino Valmorbida e Teresa Baggio e a filha Daisy Maria, casada com Sonon Vieira. 116) VASSELAI – Famílias: Maria Josefina Vasselai e Giovanni Battista Rafaelli; Augusto Vasselai e Amabile Matedi; e Orlando R. Vasselai e Belisaria Gorges. 117) VEDANA – Augusto e Cesarina Ghinzelli. 118) VERDI – Santo Verdi e Pascoalina Moro. 119) VOLPATO – Carlos e Adele Paganini. 120) ZAMBAN – Luiz Vergílio e Elza Maria Zanezi. 121) ZANGELINI – Herminio Zangelini e Ceuzira Zangelini. 122) ZAPAROLLI – Guilherme e Minervina Pereira do Amaral. 123) ZILLIOTTO – Victorio e Zelandia Daniel. 124) ZONATTO – Pedro Zonatto e Rosa Ortenilla Baggio e o filho Waldemar. 125) ZONTA – Silvio Zonta e Zenita Zonta. 126) ZULIAN – Bonfiglio Zulian e Anna Filomena Toigo e o filho Domingos, casado com Angelina Teresa Marcon; e a família de João Victor Zulian, casado com Hilda Waltrich.

Outros sobrenomes de pessoas que residiram em Lages em anos posteriores aos citados na listagem acima: Andreazza, Andreis, Andrighetti, Anzillero, Anzolin, Baccin, Barzotto, Bassin, Beltrame, Beretta, Bernardi, Bertolini, Bertotti, Bet, Biasi, Biasotto, Binatti, Biolchi, Bisotto, Bombassaro, Borsatto, Bortolazo, Bortolon, Bortoluzzi, Bovi, Busin, Canalli, Canonica,

Carnevali, Carrara, Casali, Casanova, Cattoni, Ceccatto, Cemin, Ceron, Cherubini, Chini, Chiodelli, Colpani, Conradi, Corbellini, Cordioli, Corona, Coronetti, Cristofolini, Dagostini, Dallabrida, Debarba, Dotto, Durigon, Facchi, Feltrin, Ferla, Fiamoncini, Finardi, Forbici, Forghieri, Franzoi, Gaboardi, Galli, Gasperin, Ghislandi, Ghizoni, Gioppo, Gobbi, Gonzatto, Gottardo, Grassi, Guazzelli, Isoton/Isotton, Locatelli, Longo, Lorenzetti, Lorenzi, Lunardi, Maldani, Manfioletti, Manganelli, Maraschin, Marchi, Martello, Martini, Mاتیotti, Mazetto/Mezetto, Maziero, Mescolotto, Michielin, Minozzo, Miola, Montemezzo, Morandini, Moro, Moroni, Munarin, Mussatto, Novello, Oberziner, Oliboni, Ortolan, Oselame, Pagani, Paggi, Panatta, Pedrassani, Pellegrini, Pellin, Perdona, Perin, Peron, Perucchi, Peruzzolo, Picolotto, Pilatti, Piloni, Piroli, Pissetti, Polese, Poletto, Priotto, Ragnini, Recalcatti, Rigon, Riscarolli, Rizzon, Romagna, Ronconi, Ronsoni, Rotta, Rovaris, Ruzza, Sandini, Savian, Sbroglio, Scapini, Schenato, Scopel, Secchi, Sgarioni, Simonetti, Sirtoli, Sonagli, Spuldaro, Strapazzon, Susin, Tasca, Tensini, Todeschini, Toigo, Tomasini, Tomazi, Toss, Tripoli, Uncini, Vezaro, Vieceli, Voltolini, Zabet, Zamboni, Zampieri, Zanella, Zaniol, Zanon/Zanoni, Zantotto e Zardo.

Outros Municípios

Nos primeiros registros paroquiais de Lages constam muitas famílias italianas que residiam nos municípios vizinhos que pertenciam à antiga Paróquia de Nossa Senhora dos Prazeres. Há registros de moradores das vilas de São Francisco do Cerro Negro, São José do Cerrito, Nossa Senhora da Conceição de Curitibanos, São Joaquim da Costa da Serra, Campos Novos, Bom Retiro, Bom Jardim da Serra, Rio Rufino, Urupema, Urubici, Bocaina do Sul, Capão Alto, Correia Pinto, Ponte Alta, Otacílio Costa, Palmeiras, Santa Cecília, Abdon Batista, Anita Garibaldi, Painei, Campo Belo do Sul e Celso Ramos.⁽⁴²⁾

Manifestações atuais

Assim como ocorre em todos os polos imigratórios com presença da etnia italiana, no Alto Vale do Itajaí e no Planalto Serrano também há ainda hoje uma forte presença de manifestações culturais e a solidificação de estruturas folclóricas herdadas dos nossos avós.

Desde o início da migração italiana as comunidades contaram com a presença de focos culturais, principalmente com a formação de coros folclóricos e religiosos e de manifestações culturais por meio dos costumes que valorizaram a cultura, a alimentação, a linguagem e as tradições do povo italiano.

Num passado não muito remoto, nas comunidades como Rio do Sul, Agronômica, Laurentino, Rio do Oeste e Taió algumas tradições italianas eram focos de expressão popular. Vale ressaltar a realização de filós que uniam as famílias por meio de uma jornada de trabalho coletivo, complementada à noite com um jantar comunitário, cantoria e os trabalhos manuais das mulheres. Da mesma forma, no período natalino, era comum nessas comunidades a realização folclórica da Santa Notte, quando os cantores giravam de casa em casa, guiados pela estrela artesanal com execuções de cantos do natal e da epifania.

As canções trazidas pelos imigrantes italianos foram e continuam sendo ecos de um passado de glória do povo italiano. O Alto Vale do Itajaí contou com a formação de corais folclóricos e até mesmo a vozes, principalmente em localidades dos atuais municípios de Rio do Sul, Rio do Oeste, Laurentino, Agronômica, Taió, Salete e em outros com menor expressividade.

Ainda hoje a cultura italiana, tanto no Alto Vale quanto no Planalto Serrano, manifesta-se frequentemente por associações italianas, como os Circolos Trentinos em Presidente Getúlio, em Rio do Sul, em Rio do Oeste, em Laurentino, em Taió e em Salete; as Famílias Trentinas em Rio do Sul e Taió; o Circolo Italiano em Lages; e em festas tradicionais, como a Festa del Vino Artigianale, em Taió, a Festa del Polo, em Salete, a Festa da Polenta, em Rio do Oeste, a Festa do Queijo, em Laurentino, a Festa dei Nonni, em Lages, a Festa das Origens, em Rio do Campo, apenas para ficar com os principais eventos.

No campo da musicalidade uma das manifestações mais significativas é a do Coro Citavi, de Rio do Oeste, que é o único coro alpino, a quatro vozes masculinas existente fora do território italiano e que mantém gemellaggio com o Coro Valbronzale, de Ospedaletto, Trento, e representa a Província Autônoma de Trento na América Latina. Além do mais, há corais folclóricos em Rio do Sul, Presidente Getúlio, José Boiteux, Ascurra, Taió e Salete.

Todas essas manifestações artístico-culturais são ecos herdados dos antepassados, que se amoldaram à cultura de Santa Catarina.

Considerações Finais

Ao término deste trabalho, chega-se à conclusão de que o Alto Vale do Itajaí, bem como o Planalto Serrano são mananciais da presença italiana e que, a partir de agora, essas regiões podem e devem ser vistas como espelhos da história e da cultura italiana. É claro que num patamar menor, porque essas duas regiões de modo geral estão incluídas pela historiografia como regiões de migração e não de imigração.

No entanto, é hora de reconhecer que o Alto Vale do Itajaí fez parte do processo migratório quando, em 1878, o Dr. Blumenau instalou na Colônia de Lontras um grupo de 58 famílias lombardas. É bem verdade que esse grupo migratório ficou desamparado e sem segurança de sobrevivência a ponto de muitos deles abandonarem a colônia e voltarem ao Médio Vale do Itajaí ou mesmo permanecerem em regiões mais seguras do próprio Alto Vale.

De qualquer modo, este trabalho irá oportunizar aos catarinenses uma maior clareza sobre a identidade social e cultural italiana no Alto Vale e no Planalto Serrano e, de uma vez por todas, garantir o Alto Vale como um dos polos da imigração italiana.

O objetivo primordial nesta pesquisa foi resgatar as famílias italianas que participaram do processo migratório nessas duas regiões em estudo. É claro que o levantamento dessas famílias foi feito de forma aleatória e há necessidade de no futuro buscar um melhor aprimoramento e identificação dessas famílias, reconhecendo, por exemplo, as cidades e locais onde se concentraram em maior número esses migrantes e de quais polos migratórios advieram no processo migratório.

Por fim, é possível notar que tanto o Alto Vale quanto o Planalto Serrano se traduzem em polos que vivenciam ainda hoje manifestações culturais e artísticas e são espelhos do processo de socialização linguístico-cultural herdado dos antepassados.



Fonte: Bela Lages por Julio Vasco, publicada no Facebook, em [Fotos Antigas de Santa Catarina](#).

Figura 6.7 – Panorama da cidade de Lages, em 1902, bem na época em que começaram a chegar as primeiras famílias de imigrantes italianos ou de seus descendentes



Figura 6.8 - Josaphat Lenzi migrou de Rio dos Cedros para o Alto Vale do Itajaí e, em seguida, deslocou-se para Lages, no início do século XX. Em 1908 fundou a Cervejaria União Serrana. Nota-se na foto cedida por Leonardo Fornari que nela foi acoplada a logo da Cervejaria.



Figura 6.9 - O pintor Agostinho Malinverni Filho, (nascido em Lages, aos 16/2/1913 e falecido aos 14/1/1971), no seu atelier em Lages



Figura 6.10 - O romancista Guido Wilmar Sassi (nascido em Lages, aos 15/9/1922 e falecido aos 5/5/2022), numa pose na Editora Boa Leitura, em São Paulo, 1962, por ocasião do lançamento do livro “São Miguel”

Notas

(1) Graduado em Letras e mestre em Linguística. Atuou como professor estadual e universitário, diretor de escola, Secretário Municipal de Educação no município de Taió, Coordenador do *Campus* da Unidavi em Taió, Coordenador Local de Ensino, Coordenador Regional de Ensino e Membro do Conselho Estadual de Educação. Foi vereador e presidente da Câmara de Vereadores de Taió, tendo exercido interinamente o cargo de prefeito. É historiador, com mais de quinze livros editados na área da imigração italiana. É membro do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Foi presidente da Federação das Famílias Trentinas do Brasil e também foi conselheiro do COMITES PR/SC. Atualmente é presidente e integrante do Coro Citavi. Foi condecorado com diversas Medalhas de Mérito, incluindo o Prêmio Bellunesi nel Modo, recebido em Belluno, Itália, em 2009. E-mail: fiorellozanella@gmail.com

(2) Alguns integrantes da Família Andreon se deslocaram para o Planalto Serrano.

(3) O sobrenome foi também registrado Felizardi e Felizardo.

(4) Segundo informações, Pietro Lesi, também registrado Lesio, nasceu em Nova Jersey, EUA, para onde seus pais haviam emigrado. O sobrenome correto é D'Alessio.

(5) Nazari gerou o sobrenome Nazario.

(6) O sobrenome Ponzio foi registrado também Poncio.

(7) O sobrenome também foi mudado para Ancini.

(8) Aparece registrado também o sobrenome Bonessi.

(9) O sobrenome também foi registrado Brugnolli.

(10) Cavilha é uma variação de Caviglia.

(11) Registrado também Cecchetto e Cechet.

(12) O sobrenome foi também registrado Chicatto e Schicatto.

(13) O sobrenome correto, em vez de Cirico, é Chierico, conforme documentos iniciais.

(14) Migraram de Rio do Sul a Lages.

(15) Também registrado Mantoani.

(16) Os antepassados da Família Masson são naturais de Paris, sendo filho de Adriano Anatólio Masson, nascido no Rio de Janeiro e neto de Michel Masson, nascido em Paris. A família migrou para Grão-Pará.

(17) Também registrado Menell e Menel.

(18) O sobrenome Oliani variou também para Oliano e Uliano.

(19) Também registrado Palma.

(20) Também registrado Roxadelli.

(21) Variação portuguesa de Sacchetti.

(22) O sobrenome Sora originariamente é Zorrer.

(23) Também registrado Stapazolli.

(24) Aparece também registrado Soave.

(25) O sobrenome foi também registrado Turinelli.

(26) Foi também registrado Toassi.

(27) Foi também registrado Visentin.

(28) Foi também registrado Vignolli.

(29) O sobrenome Zancanaro foi também registrado Giancanaro.

(30) Vicente Gamborgi chegou a Lages em 1883, enquanto Nicolau Kassuly e Nicolau Granato eram fortes comerciantes em Lages.

(31) O sobrenome foi também registrado Bianchin.

- (32) O sobrenome correto deveria ser Gamborzi.
- (33) Agostini é a grafia mais comum, mas encontra-se também familiares com o sobrenome grafado Agustini.
- (34) O sobrenome também foi registrado na Paróquia de Lages como Chissoli e Quissola.
- (35) Existe também o sobrenome Furlani.
- (36) O sobrenome foi também registrado Greco na Paróquia de Lages.
- (37) O sobrenome Maganin é uma variação de Magagnin.
- (38) Na Paróquia de Lages, foram feitos vários registros com o sobrenome Raphaeli.
- (39) Existe também a variação Santini.
- (40) Guido Wilmar Sassi foi escritor brasileiro.
- (41) O sobrenome certo é Chiericati, mas foi alterado para Serigatti e Ceregatti.
- (42) Os italianos que residiram nestes municípios podem ser pesquisados no capítulo A Expansão para o Planalto, de autoria de Leila Pereira da Silva Nunes, *in*: Italianos em Santa Catarina. Florianópolis: Lunardelli, 2001.

Referências

Arquivo da Paróquia São Paulo Apóstolo de Blumenau.

Arquivo da Paróquia Nossa Senhora dos Prazeres de Lages.

Arquivo de Paróquia de Rio do Cedros.

Arquivo da Paróquia de Rodeio.

BETHLEM, Hugo. O Vale do Itajaí. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora, 1939.

GOULARTI FILHO, Alcides. Tropeiros e Colonos e a construção da Estrada de Blumenau a Curitiba. Disponível em: <https://necat.ufsc.br/files/2011/10/TROPEIROS-E-COLONOS-.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2024.

NUNES, Leila Pereira da Silva. A Expansão para o Planalto. *In*: Italianos em Santa Catarina, volume 1, Walter F. Piazza (org.) *et alii*. Florianópolis: Lunardelli, 2001.

ZANELLA, Fiorelo. A Colonização Italiana no Alto Vale do Itajaí. *In*: Italianos em Santa Catarina, volume 1, Walter F. Piazza (org.) *et alii*. Florianópolis: Lunardelli, 2001.

ZANELLA, Fiorelo. Das Clareiras da Barra do Tayó: um registro da oralidade histórica. Blumenau: Letras, 2007.

ZOLDAN, Paulo & CAPPELINI, Carlos. Museu do Agricultor de Santa Catarina – Estudo para implantação. Florianópolis: Instituto Cepa/SC/Fepa, 2004.

*Oeste Catarinense:
italianos eram
os “nonnos”*

José Carlos Radin⁽¹⁾

O sesquicentenário da “grande imigração italiana”⁽²⁾ para Santa Catarina deve trazer reflexões acerca das várias facetas dessa marcante experiência histórica, de milhares de homens e mulheres, no Estado e em todo o sul do Brasil. Nessa região, desenvolveram-se experiências peculiares de ocupação do território em assentamentos agrícolas, permitindo a inclusão de muitos imigrantes e migrantes, fosse por iniciativa ou sob a guarida do poder público. Considerando outros trabalhos deste autor sobre o tema (Radin, 2009, 2019, 2020, 2022), propõe-se aqui, de forma breve e estando ciente das limitações e dos riscos das sínteses, um relato e reflexões a respeito da “grande migração” de ítalo-brasileiros ao Oeste catarinense. Compreende-se por “Oeste catarinense” o território desde o vale do Rio do Peixe até a divisa com a Argentina, totalizando uma área de aproximadamente 28.000 km², incorporado a Santa Catarina em 1916.

A respeito das pesquisas acerca da imigração, vários estudos debruçaram-se sobre as diferentes dimensões em relação à “grande imigração italiana” para o Brasil e para a região sul, ocorrida do último quartel do século XIX até a Primeira Guerra. Sobre a situação em Santa Catarina, no entanto, eles não são tão generosos, sobretudo quando comparados aos estudos focados em São Paulo e no Rio Grande do Sul.

A abordagem, nesta análise, terá como referência os “assentamentos de migrantes” enquanto espaços de produção agrícola e de reordenamento da vida social, assim como algumas consequências desse processo. Como em geral aconteceu no sul brasileiro, Santa Catarina também teve imigrantes “trabalhadores urbanos”, no entanto, conforme documentou o Ministero Degli Affari Esteri (Itália, 1908, p. 245), no Estado, prevaleceu o imigrante camponês que, entre os italianos, somavam ao menos 95%. “Todos ou quase todos se tornaram proprietários de ao menos um lote de terra” e preferiram trabalhá-las ao invés de se ocuparem com outras atividades.

O fenômeno imigratório que, até pouco tempo, parecia coisa apenas do passado, reapareceu de forma incisiva no mundo, sendo, em geral, posto como um problema, sobretudo nos países do norte global e na ótica de certos segmentos das sociedades. Ter em mente esse fenômeno na atualidade, nos faz refletir melhor acerca das experiências do passado, afinal, como lembra Tedesco (2022, p. 44), “a História da humanidade se constitui tendo como fundamento o fenômeno da mobilidade humana. A migração está no DNA da sociedade, é o elemento central do processo civilizacional”.

Por que as pessoas emigram? Parece uma pergunta simples, mas exige uma resposta complexa, pois as causas da emigração são as mais diversas, demandando compreender as peculiaridades de cada espaço e de cada tempo, tanto do lugar de partida quanto do de chegada. Isso porque existem migrações forçadas por guerras ou conflitos políticos, por disputas religiosas, por fenômenos climáticos, entre outras tantas causas. No entanto, sem generalizar, é inegável o peso exercido pelos problemas socioeconômicos nos locais de partida dessas pessoas. No caso dos italianos, mesmo antes da unificação do país, a condição dos camponeses era precária, pois ainda viviam sob forte influência das velhas estruturas feudais. Reportando-se a essa condição, Marco Palla (1996, p. 9 e 53) destaca que, na virada para o século XX, a condição de penúria mantinha-se e a Itália continuava a perder centenas de milhares de habitantes a cada ano, os quais, fugindo da miséria, emigravam para as Américas. Apesar disso, os governantes relutavam em mudar a estrutura agrária, inclusive suspendendo os magros subsídios aos camponeses sem terras e reintroduzindo aos proprietários agrícolas obrigações de tipo semifeudal. Assim, a sina dos mais pobres é sempre a de tentar amenizar a luta pela sobrevivência, independente de em qual território, confirmando, de certa forma, o entendimento de Cícero: *ubi bene ibi patria* – onde se vive bem, aí está a pátria.

As grandes emigrações registradas pela história não são de lugares onde as pessoas tinham condições de vida minimamente satisfatórias. Desse modo, enquanto a humanidade não for capaz de produzir simetria mínima na distribuição da riqueza produzida, continuaremos a ter pessoas compelidas a emigrar na esperança de encontrar a sua “terra prometida”. Assim, subentende-se que as emigrações estão relacionadas com decisões políticas, seja dos espaços de partida ou de chegada.

É próprio da História reler o passado a partir do seu presente e das inquietações de quem o faz, permitindo que se revisitem os vários aspectos de cada fenômeno. Entre os escritos sobre o tema, não faltam os marcadamente apologéticos, contribuindo para que, entre os descendentes dos imigrantes, difundissem várias representações genéricas e ufanistas. Por elas, muitas vezes se propagaram noções de um passado fantasioso, de uma trajetória de “vencer pelo próprio trabalho”,

de superação de “grandes dificuldades”, do “era puro mato”, do “aqui não tinha nada”, etc. Não se pretende aqui negar o significado do trabalho ou as inúmeras dificuldades que os imigrantes e migrantes enfrentaram no processo. Certamente foram muitas e a trajetória não foi fácil, assim como não é para os imigrantes do tempo presente. No entanto, não raro, representações dessa natureza ofuscam a história, pois pouco reportam às causas da repulsão dos emigrantes e, sobretudo, dos fatores de atração propiciados por governos brasileiros, seja para a emigração aos espaços urbanos ou às áreas dos assentamentos agrícolas sulinos. Obviamente que tais fatores de repulsão e de atração, tendo em vista o tempo considerável em que ocorreu o fenômeno da “grande emigração”, oscilavam e modificavam-se com frequência.

Desde a emancipação política até o início do século XX, tanto os governos federais quanto os regionais criaram diversas políticas públicas, em geral decisivas para o ato de emigrar. Nos períodos de “imigração induzida”, favoreceram a vinda, entre outras coisas, pelo aceno da possibilidade de se tornarem proprietários de terra, situação evidenciada pelo grande número de camponeses assentados. Se fosse possível perguntar aos “nonnos” que emigraram quantos deles, ou das gerações anteriores, já haviam sido proprietários de terra, o “nunca fomos!” seria a resposta da grande maioria, socialmente desclassificada na Itália. Assim, só o “tornar-se proprietário de terra” bastaria para mostrar o quanto tais políticas públicas, sobretudo no sul do Brasil, contribuíram para transformar a condição social dessas pessoas. Além disso, vários outros subsídios públicos foram concedidos, como a passagem de vinda, auxílios para deslocamento aos lotes e para iniciarem os primeiros plantios, emprego temporário em obras públicas nos primeiros meses após a chegada, entre outros. Claro que nesse processo de atração, muitos interesses estavam em jogo e o atendimento às promessas era parcial ou não acontecia, mas é inegável que os cenários de acolhida dos italianos foram muito mais favoráveis do que adversos. Se não o fossem, tanta gente teria emigrado?

Atualmente, talvez não se consiga compreender o real significado que tinha, para um camponês italiano, essa mudança de condição, a de passar a ser proprietário de uma terra. Em grande medida, esse feito resultou de políticas públicas que favoreceram a inclusão, na sociedade brasileira, de milhares de homens e mulheres marginalizados na sua pátria. Nesse sentido, foram “políticas públicas acertadas”, no entanto, esses mesmos governantes não previram condição equivalente às populações já estabelecidas, como as indígenas, os caboclos e os ex-escravizados. De regra, essas políticas deram suporte não apenas à formação dos assentamentos de colonos no período da “grande imigração”, como também na “grande migração”, protagonizada por descendentes de italianos,



Fonte: Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina – CEOM, Chapecó/SC

Figura 7.1 - Planta das terras da Empresa Colonizadora Ernesto Bertaso. Compreende áreas do território de Chapecó, Xaxim, Cordilheira Alta, Coronel Freitas e Quilombo.

na colonização do Oeste catarinense, em especial entre os anos 1920 e 1960. A forma como se desenvolveu esse processo, no feitiço almejado pelos governantes, foi uma eficiente estratégia de fixação das pessoas no território, considerando que, gradativamente, iam construindo a infraestruturura nos lotes e estabeleciam relações sociais nas comunidades que formavam.

Quando se fala em colonizadores, como chamou atenção Memmi (2017), também se fala em colonizados. Assim, nessa relação desigual, os nativos, indígenas e caboclos, que há muito habitavam os territórios do Oeste, foram sendo colocados à margem e inferiorizados, por um conjunto de práticas e representações construídas e difundidas por governantes e por intelectuais. Por sua vez, os imigrantes e migrantes eram enaltecidos, mostrados como “civilizadores”, “ordeiros”, “pioneiros”, “progressistas”, entre outros qualificativos. Portanto, temos a outra face da política pública, “a não acertada”, omissa e conivente com tal processo, ancorada em teorias do darwinismo social, típicas da época, e que contribuíram para impelir tais grupos à margem da sociedade, especialmente no que tange ao domínio e ao uso da terra.

Por obra da “política acertada”, pela qual foram incluídos milhares de italianos, os assentamentos agrícolas foram um exemplo de democratização do acesso à terra a partir da pequena propriedade familiar, experiência que condicionou a economia desses territórios, ao menos até o final dos anos 1970. Essa prática se diferenciou do que historicamente aconteceu no Brasil, dominado pelo latifúndio e pelos grandes ciclos econômicos. As áreas de colonização não foram apenas palco de assentamento de gente “sem-terra”, mas espaços onde se protagonizou uma peculiar experiência de reengenharia social e de produção. A forma de divisão da terra em lotes agrícolas permitiu uma dinâmica socioeconômica que favoreceu o desenvolvimento regional. A policultura não visava apenas à subsistência da família, à produção do necessário para o cotidiano, mas serviu de base a um desenvolvimento característico desses territórios. Por mais que a preocupação fosse com a subsistência, a produção de excedentes adensou e estabeleceu íntima relação com o comércio e com a emergência de pequenas indústrias. Aliado principalmente ao extrativismo da madeira, isso permitiu a acumulação de capital, que naquele contexto era reinvestido na produção, decisivo para consolidar, entre outras, a indústria de máquinas e implementos agrícolas, moageira e frigorífica.

Várias situações apontam a presença italiana no Oeste, como: a estreita relação com as comunidades religiosas católicas, em torno das quais reordenaram a vida social e a prática da “indústria doméstica”, com produção de queijos, embutidos de suínos, etc. Além disso, ainda hoje é possível se encontrar com falantes de italiano, ouvir programas de rádio em *talian*⁽³⁾,

nos quais se saberá da existência de “associações culturais” e de festas “típicas italianas”, ir a um restaurante “típico italiano”, entrar em igrejas cujo padroeiro é Santo Antônio (de Padova), entre outras. Mas de que “italianos” se está falando?

A forma de organização dos assentamentos permitiu que, aqueles que se identificavam como vênnetos, trentinos, friulanos, lombardos..., passassem a se ver como italianos. No Oeste, esse grupo era constituído por seus descendentes, mormente procedentes das áreas de colonização do Rio Grande do Sul. Com a emigração dos antepassados italianos, também emigrou um conjunto de práticas, costumes, tradições, saberes e padrões de comportamento, o que facilitou sua identificação como grupo étnico. Por mais que a cultura se reelabore constantemente, tais valores balizaram seu modo de vida e visão de mundo. Nessas reelaborações sempre há permanências e mudanças e, mesmo que em muitas situações foram sendo abasileirados ou agau-chados, essa população se identifica como italiana. Pela identificação como grupo, não raro se distinguem como progressistas, portadores da ética do trabalho e de valores morais distintos.

Por mais que seja próprio da cultura se reelaborar no processo histórico, para os imigrantes é inevitável o desejo de reproduzir o modo de vida que tinham antes de emigrar. Como lembra Rene Gertz (2022, p. 15), ao citar Weber, “o homem, por natureza, gostaria de viver como sempre viveu”. Sobre os descendentes dos imigrantes diz que, além das tradições inventadas, existe um “folclore autêntico” que os caracteriza enquanto grupos e que forma a base de “regiões culturais”.

Assim, sem considerar as peculiaridades dessas “regiões culturais”, a compreensão da história dos últimos 150 anos, sobretudo no Sul do Brasil, será cingida e também não se compreenderá como o Oeste catarinense se construiu socioeconomicamente no último século, com marcante presença dos ítalo.

O Oeste no tempo da Grande Imigração

No período que marcou a “grande imigração italiana em Santa Catarina”, do último quartel do século XIX até a Primeira Guerra Mundial, o que se conhece hoje como Oeste catarinense, “não existia”. Esse território foi objeto de litígios com a Argentina e também entre Santa Catarina e o Paraná. A Argentina disputava com o Brasil extensa área, desde a independência dos países, contenda só resolvida em 1895, por mediação do Presidente Cleveland, dos Estados Unidos. No que se refere à disputa entre Santa Catarina e Paraná, com a criação da Província do Paraná, em 1853,



Fonte: CEOM - Chapecó, SC

Figura 7.2 - Igreja da Linha Fernando Machado, Cordilheira Alta, em dia de evento religioso



Fonte: CEOM - Chapecó, SC

Figura 7.3 - Mapa de Santa Catarina, 1927, com os municípios de Chapecó e Cruzeiro

acirrou-se o litígio pelos limites com a de Santa Catarina, criada em 1821, estendendo-se por décadas. No ano de 1904, a contenda foi levada ao Supremo Tribunal Federal, ocasião em que Santa Catarina teve ganho de causa. Apesar de Paraná recorrer da decisão, ela foi ratificada em 1910, o que ainda não colocou fim na disputa. Somente em 20 de outubro de 1916, quando, após várias tentativas, o presidente da República Wenceslau Braz costurou um acordo político que pôs fim ao litígio (Valentini, 2015).

O longo período de indefinição marcou profundamente a natureza da ocupação demográfica do Oeste catarinense. A jurisdição provisória, demarcada em 1879, definia o rio do Peixe como limite oeste da província (Machado, 2004, p. 125). O cenário de indefinição fez com que o governo brasileiro criasse as Colônias Militares, de Chopim e de Chapecó, em 1859, as quais, conforme Piazza (1988, p. 216), tinham o propósito de defender a fronteira, proteger os habitantes “e a chamar os índios, com auxílio da catequese à civilização”. O ato de criação previa a concessão de terras aos “colonos militares” e a outros cidadãos “na condição de serem imediatamente habitadas e cultivadas”. No entanto, somente em 1882, foram instauradas as colônias, com 40 famílias.

Após a Proclamação da República e com a virada do século, a região foi profundamente impactada. A construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande, colossal no seu tempo, cujo trecho catarinense foi concluído em 1911, influenciou sobremaneira na forma de reocupação e de uso do território. O moderno meio de transporte, construído com recurso público, acelerou o processo de apropriação privada da terra, que havia se intensificado após a Lei de Terras, de 1850 (Brasil, 1850). Como foi demonstrado por Petroli (2018), a expansão da conquista dos campos de Palmas, já a partir de 1839, fez avançar as “fazendas de criar” e um conjunto de negócios privados.

Esse cenário era propício para a atração de colonizadores. A intenção da colonização do território estava expressa no Decreto 10.432, pelo qual o governo brasileiro definia o contrato para a construção da ferrovia entre a empresa *Brazil Railway Company*, uma *holding* gerida pelo empresário Percival Farquhar, e o governo brasileiro (Brasil, 1889). Caberia à empresa também promover a colonização da região e, mesmo que o contrato tenha sido modificado no ano seguinte (Brasil, 1890), a construção da ferrovia objetivava intensificar a ocupação do território, considerado “vazio”, com vistas a torná-lo produtivo e ampliar os domínios sobre a fronteira. A modificação do contrato desobrigava a empresa da tarefa da colonização, permitindo que fosse repassada a outras empresas privadas.

Reportando-se ao significado dos investimentos públicos no setor ferroviário brasileiro, Oliveira (2016, p. 196) salienta que “as concessionárias privadas operavam basicamente visando o próprio interesse”. Mesmo assim, no final do século XIX e início do seguinte, coube à ferrovia papel de destaque no desenvolvimento, no povoamento de vastas regiões do interior e na inserção do país no cenário econômico mundial.

Por mais que os recursos diretos do governo federal, alocados para a construção das ferrovias fossem limitados, no caso da São Paulo-Rio Grande, chama a atenção a concessão de uma imensa faixa de terras, de 15 quilômetros para cada lado dos trilhos, como parte do pagamento. Não tardou para que essa área fosse cobiçada, sobretudo pela proximidade com o moderno meio de transporte, por se tornar referência para a colonização e para a rápida expansão capitalista nesse território. Naquele contexto, em que os motes da modernização e do progresso dominavam as discussões, inevitavelmente se debatia o estatuto étnico do brasileiro.

Com quem colonizar?

A intelectualidade brasileira, em meio à crise do trabalho escravo, conforme Tânia de Luca (1999), debatia o fato de o “Brasil ainda não ser uma nação” e não estar nos trilhos do progresso. Essa intelectualidade entendia ser capaz de dar conta da tarefa de indicar os rumos para o país e, para isso, a referência não poderia ser o passado indígena, da escravidão e da colonização portuguesa, mas o futuro, no qual a sociedade fosse branqueada pela imigração. Naquele cenário, os letrados estavam descrentes quanto à possibilidade de “modernização, progresso e civilização”, devido ao brasileiro se constituir em uma “sub-raça”. Tal perspectiva, ancorada no Darwinismo Social, evidencia a ideia de superioridade racial, social e cultural, pressupondo a existência de sociedades ou grupos étnicos, superiores e inferiores, podendo esses ser aperfeiçoados por aqueles. A difusão desse ideário, tido como científico por nomes como Sylvio Romero, Oliveira Vianna e Nina Rodrigues, justificava os preconceitos raciais.

Essa visão foi hegemônica no contexto que envolveu o processo da imigração italiana e migração ao Oeste catarinense. Reportando-se ao tema, Oliveira Vianna (1938, p. 180ss) expressa que sua preocupação se ligava a problemas como os da aclimatação e seleção eugênica dos imigrantes. Entendia que as combinações de “hereditariedades favoráveis” poderiam gerar “mestiços superiores”, fato que os faria ascender socialmente quanto mais se aproximassem, “pela cor da tez e pela forma dos cabelos, principalmente, do tipo antropológico do homem branco”.

Sobre o “admirável movimento migratório”, ele seria importante não apenas por aumentar rapidamente “o coeficiente da massa ariana pura”, mas também por se cruzar com a população mestiça, o que contribuiria “para elevar, com igual rapidez, o teor ariano do nosso sangue”. Não se teria dados para indicar a intensidade desse cruzamento em estados como São Paulo, Paraná e Santa Catarina, mas, no Rio Grande do Sul, eles “revelam quanto intensa e rápida é a fusão dos colonos europeus com a nossa população nacional”.

Os elementos bárbaros, que formam o nosso povo, estão sendo, pois, rapidamente reduzidos: a) pela situação estacionária da população negra; b) pelo aumento contínuo dos fluxos arianos nestes últimos tempos e; c) por um conjunto de seleções favoráveis, que asseguram, em nosso meio, ao homem de raça branca condições de vitalidade e fecundidade superiores aos homens das outras raças (Vianna, 1938, p. 206).

Destarte, no contexto da grande migração para o Oeste catarinense, fica evidente a propagação do pensamento eugênico na sociedade. Acreditava-se que as leis genéticas seriam capazes de produzir seleção e aperfeiçoamento da coletividade e, para tal, o Brasil contaria com os imigrantes. O Decreto 528, de 28 de junho de 1890, pelo qual o governo provisório da República previa subsídios para pagar a passagem de vinda dos imigrantes, além de outros benefícios para atraí-los, evidencia como as autoridades corroboravam com esse entendimento.

De acordo com Bomeny (2001), intelectuais da educação também debatiam a construção da nação com base em outro processo civilizador, entendendo que, diferentemente da grande massa, “a elite se via no papel civilizador”. Ela seria capaz de transmitir um ideal novo para elaborar as bases da nova civilização. Naquele contexto, em que a ideia de progresso impregnava os discursos, colocava-se o desafio da superação da imagem negativa do Brasil quando comparada às modernas civilizações. Haveria a necessidade de colocar “o trabalho” como o passaporte para o convívio com o mundo civilizado. Entre esses atores do debate também figurava a igreja católica que, a partir do início da República, buscava primazia no sistema educacional privado. Tal intento da igreja também é observado nas áreas de colonização do Oeste, onde, conforme Filippim (2001), pela criação de escolas, a instituição buscava não só formar o clero, mas também leigos para o “enfrentamento ao banditismo e para fazer expandir a civilização”.

A perspectiva de “raça superior” e de “sub-raça” aparece manifestamente na Mensagem ao Congresso Representativo Catarinense (Santa Catarina, 1919, p. 12), quando ainda sob os rescaldos da Guerra Mundial, Hercílio Luz dirige-se aos Deputados fazendo a defesa do que seriam

injustas acusações aos “nossos irmãos da raça germânica”. Diz que, “onde, em algumas localidades, não se procurou sequer a assimilação desse sangue ao dos descendentes da antiga estirpe do velho tronco português, isto é, ao preponderante fator da sub-raça de que fazemos parte”, não haveria o mesmo êxito. Aos catarinenses, interessaria “a grandeza e a felicidade do Brasil”, tendo os imigrantes intenso e sincero desejo de colaborar com esse destino.

Acrescente-se, nesse sentido, o olhar de Breves (1985, p. 9), agrimensor que atuou em Chapecó no início dos anos 1920 e, reportando-se aos caboclos, afirma que “passaram a ser minoria ínfima. Seus antigos costumes vão desaparecendo para dar lugar aos hábitos mais progressistas dos brasileiros de origem italiana, alemã e outros”.

Dessa maneira, o pensamento preponderante foi amplamente favorável à imigração e migração. Na região Sul, difundia-se a ideia da necessidade de efetiva ocupação do território com colonos europeus, considerando a existência de vastas áreas “vazias”, bem como por ser território de fronteira. De modo geral, os cenários que envolveram a chegada dos colonizadores, como ocorreu no Oeste catarinense, constituíram-se de representações positivas a eles e negativas aos grupos indígenas e caboclos. Isso permitiu a emergência de um conjunto de facilidades, sobretudo para justificar o acesso à propriedade da terra.

A estratégia pública para a colonização

A construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande, a assinatura do Acordo de Limites, o fim da Guerra do Contestado (1916) e a criação dos municípios de Chapecó e Cruzeiro (1917) criaram condições favoráveis à colonização do território que passou a ser o Oeste catarinense. Como na maioria das outras áreas de assentamentos sulinas, também no Oeste a participação pública foi decisiva, fosse por investimentos diretos ou por favorecer a atuação das empresas colonizadoras privadas.

O governo catarinense logo tratou de efetivar seus domínios, como se observa na primeira Mensagem apresentada, após a definição dos limites, ao Congresso Representativo (Santa Catarina, 1918, p. 22, 48). Nela, o vice-governador Hercílio Luz destacava a atenção dada aos recém-criados municípios de Cruzeiro e Chapecó, “regiões ricas e merecedoras dos maiores cuidados da administração, pois que ali quase tudo ainda está por fazer”. Os cuidados voltavam-se, sobretudo, para a regularização dos serviços de “venda de terras devolutas”, para a qual o governo criou uma jurisdição de terras públicas em Cruzeiro e, diante do novo cenário, aumentou o preço de venda. A colonização, pela empresa *Brazil Railway* e por particulares,



Fonte: CEOM - Chapecó, SC

Figura 7.4 - Planta da Fazenda Campina do Gregório. Colonizadora Bertaso, abrangendo áreas de Chapecó, Cordilheira Alta e Coronel Freitas. Na imagem se observa a forma de divisão dos lotes agrícolas, com feitura que considerava os cursos de água, bem como tamanho adequado para a prática agrícola familiar.

dava sinais de avanço nos vários núcleos próximos da ferrovia, promovendo aumento rápido da produção agrícola, pois as terras seriam “desbravadas e conhecidas as regiões até então desabitadas e incultas e que começam agora a ser povoadas”.

Em sintonia com o pensamento do seu tempo, o registro do governador invisibilizava as populações estabelecidas, como os povos indígenas que habitavam o território há aproximadamente dez mil anos. Por outro lado, em que pese a noção de civilização confundir-se com os espaços urbanos ou mais litorâneos, em contraponto ao interior, visto como “sertão”, a Mensagem ao Congresso Representativo (Santa Catarina, 1919, p. 19-20) registrava que o Estado não possuía grandes cidades e dizia que era o espaço rural a “fonte de toda a fortuna e prosperidade econômica”. Por isso, o governo deveria encorajar e proteger os agricultores, além de “centuplicar o número de lavradores adiantados e, para a solidez econômica e, em última análise, da riqueza pública”, fazia-se necessário subdividir a terra, “com supressão gradual das grandes propriedades inaproveitáveis”. Tal seria o caminho para o progresso e para o futuro promissor para o Estado, dadas “as abundâncias da terra, trabalhada por uma geração de homens robustos, instruídos e patriotas”.

Na Mensagem seguinte (Santa Catarina, 1920, p. 46-49), a colonização aparece como o tema que “prendia a atenção no Estado e em todo o novo mundo”. Ainda sob os efeitos do pós-guerra do Contestado, registrava as dificuldades que os “maus elementos” causavam para a região, o que exigia grande atenção das autoridades policiais para assegurar a cooperação com os “trabalhadores ordeiros”. O Governo não mediria esforços para facilitar “a exploração do nosso solo e o desbravamento do nosso sertão”. Destacava a ação para “ligar a viação e rodagem à colonização”, buscando assegurar a acessibilidade rápida às “terras devolutas” e impulsionar seu imediato aproveitamento. Elas estariam sendo cortadas por “extensas e magníficas estradas de rodagem, junto às quais já se estão localizando novos e abundantes elementos de trabalho”. Para estimular a colonização e viabilizar as obras de construção, com custo baixo para o governo:

Quase 50% do valor total das novas estradas deverá ser pago em terrenos devolutos, cuja colonização o governo exige em condições e prazos pré-estabelecidos. [...] E nesse trabalho o Governo aceita a cooperação de quantos conosco queiram colaborar na obra do engrandecimento de Santa Catarina, sem a preocupação subalterna da raça, fazendo, porém, sempre questão da qualidade e do valor moral do trabalhador. [...] As condições para a localização de lavradores são as mais vantajosas possíveis. O Governo a todos concede terras para pagamento a prazos longos, auxiliando-os ainda, quando necessário, com trabalho na construção de estradas, facilitando-lhes a aquisição de instrumentos agrários e proporcionando a seus filhos a frequência às escolas primárias.



Fonte: CEOM - Chapecó, SC

Figura 7.5 - Colonos de Nova Itaberaba, década de 1950. Pose para a foto em frente à residência, exibindo a trilhadeira de cereais.

Temas como os da colonização, da forma de ocupação e venda das “terras devolutas”, do repasse dessas às empresas privadas, as justificativas para preços e prazos praticados, os investimentos em infraestrutura e as iniciativas públicas para favorecer o processo, eram bastante recorrentes nas Mensagens, sobretudo dos anos 1920 e 1930. Em 1919, por exemplo, merecia destaque a Diretoria de Viação, Terras e Obras Públicas que, para dar agilidade aos trabalhos, foi dividida em duas outras: a Diretoria de Terras, Colonização e Agricultura e a Diretoria de Viação e Obras Públicas. Em 1921, atuavam “discriminando terras devolutas concedidas a Bertaso Maya & Cia.”, em Chapecó, além de promover a distribuição de sementes selecionadas, como a do trigo, a melhoria genética em animais, o financiamento de equipamentos agrícolas, entre outras. Já em 1924, destacava-se a atuação de várias empresas colonizadoras, “marcando a primeira etapa de civilização do nosso mais remoto oeste, nos limites com a República Argentina”. Cita a Sociedade Territorial Mosele, Eberie, Ghilardi & Cia., afirmando que nas suas colônias já viviam cerca de 1.500 pessoas, sendo um terço delas de italianos.

As Mensagens evidenciam como as autoridades catarinenses concebiam o território recém-incorporado ao Estado. No intuito de atrair os colonos, propunham sua subdivisão em lotes agrícolas familiares, seguindo o formato das áreas que acolheram os imigrantes, no século XIX. Para isso, além das áreas já concedidas à empresa construtora da ferrovia, o governo catarinense repassou enormes áreas às empresas privadas. Sob a alegação de que o Estado teria dificuldades de conduzir diretamente o processo, facilitava a atuação das empresas privadas, inferindo que estaria atendendo ao interesse público por impulsionar a ocupação do território e por fazê-lo produzir e gerar impostos. No entanto, também atendia aos interesses dos empresários, pela possibilidade de expressivos lucros, e dos colonos, considerando que as áreas de colonização por imigrantes encontravam-se pressionadas demograficamente.

Nesse cenário, entre as décadas de 1920 e 1960, observou-se intensa atuação de dezenas de empresas colonizadoras por todo o Oeste. Parte dos sócios que as constituíram era das antigas áreas de colonização e, portanto, conhecedores dos anseios dos colonos, especialmente o de se tornarem proprietários de terras. A forma como essas empresas se constituíram, assim como suas estratégias de atuação no Oeste, é corroborada por empresários entrevistados, que atuaram diretamente na venda das terras na região, Lunardi (2002), de Ponte Serrada, e Luchese (2005), de São Miguel do Oeste.

Para facilitar a venda, as empresas precisavam lidar com a imagem acerca do território, sobretudo decorrente da Guerra do Contestado e das representações negativas construídas sobre as populações locais. Utilizaram-se de intensa e persuasiva campanha publicitária, em especial

nos jornais das áreas coloniais gaúchas e por meio de prepostos ou agentes vendedores das empresas, em várias localidades. A título de exemplo, cita-se uma publicidade (O Brasil, 1921, p. 4), na qual eram indicadas 23 pessoas representantes de uma colonizadora presente em várias comunidades das áreas coloniais italianas gaúchas. Desses 23 representantes, 22 apresentavam sobrenome italiano.

No Oeste, inicialmente, as áreas próximas à ferrovia, no vale do rio do Peixe, foram mais valorizadas e cobiçadas, fazendo com que a colonização se intensificasse nessa área, em especial quando comparada a Chapecó. Eunice Nodari (1999, p. 102) aponta a ferrovia como fator de diferenciação, pois facilitou a ida de migrantes, ao contrário de Chapecó, ligado por estradas que frequentemente não favoreciam ao deslocamento. A autora cita dados do censo de 1950, que assinalam a população urbana de Cruzeiro/Joaçaba com 6.674 habitantes e a de Chapecó com apenas 2.633. O livro escrito por Zedar Perfeito da Silva (1950) também reforça a ideia, pois, mesmo que resultasse de sua viagem ao “Oeste catarinense”, pouca atenção mereceu o imenso município de Chapecó.

O foco principal da publicidade voltava-se às primeiras áreas coloniais, às “terras velhas”. Nelas, o crescimento demográfico aliado à contínua entrada de italianos, sobretudo nas últimas décadas do século XIX e início do seguinte, era evidente. Os dados sobre a população da área de colonização italiana, em 1900 e 1917, apresentados no Jornal Staffetta Riograndense (1919, p. 1), comprovam isso. Na área abrangida pelos municípios de Alfredo Chaves (Veranópolis), Antônio Prado, Bento Gonçalves, Garibaldi e Guaporé, a população era de 97.709 pessoas, em 1900, e de 150.250, em 1917. Isso conferia à referida área a densidade demográfica de 28,5 hab./km², quatro vezes maior do que a do Estado, com 7,1 hab./km², o que, para se ter uma ideia, era superior à densidade atual do Brasil, indicada no último censo. Assim, no período de menos de duas décadas, a região teve crescimento populacional superior a 50%, tornando-a alvo predileto das empresas colonizadoras.

O Staffetta Riograndense era um semanário escrito em italiano, gerido pelos Capuchinos, uma congregação religiosa católica, voltado aos colonizadores italianos e que chegava com facilidade e regularidade a essas comunidades. No jornal, encontra-se farta publicidade sobre venda de terras no Oeste, de modo especial entre 1920 e 1950.

Para quem ainda tinha muito presente a cultura de “não proprietários”, em que o normal era trabalhar nas terras dos senhores, os anúncios dando conta de milhares de lotes à venda, terras produtivas, preços baixos, prazos flexíveis para pagar, facilidade de venda dos produtos ou da

madeira extraída, entre outros, o *paese di cuccagna* parecia se colocar diante dos olhos. A proximidade com a ferrovia e, por extensão, a possibilidade de venda fácil da produção, foram elementos preponderantes da publicidade, como no caso da Colônia Bom Retiro, núcleo “Nova Vicenza”.

Chi al giorno d’oggi vuol comprare nuove terre e ottenere vantaggi (l’acquisto di terreni è il migliore e il più sicuro impiego del denaro) si deve perciò rivolgere colà, ove egli si troverà non solo fra i connazionali, ma specialmente dove egli si troverà vicino al mercato e ai luoghi di consumo. Che giova la migliore colonia, se questa lungi dalle vie di trasporto e dai luoghi di consumo? Anche donata diventa cosa troppo costosa (IL COLONO, 1917, p. 3).

A colonizadora Luce, Rosa & Cia. (Staffetta, 1921, p. 4) anunciava diversas colônias próximas à ferrovia, entre as quais a “Nova Itália”: *“colonia italiana, a mezz’ora di auto a nord di Tres Arroios. Con diverse case di negozio, chiesa, scuola, professionisti di diverse specie...”*. Por sua vez, a Colônia Petri, na margem direita da ferrovia, em Rio Bonito (Tangará), anunciava seus lotes já divididos a *“prezzi modici e buone condizioni di pagamento. Terra di prima qualità ligata direttamente colla strada di ferro e perciò buona ligazione commerciale, buon clima, sono le condizioni principali che garantiscono il rapido sviluppo dela Colonia”*. Salientava que a ferrovia demandava serviços e que, dada a existência de madeiras de lei, seria possível a *“il compratore di una sola colonia, produrre alcuni conti di reis col fare dormenti per la strada ferrata”*.

A empresa Ângelo de Carli, Irmão e Cia., anunciava *“2.000 Colonie in Vendita”* (Staffetta, 1927, p. 2), terras que estavam a 30 quilômetros da estação ferroviária de Herval e cuja colônia *“è attavversata in tutta la sua estenzione per la eccellente strada rotabile”*. Pedia aos colonos para darem preferência às suas terras, fosse pelo preço, pelas garantias legais ou pelas condições de produção, alegando que: *“la colonia Irany è abitata già da molte famiglie di coloni italiani in franca attività di lavoro e di produzione, con immense piantaggioni, con molini, segherie, ecc.”*.

Não era diferente o teor da publicidade da Mosele, Eberle, Ahrons & Cia. (Staffetta, 1919, p. 4), que dava destaque às excelentes terras de Concórdia, próprias para a cultura de diversos cereais e outros cultivares como *“miglio, frumento, fumo, alfafa, oltre il buon vino perché i vigneti vi fruttano benissimo”*. Destacava as vantagens das ligações rodoferroviária, que facilitariam o transporte e venda dos produtos, além de baratearem os preços na compra do que necessitavam. Prometia pagar a passagem de ônibus, ida e volta, a quem se deslocasse e comprasse um lote. Conclui: *“coloni: ricordatevi che comprando terreni lontani dal commercio commettete un grande sbaglio, perché non otterrete buoni prezzi per la vendita dei vostri prodotti...”*.



Fonte: CEOM - Chapecó, SC

Figura 7.6 - Foto de cena típica do trabalho agrícola cotidiano – trato de suínos. Nova Itaberaba, década de 1950.



Fonte: Acervo do Museu Histórico Hermano Zanoni - Concórdia, SC

Figura 7.7 - Festa na Residência de Anacleto Falabretti – Lajeado dos Pintos, Concórdia. Década de 1940.

Várias entrevistas de memória oral, como as realizadas por Karine Simoni (2001), registram que os migrantes tiveram certa facilidade para a aquisição de terras, como se observa nos fragmentos a seguir:

Evaristo - “Ficamos cinco anos por aí, na sede, porque eu não tinha terra, não tinha casa, não tinha nada, uma mão na frente e outra atrás. Aí consegui comprar essa terra, em quatro, cinco anos, comprei essa colônia de terra aqui”.

Honorato - “Nós compramos do Fioravante Massolini, me fizeram dois anos de prazo, foi longe, não tinha juro, nem sabia o quê que era, nem fizeram papel”.

Outro entrevistado, ao comparar com a realidade vivida no Rio Grande do Sul, enfatiza: “Aqui comprava barato. Aqui se comprava quatro colônias, lá só podia comprar uma e as terras eram fracas, magras. Viemos aqui porque a terra era forte, terra boa. Lá se trabalhava bastante e colhia pouco”.

Entre as dezenas de anúncios no período da “grande migração ao Oeste”, vários exploram a italianidade, seja pela utilização de nomes que lembrassem sua procedência, como “Nova Itália, Nova Vicenza e Nova Milano”, assim como outros elementos caros aos italianos. Nesse sentido, nas áreas mais distantes da ferrovia, a publicidade era apelativa, como no anúncio da “Chapecó, Peperly Limitada” (Staffetta, 1929, p. 3), que divulgava a incrível quantidade de “14.000 Colonie in Vendita”, colocando em letras garrafais no seu título: “COLONIZZAZIONE CATTOLICA (non si ricevono protestanti)”. Em outro anúncio, a Companhia Territorial Sul Brasil destacava: “São Domingos per italiani - Palmitos per protestanti - São Carlos per catolici”.

Elementos que acenassem a manutenção da italianidade ou passassem a ideia de recriação das comunidades italianas das primeiras colônias também apareciam com frequência. A “Nuova Colonizzazione di Formigheri & Cia.” (Staffetta, 1934, p. 4), em Perdizes (Videira), nominava suas terras de “COLONIA Benito Mussolini”. O nome pode soar estranho, pois é sabido que a história o colocou como ditador e entre os responsáveis pela eclosão da segunda Guerra, mas, naquele contexto, ele havia se tornado “unanimidade” na Itália e difundido imagem positiva entre os emigrados. O anúncio frisava que “La nuova Colonia BENITO MUSSOLINI è riservata solo a coloni italiani”.

Em perspectiva semelhante, explorava-se a ideia de “colônias italianas”, como anunciado em O Brasil (1921, p. 4): “Oltre 600 lotti coloniali furono venduti nella zona coloniale italiana in quest’anno in Capinzal e Herval”. Em outro anúncio, ressaltava-se a disponibilidade de mais de duas mil fertilíssimas colônias, servidas de ótimas estradas e próximas das estações ferroviárias de Rio do Peixe, Rio Capinzal, Barra Fria, Herval e Bom Retiro, e que:

“solo Capinzal conta com piú 800 famiglie dei nostri coloni italiani tutte provenienti dai municipi di Caxias, Antonio Prado, Bento Gonçalves, Garibaldi e Guaporè.” [...] In due parole: i prodotti della colonia, il colono li vende ai migliori prezzi e quello che deve comprare per suo consumo, come petrolio, sale, zucchero, caffè, tessuti, ecc., li compera al piú buon mercato di quello che costerebbe nelle principali colonie italiani del Rio Grande del Sud (Correio Colonial, 1926, p. 4).

Além dos elementos referidos, a existência de igrejas ou a presença de padres era crucial para muitos colonos italianos. Cientes disso, os empresários da colonização buscavam parcerias e estimulavam os próprios migrantes a construírem igrejas. O Livro Tombo, da Paróquia de Ponte Serrada, registra tal situação quando, em 1933, em meio à crise econômica mundial, Frei Caetano convocou uma “reunião para discutir o caso da construção da nova Igreja”. Decidiu-se que cada sócio fundador pagaria 100\$000, em dinheiro e em produtos coloniais; no entanto, o que chama atenção é a referência feita à empresa colonizadora: “A companhia De Carli, com grande magnanimidade ofereceu de graça a madeira para a construção. Cobravam coragem”. O Livro Tombo Paróquia Santa Terezinha (Joaçaba, 1940, p. 35) corrobora tal perspectiva. Entre outros aspectos, destaca que Cruzeiro, por possuir “excelentes terras de plantação”, atraiu numerosos colonos do Rio Grande do Sul, em sua maioria de origem italiana.

Sobre a existência de igrejas, Breves (1985, p. 54), reportando-se a Chapecó, afirma que “não havia vigário residente no município, para desespero do Sr. Bertaso, católico fervoroso e colonizador. Perspicaz, sabia que sem um vigário, dificilmente conseguiria trazer colonos de origem italiana”. A luta para consegui-lo teria sido longa.

Sobre a empresa de Ernesto Bertaso, em Chapecó, Piazza (1988) afirma que ela adquiriu uma área dos herdeiros da Baronesa de Limeira e outra de cerca de 100.000 hectares do governo catarinense. A empresa também contratou a construção de uma estrada, a ser paga pelo governo em terras devolutas. Essa prática seguia a diretriz governamental de Hercílio Luz (1918-1922) de “abrir estradas na área incorporada ao nosso território, pagando esses serviços com terras devolutas”, permitindo à empresa introduzir 8 mil famílias, ou cerca de 40 mil indivíduos.

Reportagens do jornal Voz de Chapecó (1939) confirmam que os migrantes provinham do Rio Grande do Sul e destacam que era “bastante animador, o movimento de colonos”, pois, dada a fertilidade das terras, “aqui aportam diariamente caminhões completamente abarrotados de famílias”. Isso, além de fazer com que o território fosse cada vez mais “entregue aos braços do trabalho e do progresso”, relacionava o movimento ao apelo do presidente Vargas,



Fonte: Acervo do Museu Histórico Hermano Zanoni - Concórdia, SC

Figura 7.8 -Residência de Lorenzo Bordignon, hoje área central de Concórdia. Década 1920.



Fonte: Acervo do Museu Histórico Hermano Zanoni - Concórdia, SC

Figura 7.9 - Inauguração de casa. Linha Lajeado dos Pintos, Concórdia. Década de 1950.

“Marchem cá para o Oeste [...] essa marcha muito interessa a Chapecó”, pois impulsionaria a infraestrutura pública e “arrastaria consigo o progresso, a civilização e o adiantamento em geral”. Como apontado por Lenharo (1986, p. 56), a Marcha para o Oeste foi estrategicamente elaborada com base na “imagem da nação que caminha pelas próprias forças em busca de sua concretização”.

A perspectiva da “de expansão para o Oeste está claramente expressa nos registros da viagem do Governador Adolfo Konder, em 1929. Sobre essa “bandeira”, Costa (1929) salienta a necessidade de criar as condições para expandir a colonização, a qual já dava bons sinais pela presença dos “colonos, os imigrantes, os obreiros da civilização”. Assim, deveria ser ainda mais apoiada. A imagem registrada por D’Eça (1992, p. 55) é a de que a região seria “um verdadeiro éden” e que os colonos já instalados davam mostras do que era pretendido pelas autoridades. Por isso, os colonos já assentados seriam “gratos ao bom Deus que os arrancara da Europa faminta, sulcada de rancores e de misérias, para a fartura e a hospitalidade das terras brasileiras”.

Desse modo, interligavam-se os interesses dos empresários da colonização aos das autoridades catarinenses e, até meados do século XX, foram ocupadas praticamente todas as áreas do Oeste disponibilizadas para a colonização. Nesse processo, os italianos tiveram significativa participação.

Assentamentos de colonos: italianos eram os “nonnos”

As publicações sobre “italianos em Santa Catarina”⁽⁴⁾ tratam sobretudo da imigração ao Sul do estado ou às regiões mais litorâneas, que também receberam imigrantes. Pouco fazem referência ao Oeste catarinense, fato que, em parte, se deve à sua incorporação tardia ao mapa político catarinense, mesmo que já registrasse a presença de ítalos, a qual é atestada inclusive antes da “grande migração”, por mais que não tenha sido um processo ordenado ou massivo de imigrantes, como ocorreu nas primeiras colônias sulinas. Assim, no Oeste, italianos eram “os nonnos”, pois foram os descendentes de italianos que protagonizaram a colonização regional. Por ser um fenômeno que ocorreu após a “grande imigração italiana”, teve participação apenas pontual de imigrantes.

Nos textos sobre a colonização da região, quando se reportam “aos italianos”, eles não são citados sozinhos; em geral, aparecem acompanhados de “alemães, poloneses...”. Seja nos escritos, na publicidade de empresas ou na documentação, quando aparece a designação “italianos”, refere-se mormente aos seus descendentes.

O levantamento da presença de “italianos”, nessa perspectiva, se constituiria tarefa complexa e exaustiva. Os imigrantes aparecem, não como grupo, mas como casos individuais, desse ou daquele profissional, que veio de São Paulo, do Rio Grande do Sul etc. Por exemplo, “o padre italiano Acchiles Saporiti”, que atuou no antigo Chapecó, no final do século XIX. Também, como registrado por Poyer (2021, p. 466), no caso da “chacina do Iguaçu”, em novembro de 1914, na qual 17 homens foram mortos, entre eles 6 italianos⁽⁵⁾, “confundidos com fanáticos”. Acrescente-se o caso de um grupo de aproximadamente 90 lavradores, de Ouro e Capinzal que, em 1938, enviou ofício ao interventor federal em Santa Catarina (1938), reclamando da falta de vias para o escoamento dos produtos, entre os quais, cerca de 80 registravam sobrenome italiano. Exemplos pontuais são relativamente fáceis de situar.

Ao longo do processo, também se registram tentativas de trazer trabalhadores italianos, como nos anos seguintes à Segunda Guerra, quando Luigi Dall'Oglio (1946), de Lacerdópolis, trocou correspondências com parentes motivando-os a emigrar. Pretendia que viessem trabalhar com ele, pois possuía um moinho e outras atividades comerciais: “*Voialtri vi lamentate di non aver lavoro, e noi qui si lamentiamo di averghene troppo, e per vivere cui é molto facile, basta lavorare, e si fá sempre qualche cosa di avanso. [...] io trovo che é meglio cui do che lá*”. Reportando-se à colonização, afirma que “para viver aqui é muito fácil”, inclusive como colono, pois terra teria à vontade. Por “carta de chamada” ao consulado italiano, pedia: “poderia me mandar umas cinco ou seis famílias para trabalhar na minha indústria [...] creio que são bons trabalhadores, pois são da mesma raça e família”. Salvo engano, o pleito não se efetivou.

O grupo mais significativo de imigrantes italianos ao Oeste possivelmente seja o que foi atraído para Concórdia, pelo empresário Attilio Fontana. Como registra em seu livro autobiográfico, *História da Minha Vida* (2018, p. 211-213), Fontana foi à Itália para negócios, mas também visitou Sarcedo, na Província de Vicenza, local de onde emigraram seus pais. Narra a “emocionante vista aos parentes”, pequenos agricultores, com padrão de vida razoável, semelhante ao que possuíam os lavradores daqui. Registra que, na ocasião, os fez ver que “aqui no Brasil havia mais possibilidades de progresso para eles”. Fontana mediu a vinda de algumas famílias por “carta de chamada”, entre as quais atendeu à solicitação de uma tia, que possuía um filho e uma filha, arrendatários, vivendo em dificuldades. Destaca que havia um acordo entre os governos, pelo qual, quando uma empresa solicitava trabalhadores imigrantes por “carta de chamada”, o governo brasileiro pagava as passagens de vinda. Pela iniciativa de mediar a chegada de famílias de imigrantes, o cônsul da Itália, em Curitiba, solicitou, ao Ministério das Relações Exteriores, a nomeação de Fontana como “correspondente consular de Concórdia”.



Fonte: Acervo do Museu Histórico Hermano Zanoni - Concórdia, SC

Figura 7.10 - Festa de Casamento das famílias Maziero e Fontana. Década de 1930.

O ingresso desses imigrantes, procedentes de Sarcedo, foi apurado no Serviço de Registros de Estrangeiros, da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública (Santa Catarina). Esse grupo de aproximadamente 50 pessoas chegou a Concórdia entre 1949 e 1959. Era composto por, ao menos, sete famílias, sendo 15 homens e 10 mulheres adultas e, os demais, menores de 18 anos. Os sobrenomes desses imigrantes são: Bonfiglio, Bonollo, Brazzale, Campese, Carollo, Chemello, Cozzani, Crivelaro, Dalla Costa, De Fortini, Filopandi, Grendele, Lobba, Vivian, Zanatta, Zucchi e Zigliotto.

Em que pese esses imigrantes ocuparem-se em trabalhos urbanos, na indústria e no comércio, a ampla maioria dos que migraram ao Oeste catarinense era constituída por colonos. Essa expressiva migração impulsionou a agricultura familiar, a partir de práticas tradicionais de derrubada da floresta e queimadas que, somadas ao extrativismo comercial da madeira, rapidamente modificou a paisagem, provocando enorme devastação ambiental. Tal situação é evidenciada em uma coluna do Staffetta (1939), pelo professor Ricardo Walter, ao afirmar ser necessário enfrentar o ritmo intenso da devastação da floresta por toda a região. Intitulada “Combatemos os criminosos do machado!”, afirmava na coluna que “Não possuo sinão um pugilo de terra por documentos ou escritura pública, mas dentro do meu coração tenho um imenso território, 'O Brasil inteiro'”.

Por outro lado, essa agricultura, da forma como ocorreu nos assentamentos de migrantes, condicionou o desenvolvimento regional, especialmente até os anos 1960. A partir de então, como evidenciou Corazza (2016, p. 85), os complexos agroindustriais romperam com o modelo de organização familiar da produção, integrando a região aos circuitos internacionais da produção, e verticalizaram as relações com os agricultores pelo sistema de integração.

O fenômeno da “grande migração” ao Oeste faz parte do processo de reconfiguração de imensas áreas do Sul brasileiro. Ao longo de meio século (1920-1960), como apontam dados da Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul – SUDESUL (1975), o Oeste catarinense atraiu em torno de 250.000 pessoas, em sua maioria colonos procedentes do Rio Grande do Sul. Partiram das áreas agrícolas, das “terras velhas”, especialmente das colonizadas por italianos, alemães e poloneses, replicando a experiência agrária nas “terras novas”.

O número expressivo de migrantes, por si só, demonstra que se tratou de um fenômeno marcante, que modificou drasticamente a história desse território. Nele se reproduziu a mesma configuração de ocupação e uso do espaço, pela divisão das áreas em lotes agrícolas, “as colônias”, apropriados ao trabalho familiar. Decorreu disso, a emergência ou o crescimento de povoações e vilas, a partir das quais, gradativamente, se consolidou uma teia de

relações econômicas, envolvendo a pequena agricultura, o pequeno comércio, a ferraria, o moinho, o abatedouro e uma série de outras atividades. Tal forma de divisão e uso da terra está na base dessa interdependência econômica, com protagonismo da propriedade agrícola, dando especificidade aos assentamentos.

Apesar de essa experiência de desenvolvimento ter sido contraditória, permitiu a inclusão de centenas de milhares de pessoas, em um processo viabilizado por concessões e investimentos públicos em obras como a ferrovia São Paulo-Rio Grande, além de uma série de outras políticas, cruciais para criar as condições que favoreceram e permitiram, entre outras coisas, que essas pessoas se tornassem proprietárias de terras e produzissem melhores condições de vida.

Essa dinâmica socioeconômica peculiar é observada especialmente após 1930, no governo Vargas, quando se adotaram políticas favoráveis à industrialização, permitindo que, gradativamente, o país deixasse de ser apenas “uma grande fazenda”. Nesse contexto, no Oeste catarinense, observa-se a relação orgânica estabelecida entre a produção da pequena agricultura com o comércio e com a emergência de indústrias, como a moageira, a de máquinas e implementos agrícolas, a frigorífica, entre outras. Foi a produção dos colonos que teve papel estruturante para o impulso econômico, pois, além de eles serem fornecedores de matéria-prima, eram também consumidores.

A dinamização econômica desses segmentos também se deve à emigração e migração cultural, pelas quais se adotaram práticas de produção próprias da cultura dos que aqui chegaram. Também, naquele contexto, boa parte do capital gerado era reinvestido na produção, tendo na indústria frigorífica um caso típico e mesmo emblemático no processo de expansão capitalista, a qual teve significativa participação de ítalos.

Entre os que lideraram a construção e/ou investiram em abatedouros e frigoríficos, segmento que condicionou a matriz produtiva regional, figuram sobrenomes como: Lunardi, em Xaxim, 1940; De Nês, em Chapecó, 1952, liderando a criação da S. A. Indústria e Comércio Chapecó – SAIC, e Marafon, Indústria e Comércio Marafon S.A., ambos em Chapecó, 1956; Bodanese, líder da Cooperativa Central Oeste Catarinense – Coopercentral, Aurora, em Chapecó, 1969; Paludo, Frigorífico Seara, em Seara, 1956; Brandalise e Ponzoni, Perdigão, em Videira, 1940; Pagnoncelli, Confiança, em Herval D'Oeste, 1942; Fontana, Sadia, em Concórdia, 1940; Dall'Oglio, em Lacerdópolis, nos anos 1950; Cantú e Giacomini, Unifrico, em Salto Veloso, 1963; e, Dambrós, Savenhago e Campioni, líderes da formação da cooperativa e Indústrias Reunidas Ouro, em Ouro, 1937, com 232 associados, em grande maioria ítalo-brasileiros.



Fonte: Acervo do Museu Histórico Hermano Zanoni - Concórdia, SC

Figura 7.11 - Ricieri Perondi e amigos em pose de cena do cotidiano. Década 1940.

A exemplo da indústria frigorífica, também se identificaria expressiva participação dos ítalos na indústria moageira, na de máquinas e implementos agrícolas, no comércio, na formação de Cooperativas, no extrativismo da madeireira, nas escolas confessionais católicas, etc. Assim, fica evidente como a presença dos ítalos propagou-se na maior parte do território do Oeste catarinense e influenciou o desenvolvimento local.

Considerações Finais

No processo de colonização do Oeste catarinense, prevaleceu a presença dos ítalo-brasileiros. Não há estudos sobre imigrantes italianos e, caso existisse, mostraria mais um conjunto de situações particulares e menos como um fenômeno massivo. Considerando o contexto histórico da migração, bem como as características do território, a formação e a experiência dos assentamentos de colonos, ela constituiu-se num caso peculiar de desenvolvimento, sobretudo quando comparada às experiências de ocupação do território brasileiro marcada pelo latifúndio.

Ao se refletir sobre a migração ao Oeste, não há como omitir os problemas que o fenômeno provocou às populações nativas, nomeadamente quanto à sua marginalização ao acesso e uso da terra. Isso resultou de escolhas e decisões do poder público que, no seu tempo, também eram avalizadas pela elite pensante. Naquele contexto, não foi por falta de terra que as autoridades não reservaram áreas aos povos indígenas, aos caboclos, entre outros, considerando que, ainda no presente, o Brasil é um país que “tem muita terra com pouca gente”.

Diferente do que ocorreu em imensas áreas de latifúndio brasileiro, na maior parte dos espaços de colonização sulinos, como os do Oeste, experienciou-se um desenvolvimento singular, que mereceria mais estudos ou releituras. Isso porque, ao longo do processo histórico, a humanidade debateu e debate a respeito de qual a melhor forma de organizar a produção e a distribuição da riqueza produzida. O que se deve aprender com essa experiência de ocupação do território? No caso brasileiro, por exemplo, os grandes ciclos econômicos, responsáveis pela geração de volumes astronômicos de riqueza, onde ela foi reinvestida? De que forma as pessoas que a produziram se beneficiaram? Qual o resultado social e ambiental para seus respectivos territórios? Sem ter em mente dimensões como essas, o olhar será sempre e apenas para o tempo curto, do imediatismo.

Compreender melhor tais experiências históricas, também permite perceber com mais clareza o mundo em que se vive. A experiência do passado deve servir de parâmetro para a proposição de formas de organização da produção, pelas quais mais gente seja incluída na esfera da cidadania, também para que a apropriação da riqueza produzida seja mais justa. A experiência que permitiu o êxito por parte de muitos ítalos, especialmente quando comparada à situação que viviam anteriormente, deveu-se menos ao fato de serem “italianos”, portadores de cultura do trabalho, por estarem mais afinados ao avanço capitalista etc., e mais pela forma e condições em que foram assentados nas terras brasileiras. O conjunto de políticas públicas que envolveu a grande imigração italiana e a grande migração para o Oeste catarinense, sobretudo pela facilidade de acesso à terra, teve papel crucial para que, ao longo do processo, essas áreas produzissem boas condições de vida.

Notas

- (1) Mestre e Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e pós-doutor pela Universidade de Padova (2018). É professor de História na Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, Chapecó. E-mail radin@uffs.edu.br
- (2) Por “grande imigração italiana”, entende-se o fenômeno do ingresso massivo de imigrantes, no Brasil e em Santa Catarina, sobretudo entre 1875 até a emergência da Primeira Guerra Mundial.
- (3) Trata-se da língua dos descendentes de imigrantes formada a partir dos dialetos trazidos do norte italiano, sobretudo o vêneto, trentino, lombardo, e do contato com a língua portuguesa.
- (4) Entre as quais: DALL’ALBA, João L. Imigração italiana em Santa Catarina. Caxias do Sul: EDUCS, Porto Alegre: EST, Florianópolis: Lunardelli, 1983; MARZANO, Luigi. Colonos e missionários italianos nas florestas do Brasil. Florianópolis: UFSC, 1985; GROSSELLI, Renzo. Vencer ou morrer. Florianópolis: UFSC, 1987.
- (5) Os italianos, ou ítalo-brasileiros, seriam os lavradores José Sartori, Antonio Preti, Angelo Tress, Valentim Fachim (ou Fachini) e Horacio Felipe, além do empreiteiro José Lyrio Santi.

Referências

- BOMENY, Helena Maria Bousquet. Os intelectuais da educação. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BRASIL, Legislação informatizada. Decreto n.º 305, de 7 de abril de 1890. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D305.htmimpressao.htm. Acesso em: 2 mar. 2024.
- BRASIL, Legislação informatizada. Decreto n.º 10.432, de 9 de novembro de 1889. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-10432-9-novembro-1889-542322-publicacaooriginal-52491-pe.html>. Acesso em: 2 mar. 2024.
- BRASIL. Lei n.º 601, de 18 de setembro de 1850. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim601.htm. Acesso em: 2 mar. 2024.
- BREVES, Wenseslau de Souza. O Chapecó que eu conheci. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. n.º 6, 1985, p. 7-72.
- CORAZZA, Gentil. Traços da formação Socioeconômica do Oeste Catarinense. In: CORAZZA, Gentil; RADIN, José C. (org.). Fronteira Sul: ensaios socioeconômicos. Florianópolis: Insular, 2016.
- Correio Colonial. Caxias do Sul, 3 de janeiro de 1926. Anno II, n.º 1, p. 4.
- COSTA, Arthur Ferreira da. Ao presidente Adolpho Konder: visões e sugestões de um excursionista. Rio de Janeiro: Vilas Boas & Cia., 1929.
- D'EÇA, Othon. Aos espanhóis confinantes. Florianópolis: FCC, Fundação Banco do Brasil, UFSC, 1992.
- DALL'OGGIO, Luigi. Correspondências, Lacerdópolis, 1946 (Cópias acervo do autor).
- FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 8 ed. Rio de Janeiro: Globo, 1989.
- FILIPPIM, Eliane Salete. A romanização da igreja católica apostólica no Meio-Oeste catarinense: 1920-1960. In: HEINSFELD, Adelar. (org.) A Região em Perspectiva: Diferentes faces da História catarinense. Joaçaba: UNOESC, 2001.
- GERTZ, René E. Prólogo. In: RADIN, José Carlos; GRITTI, Isabel Rosa (orgs.). Eternos migrantes: em busca da terra prometida. Passo Fundo: Acervus, 2022.
- IL COLONO, Giornale. Colonie Bom Retiro e Nova Vicenza. Garibaldi-RS, 31 de maio de 1917.
- ITALIA. Ministero Degli Affari Esteri. Commissariato Dell'emigrazione. Emigrazione e colonie. Raccolta di rapporti dei agenti diplomatici e consolari. Volume III. America. Parte I, Brasile. Roma: Cooperativa Tipografica Manuzio, 1908.
- LENHARO, Alcir. Sacralização da política. 2. ed. Campinas: Papyrus, 1986.
- Livro Tombo. Paróquia de Santo Antônio da Ponte Serrada. Crônica da Paróquia. 1924-1938. Ponte Serrada – SC.
- Livro Tombo: Paróquia Santa Terezinha de Joaçaba. 24 de setembro de 1940.
- LUCA, Tania Regina de. A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N) ação. São Paulo: UNESP, 1999.
- LUCHESI, Rui Acadio. Entrevista por José Carlos Radin, São Miguel do Oeste, 22 de janeiro de 2002.
- LUNARDI, Amantino. Entrevista por José Carlos Radin, Ponte Serrada, 31 de junho de 2002 e 8 de março de 2005.
- MEMMI, Albert. Retrato do colonizado precedido de retrato. São Paulo: Civilização Brasileira, 2007.
- NODARI, Eunice Sueli. A renegociação da etnicidade no oeste de Santa Catarina (1917-1954). (Tese História). Porto Alegre: PUC, 1999.
- O Brasil. Caxias do Sul, 25 de junho a 3 de setembro de 1921. Anno XIV, n.º 5 a 35.
- OLIVEIRA, Francisco Augusto. Concessões ferroviárias, custos públicos e benefícios privados. In: UCZAI, Pedro Francisco (org.). Ferrovia e desenvolvimento brasileiro: esse é o caminho. 2. ed., Brasília: s.n., 2016.
- PETROLI, Francimar Ilha da Silva. Fronteiras, províncias e unidade nacional na formação do Brasil: uma análise sobre a “questão de limites” entre Santa Catarina e Paraná (1853-1889). UFRGS. (Tese História). Porto Alegre, 2018.
- PIAZZA, W. F. A colonização de Santa Catarina. 2. ed., Florianópolis: Lunardelli, 1988.

POYER, Viviani. Fronteiras do Contestado: imigração em política internacional em meio a uma guerra no Brasil meridional. In: SCHMITT, Anderson M.; WINTER, Murilo Dias (org.). Fronteiras na História: atores sociais e historicidade na formação do Brasil Meridional (séculos XVIII - XX). Chapecó: UFFS, 2021, p. 455-477.

RADIN, José Carlos. A indústria frigorífica no Oeste Catarinense a participação dos italianos (1940-1960). Revista História: Debates e Tendências. Passo Fundo, vol. 19, n.º 4, p. 720-744, 2019.

RADIN, José Carlos. Apropriação privada da terra nos sertões sulinos. In: KOLING, Paulo José; SILVA, Marcio Antônio Both (org.). Terra e poder: vivências e lutas sociais no campo. Passo Fundo: Editora Acervus, 2022.

RADIN, José Carlos. Imigração Italiana em Santa Catarina e no Paraná: fontes diplomáticas italianas (1875-1927). Chapecó: Ed. UFFS, 2020.

RADIN, José Carlos. Representações da colonização. Chapecó: Argos, 2009.

RENK, Arlene. A luta da erva: um ofício étnico no Oeste catarinense. Chapecó: Grifos, 1997.

SANTA CATARINA. Mensagem ao Congresso Representativo, por Hercílio Pedro da Luz, Vice-Governador, no exercício do cargo de Governador, em 8 de setembro de 1918.

SANTA CATARINA. Mensagem ao Congresso Representativo, por Hercílio Pedro da Luz, Vice-Governador, no exercício do cargo de Governador, em 22 de julho de 1919.

SANTA CATARINA. Mensagem ao Congresso Representativo, por Hercílio Pedro da Luz, Vice-Governador, no exercício do cargo de Governador, em 22 de julho de 1920.

SANTA CATARINA. Ofícios diversos ao Palácio do Governo, jan./dez. 1938, p. 316.

SANTA CATARINA. Serviço de Registros de Estrangeiros, Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública. Livros avulsos. Acervo do Museu Histórico Hermano Zanoni, Concórdia, SC.

SILVA, Zedar P. da. Oeste Catarinense. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert Ltda., 1950.

SIMONI, Karine. Entrevistas com Evaristo Colpo, Honorato Boff e Alexandre. Xavantina, 2001. Acervo da entrevistadora.

Staffetta Riograndense, Jornal. Garibaldi, 10 de maio de 1922.

Staffetta Riograndense, Jornal. Chapecó, Pepery Limitada. 25 de dezembro de 1929.

Staffetta Riograndense, Jornal. Colonia Benito Mussolini. 19 de dezembro de 1934.

Staffetta Riograndense, Jornal. Colonia Irany, Município di Cruzeiro. 13 de abril de 1927.

Staffetta Riograndense, Jornal. Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons & Cia., 18 de abril de 1929.

Staffetta Riograndense, Jornal. Companhia territorial Sul Brasil. 6 de novembro de 1929.

Staffetta Riograndense, Jornal. 31 de outubro de 1919.

Staffetta Riograndense, Jornal. Luce, Rosa & Cia. 3 de março de 1921.

Staffetta Riograndense, Jornal. Combatemos os criminosos do machado! 26/04/1939.

SUDESUL, Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul. O fenômeno migratório na região sul. Porto Alegre: SUDESUL, 1975.

TEDESCO, João Carlos. Apontamentos sobre os atuais processos migratórios internacionais. In: RADIN, José Carlos; GRITTI, Isabel Rosa (org.). Eternos migrantes: em busca da terra prometida. Passo Fundo: Acervus, 2022, p. 43-71.

VALENTINI, Delmir José. Memórias da Lumber e da Guerra do Contestado. Porto Alegre; Chapecó: Letra e Vida; UFFS, 2015.

VIANNA, Oliveira. Evolução do povo brasileiro. 3. ed. Bibliotheca Pedagogica Brasileira, vol. 10. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1938.

Voz de Chapecó. Colonizações. Chapecó, 3 de maio de 1939, p. 4, ano I, n.º I.

Voz de Chapecó. Marchem cá para o Oeste! 25 de junho de 1939, p.1, ano I, n.º 8.

WAIBEL, Léo. As zonas pioneiras do Brasil. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, v. 17, n.º 4, out./dez. 1955, p. 389-422.

*Memórias da Colônia
Nova Itália/SC
A origem da italianidade no Brasil*

Malcon Gustavo Tonini⁽¹⁾

A discussão neste texto é um desdobramento relacionado a um projeto acadêmico baseado em entrevistas, que está inserido na proposta acadêmica desenvolvida em dissertação de Mestrado⁽²⁾. As atividades de pesquisa conciliaram o uso da história oral e a investigação de documentos. Ao longo de três anos, foi constatado que existe uma pluralidade de versões sobre o passado do interior de São João Batista/SC⁽³⁾, aqui (re)construído, por meio de pequenas histórias fornecidas por diferentes interlocutores. A história oral, nesse caso, representa uma opção totalizadora diante da fragmentação de documentos escritos porque está centrada no indivíduo, que funciona como compensação à segmentação e ao nivelamento de conhecimentos históricos. Foi constatado durante o trabalho acadêmico, o quanto tradições orais contribuíram para demonstrar o que documentos escritos não possibilitaram, e para evidenciar vivências cujos registros em fontes textuais nem sequer existem.

Dentre os documentos analisados, obras dos autores Lucas Alexandre Boiteux⁽⁴⁾ e Walter Fernando Piazza⁽⁵⁾ são as principais fontes historiográficas quando o assunto é a Colônia Nova Itália. *Primeira página da colonização italiana em Santa Catarina*⁽⁶⁾, de Boiteux, é referência para escrita de outras obras de cunho regional, e, portanto, o principal documento escrito para elaboração deste trabalho. Suas histórias foram replicadas ao longo do tempo, e fazem parte de um estudo que, segundo o Professor Universitário Piazza (2001, p. 9), ocorreu a partir de correspondências familiares entre Marie Magdalene Anastasie Bouquet⁽⁷⁾, e seu filho Henrique Carlos Boiteux⁽⁸⁾, que viveram o dia a dia do empreendimento colonial, majoritariamente formado por italianos. O almirante Boiteux não é um mero espectador desse passado que se incumbiu de relatar, narrativa que a partir de 1950 seu sobrinho-neto Walter Piazza inicia o processo de replicação em seu livro *Nova Trento*⁽⁹⁾. Sentimentos de pertencimento e vínculos afetivos podem ter interferido nesses escritos, o que é relevante e passível de discussão⁽¹⁰⁾ (Tonini, 2021, p. 79-91). Além do parentesco, esses historiadores possuíam um mesmo lugar que os legitimava, a fazenda Boa Vista, sede administrativa da Colônia Nova Itália, local onde originalmente se constituiu a família Boiteux no Brasil. A narrativa histórica de autoria de Lucas Boiteux, em questão, foi elaborada com o intuito de organizar sentidos, atribuir significados, estabelecer uma certa ordem e causalidade entre fatos, feitos e gentes, de acordo com suas convicções influenciadas pelo contexto familiar. Nesse texto é considerado o

fato de sua escrita ser replicada, concluindo que outras publicações reafirmam um passado que teria existido, com elementos de identificação social e política, facilmente reconhecido quando se trata da história do berço da imigração italiana no Brasil. Boiteux incorporou a uma única crença as crenças rivais. *Primeira página da colonização italiana em Santa Catarina*, referência mais utilizada em pesquisas sobre o Núcleo Colonial Nova Itália, consegue contar sobre um passado com apelos políticos e religiosos, mas não necessariamente disputa a lealdade de uma região, pois todas as crenças exprimiram-se umas pelas outras sob um mesmo fundo.

Boiteux e Piazza foram autores responsáveis por contarem histórias ligadas à região a que estão ligados, o Vale do Rio Tijucas e, por isso, estiveram comprometidos não somente pela simpatia ao lugar do qual falavam, mas com os pares que legitimavam e com os desejos de memória que eles e seus grupos de pertencimento cultivavam sobre Santa Catarina. Uma situação que não anula o fato de ambos serem responsáveis por obras que ainda são referências para a historiografia do Estado. A produção histórica dos autores é bastante vasta, e a circulação de seus trabalhos ocorreu em diferentes lugares. O que mostra esse texto, não são apenas repetições de dados historiográficos produzidos por Boiteux, mas também informações sobre costumes, tradições, crenças e vida cotidiana, que são a essência da origem da italianidade no Brasil.

A origem da italianidade no Brasil

Segundo Bao (2015), entende-se por italianidade a compreensão de um imaginário identitário associado a um contingente populacional que se reconhece como italianos e/ou descendentes de italianos. Algo que corresponde a uma identidade étnica muito valorizada e positivada por diversos grupos humanos espalhados pelo Brasil. A circunstância foi facilitada pelo fator colonizador, pois muitos indivíduos, enraizados em regiões com presença da imigração italiana, se identificam como descendentes de lígures, trentinos, vênets, piemonteses, sardos ou toscanos. Práticas sociais descritas como tradições e apresentadas levando-se em consideração as possíveis origens, como surgiram e como se estabeleceram, como no caso dos traços culturais considerados italianos, são situações que contribuem para dar continuidade a um determinado passado histórico. Essas práticas são representadas nas terras que fizeram parte da Colônia Nova Itália, por questões identitárias comuns em constituições familiares, nas práticas religiosas católicas, pelo trabalho na lavoura e na construção civil, de maneira comunitária.

É uma necessidade social se identificar e, segundo Stuart Hall (2000, p. 106), a identificação passa por um processo de construção nunca completado, sendo esta condicional. A italianidade em São João Batista, originada pela integração de imigrantes na antiga Colônia Sarda⁽¹¹⁾ contribuiu para construção de identidades, de identificações sobretudo étnicas. Grande parte dos moradores da região se reconhece como parte de uma mesma origem, partilhando características, e ideais invocados pela descoberta da magnitude que representa para a comunidade, ser nomeada como o berço italiano no Brasil, o que atrai visibilidade política e econômica para Tigipió⁽¹²⁾. É destaque que a imigração italiana recentemente foi evidenciada, o que culminou inclusive com a recente nomeação de um dos principais bairros do distrito com o nome do antigo Núcleo Colonial. Esse acontecimento está relacionado a uma disputa política pela primazia do pioneirismo da imigração italiana no Brasil, promovida pela Associação dos Descendentes e Amigos do Núcleo Pioneiro da Imigração Italiana do Brasil (ADANPIB), que contesta a Lei n.º 11.687, de autoria do senador Gerson Camata, do Estado do Espírito Santo. Essa lei institui oficialmente o dia 21 de fevereiro como “Dia nacional do imigrante italiano”, e é baseada na data de chegada do navio La Sofia, ligada à “Expedição Tabacchi”, ocorrida em 1874. Essa expedição teria trazido ao Espírito Santo, imigrantes austríacos tirolezes sob o comando de Pietro Tabacchi, natural de Trento, então Província do Tirol, na época pertencente ao Império Austro-húngaro. Quando da sua fundação em 2017, a ADANPIB idealizou um movimento para reivindicar a iniciação da imigração italiana no Brasil para São João Batista: “Santa Catarina requer a correção de ERRO HISTÓRICO: COLÔNIA NOVA ITÁLIA, o Berço da Imigração Italiana no Brasil!” (Kons, 2019, p.1, destaque em letras maiúsculas no original), e vem buscando por meio de apelos jurídicos e por influência política, a titulação do pioneirismo em detrimento da imigração ocorrida no Espírito Santo. Por isso, “[...] tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei (PL) n.º 9.811/2018⁽¹³⁾, que corrige o erro histórico” (Kons, 2019, p. 2).

Além disso, reforça a italianidade em São João Batista, o fato de que muitos imigrantes e seus filhos nascidos no Brasil, ao final do século XIX e no início do século XX, chegaram a essa região, vindos de Nova Trento, colonizada a partir de 1875, como no caso da família Wisenteiner⁽¹⁴⁾, tradicionais moradores do interior de São João Batista. Havia uma estrada que ligava as terras que fizeram parte da Colônia Nova Itália ao município vizinho, onde se criou um fluxo de comércio entre os que falavam dialetos comuns. Ensinau-se italiano nas casas e em “escolas”, mesmo após ser decretado o fim do empreendimento colonial em 1846. A respeito disso, é importante a consideração de ações políticas governamentais que impossibilitaram o tráfego de línguas e dialetos,



Fonte: ALTMAYER, 2017, p. 21

Figura 8.1 - Placa comemorativa dos 180 anos da imigração italiana no Brasil, instalada pela ADANPIB, no bairro Colônia Nova Itália

1846

1874 1875

sobretudo italianos e alemães, no início do século XX. No ano de 1911, no governo catarinense de Vidal Ramos, imigrantes estrangeiros e seus descendentes foram introduzidos ao projeto de nacionalização republicano. A ideia contida no projeto era a de que nas escolas houvesse a obrigatoriedade do ensino somente da língua vernácula brasileira, e o foco maior da atenção dirigia-se às escolas das zonas coloniais (Silva; Zamboni, 2013). É importante a informação de que a quase totalidade, senão a totalidade, das pessoas que viviam nessas regiões, como a que fez parte da Colônia Nova Itália, ainda falavam línguas e dialetos estrangeiros, até essa época. Ainda sobre a relação dessa região com a cidade vizinha, em Nova Trento havia uma casa comercial muito procurada, de propriedade da família Boiteux, onde trocavam produtos agrícolas por tecidos, ferragens, louças, remédios, calçados, chapéus, papelaria, tintas, óleos e secos e molhados. Além disso, Hipólito Boiteux, um dos proprietários que gerenciaram o comércio, comprava produtos do interior de São João Batista e os exportava para a Europa. O avô de Hipólito administrou por muito tempo a fazenda Boa Vista e a Colônia Nova Itália, e, portanto, o convívio dos Boiteux com os italianos sempre foi cordial, além de falarem a mesma “língua”. A estrada, que contribuiu para a conservação da identidade italiana, também foi muito utilizada por aqueles que precisavam cumprir suas obrigações religiosas e para muitos tropeiros que desciam a serra e levavam seu gado e mercadorias para o Vale do Itajaí. A memória coletiva foi construída e definida por caminhos traçados e escolhidos na vida em sociedade. Esse processo aconteceu por influência não somente dos dialetos que por muito tempo falaram, mas pelas formas de trabalho, pela convivência social, pelos gostos e interesses compartilhados, pelas regras, pela religião, e assim por diante.

Experiências, interpretações, orientações e motivações referentes ao passado influenciam diretamente na compreensão do presente. A memória é formada por sujeitos, e por sua complexidade não pode ser vista como algo individual; pois ela é compartilhada por grupos sociais dos quais fazem parte. Segundo Maurice Halbwachs (1990), a memória coletiva é composta pelos fatos lembrados em comunhão com o grupo e sobrevive enquanto houver pessoas que a mantenham. Para existir ela precisa ser alimentada envolvendo lembranças individuais, mas não se confundindo com elas, reminiscências reelaboradas segundo as suas próprias leis. O indivíduo que identifica sua origem étnica, como no caso da italiana, carrega uma bagagem de lembranças ampliada pela conversação, pela leitura e pelo atributo temporal do presente. O processo de identificação, que está intimamente ligado à memória, resume o fenômeno da italianidade e quem somos, sujeitos formados por meio de um contexto social, e pela comunidade ou grupo social e/ou étnico a que pertencemos, pois há o compartilhamento de uma memória coletiva.

Uma história de vida é, sim, singular, mas está atrelada a um grupo, referenciando-se repetidamente a ele, e no caso italiano, o imaginário social sobreviveu às mudanças políticas e sociais, e também à diversidade constituída, em São João Batista, ao longo do tempo.

A destacar-se que nas imigrações, quando europeus, que falavam os dialetos italianos, partiram de seus locais de origem, tudo lhes parecia familiar, cada grupo compartilhava de experiências próprias, de uma mesma cultura histórica e de uma memória coletiva. Viviam uma sensação de pertencimento em comum. Quando emigraram para o Brasil, chegaram a um país permeado por diferentes culturas, se depararam algumas vezes com pessoas que não viveram das mesmas experiências que eles, que não compartilhavam aspectos de uma mesma educação. Por isso, a italianidade no Brasil surgiu em grupos de imigrantes, como os sardos que reelaboraram uma nova identidade, e ainda, afirmou-a perante os demais que compartilhavam as regiões que ocuparam. Esse fator formou um movimento de defesa e de conservação sociocultural, que manteve aos que agora estavam no Brasil, laços afetivos, políticos e econômicos próximos aos daqueles vividos em seus locais de origem, territórios que formam a República da Itália na Europa. A identidade italiana, portanto, modificou-se com o tempo e com as experiências, e se fez valer em uma verdadeira batalha ideológica no Brasil. A Colônia Nova Itália e seus ideais contribuíram para que as narrativas no presente da comunidade do interior de São João Batista colocassem a identidade do imigrante como elemento que permaneceu se afirmando ao longo dos tempos. A memória coletiva foi construída e definida por caminhos traçados e escolhidos na vida em sociedade.

A Colônia Nova Itália e o surgimento de São João Batista/SC

Os anos da Regência (1831-1840) foram cruciais para o desenvolvimento das atividades de colonização no Brasil. Foi uma época de muita experimentação política, mas foi quando se definiu e se sancionou políticas que favoreciam empresas privadas como a Demaria & Schutel, que iniciou a execução do projeto colonizador Colônia Nova Itália, durante a Regência Una do Padre Feijó⁽¹⁵⁾. Apesar de esse período ter ratificado essa categoria de política pública, foi ainda sob o Reinado de D. Pedro I, mais precisamente em 8 de abril de 1823, que o Governo Provincial de Santa Catarina inaugura esse tipo de processo. O Império cedeu terras a agricultores estrangeiros, abrindo a possibilidade para imigrantes europeus não portugueses participarem do processo colonizador, que até então era restrito aos lusitanos. Em 1828, Santa Catarina recebe



Fonte: Andrey José Taffner Fraga - Arquivo pessoal (2023)

Figura 8.2 - Capela que homenageia São José, padroeiro da Colônia Nova Itália

523 colonos de origem germânica na cidade de Nossa Senhora do Desterro, atual Florianópolis. Dezenas desses imigrantes provindos da região de Bremen, mais tarde são encaminhados para as terras que hoje fazem parte do município de São Pedro de Alcântara. Durante o período regencial, o processo colonizador prosseguiu.

Ainda nesse período histórico, em 1835, a Província catarinense estabeleceu duas colônias nos rios Itajaí-Grande e no Itajaí-Mirim, cada qual com seu arraial. No mesmo ano e no seguinte⁽¹⁶⁾, por meio de leis específicas, Santa Catarina regulamenta e permite o processo de colonização por empresas nacionais ou estrangeiras. As leis provinciais de 1835 e 1836 eram as bases necessárias para a implantação de colônias de cunho particular, ou seja, com financiamento privado. Segundo José Juan Pérez Meléndez (2014, p. 37), a política nacional com relação à colonização foi de certa forma pautada pela existência de um esforço, liderado por liberais, que visava exclusivamente promover a imigração europeia no século XIX, que possui “relação direta com a ameaça da abolição”, o que fez com que os planos de colonização ganhassem impulso à medida que o sistema escravista sofria ataques crescentes.

As imigrações planejadas desempenharam papel importante para permitir que as elites dominantes definissem uma série de ações consideradas essenciais para a consolidação da soberania nacional, a preservação da integridade territorial e a organização dos mercados interno e de exportação. “A colonização, como geralmente se designava o planejamento e a execução de migrações livres, era um processo versátil, envolvendo o transporte e o assentamento de uma série de diferentes populações” (Meléndez, 2014, p. 36). É destaque, que não se trata de um simples processo migratório, mas de amenizar uma série de carências e conflitos vinculados a interesses não só dos colonos, mas do Estado, que propicia nesse caso, condições para que haja o domínio da natureza e dos nativos em um sistema considerado pelos europeus como civilizatório.

Nesse contexto, a firma Demaria & Schutel requereu à Província de Santa Catarina, em 4 de agosto de 1835, concessões territoriais e privilégios, pretendendo terras às margens do Rio Tijucas-Grande para desenvolver seu Projeto de Colonização. Segundo Lucas Boiteux (1998, p. 11), “Em março de 1836, navios de Carlo Demaria aportaram em Desterro com 186 colonos [...]” provindos do Reino da Sardenha. O bergantim⁽¹⁷⁾ de Carlo Demaria teria partido de Gênova, região hoje pertencente ao noroeste italiano. A Sociedade Particular de Colonização obteve do governo da Província, “[...] a título provisório, 400.000 braças quadradas⁽¹⁸⁾ (400 x 1000) de terras devolutas, no então município de São Miguel⁽¹⁹⁾ às margens do Rio Tijucas-Grande, estabelecendo a Colônia Nova Itália”:

No ano de 1835, o Dr. Henrique Ambauer Schutel, médico, e Carlo Demaria, armador, cidadão britânico por ter nascido em Gibraltar, mas de descendência genovesa, constituíram a firma Demaria & Schutel – Sociedade Particular de Colonização, com sede em Desterro (Boiteux, 1998, p. 10).

A respeito da vinda de imigrantes sardos para a Colônia Nova Itália, é evidente o fato ter antecedido a vinda, para o Brasil, de um número considerável de italianos que saíram de suas terras natais em busca de melhores condições de trabalho em outros países. A data da chegada dos italianos a São João Batista precede a “grande emigração de italianos para as Américas”⁽²⁰⁾, emigrações após o início do processo de unificação italiana em 1871. O empreendimento Colônia Nova Itália se juntou a outros dois núcleos de povoamento, subindo o Rio Tijucas-Grande em direção ao interior catarinense.

Os primeiros imigrantes a chegarem às terras que hoje pertencem à cidade de São João Batista acompanhavam o Capitão de Milícias João de Amorim Pereira, de origem “lusobrasileira”, que além de seus familiares e membros da Guarda Nacional⁽²²⁾ trouxe para a margem direita do rio Tijucas, escravizados de etnia africana, em 1834. O inglês Cristóvão Bonsfield, que havia solicitado terras ainda em 1836, na mesma época que solicitara Demaria & Schutel, às margens do Ribeirão Alferes, braço do Rio Tijucas-Grande, tem seu pedido atendido. Bonsfield instala uma serraria movida a água na confluência entre o Rio Alferes e o Rio do Braço, hoje parte do município de Nova Trento. A região fez parte da freguesia⁽²³⁾ de São João Batista, criada na Província de Santa Catarina em 19 de abril de 1838. Segundo Piazza (1950), o inglês foi transferido em 1838, mas a serraria se manteve funcionando sob a administração da firma Wells, Pedrick & Gonçalves, no que hoje é o Centro de Nova Trento. Anos mais tarde, os ingleses abandonaram a região e a serraria foi vendida ao governo provincial por Pedro Köhn, o último dono. A área em questão, posteriormente, foi integrada à Colônia Príncipe Dom Pedro, ligada à Colônia Itajaí-Brusque. Sobre o Capitão Amorim, em *Primeira página da colonização italiana em Santa Catarina*, Lucas Boiteux pouco narra. Lucas afirma sua chegada e estabelecimento desde 1834, “[...] em apreciável latifúndio situado à margem direita do Alto Tijucas, quase na confluência do rio do Braço [...]” (Boiteux, 1998, p. 50-51).

Seguindo com a escrita sobre o Capitão, de acordo com o Pe. Flávio Feler (2018), em 1833 o mesmo era Juiz de Órfãos na freguesia de São Miguel, isso antes de fundar um arraial onde hoje é o Centro de São João Batista, cujo nome do município está relacionado a uma capela dedicada ao personagem bíblico de mesmo nome, construída pelo Capitão Amorim.

De acordo com Boiteux (1998, p. 51), “Devido a um pequeno oratório por ele implantado junto de sua residência, em que entronizara e festejava anualmente uma imagem do Precursor, seu onomástico, começou a ser conhecido o lugar por São João Batista do Alto Tijucas”. João de Amorim Pereira é considerado por memorialistas e historiadores um dos desbravadores do vale do Rio Tijucas-Grande. Junto da família e agregados afazendou-se próximo à foz do Rio do Braço. Afirma Feler (2018), que João de Amorim Pereira já possuía terras na região antes de 1834 e da fundação do oratório. No distrito de Tigipió existem igrejas e oratórios católicos e também protestantes, em destaque a Capela, que segundo Maurici (2008), foi erguida na região central do hoje bairro Colônia Nova Itália, em 1896, e reconstruída em 1933. O templo, construído pelos descendentes dos imigrantes italianos, tem como padroeiro São José, e aos fundos fica o cemitério datado sem precisão como iniciado em 1837, onde se encontram identificações de sepultamentos, de imigrantes sardos, e de seus descendentes.

A freguesia de São João Batista pertenceu ao município de São Miguel, hoje parte de Biguaçu, tendo entre seus limites terras doadas pelo Capitão Amorim. Nessas terras foram construídos prédios públicos, a igreja matriz, cemitério, escola, cadeia e até um ancoradouro. De acordo com o Pe. Feler (2018, p. 25), “[...] o terreno era bem grande: 100 braças de terras de frente por 2.000 de fundos”. Conforme o que relata o Pe. Feler, a elevação dessa região ao status de distrito, ocorreu graças à sua influência junto à Câmara da Vila de São Miguel. Em 29 de outubro de 1838, o Capitão João de Amorim Pereira se torna o primeiro Juiz de Paz de São João Batista.

Um fato que deve ser mencionado com relação ao Capitão Amorim, pode ser constatado nas palavras do viajante Robert Christian Avé-Lallemant⁽²⁴⁾. O alemão participou de expedições no Brasil, apoiadas pessoalmente por D. Pedro II e esteve nas terras, sob a administração do Capitão, no ano de 1858, quando ainda era freguesia de São João Batista. São palavras de admiração e respeito, pois Robert ao escrever suas memórias, usou de características comuns à sua época:

Mora aqui o senhor Amorim, homem já idoso, excepcionalmente forte, de decisiva importância para toda a região. Poderia chamar-lhe o pai do Rio Tijucas. Quando ainda ninguém pensava no rio, estabeleceu-se ali, no meio das brenhas, e conquistou considerável extensão da floresta. Para todos os lados se estendeu sua atividade; pesquisou o solo e o curso do rio e atraiu a si alguns colonos, que lhe agradecem os conselhos e auxílios (Avé-Lallement, 1980, p. 146).

Ao longo do século XIX, mais especificamente, depois que os portos brasileiros foram franqueados à navegação e ao comércio exterior, viajantes estrangeiros em excursões científicas

1834

1838

1896

1933

estiveram no Brasil, e muitos desses visitantes deixaram registros escritos que resguardavam memórias e contavam a história das províncias e vilas do Império brasileiro. Robert esteve explorando a região às margens do Rio Tijucas-Grande, acompanhado do médico Henrique Schutel, um dos empreendedores da Colônia Nova Itália. O Capitão João de Amorim Pereira, naquele momento histórico representava o Estado centralizador que operava como organizador e catalisador da região visitada por Avé-Lallemant. Segundo o almirante Boiteux (1998), foi graças ao Capitão e à sua exemplar ação, que nas redondezas de seu arraial se estabeleceram novos colonizadores, aos quais auxiliou na organização e no povoamento de São João Batista. As terras que foram doadas pelo Capitão Amorim, naquele contexto, foram transmitidas sob a forma de favor, e, portanto, a constituição futura de um município nessa região, deve-se muito a ele.

Transformações econômicas e demográficas na Europa, devido ao processo de transição capitalista, trouxeram profundas modificações na distribuição da posse da terra e das relações de trabalho. Devido à pressão demográfica e a um processo de industrialização tardia na região italiana, não havia a possibilidade de absorção de toda mão de obra liberada pela lavoura, como consequência da concentração fundiária. No caso italiano, a própria geografia do país limitava a quantidade de terras cultiváveis, terras essas que estavam nas mãos de um reduzido grupo de agricultores. Várias famílias na Europa não tinham mais acesso a alguns recursos básicos, gerando um excedente populacional que, não encontrando condições de permanência em seus locais de origem, emigravam para países ainda não industrializados e que dispunham de territórios a serem ocupados e cultivados. Esse movimento de sem-terra, introduzido por empreendedores no Brasil, faz parte de um projeto totalizante, cujas forças se voltam a ocupar um chão, explorar os seus bens, submetendo os naturais à hierarquia de poder. Devido a esses fatores e à promessa de abundância de terras é que muitos desses imigrantes partiram de Gênova na expedição organizada por Carlo Demaria e Henrique Schutel, para reproduzirem às margens do Rio Tijucas-Grande a tradição de um estado de coexistência social aos moldes europeus. Os sócios da Colônia Nova Itália investiram alto em “[...] propaganda, atração, transporte, sustento e localização dos colonos; na medição e demarcação dos lotes coloniais, na abertura de caminhos e em outros trabalhos e serviços correlativos à implantação de tal cometimento [...]” (Boiteux, 1998, p. 42).

A Colônia Nova Itália foi fundada a cerca de 20 quilômetros da fazenda estabelecida pelo Capitão Amorim em 1834, com o Rio Tijucas-Grande cortando as suas terras. Além da concessão territorial já descrita anteriormente, a firma Demaria & Schutel alcançara uma nova,



Fonte: Márcia Peixe

Figura 8.3 - Cemitério histórico localizado aos fundos da Capela. Em destaque, a sepultura com lápide do imigrante italiano J. J. Zunino, nascido aos 1833, emigrado ainda criança para a Colônia Nova Itália.

de duas léguas quadradas, também medida às margens do Rio Tijucas, para satisfazer à Lei. Em 1836, 132 imigrantes dos referidos colonos sardos foram encaminhados para a localidade, junto deles 16 colonos brasileiros. Boiteux (1998, p. 41) nos conta que a viagem entre a vila de São Miguel e a nova colônia foi penosa, por terra em caravana de carros de boi. “Os caminhos eram horrorosos trilhos semeados de atoleiros e caldeirões”. O autor também comenta sobre a distribuição de terras:

De conformidade com os apontamentos que temos, aos colonos sardos foram distribuídas 22 datas de terras com 8300 braças de frente e com 1000 de fundos; aos nacionais as datas, já medidas e demarcadas, tinham 1250 braças de frente por 1000 de fundos (Boiteux, 1998, p. 41).

Camponeses brasileiros acompanhavam os imigrantes sardos, por muitos possuírem conhecimento sobre o processo de colonizar e sobre abrir caminhos em meio às florestas da região. Conheciam o plantio de cana-de-açúcar, da mandioca, sobre a escolha de madeiras de lei e sobre os nativos Carijó⁽²⁵⁾, povo indígena que habitava a região. Segundo Boiteux (1998), após a chegada desses colonos aos assentamentos a que foram encaminhados, não seguiram outros nos anos seguintes. Quando chegaram à Colônia Nova Itália, os colonos não tiveram vida fácil, sofreram com inúmeras intempéries durante a adaptação ao país e à terra. Ao abandonarem sua terra natal, sofreram com a viagem e tiveram que se adaptar a novos hábitos e costumes; se desiludiram com seus “patrões” em meio a uma vida na selva cheia de perigos naturais. Sentimentos como o desgosto e a indignação promoveram constantes reclamações e protestos aos empreendedores. As atividades iniciais de integração reducionista, na colonização, atendiam a uma determinada esfera econômica e política comum a qualquer núcleo colonial. Os colonos, descobridores e povoadores, precisavam produzir e embranquecer a região. Sob a perspectiva dos indígenas livres, a colonização imediatamente brutalizou e fez retroceder o cotidiano vivido por quem ali já estava. Os colonos eram movidos por uma força motriz de consciência grupal operosa e operante sobre um presente imediatista, possuíam planos para um futuro, mas esses interesses se chocavam com um modo de vida indígena que lutava para sobreviver. Os nativos da região pouco conheciam a coação, não esperavam ser explorados e controlados, por isso lutaram, fazendo os imigrantes sofrerem com a sua animosidade relacionada à luta pela posse das terras e dos recursos naturais na região⁽²⁶⁾.

Inicialmente, a Colônia Nova Itália não teve o destino que imaginavam os empreendedores europeus, esses, ao fundá-la, desejavam obter lucro imediato, pois, com a produção, seria possível certo controle sobre o trabalhador e sobre o consumo do fruto desse trabalho.

O motor para a transformação que os empreendedores buscavam era baseado no ideal civilizado do trabalho livre, mas Carlo Demaria e Henrique Schutel não possuíam experiência com serviços de colonização, o que dificultava a sua organização. Nem os próprios colonos estavam mais tão motivados para a produção. Em meio a esse contexto histórico, permeado de incertezas, Carlo Demaria se retirou para cuidar de negócios na Europa, deixando a responsabilidade pela Colônia ao sócio, o Dr. Henrique Schutel. O Dr. Schutel encontrou em seu amigo e compatriota Luc Montadon Boiteux⁽²⁷⁾ a pessoa certa para substituí-los na administração da propriedade colonial. Prosperidade e controle sobre o negócio só seriam possíveis por meio da implantação de um ciclo econômico na localidade. De acordo com Boiteux (1998, p. 47), no decorrer de 1837, seu avô paterno, Luc Montadon Boiteux estabeleceu-se com esposa, um filho e quatro pessoas escravizadas “[...] à margem esquerda e em uma volta do Rio Tijucas [...]”. O local ficava a cerca de 40 quilômetros do então povoado de São João Batista e era chamado de Boa Vista, hoje distrito de Tigipió. Na época, Boa Vista havia se tornado o centro de desenvolvimento da Colônia Nova Itália. Luc Montadon ao se estabelecer como administrador colonial visou o “progresso”, o bem-estar dos colonos e o lucro dos empreendedores estrangeiros. Visitou os trabalhadores, inspecionou todos os serviços que executavam e logo constatou que imediatamente não teria como atender todas as demandas. A partir desse ponto da história local, a historiografia caracteriza o administrador como um governante que realiza suas ações fazendo parte do todo social, operando sem pouco recorrer ou dispor de mediações externas, já que os sócios não se dispunham a investir mais capital ao negócio e a própria província de Santa Catarina não dispunha de capital para investimento naquele momento da História:

Entre as sugestões e pedidos que fazia o novo administrador, mostrava a necessidade premente da abertura não só de caminhos vicinais no quadro colonial como a de estradas, principalmente de uma carroçável que pusesse, o mais breve possível, a sede do núcleo em comunicação direta com um dos bons portos do litoral, por onde se pudesse estabelecer franco intercâmbio comercial com os demais centros consumidores da província e do exterior (Boiteux, 1998, p. 49).

Lucas Boiteux ressalta em sua escrita, aspectos referentes ao crescimento econômico vinculado à chegada do administrador, seu avô. O almirante ao narrar acontecimentos após a chegada desse europeu, estabelece um laço entre a ideia de progresso econômico após a chegada de Luc Montadon Boiteux. Nesse caso, segundo as palavras do autor, o lugar de poder nas relações cotidianas da Colônia passa a ser ocupado por um governante que realiza suas ações fazendo

parte de um todo social, estando fora e acima dessa sociedade, produzindo-a pela lei que exprime a sua vontade. Lucas manifesta-se com certo romantismo e admiração ao narrar sobre a maneira como Luc Montadon se empenha em ter sucesso em sua empreitada:

Logo de chegada à colônia, o novo administrador tratou de observar meteticulosamente a situação material daquele núcleo, inspecionando todos os serviços, visitando os colonos e ouvindo a opinião de cada qual, a fim de conhecer as razões dos seus desânimos e de suas reiteradas queixas e reclamações. Em longa e minuciosa carta, que mais se diria um relatório, Lucas Boiteux, com toda franqueza e lealdade que o caracterizavam, pôs os empresários a par do estado real do empreendimento agrícola-industrial que lhe fora confiado, apresentando inúmeras sugestões e pedindo as providências necessárias ao desenvolvimento e florescimento da colônia (Boiteux, 1998, p. 47-48).

A Colônia Nova Itália era carente de inúmeros objetos de primeira necessidade; enfrentavam dificuldades até para venda ou troca dos produtos que produziam ou dispunham. Havia a necessidade de amenização dos problemas daquelas famílias de colonos. Das suas saúdes cuidava com poucos recursos o Dr. Schutel, nas raras vezes que se encontrava ou que enviava medicamentos. Foi nesse contexto que se desenvolveu o curandeirismo, inspirado muitas vezes em “feitiçarias” advindas das culturas indígena e africana. Muitas mulheres, anônimas, se dedicaram nesse período histórico a buscar conhecimento onde podiam, para que muitos não morressem de “dor de barriga” ou de “febre”. Os remédios naturais, manipulados por benzedeiras, representaram um alento aos colonos e moradores da região de Tigipió, por muitos anos.

Não havia sacerdotes consagrados para o trato de assuntos ligados à fé. Quando precisavam cumprir suas obrigações religiosas faziam uma longa e perigosa viagem até Porto Belo⁽²⁸⁾. Os momentos religiosos eram importantes para aquela gente, porque traziam lembranças sobre as suas origens. Não havia escola ou nenhuma organização municipal, o que não contribuía em nada com o ideal civilizatório planejado para a região, portanto, foi por meio das práticas religiosas, de gestos, cantos, de pregações e orações que muitos habitantes da Colônia criaram laços com forças que sustentavam as suas crenças e identidades. Na atualidade, a prática de frequentar um culto religioso, uma “Santa Missa” todos os domingos é um costume enraizado, algo que transcende a qualquer época a partir da chegada dos italianos no hoje distrito de Tigipió. Muito se ouve ainda falar com nostalgia de como devem se portar as pessoas em meio aos rituais católicos, sobre a religiosidade de pessoas simples, uma “religiosidade italiana”, como muitos afirmam. Segundo Ecléa Bosi (1999), práticas religiosas se tornam fator de enraizamento do povo.

Textos considerados sagrados e vinculados entre pessoas enraízam o sujeito. O que de acordo com Bosi, E. (1999, p. 41) faz com que revivam “[...] tradições, valores, lembranças que dão sentido à vida”. A Colônia Nova Itália fez parte de uma estrutura civil não separada de uma estrutura eclesiástica. Em comunidades mais distantes dos grandes centros urbanos, a autoridade e controle comunitário do pároco, e dos padres de maneira geral, eram algo muito eminente. O pároco era funcionário do Imperador, as freguesias eram subordinadas às vilas, portanto, registrava-se aquilo que era pertinente às intenções de se preservar documentado sobre aquele passado. Ainda sobre as responsabilidades paroquiais católicas nas vilas e colônias até o século XIX, segundo Reznik (2010, p. 108), “[...] documentos com registros religiosos de batismo, óbito e casamentos possibilitam refletir sobre critérios de identificação e hierarquização dos grupos sociais”, isso devido ao fato de, no período imperial brasileiro, existir a união entre os poderes secular e espiritual. Aos párocos era delegada uma série de funções civis que praticamente os integraram ao funcionalismo público, ao mesmo tempo que lhes davam uma considerável influência política sobre as comunidades nas quais atuavam.

Outro assunto vivo na memória da comunidade, e relacionado a experiências comunitárias recentes, trata sobre os engenhos, como os de farinha de mandioca⁽²⁹⁾, implantados e ainda presentes, funcionando de forma industrial e artesanal em Tigipió. Sobre o assunto, Lucas Boiteux relata que seu avô, o administrador da Colônia Nova Itália, ao chegar à região, em 1837, constatou a necessidade de implantação de engenhos e de uma serraria, para dar sequência ao empreendimento colonial, e logo constatou que sem capital, e novas frentes de trabalho, seria impossível o sucesso daquela Colônia. Sobre o manejo da madeira utilizada e comercializada pelos colonos a partir do trabalho em serrarias, pode-se destacar as madeiras beneficiadas nas serrarias ao longo do rio Tijucas do século XIX, cuja utilização era importante para a construção civil e marítima, e para a fabricação de móveis. Dentre elas o pau-ferro⁽³⁰⁾, várias espécies de jacarandás, de canela, cedro, ipê, araribá, peroba, bicuíba e alguns pinheiros. A labuta nas serrarias coloniais fez muitas pessoas mergulharem em uma situação nova de trabalho. As serrarias do passado eram dependentes de um trabalho feito a braços, desde a derrubada das árvores e o seu falquejamento. A manipulação dessa madeira era o desdobramento, com o feitio de tábuas, barrotes e sarrafos. O trabalho nas serrarias está entre os motivos que mais causaram certo processo de desenraizamento e transformação cultural em imigrantes que fizeram parte desse projeto modernizador, o que segundo Bosi, E. (1999, p. 21) é provocado justamente pela separação entre a vida no trabalho e a vida familiar, pois elas se contrapõem ao serviço nas lavouras da colonização italiana.



Fonte: Andrey José Taffner Fraga - Arquivo pessoal (2023)

Figura 8.4 - Grupo folclórico da Colônia Nova Itália em evento alusivo à italianidade em São João Batista

Na prática agrícola as famílias quase que diariamente se reuniam em torno das roças. Nesse processo, de luta quase insana pelo pão de cada dia, os que emigraram para a Colônia Nova Itália conservaram tradições, mas também perderam muito mais do que as paisagens de seus locais de origem.

Em *Primeira página da colonização italiana em Santa Catarina*, Lucas Boiteux deixa evidente o ímpeto e organização do avô. O administrador cheio de esperanças e entusiasmo, em 1838, convidou o sardo Brausoro Busano (Bozzano) para dirigir o ensino primário das crianças do núcleo, ao criar a primeira escola. Segundo Alfredo Bosi (1999, p. 208-209), “[...] o Estado brasileiro do século XIX restringia-se a atender, em tudo quanto lhe fosse possível, às demandas [...] das oligarquias que o sustentavam”, apesar da Constituição Imperial de 1824, em seu artigo 1.º, dizer que: “O Império do Brasil é a associação política de todos os cidadãos brasileiros”. Na prática, isso não significava que a política pública era tão abrangente quanto informava. Em um contexto oligárquico e escravista, os desequilíbrios eram reais e camuflados. De acordo com Bosi, A. (1999), apesar de a Carta se referir à educação primária como gratuita, não estabelecia a obrigatoriedade. Com isso, a província de Santa Catarina, atribuída de legislar sobre o ensino primário pela Regência a partir de 1834, não dispunha de recursos e intensão para colaborar com o projeto educacional de Luc Boiteux, quando instituiu o ensino na Colônia. Apesar do isolamento da Colônia Nova Itália, a medida trouxe simpatia por parte dos imigrantes, que segundo Maurici (2008) eram os responsáveis pela remuneração do professor sardo, atendendo às necessidades e aspirações de alguns poucos dos pequenos colonos sem *status* para serem assistidos pelo Estado.

Brausoro Busano atuou na comunidade informalmente, lecionando conhecimentos que trouxe consigo de Gênova, como a língua italiana. Durante muitos anos, o imigrante foi um dos poucos professores que as crianças, mesmo que poucas tiveram. Sua atuação foi o algo próximo à escolarização que aquelas pessoas puderam adquirir. Segundo Alfredo Bosi (1999, p. 209), nesse momento histórico, a Constituição bragantina não contemplava os deveres do Estado para com a infância e a juventude. Pensar na transmissão do conhecimento em meio à colonização de São João Batista é pensar principalmente na transmissão oral de tradições, em quem foram os transmissores e nos significados que essa prática peculiar em âmbito rural dava às vidas dessa população. Um povo que naquele momento estava praticamente isolado do mundo. O universo das crianças que viveram esse tempo sem escolas é permeado de saberes próprios, que formaram a italianidade para aquele povo, onde esses tiveram desde muito cedo que aprender técnicas e desenvolver meios de sobrevivência em uma realidade marcada pelo característico isolamento.

Tais saberes estão repletos de significados que, ora se manifestam no trabalho voltado às atividades econômicas, ora aparecem nas celebrações religiosas, ora surgem nas diversões e, em boa parte do tempo, tudo se mistura ao misticismo tornando-se fatos, muitas vezes, indissociáveis.

O ano de 1838 aparentava ser promissor na Colônia, mas logo, muitas das esperanças daquelas pessoas não se consolidaram, pois por desgraça, em março do referido ano, uma grande inundação castiga a Colônia Nova Itália com o transbordamento do Rio Tijucas-Grande. Enchentes são episódios constantes na história local, e entre as maiores e que mais prejuízos causaram aos moradores de São João Batista, estão as ocorridas em 1961, e uma mais recente, em 2022. Ainda sobre os fatos do ano de 1838 na Colônia Nova Itália, quando o prazo para demarcação e concessão do empreendimento de Demaria & Schutel por parte do governo provincial estava se esgotando, os sócios recorreram à prorrogação, o que ocorreu segundo Boiteux (1998) com a Lei n.º 91, de 27 de abril de 1838. Dias antes, nas terras do Capitão Amorim fora criada a freguesia de São João Batista sob a administração do município de São Miguel. Em 1839, o Governo Imperial do Brasil lutava contra os revolucionários rio-grandenses⁽³¹⁾ em território catarinense. O governo geral ameaçado pelos rebeldes do Sul desinteressou-se de vez com a colonização, e as inundações causadas pela cheia do rio Tijucas são fatores que acabavam contribuindo cada vez mais com o fracasso da Colônia Nova Itália. Nessa época, muitos colonos acabaram se retirando da região, e, além disso, naquele ano, indígenas promoveram ataques nos quais acabaram mortos homens, mulheres e crianças de ambos os lados do conflito.

Os Carijó, indígenas Guarani, foram os principais prejudicados desde o início do povoamento europeu no litoral catarinense. Mudavam periodicamente os acampamentos de suas aldeias ao longo do rio Tijucas. De acordo com o Pe. Feler (2015), em meados de 1837 foram mortos imigrantes sardos, e outro ataque na Colônia Nova Itália se repetiu em janeiro de 1839, quando foram mortos três homens e cinco mulheres, imigrantes, sendo esse crime investigado imediatamente pelas autoridades locais. Os dois ataques e assassinatos foram atribuídos aos indígenas, que por muito tempo foram acusados por toda e qualquer morte ocasionada por ataques, e culpados ou não, pagaram com a própria vida na maioria das vezes. Para os ocupantes de áreas economicamente inseridas no mercado, a presença indígena significava um obstáculo a ser eliminado em nome do progresso, da expansão econômica e da civilização. Apesar de tudo, o empreendimento contava ao final desse ano com dois engenhos de açúcar e três de farinha de mandioca, além de duas serrarias. De acordo com Boiteux (1998, p. 60), o administrador Luc Montadon era amigo e compadre do Capitão João de Amorim Pereira, os quais fizeram

um “[...] acordo para impulsionar aquele privilegiado recanto da terra catarinense”. O aumento da produção e da circulação de mercadorias é traduzido em progresso, mas ao mesmo tempo que isso fica em evidência na literatura, há o ocultamento de que esse mesmo progresso culminou em extermínio sistemático de nativos nas áreas de maior interesse econômico.

Em 1841, a Colônia contava com um aumento de população, e sem novas intempéries no ano que havia se passado, prosperaram novas (arroz e cereais) e velhas culturas. Incrementaram a criação de gado e progrediram com relação ao beneficiamento de madeira nativa. De acordo com Boiteux (1998), a Lei provincial n.º 157, de 30 de abril de 1841, designou recursos para medição e demarcação de terrenos colonizados. Esses fatores evidenciavam prosperidade segundo as classes dominantes, pois houve avanço das atividades agrárias o que, conseqüentemente, geraria lucro, utilidade e bem-estar para a comunidade. Em 1842, segundo Boiteux (1998), com a Lei n.º 168, de 2 de maio, o município de São Miguel faz investimentos para a comunicação das terras da Colônia Nova Itália, agora com 29 famílias devidamente instaladas e em desenvolvimento, com o lugarejo de Três Riachos⁽³²⁾, para que se facilite a condução de produtos agrícolas com novos mercados. No ano seguinte, a ideia de um estabelecimento escolar⁽³³⁾ na região finalmente é possibilitada pela Lei n.º 181, de 29 de abril de 1843. No mesmo ano a Lei n.º 184, de 6 de maio de 1843, distribui valor para a implantação da primeira igreja da freguesia de São João Batista. As duas instituições não são implantadas imediatamente. Em 1844, Luc Montadon Boiteux, o administrador da Colônia Nova Itália, veio a falecer, mas antes disso, transforma uma terra inculta e selvagem em uma comunidade com utilidade para o progresso e para competição econômica:

A 29 de março de 1844, salteado por insidiosa enfermidade, consequência de uma picada de inseto venenoso, e que zombou dos carinhos de uma dedicada esposa e dos extremos cuidados do seu médico assistente, compadre e amigo, dr. Henrique Schutel, falecia na capital da província [...] o incansável e probo administrador da colônia Nova Itália, Lucas Boiteux, deixando esposa e quatro filhos menores. Contava 46 anos de idade (Boiteux, 1998, p. 69).

A família de Luc Montadon Boiteux ainda residiu na fazenda Boa Vista por mais dez anos até se transferir em definitivo para a cidade de Nossa Senhora do Desterro, atual Florianópolis. Com a morte do administrador, os sócios Carlo Demaria e Henrique Schutel entregaram a direção da Colônia ao Capitão Amorim. Os colonos passam a submeter-se à legislação municipal de São Miguel e sem a presença de Luc Montadon passam a aparecer novas complicações com os empreendedores. Situações litigiosas também passam a ocorrer entre a firma Demaria & Schutel e o governo provincial:

[...] com a criação de outros núcleos coloniais e à falta de levantamentos topográficos, perfeitos, da região, começou o governo provincial a se apossar, indevidamente, de terras que alcançavam e invadiam as raiais da colônia Nova-Itália, a fim de localizar novos povoadores (Boiteux, 1998, p. 73).

Devido a esses atritos, o então presidente da província de Santa Catarina, o Marechal Antero José Ferreira de Brito⁽³⁴⁾, arbitrariamente passa a considerar as terras da Colônia Nova Itália, devolutas, no dia 3 de maio de 1846. A Colônia passa a se chamar D. Afonso em homenagem ao primeiro filho homem de D. Pedro II. Os sócios Carlo Demaria e Henrique Schutel são indenizados em separado em 10 de julho do mesmo ano:

1º - Duas mil e novecentas (2900) braças de frente com três mil (3000) de fundos no rio Tijucas-Grande, da parte sul ou margem direita;

2º - Meia sorte daquelas terras em que estavam colocados os engenhos de farinha e cana, dentro das terras da colônia, que vem a ser duzentas mil (200000) braças quadradas;

3º - Metade da primeira concessão feita em 1836, para o estabelecimento dos primeiros colonos, isto é, duzentas mil (200.000) braças quadradas (Boiteux, 1998, p. 73)⁽³⁵⁾.

Segundo Lucas Boiteux (1998, p. 73), em seu relatório ao seu substituto legal em 1848, o Marechal se manifesta a respeito da colônia:

Atualmente existe em bom pé a colônia Príncipe D. Afonso, de quem eram empresários Demaria & Schutel; contestações renhidas, havidas entre empresários e colonos, puseram em perigo a sua existência; por fim, está tudo de acordo; liquidaram suas contas; a colônia está administrada pelo cidadão João de Amorim Pereira e bem situada à margem do rio Tijucas-Grande; e, sendo ela composta por súditos sardos, acha-se aumentada por brasileiros. Os primeiros que se acham no Brasil desde 1836, já deviam ter sido considerados cidadãos brasileiros (Boiteux, 1998, p. 73 - 74).

E foi o fim da Colônia Nova Itália. O governo da província então formalmente em 15 de junho de 1846 instrui o Capitão João de Amorim Pereira, agora inspetor da agora Colônia do príncipe Imperial D. Afonso com relação à sua administração:



Fonte: Silvia Rosania Matteussi - Arquivo pessoal (2023)

Figura 8.5 - Fotografia de interfone de um prédio residencial na comuna italiana de Sassello, região da Liguria, província de Savona. Na imagem os sobrenomes Pesce (Peixer⁽²¹⁾) e Zunino, muito numerosos em São João Batista. Dessa região da Itália, partiu grande parte dos imigrantes para constituírem a Colônia Nova Itália.

[...] 1º - Não tomará por ora conhecimento algum do terreno entre os limites da Scheridan e o Ribeirão da Boa Esperança, ainda que esteja compreendido no Distrito da Colônia.

2º - Procurará com negligência colonos tanto nacionais como estrangeiros pelos quais poderá logo distribuir as sortes na forma do Artigo 2º da Lei n.º 49, tanto acima do dito Ribeirão da Boa Esperança, como no Ribeirão do Braço, logo acima de Pedro José.

3º - As sortes de terras terão em ambos os Ribeirões, as frentes para eles e os fundos para a Serra, que as divide.

4º - As sortes e seus limites mais ou menos serão indicados pelo Snr. Inspetor para se passar depois o componente título.

5º - O Snr. Inspetor não consentirá que indivíduo algum se estabeleça no Distrito da Colônia sem consentimento seu.

Palácio do Governo de Santa Catarina, 15 de junho de 1846. Antero José Ferreira de Brito [...] (Maurici, 2008, p. 69).

A agora Colônia D. Afonso continuou fazendo parte da freguesia de São João Batista, mas não possuindo regime especial de colônia e regendo-se pelas leis comuns. Seus habitantes eram católicos e conviviam com nativos do país, cujos costumes em pouco tempo adotaram. A catequização do indígena, nesse caso, o incorpora a convivência com o colonizador. A partir da data de nomeação do núcleo colonial como Colônia D. Afonso, em fontes e referências, para esse trabalho, não se encontra narrativas que exaltem conflitos étnicos na localidade. O Pe. Feler (2015) descreve um último acontecido em 1847, na ainda Colônia Nova Itália.

De acordo com Darci de Brito Maurici (2008), a Lei provincial n.º 464, de 1859, constitui o Município de São Sebastião de Tijucas, com isso a sede da Vila de Porto Belo passa para o novo município, e a exemplo de Porto Belo, a freguesia de São João Batista é incorporada a Tijucas. A transferência de São João Batista para Tijucas ocorreu por meio da Lei n.º 866, de 1880, fixando como limites da freguesia: “[...] a leste – o ribeirão do Moura e seus afluentes, à margem esquerda do Tijucas e na margem direita do mesmo, o ribeirão da Dona e seus afluentes; a oeste o mesmo Rio Tijucas e seus afluentes” (Maurici, 2008, p. 82). Com o crescimento populacional, ainda no tempo do Império, a freguesia que já fora um arraial erguido em torno de uma capela, prosperava sob a tutela do Estado, na forma de Juizado de Paz, Delegados e Juizes de Órfãos e Ausentes, e sob a tutela da Igreja, representada pelo Vigário. São João Batista se tornaria município quase um século depois, no dia 19 de julho de 1958, com a sua emancipação política em relação a Tijucas.

Nesse capítulo é apresentada a colonização, por meio da versão considerada oficial sobre os acontecimentos nas terras que passaram a fazer parte do município de São João Batista. Junto às memórias da Colônia Nova Itália e de registros documentais, datados no período imperial, são constatadas escolhas e silenciamentos, amnésias promovidas intencionalmente, que ao longo do tempo promoveram a disseminação de uma história que só tem uma única versão. Houve, na historiografia, o ocultamento de nomes de italianos jovens, mulheres e crianças, e também de pessoas com origens étnicas diferentes. Dentre outros, por meio de Boiteux (1998), sabemos da vinda de integrantes das famílias PESCO (Peixe, Peixer), RIOLFO, ALERTO, CAVIGLIA, MONTADO, SARDA (Sardo, Sardá), GAMBELLI, BUSANO (Bozzano), RAMASCY, MATTIA (Matias), GIORDINO, POLERES, PISLORI, RIBAN, BENOTTI, GROSSO, RILLA, VALERINO, ZUNINO, RATTO, PASTORIO, MADONA, FORMENTO, SUZENO e PERES, para formarem a Colônia em 1836. A partir dos feitos aqui lembrados, São João Batista, um município com nome divino, conserva uma história de fundação ligada a planos espirituais que, portanto, é protegido, o que garante imortalidade aos sujeitos que realizam feitos dignos de serem lembrados, como nessa escrita, sobre a pioneira saga italiana no Brasil.

Considerações Finais

São João Batista conserva, ainda, sinais de uma sociedade colonial italiana, apesar de ser uma cidade marcada por políticas públicas vinculadas a governos de várias instâncias, que articularam a repressão às línguas faladas por imigrantes e seus descendentes. Governos que promoveram o apagamento de memórias vinculadas ao empreendimento colonial Nova Itália, em diferentes tempos. A italianidade, em São João Batista, não foi construída sob a bandeira dos grandes deslocamentos internacionais de populações entre os séculos XIX e XX no Brasil, ela possui caráter particular. Como estrangeiros em meio à multidão, em contato direto com o não italiano, os imigrantes da Colônia Nova Itália conseguiram criar raízes em Santa Catarina, integrando as experiências trazidas da Europa a um novo contexto de trabalho e de propriedade. Circunstâncias foram ocasionadas devido ao isolamento, ao longo de quase quarenta anos, dos sardos perante outras colônias italianas. Atividades culturais, possíveis encontros de parentelas e a integração com outros grupos com a mesma origem étnica, ficaram dificultados. Apesar disso, os primeiros italianos a chegarem ao Brasil para colonização, deixaram indícios na História. Entre as importâncias deste artigo está a apresentação da vivência cotidiana dos

imigrantes e a vinculação dessa, a formação das pessoas que vivem em Tigipió na atualidade. Os movimentos de afirmação da italianidade, como os recentes em São João Batista, desde a criação da ADANPIB em 2017, inclinam a população do atual bairro Colônia Nova Itália e arredores a pensar. “É fazer ver a alguém o que ele é, ao mesmo tempo, lhe fazer ver que tem de se comportar em função de tal identidade” (Bordieu, 2008, p. 100), e isso acontece quando o indivíduo passa a se interessar sobre fatores de identificação e a maneira como eles podem interferir no processo de construção da subjetividade dos sujeitos, com efeitos nos modos de ser, de pensar e de agir.

Ser italiano no Brasil é fazer parte de uma construção social garantida pela consanguinidade, pelo fenótipo, mas também pela prática cultural. A italianidade precisa constantemente ser realimentada, para que o conhecimento sobre a história da imigração e da Colônia Nova Itália continue aproximando e implicando no enaltecimento de valores italianos. A identificação étnica aproxima o descendente de elementos culturais, sociais e políticos, que dão continuidade às memórias sobre esse passado, mas sempre como algo atrelado ao presente, o que é muito importante para São João Batista e para o Estado de Santa Catarina.

Notas

(1) Mestre em Ensino de História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Professor da Educação Básica da rede pública do Estado de Santa Catarina. E-mail: malcongustavo@hotmail.com.

(2) Esse artigo possui recortes da dissertação de mestrado intitulada Memórias da Colônia Nova Itália/SC: Diálogos entre história oral, memória e ensino de História, defendida no ProffHistória - Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional, na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), em 2021, sob a orientação da Profa. Dra. Cristiani Bereta da Silva. O projeto acadêmico foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos da UDESC sob o parecer 3.670.930 em 30 de outubro de 2019, e foi contemplado pelo Programa de bolsas de pós-graduação UNIEDU/FUMDES, vinculado à Diretoria de Planejamento e Políticas Educacionais da Secretaria de Estado de Educação (SED) de Santa Catarina. A dissertação foi transformada em livro, publicado em agosto de 2023, pela Rocha Gráfica e Editora, de Florianópolis.

(3) O município catarinense de São João Batista está localizado a 79 km de Florianópolis, capital, fazendo parte da microrregião dos Vales dos rios Tijucas e Itajaí-Mirim, integrando a Grande Florianópolis e tendo em seus limites as cidades de Antônio Carlos, Biguaçu, Canelinha, Major Gercino, Nova Trento e Tijucas.

(4) Lucas Alexandre Boiteux, nascido em 1881 em Nova Trento/SC, foi casado com Diamantina, uma das bisnetas de Carlo Demaria, empreendedor da Colônia Nova Itália, e neto de Luc Montadon Boiteux, o administrador do empreendimento colonial.

(5) Walter Fernando Piazza, nascido em 1925 em Nova Trento/SC, é autor de uma longa lista de livros acadêmicos e didáticos sobre Santa Catarina para diferentes níveis de ensino. Entre suas obras está *Italianos em Santa Catarina*, com lançamento em 2001, cujo primeiro capítulo do Volume I apresenta texto dedicado à Colônia Nova Itália. Sua antologia é dedicada à escrita da história de Santa Catarina em diferentes temporalidades. Ao noticiar o falecimento de Piazza, em fevereiro de 2016, o jornal Diário Catarinense preocupou-se em registrar o legado que o historiador-professor deixava para Santa Catarina. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/walter-piazza-deixa-legado-para-a-historia-de-santa-catarina>. Acesso em: 1º maio 2021.

(6) A obra foi idealizada em 1936, ano que, de acordo com o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC), assinala o primeiro centenário da colonização italiana no Estado. A convite desse instituto, o historiador Lucas Alexandre Boiteux recebeu a missão de construir essa história. Boiteux foi prestigiado com essa tarefa por ser considerado capaz e ainda uma personalidade intimamente ligada a um sodalício relacionado a então já extinta Colônia Nova Itália. No mesmo ano, o Departamento de Estatística e Publicidade do Instituto encarrega-se da publicação da então monografia do historiador, que naquele tempo era um trabalho acadêmico em fase de conclusão.

(7) Marie Magdalene Anastasie Bouquet, francesa nascida em 1810, em Paris, esposa de Luc Montadon Boiteux, os avós paternos de Lucas Alexandre Boiteux.

(8) Henrique Carlos Boiteux, nascido em 1862 em Tijucas/SC, pai de Lucas Alexandre Boiteux. Ao longo dos anos, o Coronel reconheceu na imigração uma grande oportunidade, empreendendo no comércio, na indústria e principalmente na política em Tijucas e região. Foi o primeiro prefeito da cidade de Nova Trento/SC.

(9) Quando escreveu o livro, o autor era vereador à Câmara Municipal do município de Nova Trento/SC. A publicação é uma edição comemorativa ao 75.º aniversário da imigração italiana que resultou na formação do município, dedicada, inclusive, ao principal colaborador na escrita, o então Comandante, Lucas Alexandre Boiteux.

(10) O documento completo está disponível para download no endereço: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/705661>. Acesso em: 9 jan. 2024.

(11) Sardos são considerados italianos, mas quando chegaram a Santa Catarina em 1836, o Reino da Sardenha era independente e uma nação italiana ainda não existia. De acordo com Everton Altmayer (2017), ser imigrante italiano ou alemão não é sinônimo de cidadania, o autor relaciona essa incompreensão histórica aos dialetos falados pelos europeus que chegaram ao Brasil no século XIX, durante os processos de unificação italiana e alemã, o que confunde a língua com a nacionalidade.

(12) O distrito de Tigipió, na cidade de São João Batista, é a região que integra os limites territoriais que na primeira metade do século XIX fizeram parte da Colônia Nova Itália, instituída durante a Regência Una do Padre Feijó.

(13) O projeto legislativo, de autoria dos deputados Rogério Peninha Mendonça e João Paulo Kleinübing, tramita no parlamento brasileiro com parecer favorável do Relator, Deputado Raimundo Gomes de Matos. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1673159. Acesso em: 14 jan. 2024.

(14) Membros da família Visintainer (Wisenteiner), quando emigraram para o Brasil, se estabeleceram na localidade de Vigolo, em Nova Trento, vindos de Vigolo Vattaro, no Condado do Tirol, Império Austro-húngaro. Hoje essa região tiroleza faz parte da província autônoma de Trento, Itália. Amabile Lucia Visintainer, que é integrante desse grupo familiar, foi canonizada em 19 de maio de 2002, pelo papa João Paulo II, como Santa Paulina do Coração Agonizante de Jesus.

(15) Diogo Antônio Feijó foi um sacerdote e político brasileiro. A “Regência Una” do Pe. Feijó, exercida entre 12 de outubro de 1835 e 19 de setembro de 1837, enfrentou grande oposição política e algumas revoltas que agitaram o Brasil, tais como a Cabanagem, no Pará, e a Guerra dos Farrapos, no Rio Grande do Sul. Feijó renunciou quando ainda dispunha de dois anos na regência, em 19 de setembro de 1837.

(16) A Lei n.º 11, de 5 de maio de 1835 estipulava qual seria o tamanho do terreno, qual seria o prazo de pagamento desse empréstimo feito aos colonos e outras disposições que iam de acordo com as decisões imperiais; e por meio da Lei n.º 49, de 15 de junho de 1836, fica permitida a colonização por empresas, por companhias, individualmente, a nacionais e estrangeiros (Cervi, 2009, p. 19).

(17) Um bergantim é um tipo de barco que tem dois mastros e uma vela que pode ser redonda ou quadrada. Essas embarcações surgiram no século XVI e foram amplamente utilizadas até o século XIX. Graças à superfície de sua vela, os bergantins podiam alcançar uma grande velocidade e atravessar longas distâncias, sendo também navios que eram ágeis de manobrar.

(18) Uma braça quadrada equivale a 4,84 m². A braça é uma medida encontrada em leis, relatórios e outros textos do Império brasileiro sobre terras, colonização e imigração.

(19) Após a inauguração da igreja de São Miguel Arcanjo, o lugarejo fundado por portugueses no litoral catarinense se torna freguesia em 8 de fevereiro de 1752. São Miguel foi a capital da capitania de Santa Catarina no período de 10 de outubro de 1777 a 2 de agosto de 1778, quando os espanhóis ocupavam a ilha catarinense. Por ato do Conselho Administrativo da Província, no dia 1.º de março de 1833, a freguesia de São Miguel foi elevada a vila, e criado o município de Nossa Senhora do Desterro. A instalação do município de São Miguel “da Terra Firme” ocorreu em 17 de maio de 1833.

(20) A “diáspora italiana” foi um fenômeno social na Itália, causado por motivos socioeconômicos, mas também por razões políticas e pessoais.

(21) Muitos dos sobrenomes originados na Europa, com o tempo, receberam grafias diferentes, pois as diferenças de linguagens nas relações entre os colonos e os párocos que faziam o serviço cartorário, no Brasil Imperial Católico, dificultavam na transcrição daquilo que era falado para os documentos escritos. Há de se destacar, também, o analfabetismo de grande número daquelas pessoas.

(22) Mais informações disponíveis em: <https://correiocatarinense.com.br/artigo/a-guarda-nacional-e-a-colonizacao-do-vale-do-rio-tijucas/>.

(23) Freguesia era a menor unidade político-administrativa, judicial e religiosa no tempo do Império Brasileiro (1822-1889), herança do reino português. Primeiro um agrupamento de famílias ao redor de sua capela era declarado arraial, depois com o aumento dos moradores era elevado a freguesia, atual paróquia, tendo caráter de distrito civil. Em seguida aquelas freguesias que prosperavam eram declaradas com termo de vila, atual município (FELER, 2018, p. 23).

(24) Robert Christian Barthold Avé-Lallemant, médico alemão que residiu no Brasil de 1837 a 1855, retornando em 1858 onde viajou sozinho pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo. Ao retornar para a Alemanha, publicou as descrições das suas andanças.

(25) No século XIX, quando da chegada de imigrantes e instalação da Colônia Nova Itália nas terras que hoje formam São João Batista, segundo Walter Fernando Piazza (1950, p. 18), indígenas Carijó, povo Guarani, ocupavam terras do hoje distrito de Tigipió, e, portanto, fazem parte da história da comunidade. Muitos moradores guardam vestígios da presença desse povo, como pontas de flechas e partes de utensílios, e também, em algumas localidades do Distrito há pilões esculpidos em grandes pedras, localizadas em terrenos, cujos são temas, em relatos orais sobre a presença de aldeamentos indígenas durante a ocupação branca no passado da região. Disponível em: <https://correiocatarinense.com.br/artigo/artigo-na-pista-dos-piloes-de-pedra/>

(26) Mais informações disponíveis em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/FRCH/article/view/13324>.

(27) Luc Montadon Boiteux, natural de Neuchatel, na Suíça. Nasceu em 1796, ainda quando o território pertencia ao Reino da Prússia. No Brasil casou-se com Marie Magdalene Anastasie Bouquet, francesa nascida em 1810, em Paris. A união gerou Eugenio Boiteux, Henrique Carlos Boiteux, Maria Luisa Boiteux e Maria Adelaide Boiteux, sendo os três últimos nascidos na Colônia Nova Itália. Luc conheceu Henrique Schutel em Desterro, no início da década de 1830, quando Boiteux e sua esposa Marie eram proprietários de um comércio em Caieira, no sul da ilha de Santa Catarina.

(28) O município litorâneo de Porto Belo, desmembrado de São Francisco, foi fundado em 13 de dezembro de 1832. Iniciado povoado pelos portugueses em 1753 e elevado ao status de freguesia em 1824, possuía uma igreja desde 1814, quando escravizados construíram a igreja de Bom Jesus dos Aflitos.

(29) Mais informações disponíveis em: <https://www.even3.com.br/anais/dialogosprofhisto-ria/399271-memorias-da-colonia--historia-oral-no-ensino-de-historia-local/>.

(30) Pau-ferro é um nome popular usado para variadas árvores de Mata Atlântica.

(31) A República Juliana, considerada um braço da Revolução Farroupilha e proclamada em território catarinense, oficializou-se a 24 de julho de 1839 e findou-se em 15 de novembro de 1839.

(32) Três Riachos surgiu com a instalação de colonos brasileiros às margens do Rio Biguaçu, na primeira metade do século XIX. Sua localização geográfica possibilitou a construção de caminhos que ligavam, pelo interior, diretamente São Miguel à fazenda Boa Vista, onde hoje é a região central de Tigipió.

(33) Das primeiras escolas instaladas na freguesia de São João Batista a partir da segunda metade do século XIX sob a tutela do Estado, nenhuma ficava nos bairros e/ou localidades que formam o distrito de Tigipió.

(34) Militar, natural de Porto Alegre/RS. Presidente das Províncias do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, no século XIX. Barão de Tramandaí. Ministro da Guerra e Ministro interino da Marinha, entre outras importantes funções exercidas.

(35) Parte do termo passado pela Secretaria do governo provincial, a 14 de julho de 1846 aos indenizados.

Referências

- ALTMAYER, Everton. A primeira colônia italiana no Brasil. *Revista História Catarina*, Lages, n° 83, ano XI, p. 18-31, 2017.
- AVÉ-LALLEMENT, Robert. Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858). Tradução Teodoro Cabral. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia/São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1980.
- BAO, Carlos Eduardo. Italianidade como diferença: identidade étnica, colonialidade e imaginário eurocêntrico. *Temáticas*, Campinas, SP, v. 23, n. 45, p. 209-230, 2015.
- BOITEUX, Lucas Alexandre. In: BOITEUX, Nylson Reis. 2. ed. Primeira página da colonização italiana em Santa Catarina. Caxias do Sul: EDUCS, 1998.
- BORDIEU, Pierre. A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer. 2. Ed. São Paulo: USP, 2008.
- BOSI, Alfredo. A educação e a cultura nas constituições brasileiras. In: BOSI, Alfredo. *Cultura brasileira: Temas e situações*. São Paulo: Ática, 1999. p. 208-218.
- BOSI, Ecléa. Cultura e desenraizamento. In: BOSI, Alfredo. *Cultura brasileira: Temas e situações*. São Paulo: Ática, 1999. p. 16-41.
- CERVI, Pedro Germano. A diversidade da Colonização do Vale do Itajaí. *Revista Santa Catarina em História*. Florianópolis, v. 1, n° 2, p. 16-30, 2009.
- FELER, Flávio. O centenário de São Sebastião do bairro da Índia, 1915 – 2015. Florianópolis: Sagrada Família, 2015.
- FELER, Flávio. A Capela da Imaculada: 130 anos de fundação da Capela da Imaculada Conceição, Moura-Canelinha. Florianópolis: Sagrada Família, 2018.
- HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda, 1990.
- HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103-133.
- KONS, Paulo Vendelino. Eleitos novos dirigentes da ADANPIB e definidas ações do Movimento “SC Requer a Correção do Erro Histórico”. Ata da II Assembleia Geral Ordinária da Associação dos Descendentes e Amigos do Núcleo Pioneiro da Imigração Italiana no Brasil – ADANPIB. São João Batista, mar. 2013.
- MAURICI, Darci de Brito. São João Baptista do Alto Tijucas Grande: 1834 – Do Arraial do Capitão Amorim à capital catarinense do calçado. Blumenau: Odorizzi, 2008.
- MELÉNDEZ, José Juan Pérez. Reconsiderando a política de colonização no Brasil imperial: os anos da Regência e o mundo externo. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 2014, v. 34, n° 68, p. 35-60.
- PIAZZA, Walter Fernando. Nova Trento. Florianópolis: Editora Ex-libris, 1950.
- PIAZZA, Walter Fernando (Org.). A Primeira Colônia: Nova Itália. In: PIAZZA, Walter Fernando. *Italianos em Santa Catarina*. Florianópolis: Lunardelli, 2001, v. 1, p. 9-21.
- REZNIK, Luis. História Local e Práticas de Memória. In: PEREIRA, Júnia Sales. *Produção de Materiais Didáticos para a Diversidade: Práticas de Memória e Patrimônio numa perspectiva interdisciplinar*. Brasília: Faculdade de Educação e Centro Pedagógico da UFMG: Caed UFMG/SECAD/MEC, 2010, p. 89-110.
- SILVA, Cristiani Bereta da; ZAMBONI, Ernesta. Cultura política e políticas para o ensino de história em Santa Catarina no início do século XX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 33, n.° 65, p. 135-159, 2013.
- TONINI, Malcon Gustavo. Memórias da Colônia Nova Itália/ SC: Diálogos entre história oral, memória e ensino de História. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Mestrado Profissional em Ensino de História. Florianópolis, 2021.

*A organização e a
representação institucional
da comunidade italiana
contemporânea em
Santa Catarina*

Eduardo Cechinel Bonetti⁽¹⁾

A política da chamada “Itália fora da Itália” representa o compromisso do governo italiano em manter vínculos fortes com suas comunidades dispersas pelo mundo. Isso é realizado por meio de uma série de medidas que visam garantir direitos e assistência consular aos cidadãos italianos no exterior, promover a língua e a cultura italiana, facilitar a participação política dessas comunidades e promover o investimento econômico e o desenvolvimento nos países onde existem presenças significativas de italianos. Essa abordagem abrangente reflete o reconhecimento da importância das comunidades italianas no exterior para a Itália, tanto em termos culturais quanto econômicos, e demonstra o compromisso do país em manter e fortalecer esses laços em várias áreas.

No que diz respeito ao contexto local, a organização e representação institucional da comunidade italiana contemporânea em Santa Catarina encontram-se intrinsecamente ligadas aos Comitês dos Italianos no Exterior (COMITES), entidades fundamentais na conexão e assistência aos cidadãos italianos dispersos ao redor do mundo. Desde sua origem em 1967 como *Comitati di Assistenza Consolare* até sua evolução para COMITES em 1990, essas organizações têm desempenhado um papel importante na representatividade e no apoio às comunidades italianas além-fronteiras. Este capítulo busca apresentar o contexto histórico, funções e perspectivas desses órgãos, destacando seu papel na promoção da identidade italiana e na prestação de assistência aos compatriotas residentes no exterior.

1967

1990



Fonte: Wikipedia ⁽³⁾

Figura 9.1 - Palácio da Farnesina, sede do Ministério das Relações Exteriores da Itália

A Itália no exterior

A história do povo italiano é marcada por uma significativa taxa de emigração, resultando na formação da conhecida “diáspora italiana”. Desde 1861, ano da Unificação da Itália, até 2021, aproximadamente 31 milhões de italianos deixaram sua terra natal, com mais de 19 milhões optando por não retornar (Emigrazioni [...], 2024). Esse movimento migratório gerou uma comunidade italiana dispersa ao redor do mundo, criando uma espécie de “Itália fora das fronteiras”. No início de 2023, os italianos inscritos no AIRE (o registro de italianos residentes no exterior) somavam 5.933.418, ou seja, mais de 10% dos cidadãos italianos residem fora da Itália (Emigrazioni [...], 2024). Com o passar dos anos, tornou-se imperativo ampliar a representatividade e dar voz a essa vasta comunidade diaspórica.

A extensa rede de representação oficial mostra a força da imigração italiana no mundo. A sua categorização pode ser feita em três níveis distintos: os parlamentares eleitos pela circunscrição exterior, incluindo dois deputados e um senador escolhidos pela América do Sul⁽²⁾, representam o ápice dessa estrutura. O Conselho Geral dos Italianos no Exterior constitui o nível intermediário, enquanto os Comitês dos Italianos no Exterior formam a base dessa representação.

La Farnesina

O Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional, também conhecido como *Farnesina*, é responsável pelas relações políticas, econômicas, sociais e culturais da Itália com o exterior. Sua rede diplomática e consular opera globalmente por meio de embaixadas, representações permanentes em organizações internacionais, delegações diplomáticas especiais, consulados e institutos italianos de cultura.

Suas principais áreas de atuação incluem a promoção de relações internacionais, representação da posição italiana na integração europeia, apoio às empresas italianas no exterior, promoção da cultura e língua italiana, assistência a italianos no exterior, emissão de vistos para a Itália, cooperação para o desenvolvimento e comunicação e informação para instituições, mídia e cidadãos.

Dentro da Farnesina, existe uma importante divisão voltada exclusivamente à temática dos italianos fora da Itália: A Direção-Geral para os Italianos no

Exterior e Políticas Migratórias. Essa direção trata de questões cruciais relacionadas à comunidade italiana no exterior e às políticas migratórias. Destacam-se as subdivisões:

Ufficio I - Políticas e Intervenções da Coletividade Italiana no Exterior, Rede Consular Honorária: concentra-se nas políticas destinadas a apoiar e assistir as comunidades italianas no exterior. Isso inclui a implementação de programas e ações que promovam o bem-estar, integração e suporte social dos italianos residentes no exterior. Além disso, gerencia a rede consular honorária, que inclui figuras e instituições que fornecem assistência e suporte aos italianos em diferentes partes do mundo.

Ufficio II - Serviços para Italianos no Exterior, Documentos de Viagem e Eleições no Exterior: lida com os serviços direcionados aos italianos que vivem ou viajam para o exterior. Esses serviços incluem a emissão de documentos de viagem como passaportes e carteiras de identidade, bem como a gestão das eleições que envolvem cidadãos italianos residentes no exterior.

Ufficio III - Cidadania, Atos Notariais, Navegação: gerencia questões relacionadas à cidadania italiana, incluindo o reconhecimento da cidadania para indivíduos elegíveis. Além disso, lida com a legalização, autenticação de atos notariais e documentos legais e supervisão sobre a navegação e o tráfego marítimo nacional no exterior.

Ufficio IV - Fluxos Migratórios, Proteção Internacional de Estrangeiros na Itália e Adoções Internacionais: ocupa-se das políticas migratórias e a proteção dos direitos dos estrangeiros na Itália. Gerencia os fluxos migratórios, incluindo programas de integração para imigrantes, e trata da proteção internacional de estrangeiros que solicitam asilo ou proteção humanitária. Além disso, supervisiona questões relacionadas a adoções internacionais.

Unidade de Vistos: concentra-se na gestão de vistos para aqueles que desejam viajar para a Itália por diversos motivos, como turismo, trabalho ou estudo. É responsável pela avaliação dos pedidos de visto e pela aplicação das regulamentações relacionadas à entrada no país.

Unidade de Proteção dos Italianos no Exterior e Cooperação Judiciária Internacional: trata da proteção legal e dos direitos dos italianos no exterior. Gerencia questões legais envolvendo cidadãos italianos fora do país e coordena a cooperação judiciária internacional para garantir a proteção e os direitos dos italianos envolvidos em questões legais no exterior.

Em resumo, a Direção-Geral para os Italianos no Exterior e Políticas Migratórias é responsável por uma ampla gama de questões relacionadas à comunidade italiana no exterior, bem como às políticas migratórias e à proteção dos direitos dos estrangeiros na Itália. Seus escritórios e unidades trabalham para garantir o bem-estar, segurança e direitos de todos os envolvidos nesses contextos.



Fonte: Andrey José Taffner Fraga - Acervo Pessoal

Figura 9.2 - Embaixada da Itália em Brasília

O voto dos italianos no exterior

O voto dos italianos no exterior constitui um importante direito democrático garantido pela Constituição italiana. Esse direito é regulado por disposições legislativas específicas⁽⁴⁾. De acordo com essas normativas, os italianos residentes no exterior são divididos em uma circunscrição Exterior, com o objetivo de eleger representantes tanto para a Câmara dos Deputados quanto para o Senado da República. A circunscrição Exterior é composta por quatro divisões geográficas: Europa (incluindo os territórios asiáticos da Federação Russa e da Turquia), América do Sul, América do Norte e Central e, por último, África, Ásia, Oceania e Antártida.⁽⁵⁾

A modalidade ordinária de voto para os italianos no exterior é a votação por correspondência. No entanto, também está prevista a possibilidade de votar na Itália, nas seções eleitorais do município de inscrição, para os candidatos das circunscrições e regiões do território nacional. Essa opção requer uma comunicação por escrito ao Consulado de residência em um prazo estabelecido por lei.

É importante notar que alguns eleitores residentes em determinados Estados não podem votar por correspondência devido a condições políticas ou sociais que não garantem o livre exercício do direito de voto. Nestes casos, são adotadas medidas organizativas para permitir que eles votem na Itália. Isso pode ocorrer por meio do envio de um cartão postal com as informações necessárias para votar nos municípios de inscrição.

No total, os italianos no exterior contribuem para a formação do Parlamento italiano por meio de seu voto, garantindo, assim, uma representação também para a comunidade italiana fora das fronteiras nacionais.

Origens e propósitos da criação dos Com.It.Es

No contexto da comunidade italiana residente no exterior, não é incomum encontrar cidadãos que nunca tenham ouvido falar do COMITES. Isso talvez tenha relação com o grau de integração dessas pessoas na cultura do país que as receberam, associado a algum desinteresse pela estrutura institucional no exterior do Estado que o representa. De todo modo, o objetivo

primordial do COMITES é tornar-se conhecido, para, a partir daí, apresentar-se como um instrumento para facilitar a vida dos italianos no exterior. Para compreender melhor a natureza desse órgão, é essencial retroceder no tempo e examinar suas origens e evolução ao longo dos anos.

Embora pouco conhecidos pela maioria das pessoas, a história dos COMITES remonta à década de 1960, quando foram estabelecidos os *Comitati di Assistenza Consolare* (Co.As.It.)⁽⁶⁾. Inicialmente, esses comitês tinham a função de coordenar as atividades de outras organizações que prestavam assistência aos cidadãos italianos no mundo. No entanto, eles não eram eleitos, mas nomeados diretamente pelos consulados e, portanto, não demorou muito para se mostrarem inadequados à representação das comunidades italianas no exterior. Tais comunidades tinham expectativas mais abrangentes. Elas visavam estabelecer órgãos autônomos e representativos capazes de colaborar com os Consulados em projetos que beneficiassem a coletividade.

Primeira Conferência Nacional da Emigração

A Conferência Nacional sobre a Emigração, ocorrida em 1975 em Roma, com a participação de autoridades políticas foi um momento muito importante para os italianos que viviam fora do país. Foi a primeira vez que tiveram uma grande oportunidade de falar sobre seus problemas e ideias em um evento oficial. Originada de um movimento de interesse cultural e pressões políticas, que surgiram algumas décadas após o seu devido tempo.

Durante essa reunião, eles puderam expor os problemas que enfrentavam, especialmente a pobreza, já que muitos não conseguiam acessar apoio financeiro da Itália ou do país onde viviam. Isso era particularmente relevante para os italianos na América Latina. No trecho extraído do discurso de acolhida do Papa Paulo VI fica evidente a expectativa sobre o resultado do encontro:

O momento particularmente difícil que estamos atravessando, o drama de milhares de emigrantes obrigados a retornar ao país e o agravamento, como consequência, do doloroso fenômeno do desemprego, se por um lado tornam ainda mais árdua a solução do complexo problema da emigração, por outro exigem com maior urgência o envolvimento das autoridades responsáveis (Vaticano, 1975).



Fonte: Acervo do Consulado

Figuras 9.3 e 9.4 - Consulado Geral da Itália em Curitiba

1960

1975

Os participantes dedicaram-se principalmente a investigar as causas subjacentes ao fenômeno migratório, com o propósito de transmitir uma mensagem aos trabalhadores italianos no exterior que ansiavam por reconhecimento e, especialmente, por se integrarem nas comunidades onde foram compelidos a residir. Contudo, para os imigrantes, poucos avanços foram feitos, deixando seus problemas sem solução. Apesar de muita expectativa e preparação intensa, os resultados da conferência acabaram sendo decepcionantes para as comunidades no exterior.

Os Co.Em.It. são formados

O resultado apreciável veio dez anos após os debates da Primeira Conferência Nacional da Emigração, com a criação dos *Comitati dell'Emigrazione Italiana* (Co.Em.It.)⁽⁷⁾. Os membros do Co.Em.It. eram eleitos pelo método proporcional com base em listas de candidatos concorrentes, tinham mandato de três anos e eram reelegíveis. Na prática, no entanto, as competências e a autonomia dos Comitês eram incertas, favorecendo, em alguns casos, situações de conflito. Também por essas razões, nossas comunidades pediram uma reforma que desse aos Co.Em.It. maior autonomia.

Segunda Conferência Nacional da Emigração

Uma segunda oportunidade para solicitar as mudanças desejadas surgiu em 1988. A Segunda Conferência Nacional de Emigração, realizada em Roma, abordou questões importantes como o direito de voto para as eleições parlamentares, o reconhecimento de qualificações acadêmicas, o ensino da língua e cultura italiana, e o papel das comunidades italianas no exterior.

A conferência enfatizou a necessidade de que a política de emigração e das comunidades no exterior fosse considerada uma questão nacional. Reconheceu-se o valor positivo das comunidades italianas para a sociedade como um todo e solicitou-se um compromisso concreto por parte do governo, do Parlamento e das Regiões para lidar com as questões levantadas. A perspectiva do governo italiano em relação aos emigrantes evoluiu: de ser encarados meramente como um problema, passaram a ser reconhecidos como um valioso recurso a ser explorado no contexto da diplomacia cultural.

Foram feitos pedidos específicos em várias áreas, incluindo proteção social, integração no país de residência, acesso à cidadania e apoio às mulheres emigradas. Também foi solicitada uma maior atenção à educação, cultura e apoio econômico das comunidades no exterior.

Reiterou-se a necessidade de uma melhor representação política das comunidades italianas no exterior, com demandas concretas relacionadas ao voto no exterior e envolvimento de associações e voluntariado. Pediu-se uma reestruturação da rede consular e mais esforços no campo econômico para promover o uso das economias e o envolvimento das comunidades italianas em atividades de cooperação para o desenvolvimento.

Enfim, as discussões resultaram em avanços significativos, incluindo o primeiro censo dos italianos no exterior em 1989 e a introdução de novas leis importantes. Uma das mudanças mais significativas foi a criação do Registro de Italianos Residentes no Exterior (A.I.R.E.). Além disso, o Conselho Geral dos Italianos no Exterior (C.G.I.E.) foi estabelecido como um órgão consultivo do governo e do parlamento para questões relacionadas aos italianos no estrangeiro. Os Co.Em. It. também foram atualizados⁽⁸⁾ e renomeados com o acrônimo COMITES (*Comitati degli Italiani all'Estero*) para marcar uma nova fase.

CGIE: o comitê dos comitês

O Conselho Geral dos Italianos no Exterior (CGIE) serve como órgão consultivo perante o Governo e o Parlamento em questões de interesse das comunidades italianas residentes no exterior.⁽⁹⁾

Sua legitimidade representativa advém da eleição direta dos membros dos Comitês dos Italianos no Exterior (COMITES) em todo o mundo. A sua instituição representou um passo significativo no envolvimento ativo das comunidades italianas no exterior na vida política do país e, ao mesmo tempo, serve como uma ponte essencial para sua conexão com a Itália e suas instituições.

O Presidente do Conselho é o Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional. Atualmente, a Secretaria Executiva é liderada pela Conselheira Embaixadora Mirta Gentile.

O CGIE é composto por 63 Conselheiros, dos quais 43 são eleitos diretamente no exterior e 20 são nomeados pelo governo. Ele se articula em várias seções, incluindo a Assembleia Plenária, o Comitê de Presidência, as Comissões Continentais, a Comissão de Nomeação Governamental, as Comissões Temáticas e os Grupos de Trabalho.

Em 2022, o organismo foi completamente renovado por meio de consultas eleitorais⁽¹⁰⁾, e o decreto do Presidente do Conselho de Ministros de 23 de março de 2023 completou a instalação da nova *Consiliatura*, que ocorreu em 19 de junho de 2023. Os atuais representantes do Brasil no CGIE são: a advogada Stephania Puton; o sociólogo Daniel Taddone; o advogado Walter Petruzzello (integrante do Comitê de Presidência); e a arquiteta Silvia Alciati.

As funções do Com.It.Es.

Onde quer que exista um consulado geral da Itália, um Com.It.Es também está presente. Atualmente, existem 115 Comitês eleitos em todo o mundo, com nove recentemente estabelecidos, além de três Comitês designados pela autoridade consular. Eles estão distribuídos em várias regiões, com 55 na Europa, 44 nas Américas, 10 na Ásia e Oceania, 4 no Oriente Médio e 5 na África.

No Brasil, contabilizam-se sete desses comitês, localizados em Brasília, Recife, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre. Eles desempenham um papel fundamental como representantes da comunidade italiana que vive além das fronteiras da Itália. A composição desses órgãos é resultado de eleições diretas conduzidas pelos cidadãos italianos residentes em cada circunscrição consular, com uma exigência mínima de três mil italianos inscritos na lista oficial. Quando o número de residentes italianos é inferior a três mil, os Comitês podem ser designados pela Autoridade Diplomático-Consular local.

Em relação ao número de componentes, a estrutura dos Com.It.Es varia de acordo com o número de italianos residentes na circunscrição consular. Assim, eles podem ser compostos por 12 ou 18 membros, dependendo se a circunscrição possui menos ou mais de 100 mil compatriotas registrados. Além dos membros eleitos, cidadãos estrangeiros de ascendência italiana podem ser cooptados para participar do conselho, desde que não ultrapassem um terço do total de membros eleitos.

Quanto às funções, de acordo com a legislação italiana, os Com.It.Es têm a responsabilidade de representar os italianos no exterior nas relações com as representações diplomático-consulares. Além disso, por meio de estudos e pesquisas, eles contribuem para identificar as necessidades sociais, culturais e civis da comunidade, promovendo iniciativas sociais e culturais em colaboração com as autoridades consulares e outras entidades locais. Essas iniciativas incluem apoio aos jovens, igualdade de oportunidades, assistência social e escolar, formação profissional, além de atividades recreativas, esportivas e de lazer.

Os Com.It.Es também colaboram estreitamente com as autoridades consulares na proteção dos direitos e interesses dos cidadãos italianos residentes na circunscrição consular.

O estabelecimento do Com.It.Es na circunscrição Santa Catarina-Paraná

Surpreendentemente, a primeira sede do Com.It.Es não foi estabelecida em Curitiba, a sede consular, mas sim a 380 quilômetros de distância, na cidade de Arapongas, PR, situada na região metropolitana de Londrina. Sua fundação remonta a 1985, tendo Pasquale Aromatario (1925-2015) como seu primeiro presidente, cargo que ocupou por dois mandatos. Originário de L'Aquila, Aromatario desembarcou no Brasil em 1950, onde começou sua carreira como engenheiro.

A sede do órgão foi estabelecida em Curitiba durante a gestão de Walter Petruzzello, o segundo a ocupar o cargo de presidente. Originário de Pratola Serra, na província italiana de Avellino, Petruzzello liderou o Com.It.Es de 1997 a 2010. Além disso, atuou como advogado do Consulado Geral da Itália em Curitiba por mais de 25 anos.

A Carta de Brusque

Sob a gestão do presidente Gianluca Cantoni, a “Carta de Brusque” foi um documento elaborado por jovens ítalo-brasileiros dos Estados do Paraná e de Santa Catarina, durante uma reunião realizada em 27 de agosto de 2011, na cidade catariense de Brusque, contando com a presença do então Cônsul Geral da Itália, Salvatore Di Venezia; o representante do Brasil no CGIE, Walter Petruzzello; e o conselheiro do mesmo órgão designado para a coordenação da comissão, Luis Molossi, acompanhado pelos coordenadores estaduais Girolamo Variola (PR) e Cristiana Zucchi (SC).

O objetivo primordial do documento era estabelecer os princípios e diretrizes para a atuação da Comissão Jovem vinculada ao Com.It.Es de Curitiba, com foco na promoção da cultura italiana e na integração dos jovens descendentes italianos na região sul do Brasil.

No que diz respeito às atividades propostas, a Carta de Brusque delineou um amplo leque de ações, que incluíam desde eventos culturais e recreativos até iniciativas voltadas para a educação, intercâmbio estudantil e formação profissional. Além disso, o documento destacou a importância do estímulo ao empreendedorismo e ao desenvolvimento econômico, propondo medidas para promover a colaboração entre jovens empresários ítalo-brasileiros e empresas italianas.

1950

1985

1997

2010 2011



Fonte: Arquivo Com.It.Es PR/SC

Figura 9.5 - Reunião Com.It.Es PR/SC em Curitiba

Outro aspecto relevante da Carta de Brusque foi o seu enfoque no associativismo e na divulgação das atividades do grupo. O documento enfatizou a importância de estabelecer uma rede de comunicação eficiente entre os jovens ítalo-brasileiros e descendentes, utilizando plataformas como *sites*, *blogs* e boletins informativos. Além disso, propôs a realização de reuniões regulares do Grupo Jovem, em conjunto com as reuniões do Com.It.Es, e a organização de encontros entre Grupos Jovens Inter-Comites Brasil.

Em suma, a Carta de Brusque representou um marco na história da comunidade ítalo-brasileira, ao estabelecer um conjunto de diretrizes para a atuação da Comissão Jovem. Por meio desse documento, os jovens descendentes italianos demonstraram seu compromisso em fortalecer os laços culturais, sociais, educacionais e econômicos entre as comunidades italiana e brasileira nos Estados do Paraná e de Santa Catarina.

O biênio pandêmico

Durante seu mandato, o ex-presidente Luis Molossi enfrentou desafios significativos, especialmente durante o biênio pandêmico da Covid-19. A necessidade de adaptação e resposta rápida foi crucial, levando a gestão a criar alternativas de contato, convivência e apoio para a Comunidade Italiana. Isso envolveu a realização de dezenas de reuniões tele presenciais e debates com expoentes da comunidade em seus setores de atuação, destacando-se as bem-sucedidas *Lives Informa Comites*. Em meio às dificuldades, o lançamento da segunda edição do livro “Do Outro Lado do Atlântico” do historiador Angelo Trento e a condução que levou aos preparativos das eleições para renovação do Com.It.Es em 2021 foram conquistas notáveis. Sua experiência na gestão foi marcada por uma abordagem colaborativa, que fortaleceu os laços com os cidadãos italianos no exterior e deixou um legado positivo para a comunidade.

Ações e perspectivas

Os conselheiros empossados em 2021 têm se empenhado em fortalecer laços com as entidades culturais, promovendo uma comunicação direta e incentivando sua participação ativa no Consulado de Curitiba. Além disso, a atual composição, com ampla maioria eleita no Estado de Santa Catarina, trabalha para estreitar vínculos com a rede consular honorária, para melhor compreender as necessidades da comunidade inscrita no AIRE desta circunscrição.

Como equipe, o Com.It.Es atuante no território de Santa Catarina dedica tempo e esforço voluntário para colaborar com o Consulado Geral da Itália e autoridades locais para viabilização da instalação de um escritório de representação consular em Florianópolis, visando atender à crescente demanda por serviços e diminuir as barreiras geográficas entre os dois Estados da jurisdição. É reconhecida a importância de dar atenção especial aos usuários, cuja base está em constante expansão, especialmente no que se refere à emissão de passaportes e aprimoramento de serviços virtuais.

O Com.It.Es PR/SC, enfim, busca atingir os objetivos para os quais foi instituído: representar os italianos no exterior, promovendo sua participação ativa na vida política, cultural e social da Itália, bem como fornecendo apoio e assistência às comunidades italianas locais.

Considerações Finais

A análise da organização e representação institucional da comunidade italiana contemporânea em Santa Catarina revela uma estrutura complexa e abrangente, enraizada em uma história marcada por desafios e evoluções significativas ao longo do tempo. A partir da revisão detalhada das origens e do propósito dos Com.It.Es, fica claro que essas entidades evidenciam a promoção da identidade italiana, na prestação de assistência aos cidadãos italianos no exterior e na facilitação da sua participação na vida política e social, um compromisso mútuo entre a Itália e suas comunidades espalhadas pelo mundo. É reflexo da política da “Itália fora da Itália” que se materializa em medidas para garantir direitos, promover a cultura italiana e facilitar a participação política dos cidadãos italianos no exterior.

A criação dos Com.It.Es foi resultado de um processo gradual de reconhecimento das necessidades e expectativas das comunidades italianas no exterior, ratificado por eventos como as Conferências Nacionais da Emigração. Ao longo das décadas, essas entidades passaram por transformações significativas, incluindo mudanças legislativas e aprimoramentos em sua estrutura e funcionamento, confirmando uma adaptação constante às demandas e desafios enfrentados pela diáspora italiana.



Fonte: Arquivo Com.It.Es PR/SC

Figura 9.6 - Integrantes do COMITES PR/SC e membros da ANA (Associazione Nazionale Alpini) do Brasil juntamente com o Embaixador da Itália para o Brasil, Alessandro Cortese, e a Cônsul-geral da Itália para os Estados do Paraná e Santa Catarina, Eugenia Tiziana Berti, na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, em dezembro de 2023.

Além disso, a análise das ações e perspectivas atuais dos Com.It.Es em Santa Catarina revela um compromisso contínuo com o fortalecimento dos laços comunitários, a colaboração com as autoridades consulares e a busca por soluções inovadoras para atender às necessidades em constante evolução da comunidade italiana na região.

Em última análise, a trajetória dos Com.It.Es e dos outros níveis de representatividade italiana no exterior revela a importância dessas entidades na promoção do vínculo entre a Itália e suas comunidades espalhadas pelo mundo, assim como na defesa dos interesses e na prestação de apoio aos cidadãos italianos residentes fora de suas fronteiras. Suas ações continuadas não apenas fortalecem a identidade italiana e promovem a integração social e cultural, mas também contribuem para o enriquecimento da diversidade e o fortalecimento dos laços transnacionais entre os povos.

Notas

(1) Graduado em Ciências Políticas e Relações Internacionais pela Universidade de Pavia, na Itália. Desde dezembro de 2021, exerce a presidência do Comitê dos Italianos no Exterior para os Estados do Paraná e de Santa Catarina, órgão vinculado ao Consulado Geral da Itália em Curitiba. Anteriormente, foi presidente da Associação Trevisani nel Mondo de Urussanga. Atua como analista de Comércio Exterior em uma importadora de Criciúma. E-mail: eduardo.cbnetti@gmail.com

(2) Antes da reforma constitucional de setembro de 2020, a América do Sul elegia quatro deputados e dois senadores, mas esses números foram reduzidos pela metade. O corte foi aplicado para todos os parlamentares italianos eleitos no exterior, que passaram de 18 (doze deputados e seis senadores) para 12 (oito deputados e quatro senadores).

(3) WIKIPEDIA. Fotografia de Kaga Tau - Obra do próprio, CC BY-SA 4.0, disponível em: <<https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=87165998>>. Acesso em: 2 fev. 2024.

(4) Inclusive a Lei n.º 459, de 27 de dezembro de 2001.

(5) A circunscrição eleitoral no exterior foi criada pela Lei Constitucional da República Italiana n.º 1, de 17 de janeiro de 2000.

(6) Conforme previsto pelo Decreto Presidencial n.º 18, de 5 de janeiro de 1967, durante a presidência de Giuseppe Saragat.

(7) Vide Lei n.º 205, de 8 de maio de 1985.

(8) Vide Lei n.º 172, de 5 de julho de 1990.

(9) Criado pela Lei n.º 368, de 6 de novembro de 1989, posteriormente modificada por outras leis que o regulamentam.

(10) No Brasil, a votação ocorreu no Centro Internacional de Convenções de Brasília, aos 9 de abril de 2022, e contou com a participação dos 120 conselheiros dos Com.It.Es, bem como representantes designados por 54 associações selecionadas pela Embaixada da Itália no Brasil.

Referências

ARCHIVIO LUCE. A Roma conferenza nazionale dell'emigrazione. Disponível em: <https://patrimonio.archivioluce.com/luce-web/detail/IL5000084204/2/a-roma-conferenza-nazionale-emigrazione-1.html?startPage=0>. Acesso em: 2 fev. 2024.

EMIGRAZIONI dall'Italia e italiani residenti all'estero. Italia in dati. Disponível em: <https://italiaindati.com/emigrazione/>. Acesso em: 2 fev. 2024.

ISTITUTO NAZIONALE DI STATISTICA. Rapporto Migrazioni interne e internazionali della popolazione residente. Roma: ISTAT, 2023. Disponível em: https://www.istat.it/it/files/2023/02/REPORT_MIGRAZIONI_2021.pdf. Acesso em: 2 fev. 2024.

ITALIA. Parlamento italiano. Disponível em: <https://www.parlamento.it>. Acesso em: 29 mar. 2024.

LICATA, Delfina. Rapporto Italiani nel Mondo 2022. Todi: Tau Editrice, 2022.

VACCARI SRL. Conservato alla Galleria d'arte moderna di Roma, è il soggetto del francobollo atteso l'1 giugno. 24/5/2011. Disponível em: https://www.vaccarinews.it/news/Il_quadro_di_Angiolo_Tommasi_per_il_Museo_dell_emigrazione/10358. Acesso em: 29 mar. 2024.

VATICANO. Papa (1963-1978: Paulo VI). Discorso di Paolo VI ai partecipanti alla conferenza nazionale dell'emigrazione. Vaticano, 28 fev. 1975. Disponível em: https://www.vatican.va/content/paul-vi/it/speeches/1975/documents/hf_p-vi_spe_19750228_conferenza-emigrazione.html. Acesso em: 2 fev. 2024.

ISTITUTO NAZIONALE DI STATISTICA. Rapporto Migrazioni interne e internazionali della popolazione residente. Roma: ISTAT, 2023. Disponível em: https://www.istat.it/it/files/2023/02/REPORT_MIGRAZIONI_2021.pdf. Acesso em: 2 fev. 2024



Apoio cultural:

Nidec
ACIM

embraco
Nidec

AURORA
COOP

 **EDITORA**
UNIFEBE